

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**  
**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**FABRÍCIA CARLA DE ALBUQUERQUE SILVA**

**ESTADO BRASILEIRO DOS OITOCENTOS: trajetórias por concepções, esboços de  
políticas públicas e implicações para a Educação Formal da Província alagoana  
(1821 – 1872)**

**Maceió - AL**  
**2022**

**FABRÍCIA CARLA DE ALBUQUERQUE SILVA**

**ESTADO BRASILEIRO DOS OITOCENTOS: trajetórias por concepções, esboços de políticas públicas e implicações para a Educação Formal da Província alagoana (1821 – 1872)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

**Linha de Pesquisa:** História e Política da Educação.

**Grupo de Pesquisa:** Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira - GEPE.

**Orientadora:** Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes.

**Coorientador:** Prof. Dr. Silvio Ancisar Sanchez Gamboa (*in memoriam*).

**Maceió - AL  
2022**

**Catlogação na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 - 1767

S586e Silva, Fabrícia Carla de Albuquerque.  
Estado brasileiro dos oitocentos : trajetórias por concepções, esboços de políticas públicas e implicações para a educação formal da província alagoana (1821-1872) / Fabrícia Carla de Albuquerque Silva. – 2022.  
188 f. : il.

Orientadora: Elione Maria Nogueira Diógenes.  
Co-orientador: Silvio Ancisar Sanchez Gamboa.  
Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 160-174.  
Apêndices: f. 175-185.  
Anexos: f. 186-188.

1. Estado - Brasil. 2. Políticas públicas. 3. Alagoas - Educação. 4. Século XIX. I. Título

CDU: 37.014.5(813.5)



Universidade Federal de Alagoas  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

ESTADO BRASILEIRO DOS OITOCENTOS: TRAJETÓRIAS POR  
CONCEPÇÕES, ESBOÇOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPLICAÇÕES  
PARA A EDUCAÇÃO FORMAL DA PROVÍNCIA ALAGOANA (1821 – 1872)

**FABRÍCIA CARLA DE  
ALBUQUERQUE SILVA**

Tese de Doutorado submetida à banca examinadora, já referendada pelo  
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de  
Alagoas e aprovada em 24 de novembro de 2022.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (UFAL)  
Orientadora

---

Profa Dra Edna Cristina do Prado (UFAL)  
Examinadora Interna

---

Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (UFAL)  
Examinadora Interna

---

Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho (UECE)  
Examinadora Externa

---

Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (UFPB)  
Examinadora Externa

**Dedico essa produção acadêmica:**

À minha grande incentivadora:  
**Amada mame** (Leniége de Albuquerque Silva) – fonte de amor incondicional e inspiração para a minha vida. Aquela que me ensinou os meus primeiros passos e até hoje, quando preciso, dá-me colo.

**Ao meu papi** (Francisco de Assis Silva) – sempre vibrou com minhas conquistas. Sei que essas conquistas têm muito do incentivo do senhor.

**Àqueles que se acham pequenos,** mas cujos corações carregam tamanha generosidade, humildade e nunca desistem de sonhar. Saibam que vocês são enormes preciosidades e, certamente, fonte de inspiração para muitos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao **Deus Todo Poderoso – Yahweh**: Àquele que era, é e há de vir... Criador, Pai, Amigo, Consolador, Salvador, o Próprio Amor. Este és Tu. Grata, meu Deus, pelo maior presente: a Sua presença em minha vida. (*“Ninguém há semelhante a ti, ó Senhor; tu és grande, e grande é o poder do teu nome”* – Bíblia Sagrada<sup>1</sup>, Jeremias 10. 6)

À **minha amada mãe – Leniége de Albuquerque Silva**: és meu referencial de mulher e amiga. Sinto-me honrada por ser sua filha. Suas mãos estão sempre prontas a segurar as minhas. Sinônimo de força, carinho, cuidado, proteção, ensinamento e bálsamo. (*“Mulher virtuosa, quem a achará? O seu valor muito excede ao de rubis”*, Provérbios 31.10)

Ao **meu pai – Francisco de Assis Silva**: sempre comemora as minhas conquistas e conquistas das minhas irmãs. Recordo-me dos presentes que mais gostas de comprar para mim desde a minha infância: livros. (*“Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, até quando envelhecer não se desviará dele”*, Provérbios 22.6)

Às **minhas irmãs - Flávia Maria de Albuquerque Silva e Fabiana de Albuquerque Silva**: pérolas preciosas que deram mais cor a minha vida, desde quando foram geradas na barriga da nossa mãe. Creio que o Senhor tem coisas grandes para vocês: bênçãos espirituais (fontes superiores) e bênçãos materiais (fontes inferiores). (*“Dá-me um presente [...] Então, lhe deu as fontes superiores e as fontes inferiores”*, Josué 15. 19).

Ao **meu amado sobrinho – Emanuel Victor de Albuquerque Silva Farias**: presente do Senhor para nós! A sua vida é a prova de que milagres são reais. (*“E o menino ia crescendo e fortalecendo-se, ficando cheio de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele”*, Lucas 2. 40).

Ao meu namorado **Javan Sami Araújo dos Santos**: amor, amigo, irmão em Cristo, companhia de risadas, trajetórias acadêmicas e profissionais. Que o nosso amor esteja sempre alicerçado na rocha que se chama Jesus. Amo-te! (*“As muitas águas não poderiam apagar esse amor nem os rios afogá-lo”*, Cantares de Salomão 8.7).

Aos **parentes consanguíneos e aos parentes de coração**. Sei que sempre se alegram com as nossas conquistas. **Tia Lili, Tio Maciel, primas Laís, Larissa, Leilany, Tio Sebastião, Tia Girlene, primo Rubens Junior, Tia Graça** (tia de coração), entre outros. (*“A graça do Senhor*

---

<sup>1</sup> Para evitar a repetição da expressão “Bíblia Sagrada”, nas demais citações bíblicas serão apresentadas apenas as referências de livro, capítulo e versículo (ou verso no caso de Salmos).

*Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós”, 2 Coríntios 13.14)*

À **profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes**: orientadora nesse trilhar do Doutorado. Lembro-me de quando eu estava chorando e pensando que não seria possível realizar a inscrição para a seleção do Doutorado... Naquele momento, as suas palavras foram fundamentais para mim. Ficou marcado, em minha mente e coração, aquele dia no qual liberastes uma palavra de ânimo e me lembraste do poder do Deus ao qual eu sirvo. Lembraste-me da fé e da esperança. Muito obrigada! (*“Porque sou Eu que conheço os planos que tenho para vocês, diz o Senhor, planos de fazê-los prosperar e não de causar dano, planos de dar a vocês esperança e um futuro”, Jeremias 29.11).*)

Ao **prof. Dr. Silvio Ancisar Sanchez Gamboa** (*in memoriam*) por aceitar o convite para ser coorientador no processo de construção da Tese. Muito obrigada! Além das contribuições na revisão/coorientação, as aulas do senhor, em disciplinas do Doutorado, semelhantemente foram fundamentais para o repensar da estruturação epistemológica desta pesquisa. Dois dias antes da defesa da Tese, recebemos a triste notícia da sua partida para a eternidade, mas o seu exemplo de ser humano gentil e sábio ficará em nossos corações (*“Aqueles que são sábios reluzirão como o brilho do céu, e aqueles que conduzem muitos à justiça serão como as estrelas, para todo o sempre”, Daniel 12. 3)*

Aos **professores que aceitaram compor a banca avaliadora de qualificação e defesa**: Dra. **Edna Cristina do Prado** (PPGE/UFAL), Dra. **Inalda Maria dos Santos** (PPGE/UFAL), Dra. **Lia Machado Fiuza Fialho** (PPGE/UECE), Dra. **Roseane Maria de Amorim** (ProfHistória/UFPE e CEDU/UFPB), Dr. **Givanildo da Silva** (Suplente interno - PPGE/UFAL) e Dra. **Veleida Anahi Capua da Silva** (Suplente – PPGED, PPGECIMA/UFS) - *“Dá instrução ao sábio, e ele se fará mais sábio ainda; ensina ao justo, e ele aumentará em prudência”, Provérbios 9.9.*

À professora **Maria das Graças de Loiola Madeira**: ensinou-me os primeiros passos nas pesquisas históricas/historiográficas, durante orientação do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Pedagogia e no primeiro ano da pesquisa de Mestrado. Gratidão! (*“Aqueles que são sábios reluzirão como o brilho do céu, e aqueles que conduzem muitos à justiça serão como as estrelas, para todo o sempre”, Daniel 12. 3)*

Aos **amigos** que a UFAL me apresentou e guardo no coração para toda a vida. Quantos momentos compartilhados! Ajuda mútua, sorrisos, lágrimas enxugadas, ombros amigos e abraços.

Dentre tantos amigos queridos “ufalinos”, menciono: **Janine de Oliveira Cardeal e Reinaldo Batista**. (“*Em todo tempo ama o amigo, e na angústia se faz o irmão*”, Provérbios 17.17).

Aos **amigos de longe e de perto**. Aos amigos de Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro (estados nos quais morei) e de outros estados brasileiros. Desse trilhar, por vários lugares do Brasil, gostaria de mencionar um amigo de infância e de fé que reencontrei há alguns anos: **Roque Souza Braga**. Meu amigo e irmão, suas palavras sábias foram fundamentais no vencimento de algumas lutas. Lembro-me de duas mensagens em específico: “Nós fazemos rascunhos, mas a Obra Prima está nas mãos do Senhor” e “Fabi, estarei orando por ti, vou comprar a sua briga e sei que Deus vai te responder...”. (“*Como o óleo e o perfume alegram o coração, assim, o amigo encontra doçura no conselho cordial*”, Provérbios 27.9).

À amiga **Jane Glaucia** (*in memoriam*) por tantas risadas, palavras de força e incentivo em diversos momentos. (“*Como o óleo e o perfume alegram o coração, assim, o amigo encontra doçura no conselho cordial*”, Provérbios 27.9).

Aos amigos e irmãos em Cristo, **Carla Leal, Bernadete Costa, Leny Araújo, Maria Betânia do Nascimento (Beth), Cláudia Amorim, Márcio Zacarias e Paulo Roberto**, por torcerem e se alegrarem comigo em cada conquista minha, bem como, por serem bons ouvintes nos momentos que precisei. (“*Deleite-se no Senhor, e Ele atenderá aos desejos do seu coração*”, Salmo 37.4)

Ao **Instituto Federal de Alagoas – Campus Maragogi** por ter me fornecido afastamento, com remuneração, para cursar o Doutorado durante os 4 anos de Curso *stricto sensu*. Em especial, gostaria de agradecer à Gestão da época: **Prof. Dácio Lopes Camerino, profa. Sandra Maria Patriota Ferraz, prof. Luciano Azevedo e Henny Tavares**. Além disso, gostaria de agradecer a toda equipe docente, técnica e de terceirizados que ficaram felizes com a minha aprovação para Cursar o Doutorado. (“*Se é ministério, seja em ministrar; se é ensinar, haja dedicação ao ensino*”, Romanos 12.7).

À **amiga Lucielma Semião** por compartilhar vivências no nosso ambiente de trabalho e também fora da Instituição. Aprendi muito contigo! (“*Melhor é serem dois do que um, porque têm melhor paga do seu trabalho. Porque se um cair, o outro levanta o seu companheiro; mas ai do que estiver só; pois, caindo, não haverá outro que o levante.*”, Eclesiastes 4. 9,10).

Aos meus colegas de Setor no IFAL – *Campus Maragogi* pela parceria diária no nosso trabalho pedagógico. Gratidão, **Luciana Eduão, profa. Edinéia Homem, prof. Tiago Bento e**



**Fernanda Lopes.** (*“E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus”*, Romanos 8.28).

Ao **Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira – GEPE**, sob a liderança das professoras Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes e Dra. Maria Cledilma, cujas reuniões foram essenciais para aprendizados e construções coletivas acerca de temáticas que interessam a essa pesquisa. (*“Todas as vossas coisas sejam feitas com amor”*, 1 Coríntios 16.14).

Aos **irmãos em Cristo da Assembleia de Deus em Cohab, Igreja do Farol (Pr. Manoel Oliveira e Pra. Laura Oliveira) e AD Brás – sede Alagoas** (*“Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união!”*, Salmos 133.1).

Aos **queridos irmãos que compõem a Escola Bíblica Dominical da AD Brás Alagoas (sede)** por vibrarem junto comigo a conquista da conclusão do Doutorado em Educação, a saber: Pr. Ananias Lima, Evangelista Shayne Calheiros, Irmã Andréa, Irmã Letícia, Diácono Marcelo, Irmã Luciana, Evangelista Ismênia, entre outros. (*“A alegria do Senhor é a vossa força”*, Neemias 8.10)

Ao **Pastor Severino Rodrigues** e à **irmã Léia Rodrigues** pelo carinho e orações por mim. (*“O Senhor te abençoe e te guarde; o Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti e te conceda graça; o Senhor volte para ti o seu rosto e te dê paz”*, Números 6.24-26).

Ao **Pastor Jacques Balbino** e à **Pastora Cláudia Balbino** que com tanto zelo pastoreiam a Igreja na qual congrego (AD Brás Alagoas - sede) e cujas mensagens ministradas nos cultos trazem renovo e fortalecimento espiritual. (*“Mas, como está escrito: Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o amam”*, 1 Coríntios 2.9)

É possível que alguém considere que o texto de Agradecimentos, aqui apresentado, não esteja nos moldes acadêmicos, porém, nesse momento, a alma falou mais alto, ou seja, um pouco da expressão da minha sede de emoções. Fé e gratidão fazem parte do meu viver!

Ninguém se constrói sozinho. Somos seres de interação. Recebemos marcas e deixamos marcas nas vidas daqueles que passam por nós, como num belo bordado: *\_Cada pequeno nó compõe a Obra prima final.*

“Quando eu contei meus sonhos para alguém  
Me disseram: São grandes demais pra você  
Quando falei onde queria chegar  
Me disseram: Pare por aqui, não vá além

Mas com Deus foi bem diferente  
Ele me disse: Vá em frente, eu contigo estou  
Quando eu senti medo de seguir  
Disse: Prossiga, eu te fiz pra ser um vencedor

Desde então eu nunca mais me limitei  
Eu guardei no coração as palavras de Deus  
Descobri que os planos Dele para mim  
São muito maiores que os meus [...]”

(Trecho da música “Deus e Eu” –  
composição de Leandro Borges)

## RESUMO

O texto ora apresentado é fruto de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, cujo objetivo central esteve em compreender o sentido de Estado-Nação brasileiro e sua relação com políticas públicas em educação formal da Província Alagoana, no contexto oitocentista. Esta pesquisa contribui no entendimento de fontes antigas de um período histórico marcado por efervescências sociais, as quais fizeram parte da formação identitária do Brasil oitocentista. E, nesse movimento, inevitavelmente, os leitores irão refletir sobre questões atuais, com atenção às longínquas origens. A partir de inquietações atinentes ao contexto político-administrativo em tela, delineou-se a seguinte pergunta central: Quais concepções de Estado-nação brasileiro podem ser inferidas a partir de fontes do período de 1821 a 1872 e, de forma associativa, como se refletiam em políticas públicas para a educação formal da Província Alagoana? Trata-se de uma pesquisa histórica, fundamentada na abordagem teórica da Escola dos *Annales*. No que concerne às fontes utilizadas, é qualificada como bibliográfica e documental. Compreende-se bibliográfica como pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, porém, a pesquisa documental ampara-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. A respeito desse aspecto, ao longo da “garimpagem” de fontes primárias, diversos vestígios foram analisados, a saber: jornais, relatórios de lideranças políticas da província, regulamentos e leis locais/nacionais, obras de alagoanos que viveram no Século XIX e fotos/ imagens. Para tratamento e análise de dados, utilizou-se de uma técnica originada na filologia: a(s) Análise(s) de Conteúdo. A Tese, aqui defendida, consiste em: O sentido de Estado Brasileiro, no período de 1821 a 1872, tem como fio condutor centralidade e força de mando, todavia, simultaneamente, é marcado por heterogeneidade e ações paradoxais. Tais feições perpassam o esboço de delineadores (incipientes) de políticas públicas no contexto oitocentista, com reflexos na educação formal da Província alagoana, cuja estrutura de conteúdos e métodos é de longa duração. Nessa perspectiva, infere-se, a partir das fontes, que as demandas encontradas na educação alagoana foram mantidas ao longo do quinquentenário estudado, em virtude da reduzida autonomia local e intenso rodízio de presidentes provinciais, dentre outros fatores atrelados ao poder centralizador do Estado.

**Palavras-chave:** Estado brasileiro; políticas públicas; educação alagoana; século XIX.

## RESUMEN

El texto que aquí se presenta es resultado de una investigación desarrollada en el Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Alagoas, cuyo principal objetivo fue comprender el significado del Estado-nación brasileño y su relación con las políticas públicas en la educación formal en la Provincia de Alagoas, en el contexto del siglo XIX. Esta investigación contribuye a la comprensión de fuentes antiguas de un período histórico marcado por la efervescencia social, que formaron parte de la formación identitaria del Brasil del siglo XIX. Y, en este movimiento, inevitablemente, los lectores reflexionarán sobre temas actuales, con atención a orígenes lejanos. A partir de preocupaciones relacionadas con el contexto político-administrativo en cuestión, se esbozó la siguiente pregunta central: ¿Qué concepciones del Estado-nación brasileño se pueden inferir de fuentes del período de 1821 a 1872 y, de forma asociativa, reflejadas en políticas para la educación formal en la Provincia de Alagoas? Es una investigación histórica, basada en el enfoque teórico de la Escuela Annales. En cuanto a las fuentes utilizadas, se las califica de bibliográficas y documentales. Se entiende por investigación bibliográfica aquella que se desarrolla a partir de material ya elaborado, constituida principalmente por libros y artículos científicos, sin embargo, la investigación documental se sustenta en materiales que aún no han recibido un tratamiento analítico. En cuanto a este aspecto, a lo largo de la "minería" de fuentes primarias, se analizaron varios rastros, a saber: periódicos, informes de líderes políticos de la provincia, reglamentos y leyes locales/nacionales, obras de alagoanos que vivieron en el siglo XIX y fotos / imágenes. Para el procesamiento y análisis de datos se utilizó una técnica originaria de la filología: el(los) Análisis(es) de Contenido. La Tesis, defendida aquí, consiste en: El sentido del Estado brasileño, en el período de 1821 a 1872, tiene como hilo conductor la centralidad y el poder de mando, sin embargo, simultáneamente, está marcado por heterogeneidad y acciones paradójicas. Tales rasgos permean el trazo de (incipientes) trazos de políticas públicas en el contexto del siglo XIX, con reflejos en la educación formal de la Provincia de Alagoas, cuya estructura de contenidos y métodos es de larga duración. En esa perspectiva, se infiere, de las fuentes, que las demandas encontradas en la educación alagoana se mantuvieron a lo largo del quincuagésimo aniversario estudiado, debido a la reducida autonomía local y a la intensa rotación de los presidentes provinciales, entre otros factores ligados al poder centralizador de la Estado.

**Palabras-clave:** Estado brasileiro; políticas públicas; educación de Alagoas; siglo XIX.

## ABSTRACT

The text presented here is the result of research developed in the Graduate Program in Education at the Federal University of Alagoas, whose main objective was to understand the meaning of the Brazilian Nation-State and its relationship with public policies in formal education in the Alagoas Province, in the nineteenth century context. This research contributes to the understanding of ancient sources of a historical period marked by social effervescence, which were part of the identity formation of 19th century Brazil. And, in this movement, inevitably, readers will reflect on current issues, with attention to distant origins. From concerns related to the political-administrative context in question, the following central question was outlined: What conceptions of the Brazilian nation-state can be inferred from sources from the period from 1821 to 1872 and, in an associative way, as reflected in public policies for formal education in the Province of Alagoas? It is a historical research, based on the theoretical approach of the Annales School. Regarding the sources used, it is qualified as bibliographic and documentary. Bibliographic research is understood as research developed from material already prepared, consisting mainly of books and scientific articles, however, documentary research is supported by materials that have not yet received an analytical treatment. Regarding this aspect, throughout the "mining" of primary sources, several traces were analyzed, namely: newspapers, reports from political leaders in the province, local/national regulations and laws, works by Alagoas who lived in the 19th century and photos / images. For data processing and analysis, a technique originated in philology was used: the Content Analysis(s). The Thesis, defended here, consists of: The sense of the Brazilian State, in the period from 1821 to 1872, has centrality and power of command as its guiding thread, however, simultaneously, it is marked by heterogeneity and paradoxical actions. Such features permeate the outline of (incipient) outlines of public policies in the 19th century context, with reflexes in the formal education of the Alagoas Province, whose structure of contents and methods is of long duration. In this perspective, it is inferred, from the sources, that the demands found in Alagoas education were maintained throughout the fiftieth anniversary studied, due to the reduced local autonomy and intense rotation of provincial presidents, among other factors linked to the centralizing power of the State.

**Keywords:** Brazilian state; public policy; Alagoas education; XIX century.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Incêndio do Museu Nacional – RJ, em 02 de Setembro de 2018 .....	19
Figura 2 -	Obra “Independência ou Morte”, óleo sobre tela (1888) de Pedro Américo .....	57
Figura 3 -	Obra “A Proclamação da Independência”, óleo sobre tela (1844) de Francois- René Moreaux .....	58
Figura 4 -	Xilogravura “O Grito Do Ypiranga” (1870) de Harzal.....	58
Figura 5 -	Nuvem de Palavras mais citadas na Obra “A Província...” de Tavares Bastos (1870) .....	100
Figura 6 -	Nuvem de Palavras mais citadas na Obra “O Brasil Social e Político...” de Mello Moraes (1872) .....	108
Figura 7 -	Esquema síntese sobre o Estado Brasileiro de 1821 a 1872: características e episódios .....	112
Figura 8 -	Trecho de publicação acerca da proposta de criação da Marinha de Guerra do Brasil .....	116
Figura 9 -	O conta-gotas na mão tracejada do Estado .....	135
Figura 10 -	Cabeçalho do Jornal “O Correio Maceioense” em 24 de março de 1850 .....	140
Figura 11 -	Recortes de perguntas no Jornal “O Correio Maceioense” de 5 de maio de 1850 acerca das pessoas negras escravizadas no Brasil .....	142
Figura 12 -	Recorte de Fala da Sra. Minervina Lima em Jornal Publicado na Província das Alagoas (1869) .....	148
Figura 13 -	Tapete da águia .....	154
Figura 14 -	Divisão Política das cidades da Província de Alagoas em 1872 .....	158

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Produções (Dissertações e Teses) defendidas no PPGE/UFAL – em termos quantitativos (2003 à 2018) .....	25
Quadro 2 -	Títulos de Dissertações e Teses (2003 a 2018), defendidas no PPGE/UFAL, que apresentam os termos “Estado” (sentido macro) e “Políticas Públicas” ...	27
Quadro 3 -	Pré-análise das fontes de pesquisa .....	43
Quadro 4 -	Exploração do material e definição de categorias temáticas .....	43
Quadro 5 -	Dois jornais, do início do Século XIX, com posições políticas distintas .....	60
Quadro 6 -	Termo Independência no “Jornal Idade d’Ouro do Brazil” (1821 – 1823) ....	61
Quadro 7 -	Termo Independência no Jornal Reverbero Constitucional Fluminense (1821 – 1823) .....	70
Quadro 8 -	Fragmento do Jornal baiano “Idade d’Ouro do Brazil”, de 14 de setembro de 1821 .....	89
Quadro 9 -	Fragmento do Jornal Reverbero Constitucional Fluminense, de 15 de setembro de 1821 .....	90
Quadro 10 -	Fragmento do Jornal Reverbero Constitucional Fluminense, de 27 de agosto de 1822 .....	90
Quadro 11 -	Trecho de fala do presidente de província Machado d’Oliveira, de 1835 .....	93
Quadro 12 -	Fala do presidente de província Machado d’Oliveira acerca da manutenção do sistema Monárquico-Representativo (1835) .....	94
Quadro 13 -	Fala do presidente de província Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1837) ..	97
Quadro 14 -	Centralização <i>versus</i> Federação sob a ótica de Tavares Bastos (1870) .....	101
Quadro 15 -	O jogo de poder (central x provincial) na perspectiva do alagoano Tavares Bastos .....	105
Quadro 16 -	Lista de Presidentes ou Vice-Presidentes da Província de Alagoas no Período de 1835 a 1872 .....	127
Quadro 17 -	Trecho de Fala do Presidente de Província Antônio Alves de Souza Carvalho .....	132
Quadro 18 -	Trecho de Fala do Presidente de Província José Bento da Cunha Figueiredo Junior .....	134

Quadro 19 - Trecho de Fala do Presidente de Província Machado D'oliveira Sobre Eleições (1835) .....	138
Quadro 20 - Mapa das Aldeias e Tribos na Província de Alagoas em 1862 .....	144
Quadro 21 - Trecho de publicação de Minervina Lima no Jornal O Beija Flor de 8 de Julho de 1869 .....	147



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Dados da Instrução Primária nas Alagoas (1835-1889) .....	150
Tabela 2 -	Matrícula por Sexo e Total na Província das Alagoas (1850-1856) .....	150

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
AL	Alagoas
BA	Bahia
APA	Arquivo Público do Estado de Alagoas
CEDU	Centro de Educação
Dr.	Doutor
Dra.	Doutora
GEPE	Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
JIOB	Jornal “Idade d’Ouro do Brazil”
JRCF	Jornal “Reverbero Constitucional Fluminense”
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFS	Universidade Federal de Sergipe
Pr.	Pastor
Prof.	Professor
Profa.	Professora
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
ProfHistória	Programa de Pós-Graduação Profissional em História
PPGECIMA	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
RJ	Rio de Janeiro
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
SEPLAG/AL	Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio em Alagoas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1.1</b>	<b>Trilhas acadêmicas na construção da temática de pesquisa: movimento dialético</b> .....	20
<b>1.2</b>	<b>A constituição e relevância do problema de pesquisa</b> .....	24
<b>2</b>	<b>CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS EM BUSCA DA RADIOGRAFIA DAS FONTES</b> .....	38
<b>2.1</b>	<b>Diálogo entre Escola dos <i>Annales</i> e Análise de Conteúdo</b> .....	38
<b>2.2</b>	<b>Análise de conjuntura e a estruturação da Tese</b> .....	45
<b>3</b>	<b>INVENÇÃO DO BRASIL NOS OITOCENTOS: o longo esperar</b> .....	50
<b>3.1</b>	<b>“Pátria amada, Brasil!”: (In)dependente</b> .....	50
<b>3.1.1</b>	A chamada “ <i>Catholicidade politica</i> ” dos Jornais “Idade d’Ouro do Brazil” e “Reverbero Constitucional Fluminense” .....	60
<b>3.2</b>	<b>O sentido do longo esperar</b> .....	78
<b>4</b>	<b>ESTADO BRASILEIRO: concepções e dinâmicas</b> .....	82
<b>4.1</b>	<b>Cenários, efervescências sociais e o trilhar sobre Estado brasileiro oitocentista</b> .....	86
<b>4.1.1</b>	O caldeirão político e emancipação (1821 a 1823): O Estado enquanto poupador de Anarquia .....	87
<b>4.1.2</b>	Período Regencial (1831 a 1840): Estado centralizador de poder e o paradoxo de maior autonomia provincial.....	91
<b>4.1.3</b>	Vozes alagoanas que clamam por Federalismo (1870 a 1872): Sementes de mutação em características do Estado brasileiro? .....	99
<b>4.2</b>	<b>CODA: Sinfonias de perfil/concepção do Estado Brasileiro oitocentista (1821-1872)</b> .....	110
<b>5</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ALAGOANA: esboço de elementos em formação</b> .....	118
<b>5.1</b>	<b>Entre concepções (em movimento) de Políticas Públicas Educacionais</b> .....	119

<b>5.2</b>	<b>Das problemáticas sociais ao doce amargor do remédio</b> .....	120
5.2.1	Propósitos, visibilidades e omissões em diretrizes legais no quesito Educação do Brasil oitocentista .....	121
<b>5.3</b>	<b>Falas de presidentes provinciais: pontos, semirretas e curvas do embrionário desenho de Políticas Públicas para a Instrução da província alagoana</b> .....	126
<b>6</b>	<b>EDUCAÇÃO ALAGOANA OITOCENTISTA: “Ensinar tudo a todos”?</b> .....	136
<b>6.1</b>	<b>Inquietações sociais da realidade alagoana</b> .....	136
<b>6.2</b>	<b>Falas oitocentistas: Onde estão os indígenas, negros e mulheres?</b> .....	139
<b>6.3</b>	<b>A Instrução Pública alagoana e os propósitos incutidos nos discursos de agentes estatais e intelectuais alagoanos</b> .....	148
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	154
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	160
	<b>APÊNDICES</b> .....	175
	APÊNDICE A – Parte 1: Exemplo de fonte analisada sob os quadros construídos pela pesquisadora .....	175
	APÊNDICE A – Parte 2: Exemplo de fonte analisada sob os quadros construídos pela pesquisadora .....	176
	APÊNDICE B - Mosaico de palavras mais citadas em 3 relatórios de presidentes de província de Alagoas (1835, 1836 e 1837) .....	184
	<b>ANEXOS</b> .....	186
	ANEXO A – Fragmento do Jornal Idade d’Ouro do Brazil de 1 de Março de 1821 [sic.] .....	186
	ANEXO B – Capa do Jornal Reverbero Constitucional Fluminense em 1822 .....	186
	ANEXO C – Capa De Relatório de Presidente de Província de Alagoas - Joaquim de Moira (10 de Janeiro de 1836) .....	187
	ANEXO D - Número de alunos(as) das aulas de Instrução Primária da década de 1840 .....	188

## 1 INTRODUÇÃO

Não deixemos a história morrer... Som que ecoou nos corações e nas mentes dos brasileiros, no dia 2 de Setembro de 2018. Data na qual o acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro foi consumido por um incêndio.

**Figura 1 - Incêndio do Museu Nacional – RJ, em 02 de Setembro de 2018**



Fonte: (Foto de Getty Images, 2018).

No trágico episódio acima explicitado, cerca de 20 milhões de itens destruídos pelo fogo... Após 1 ano e 9 meses desse ocorrido, mais especificamente em 15 de junho de 2020, outra triste notícia: a sala de reserva técnica do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pega fogo. Essa sala abrigava peças que não ficavam em exposição.

Tais ocorrências foram lembradas, na Introdução do texto, em virtude de algumas inquietações, a saber: A combustão não é a única forma de eliminar o acesso aos vestígios do passado. A negligência no trato e armazenamento das fontes, bem como, a anulação ou desinteresse por pesquisas históricas e/ou historiográficas são formas de “queimar” o acesso às preciosidades reveladas através dos vestígios do passado.

Em meio à sociedade do Ciberespaço, com o destaque para as aceleradas formas de comunicação e informação, há uma tendência das pesquisas acadêmicas privilegiarem investigações atreladas à Contemporaneidade, sobretudo, com a intenção de propor possíveis “soluções” para as problemáticas atuais. Tais pesquisas são relevantes, todavia, não devem ser vistas como “ciências maiores” em detrimento daquelas que se preocupam em trazer à tona o

entendimento e inferências de contextos sociais remotos. Com isso, a pesquisa ora apresentada parte da visão de que o ofício do historiador alude compreender ações do homem no tempo e, tais ações, não se restringem a determinado espaço temporal.

“O que diríamos de um físico que, contentando-se em enumerar os miriâmetros, estimasse a ação da Lua sobre o nosso globo mais considerável do que a do Sol?” – com tal questionamento, o historiador francês – Bloch (2001, p. 61) visou esclarecer que a importância dos estudos não se atrela a sua maior ou menor aproximação com o momento presente; da mesma forma que não se pode afirmar que a Lua é mais significativa para a Terra em virtude de sua maior aproximação.

Diante do exposto, nossa pesquisa traz como temática o Estado brasileiro monárquico no que concerne às suas possíveis concepções, políticas públicas embrionárias (ou melhor, em esboço) e implicações para a Educação Formal da Província alagoana no período de 1821 a 1872. A demarcação temporal foi realizada no decurso da pesquisa. Inicialmente, tinha-se a pretensão de abarcar todo o Século XIX (Monarquia e República no Brasil), porém, diante do volume de aspectos necessários para análise de cada fonte, bem como, das categorias, definiu-se o referido cinquentenário.

O primeiro ano (1821) diz respeito ao início do “caldeirão político”<sup>2</sup> vinculado à chamada emancipação política do Brasil. O último ano (1872) é referente à publicação da obra do alagoano Mello Moraes o qual traz o seu posicionamento político, diante do contexto vivido (“O Brasil Social e Político...”). Essa obra foi escolhida por tripla razão: século de criação, naturalidade de seu autor e temática abordada. A análise dessa fonte está na quarta seção da Tese.

Logo, as categorias de pesquisa foram analisadas dentro de um recorte temporal de cinquenta e um anos na história do Brasil: 1821 a 1872.

### **1.1 Trilhas acadêmicas na construção da temática de pesquisa: movimento dialético**

Os caminhos percorridos trazem implicações diretas nas escolhas feitas. No âmbito acadêmico não é diferente: as temáticas e problemas de pesquisa são frutos de inquietações surgidas na vida dos sujeitos, incluindo, suas trajetórias e visões de mundo. Com isso, para explicitar o porquê se escolheu a temática, aqui apresentada, é relevante evidenciar os caminhos percorridos

---

<sup>2</sup> Expressão utilizada por Franchini Neto (2015, p. 614)

pela pesquisadora para essa definição. Nos parágrafos subsequentes, desse tópico, utiliza-se a conjugação em primeira pessoa, para facilitar a narrativa.

A minha vida acadêmica, de nível superior, iniciou em 2004, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na época, ingressei no curso o qual havia desejado desde o final do Ensino Fundamental II: a Graduação em Pedagogia. Recém formada no Ensino Médio, o início da graduação foi repleto de novidades: a distância entre a Faculdade e a minha residência, os materiais didáticos para estudos das disciplinas, os conteúdos, além do fato de ser a primeira pessoa da família a ingressar em um curso de ensino superior.

Na UFBA, cursei a graduação em Pedagogia até o quinto período do Curso. Em sequência, eu e a família viemos morar em Alagoas: Terra natal dos meus pais e avós. Ao chegar às terras alagoanas tive um duplo sentimento: alegria com a receptividade do povo alagoano e tristeza por medo de perder o curso o qual havia iniciado na Bahia, pois, aqui muitas dificuldades surgiram no que concerne à transferência interinstitucional. Derramei muitas lágrimas no ano de 2007. Lembrome de que afirmava: “Não quero perder meu curso...”. Com isso, passei um ano como “aluna especial” da graduação, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ainda com vínculo à UFBA. Assim, à época, só pude cursar 2 disciplinas ao longo do ano de 2007.

Ao final do ano de 2007, realizei a inscrição no vestibular (na época chamado de PSS: Processo Seletivo Seriado) para o Curso de Pedagogia Matutino da UFAL e, simultaneamente, inscrição na única vaga que surgiu em edital de transferência para a mesma Instituição. Para a minha surpresa e alegria, obtive aprovação nos dois: vestibular e transferência. Quanta alegria! Não iria perder o Curso que tanto desejei!

Com isso, no ano de 2008, iniciei oficialmente como estudante regular da UFAL. Estudei em diversas turmas e turnos, pois, a matriz curricular do meu curso de origem era divergente. Além disso, a UFAL estava em processo de transição do sistema anual para o semestral. Sou muito grata por todas as experiências e aprendizados. Certamente, essa Instituição deu um novo rumo à minha vida! Os estímulos aqui recebidos, desde a graduação, levaram-me a chegar onde nem imaginei: ao Curso de Doutorado.

Quando iniciei a minha trajetória na UFAL, busquei informes acerca de qual(is) professor(es) lecionavam a disciplina de História da Educação, pois, desde a época em que era graduanda da UFBA, pensava em fazer Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nessa área. Indicaram-me o nome de uma professora que lecionava a disciplina de “Fundamentos Históricos

da Educação e da Pedagogia” e, então, líder do Grupo de Pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”: a querida professora Dra. Maria das Graças de Loiola Madeira (conhecida como Graça Loiola).

Com isso, procurei a referida docente, no Centro de Educação da UFAL, apresentei-me, comentei sobre a minha ideia de pesquisa e consultei se ela poderia ser a minha orientadora de TCC. Na época, tinha a vontade de realizar pesquisa acerca da Reforma Protestante, mais especificamente sobre as ideias de Martinho Lutero para a educação. Provavelmente, esse desejo surgiu, em mim, por dupla razão: 1. Sou evangélica<sup>3</sup>; 2. No início da graduação, na UFBA, chamou a minha atenção e me inquietou um pouco quando alguns docentes relacionavam o início do Capitalismo à Reforma Protestante.

A professora Graça aceitou ser minha orientadora de TCC, apesar de nunca ter sido sua aluna na graduação, tendo em vista que já havia cursado, na Bahia, as disciplinas de História da Educação. Inicialmente, a comprometida docente fez duas recomendações: 1. Eu deveria fazer um levantamento bibliográfico para verificar se existiam pesquisas semelhantes ao que eu estava propondo; 2. Sugestão de frequentar as reuniões de estudo do Grupo de Pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas.

Após o levantamento bibliográfico, ficou notório que já existiam muitas publicações de pesquisas acerca das ideias pedagógicas de Martinho Lutero, entretanto, nas leituras iniciais de artigos e Manuais de História da Educação, observei um nome pouco visibilizado, o qual atuou na Reforma Educacional da Alemanha, no contexto da Reforma Protestante: Filipe Melanchthon. Assim, despertou-me a curiosidade sobre as concepções educacionais desse personagem que ficou “à sombra” de Lutero. Lutero havia reformado do ponto de vista religioso, mas, Melanchthon havia reformado do ponto de vista educacional.

Diante do exposto, o TCC da graduação em Pedagogia foi o pontapé inicial para despertar o interesse por pesquisar na área de História da Educação. O manuseio de documentos antigos, as

---

<sup>3</sup> Iniciei o caminhar na fé cristã-evangélica aos sete anos de idade, junto com os meus pais. Lembro-me de uma reunião familiar composta por mim, minha mãe, meu pai e uma das minhas irmãs (na época, bebê). A partir de nova compreensão acerca do plano da salvação sob a perspectiva Bíblica, em 03 de Outubro de 1993, iniciamos uma nova trajetória de fé na Assembleia de Deus (Salvador/BA). Daquele dia em diante, confessamos a nossa crença em Jesus Cristo como nosso único e suficiente Salvador, ou seja, vemos Jesus como o caminho que conduz à vida eterna. Essa escolha se refletiu em diversos aspectos: mudanças internas e externas. Mudanças na forma de enxergar a vida e ao próximo, bem como, em posturas comportamentais, pois, a partir daquele momento foi plantada a semente, nos nossos corações, referente ao desejo de estudar a Bíblia e seguir os princípios lá estabelecidos. Nos estados do Brasil, onde moramos (RJ, BA e AL), fizemos parte de três Ministérios da Assembleia de Deus: Ebenézer, Missão e AD Brás Alagoas. Atualmente, congregamos na AD Brás no estado de Alagoas.



tentativas de tradução, comparativos entre a literatura e as fontes primárias, as reuniões com a orientadora e com os colegas do grupo de pesquisa foram elementos essenciais na minha construção enquanto pesquisadora da área histórica. Com isso, ao final do ano de 2010, defendi um TCC intitulado: **“As Concepções Pedagógicas de Filipe Melanchthon nas Fermentações do Século XVI”**.

Ao final do texto do TCC, ainda ficaram algumas curiosidades em relação à Tradição Humanista tão focada por Melanchthon. Tais curiosidades foram somadas à observância do quão rico é o Século XIX – época estudada pelo grupo de pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”. Aprendi muito com esse grupo de pesquisa, sobretudo, os primeiros passos de como fazer pesquisa histórica e busca de fontes primárias. Com isso, após aprovação no processo seletivo para o Mestrado em Educação da UFAL, no ano de 2011, iniciei a pesquisa **“A Tradição Humanista no Ensino Secundário de Alagoas (1839-1889): herança de antigas matrizes”**, cuja defesa ocorreu no ano de 2013. Ao final da pesquisa de Mestrado, novas inquietações surgiram acerca da temática estudada (os relatos estão no próximo tópico).

Após alguns anos de total dedicação ao trabalho, resolvi tentar o retorno aos estudos acadêmicos. A primeira tentativa de ingresso no Doutorado foi no ano de 2017, todavia, não obtive êxito na prova escrita. Em sequência, realizei inscrição no processo seletivo para estudante especial do mesmo Programa (PPGE/CEDU/UFAL). Na época, fui aprovada para cursar a disciplina “Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas” (60h), ministrada pela professora Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes. A referida disciplina foi fundamental para me ajudar a pensar na estruturação do meu novo objeto de pesquisa.

No ano de 2018, com aprovação para estudante regular do PPGE/CEDU/UFAL, iniciei as reflexões sobre a seguinte proposta de pesquisa: “Relações entre Estado brasileiro, política(s) pública(s) e educação formal alagoana dos Oitocentos”. Após debruçamento epistêmico, esse título foi modificado algumas vezes, até a seguinte versão: **Estado Brasileiro dos Oitocentos: trajetórias por concepções, esboços de políticas públicas e implicações para a Educação Formal da Província alagoana (1821 – 1872)**.

Logo, a pesquisa proposta para o Doutorado é permeada de variados elementos da minha trajetória: 1. A curiosidade de pesquisar na área de História da Educação (iniciada na graduação); 2. O desejo de compreender melhor o Século XIX (despertado no grupo de Pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”); 3. Inquietações suscitadas ao final da dissertação de Mestrado (na

época teve dois orientadores: profa. Dra. Maria das Graças de Loiola Madeira e prof. Dr. Walter Matias Lima); 4. Curiosidades acerca das concepções e papel do Estado e Políticas públicas (despertadas nas aulas da profa. Dra. Elione Maria de Nogueira Diógenes).

## 1.2 A constituição e relevância do problema de pesquisa

Durante o Mestrado, foi pesquisado acerca da Tradição Humanista no Ensino Secundário de Alagoas do Século XIX, a partir da paradoxal relação: discurso *versus* concretude. Ou seja, havia discursos de intelectuais oitocentistas que defendiam uma educação mais pragmática (ligada ao “saber fazer”) e, em contrapartida, os programas do ensino secundário nas províncias brasileiras colocavam em evidência as Humanidades e a formação de estilo<sup>4</sup>. Diante disto, buscou-se compreender o porquê da manutenção da tradição humanista, em meio à contradição apontada. Ao final da pesquisa, diversos fatores foram elencados como contribuintes para a manutenção da referida tradição, no ensino secundário alagoano, a saber:

1. A imitação de modelos estrangeiros, sobretudo, dos países europeus considerados como “modelos de civilidade”; 2. A inter-relação entre o trio: humanismo, religião cristã e ensino secundário; 3. Inclinação às exigências dos exames preparatórios que davam acesso ao nível superior; 4. Distinção entre classes através do domínio de saberes considerados como próprios para a formação de lideranças; 5. O intenso revezamento de presidentes de província, entre outros elementos. (SILVA, 2013, p. 8).

A partir do último fator supracitado (a instabilidade administrativa nesta Província), questionamentos surgiram, tais como: Quais outras implicações deste intenso rodízio de presidentes de província? Tratar de administração provincial, também, nos remete a Políticas Públicas e papel do Estado. Logo, em meio a essas reflexões, surgiu o desejo de realizar pesquisa nessa área. Entretanto, outras curiosidades foram colocadas em cena: É possível conceber Estado e Políticas Públicas no Século XIX? Em caso afirmativo, qual(is) tipo(s) de Estado e Políticas as fontes apontam e/ou silenciam?

Antes do ingresso no Doutorado, mais especificamente durante a construção do Projeto de Pesquisa, foram observados os títulos de trabalhos defendidos no PPGE/UFAL, a partir das

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada em nossa Dissertação de Mestrado para designar a intenção de formar *gentlemans*. Ou seja, a função da Tradição Humanista Histórico-literária extrapolava o designo propedêutico, pois também moldava comportamentos considerados belos e diferenciadores de *status* social.

publicações disponíveis no *site* do referido Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*<sup>5</sup>, com intuito de averiguar se havia trabalhos defendidos com proposta de pesquisa semelhante. Nesse caso, foi possível acessar àqueles das turmas ingressantes de 2002 à 2011, que correspondem às pesquisas concluídas de 2003 à 2013.

Durante ajustes no Projeto de pesquisa, no primeiro ano do Curso de Doutorado, solicitou-se à coordenação do PPGE a listagem de dissertações e teses defendidas, para uma análise mais profícua. Na ocasião, a coordenação contribuiu disponibilizando, em março de 2019, cópia de “Relatório de Conferência de Trabalhos de Conclusão”, cadastrados na Plataforma Sucupira, referentes as defesas ocorridas de 2012 à 2018.

Após a análise e cruzamento entre dados, disponíveis no *site* do PPGE/UFAL e registros da Plataforma Sucupira, foram observados **427** trabalhos defendidos no período de 2003 à 2018<sup>6</sup>, os quais podem ser classificados da seguinte forma:

**QUADRO 1 - PRODUÇÕES (DISSERTAÇÕES E TESES) DEFENDIDAS NO PPGE/UFAL EM TERMOS QUANTITATIVOS (2003 À 2018)**

<b>Temática Semelhante ao Proposto na Pesquisa ora Apresentada</b>	<b>Títulos Com a Presença dos Termos: Estado (Sentido Macro) e/ou Política(s) Pública(S), porém em Tempos Históricos Diversos.</b>	<b>Sobre o mesmo Contexto Histórico (Século XIX), porém Acerca de outras Temáticas.</b>	<b>Temáticas Diversas</b>
0	5	12	410

**Fonte:** Quadro construído pela autora.

Notou-se que nenhuma dessas pesquisas teve o viés aqui proposto, considerando-se a junção das categorias de análise (Estado, Políticas Públicas e Educação alagoana) e o contexto

<sup>5</sup> Em termos de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado), especificamente nas áreas de Educação, Ensino e História, há em Alagoas: O PPGE (Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado Acadêmico) do Centro de Educação da UFAL; Rede Nordeste de Ensino (RENOEN) – que oferta Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática (a UFAL corresponde a um dos polos, com professores do Centro de Educação, Instituto de Física, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde e do *Campus* Arapiraca); Mestrado em História do ICHCA (Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes) da UFAL; Mestrado Profissional de Ciências e Matemática do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM) da UFAL; Mestrado Acadêmico em Ensino e Formação de Professores do *Campus* Arapiraca da UFAL; Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica/ProfEPT (UFAL - *Campus* Benedito Bentes).

<sup>6</sup> Optou-se por fazer o referido levantamento até o ano de 2018, pois corresponde ao ano do meu ingresso como estudante efetiva no Doutorado em Educação do PPGE/UFAL.

histórico proposto (Século XIX). As pesquisas que tratam de Estado e Políticas Públicas partem de um contexto atual. E aquelas que se referem ao Século XIX (mais precisamente 12 dissertações) tratam de outras temáticas: atuação de religiosos, instituições de ensino, escravizados, concepção de mocidade, ensino secundário, noções de infância, inspeção escolar, intelectuais alagoanos, entre outros.

Na segunda coluna do Quadro 1 (quantidade de títulos com os termos Estado e Políticas Públicas em tempos históricos diversos) foram contabilizadas apenas as produções com o uso dos termos “Estado” (no sentido macro) e “Políticas Públicas”. Embora compreenda-se que não se pode inferir que esses elementos não foram trabalhados nas pesquisas, apenas levando em consideração o fato de um título não deixar explícito o termo “Estado” ou “Políticas Públicas”, há trabalhos que utilizam o termo política de forma bem específica, a saber: “política de assimilação”, “política curricular”, “política de formação continuada”, “política de educação a distância”, “política de qualificação”... O que não significa necessariamente tratar-se de políticas públicas.

De modo geral, a pesquisa aqui proposta é inédita, tanto do ponto de vista da temática quanto do contexto. Possui ampla relevância científica e social, pois, traz à tona o entendimento acerca de fontes antigas, além de contribuir para que os leitores, inevitavelmente, façam a relação com questões do presente; questões essas, que não surgiram agora, mas têm suas bases em momentos passados. Dentre as contribuições, destacam-se: o diferencial de busca por vestígios de políticas públicas no Século XIX, a observância de que ações e/ou omissões do Estado não surgiram na Contemporaneidade, bem como, compreensão dos contornos estruturantes da educação formal alagoana.

No ano de comemoração aos 15 anos de existência do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL, Prado e Santos (2017) dedicaram um dos capítulos do livro “Pesquisas em Educação em Alagoas: múltiplos enfoques” às reflexões acerca da produção científica da linha de História e Política da Educação, integrante do referido Programa. No texto, as pesquisadoras sublinham que à época de escrita do referido artigo, os “dados coletados não permitiram a definição do número exato da produção do Programa no período de 2001 a 2016”, pois “não há uma uniformidade entre os dados disponíveis” nas diversas ferramentas de produções acadêmicas/repositórios digitais (PRADO; SANTOS, 2017, p. 20).

Diante do exposto acerca da falta de uniformidade, Prado e Santos (2017) optaram por consultar os Currículos Lattes dos docentes vinculados ao PPGE/UFAL em busca de dados mais

precisos no que diz respeito à quantidade de defesas ligadas à Linha de História e Política da Educação ao longo dos 15 anos do referido Programa. Logo, a partir dessa busca, as pesquisadoras localizaram o total de 159 defesas (156 dissertações e 3 Teses) na Linha de História e Política da Educação, a mais antiga do PPGE/UFAL, que está presente desde a criação do Programa.

A metodologia utilizada por Prado e Santos (2017, p. 24) na busca pelos dados supracitados foi “uma forma mais trabalhosa”, conforme as palavras das autoras, porém, trouxe mais segurança para elas no que concerne à precisão de dados. De forma semelhante, na nossa produção acadêmica, também optou-se por esse caminho mais árduo na busca de dados, ou seja, para se chegar à quantidade de produções registradas no Quadro 1, foi necessário um trabalho manual de observação de títulos, um a um (disponibilizados no *site* do PPGE e em relatórios da Plataforma Sucupira, disponibilizados pela Coordenação do PPGE/UFAL).

Após a construção do Quadro 1, mencionado nessa Introdução, surgiu a curiosidade de se observar as concepções de Estado e Políticas Públicas que respaldam as 5 (cinco) pesquisas mencionadas na segunda coluna. Tais produções possuem os seguintes títulos:

**QUADRO 2 - TÍTULOS DE DISSERTAÇÕES E TESES (2003 A 2018<sup>7</sup>), DEFENDIDAS NO PPGE/UFAL, QUE APRESENTAM OS TERMOS “ESTADO” (SENTIDO MACRO) E “POLÍTICAS PÚBLICAS”**

TIPO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA	TÍTULOS/AUTORES
Dissertação	1. “Gestão democrática na rede estadual de ensino de Alagoas: percepções e perspectivas de uma <b>política pública</b> ” (Autora: Flávia Maria Monteiro de Lima Emiliano / Ano: 2008);
Dissertação	2. “A Inspeção Escolar em Alagoas Pós LDB N° 9394/96: Um Instrumento de Controle do <b>Estado</b> ou uma Instância de Avaliação?”. (Autora: Maria José Alves Costa/ Ano: 2009);
Dissertação	3. A Gestão das <b>Políticas Públicas</b> Educacionais para a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Maceió no Período de 2005 a 2010 (Autora: Maria Jeane Bomfim da Silva/ Ano: 2012);

<sup>7</sup> O recorte foi feito, considerando o meu ano de ingresso no Doutorado, todavia, reconhece-se que após o ano de 2018, outras pesquisas foram concluídas no PPGE/UFAL, cujo tema semelhantemente contribui para a compreensão do Estado e políticas públicas, dentre os quais: MELO, Donizete Medeiros de. **As Políticas Públicas de Educação enquanto campo multidisciplinar**. Maceió, UFAL: 2020. (Dissertação de Mestrado).

<b>Dissertação</b>	4. Política de Qualificação para o Setor Sucroalcooleiro: Uma Crítica aos Limites do <b>Estado</b> Moderno (Autora: Maria Fernanda da Silva/ Ano: 2012);
<b>Dissertação</b>	5. O Discurso da Democratização do Acesso à Leitura nas <b>Políticas Públicas</b> do <b>Estado</b> Brasileiro: Condições de Produção e Efeitos de Sentido da Mercantilização (Autora: Antonieta Mirian De Oliveira Carneiro Silva/ Ano: 2014);

**Fonte:** Quadro construído pela autora.

Os títulos supracitados despertaram curiosidade: Quais as concepções de Estado e Políticas Públicas utilizadas nas dissertações mencionadas no Quadro 2? De qual forma essas concepções podem se relacionar à nossa pesquisa?

Na primeira produção acadêmica, citada no Quadro 2, o termo Estado não foi mencionado no título, porém, logo no resumo da dissertação, a autora destaca que sua pesquisa “apóia-se teoricamente na concepção de Estado defendida por Gramsci, ao assumir que o Estado é uma síntese de sociedade política e de sociedade civil, de Estado-coerção e de aparelhos privados de hegemonia” [sic.] (EMILIANO, 2008, p. 7). Nessa perspectiva, a autora destaca que o Estado pode organizar tanto o consenso quanto a dominação social, pois, “ao mesmo tempo em que o Estado organiza o poder, desorganiza as categorias representativas da sociedade civil que se opõem ao poder” (EMILIANO, 2008, p. 14).

Flávia Emiliano (2008) foca no aspecto de que a Gestão Democrática é uma política pública, porém, não foi possível identificar a concepção de política pública que norteou a pesquisa. Todavia, a pesquisadora fez uma pincelada no que concerne à política de governo, quando afirma: “Vale considerar que a gestão democrática deve ser política pública e política de governo, visto que consiste em uma iniciativa que diz respeito à sociedade como um todo” (EMILIANO, 2008, p. 64).

Na segunda dissertação supracitada (“A Inspeção Escolar em Alagoas Pós LDB nº 9394/96: Um Instrumento de Controle do **Estado** Ou Uma Instância de Avaliação?”), nota-se que não houve o destaque de qual concepção de “Estado” está servindo de ponto de partida; entretanto, a pesquisadora sublinha o papel “controlador” do Estado (sentido amplo) e, com frequência destaca o “Estado de Alagoas” (sentido micro).

A terceira dissertação, em evidência no Quadro 2, traz como título: “A Gestão das **Políticas Públicas** Educacionais para a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação

de Maceió no Período de 2005 a 2010”. No referido texto, a pesquisadora Maria Jeane ao mencionar o distanciamento entre a regulação e efetivação de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerou relevante trazer citação acerca da concepção de “Políticas sociais” com base em Faleiros (1991, p. 8):

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumentos do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. [sic.] (FALEIROS apud SILVA, 2012, p. 38).

Essa abordagem ilustra as múltiplas facetas de uma política pública, na complexa relação entre Estado e Sociedade.

Na dissertação supramencionada, semelhantemente à primeira, há a preocupação em distinguir “Políticas públicas de Estado” (ações efetivas de longa duração) e “políticas de governo” (pontual e sem garantia de permanência). Entretanto, algo que chama atenção é o fato da pesquisadora, Maria Jeane, apresentar o papel do Estado como “impulsionador” de “mudanças culturais e sociais da população” (SILVA, 2012, p. 81). Nessa perspectiva, em sequência menciona Mendes (2009, p. 33), para a qual, “política pública pode ser definida como um conjunto de ações propostas pelo Estado que visa atingir certos objetivos em uma ou mais áreas”. (MENDES apud SILVA, 2012, p. 81).

A quarta dissertação, apresentada no Quadro 2, traz como título: “Política de Qualificação para o Setor Sucroalcooleiro: Uma Crítica aos Limites do **Estado** Moderno”. Nessa produção, Maria Fernanda da Silva (2012, p. 11) analisa seu objeto de estudo com base na concepção de Karl Marx acerca do Estado Moderno. Nessa perspectiva, faz a seguinte afirmativa:

[...] a função apontada por Marx como sendo a do Estado Moderno, qual seja, a de gerir dentro de seu campo de atuação (a política) ações socioeconômicas que em seu âmago estão voltadas para a defesa dos interesses de uma determinada classe (a dos capitalistas), tendo em vista a manutenção de sua dominação, em detrimento da submissão e penúria da outra classe (a dos trabalhadores) dentro do sistema do capital. (SILVA, 2012, p. 11)

Por fim, a quinta dissertação mencionada no Quadro 2 (“O Discurso da Democratização do Acesso à Leitura nas **Políticas Públicas** do **Estado** Brasileiro: Condições de Produção e Efeitos de Sentido da Mercantilização”) traz em seu título duas categorias que nos interessam: “Políticas Públicas” e “Estado”. A autora, Antonieta Mirian de Oliveira Carneiro Silva (2014), analisa a leitura enquanto política pública, apoiando-se nos postulados marxistas, no trato do

objeto de pesquisa. Assim, considerando o contexto Capitalista, a referida pesquisadora apresenta o Estado como “regulador das relações sociais pró-capital e defensor da propriedade privada” (SILVA, 2014, p. 26). E nessa perspectiva, afirma que “as políticas públicas são uma forma de resposta do Estado às necessidades do capital”. (SILVA, 2014, p. 28).

A autora da pesquisa acima afirma que “a presença do Estado nem sempre foi necessária para a humanidade” (SILVA, 2014, p. 25). Nesse caso, exemplifica as comunidades primitivas. E, completa: “o Estado esteve presente nas relações do modo de produção escravista, feudal e está no modo capitalista com as peculiaridades impostas pelo comando do capital” (SILVA, 2014, p. 26).

Diante do exposto, fica evidente o predomínio dos pressupostos marxistas nas cinco pesquisas mencionadas acima, sobretudo, na visão acerca da função do Estado e políticas públicas. Há o destaque para as contradições e manutenção do *status quo* da classe dominante. Todavia, algumas inquietações surgem, a saber: Apenas os atores estatais podem impulsionar mudanças na população? E o movimento adverso? As políticas públicas podem surgir de movimentos da sociedade civil? – Tais questionamentos também compõem nossa curiosidade no contexto proposto para se pesquisar.

A noção de Estado, por exemplo, é de complexa elaboração e vem sendo construída ao longo de séculos, por vários pensadores. Dentre as diversas concepções<sup>8</sup>, presentes nos clássicos, chama atenção: Thomas Hobbes (1651)<sup>9</sup> que, no livro “Leviatã”<sup>10</sup>, apresenta o Estado acima dos interesses pessoais, cuja característica se assemelha a um monstro; Adam Smith<sup>11</sup> (1723-1790) – considerado o pai do Liberalismo – defende que na Lei da oferta e da procura, o mercado seria uma espécie de mão invisível, por isso, em sua visão, o Estado deveria ter uma postura não reguladora, isto é, um guardião da esfera privada; para Marx (1848)<sup>12</sup>, por exemplo, o Estado atua na

---

<sup>8</sup> Indicam-se as seguintes leituras:

– Livro: “Os Clássicos da Política” (Francisco C. Weffort)

– Dicionário de Políticas Públicas (Geraldo Di Giovanni e Marco Aurélio Nogueira)

<sup>9</sup> HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). 3. ed. [Ano da publicação original: 1651, em Paris].

<sup>10</sup> O nome “Leviatã”, em narrativa bíblica (Isaías 27.1) é um monstro marinho, que na exegese bíblica corresponde ao diabo ou às forças espirituais do mal. Entretanto, Thomas Hobbes se apropriou desse termo para realizar uma metáfora em relação ao Estado, considerando três aspectos: matéria, forma e poder.

<sup>11</sup> Menção acerca de Adam Smith a partir do **Dicionário de Políticas Públicas** (Geraldo Di Giovanni e Marco Aurélio Nogueira), 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Fundap, 2015, p. 520.

<sup>12</sup> MARX apud NOGUEIRA: Menção ao “Manifesto do Partido Comunista” (1848) a partir do **Dicionário de Políticas Públicas** (Geraldo Di Giovanni e Marco Aurélio Nogueira), 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Fundap, 2015, p. 326.



manutenção dos interesses da classe dominante, entre outras acepções. Logo, quão complexo é tratar dessa temática!

Conforme artigo de nossa autoria, em síntese,

Estado é um ente marcado por contradições. Para alguns autores, tem em sua essência a neutralidade, porém, diversas ações ao longo da História apontam o contrário. É um ente burocratizado, regido por leis, regras, hierarquia; é composto pela faceta de Governo/Gestão (apesar de não se restringir a ela); é agente e espaço de dominação (coerção), bem como, também pode ser considerado ambiente ético e sociocultural (*modus vivendi*). (SILVA e DIÓGENES, 2018, p. 5)

Tratar de Políticas Públicas, semelhantemente, não é algo simples, cuja discussão tem relação ao Estado. Contudo, é válido ressaltar que Política pública não se limita à política de governo, pois esta segunda é pontual e restrita temporalmente ao mandato de determinada gestão. No entanto, as políticas públicas tem ações mais duradouras e fecundas.

A partir dos estudos de Secchi (2015, p. 2), compreende-se que “uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público” (**grifo nosso**). O referido autor apresenta variadas tipologias de conteúdos de Políticas Públicas, dentre as quais, chamou-nos atenção a menção feita a Lowi<sup>13</sup> (1985), para o qual há quatro tipos de Políticas Públicas: 1. Políticas Regulatórias (estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados); 2. Políticas distributivas (geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes); 3. Políticas redistributivas (concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores); 4. Políticas constitutivas (definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas, ou seja, são as regras sobre poderes ou regras sobre regras). (SECCHI, 2015, p. 25).

“[...] Nesse campo minado em sua própria gênese”, como diria Diógenes (2014, p. 33), surge o desafio de compreender “Estado” e “Políticas públicas” num tempo pretérito, tendo em vista que, nas pesquisas acadêmicas, prevalece o olhar acerca dessas duas categorias sob o vínculo às problemáticas contemporâneas. Não obstante, na pesquisa proposta, buscam-se elementos que cooperem na compreensão se há possibilidade de conceber Estado e Políticas Públicas no Século

---

<sup>13</sup> LOWI, T. J. The State in politics: the relation between policy and administration. In: NOLL, R. G. (Org.) Regulatory policy and the Social Sciences. Berkeley: University of California Press, 1985, p. 67 – 105.

XIX e, se for possível identificar esses dois elementos, qual(is) a concepção(ões) estava(m) intrínseca(s) no referido contexto.

O Século XIX foi época de descobertas e efervescências sociais, denominado por Hobsbawm (2015) como “Era das Revoluções”. E para Cambi (1999) corresponde ao “Século da Pedagogia, dos conflitos ideológicos, modelos formativos e saberes da educação”. Trata-se de um contexto com interferências em vários âmbitos sociais. Dentre as invenções surgidas no período em tela, pode-se citar: transmissão elétrica através de cabos, lâmpada incandescente, caneta tinteiro, surgimento da fotografia, locomotivas a vapor e elétricas, fogão a gás, primeiro telefone, extintor de incêndio, revólver, entre outros. Na esteira das epistemologias, tem-se o estabelecimento das Ciências Humanas como disciplinas científicas. No campo socioeconômico: a consolidação do Capitalismo. E na perspectiva filosófica, sociológica e política: surgimento da doutrina Positivista.

Logo, o Oitocentos foi e continua sendo rico para a humanidade. Cabe a nós, pesquisadores, elencar perguntas<sup>14</sup> as quais contribuam na busca da compreensão dessas riquezas. Assim, dentre as indagações que surgiram no início do trilhar, desta pesquisa, estão: 1. De que forma as fontes oitocentistas abordam a Independência do Brasil e como essa temática traz elementos sobre o perfil de Estado-nação do Brasil monárquico? 2. É possível homogeneizar a concepção de Estado brasileiro no Século XIX ou existiam tipos de Estado brasileiro? 3. As fontes sinalizam indícios de políticas públicas para educação formal no século XIX? Quem eram seus idealizadores? O Estado e/ou a nação? 4. De qual forma as ações estatais se refletiram na educação formal da Província alagoana no Império? 5. O que as entrelinhas das fontes oitocentistas revelam sobre os discursos e práticas de Administração da educação formal alagoana? – Cada um desses questionamentos está vinculado diretamente a um capítulo da Tese. A reunião das referidas indagações deu origem à pergunta norteadora da nossa pesquisa.

Diante do exposto, a pergunta-síntese cerne dessa pesquisa consiste em: **Quais concepções de Estado-nação brasileiro podem ser inferidas a partir de fontes do período de 1821 a 1872 e, de forma associativa, como se refletiam em políticas públicas para a educação formal da Província Alagoana?**

---

<sup>14</sup> Fazer questionamentos ao longo do texto não corresponde necessariamente a uma peculiaridade da pesquisa histórica/historiográfica, mas é um estilo nosso de estruturação de ideias e organização de argumentos.

Durante a elaboração do Projeto de pesquisa, a problemática original era diversa: “Quais as relações entre a Educação da província alagoana, o Estado brasileiro e as Políticas Públicas, a partir de vestígios históricos do Século XIX?”. Entretanto, a partir de estudos realizados nos primeiros semestres do curso de Doutorado em Educação, sentiu-se a necessidade de modificá-la. Pode-se ter a impressão de que as modificações foram sutis, porém, fazem diferença do ponto de vista das escolhas epistemológicas.

A mudança na ordem de alguns termos na pergunta norteadora, por exemplo, trouxe nova nuance. A princípio, a pesquisa iria partir da discussão sobre educação até chegar às políticas públicas. Em sequência, optou-se por compreender a relação proposta a partir da concepção e ações do Estado e suas reverberações sobre políticas públicas para a educação alagoana oitocentista.

Foram relevantes os estudos de Santos Filho (2013, p. 42), para o qual, mais adequado para as pesquisas qualitativas é o uso do “como” ao invés do “porquê”. Outro texto que corrobora para o entendimento supracitado, é o livro “A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva”, no qual a autora, ao tratar da elaboração de perguntas desencadeadoras, sublinha: “questões que indagam o ‘como’ de alguma experiência induzem a uma narrativa, a uma descrição” (SZYMANSKI, 2008, p. 30). Por outro lado, o uso de “por que” iria estimular a “elaboração de causas” (ibidem, p. 31), isto é, resultaria em respostas mais pontuais.

Nesse caminhar, outras inquietações surgiram, dentre as quais: 1. Diante da intensa instabilidade administrativa, de qual forma as políticas públicas (estruturantes e/ou operacionais) sustentavam a educação da Província alagoana no período Imperial? 2. Como o rodízio administrativo afetou a educação formal (instituições públicas e privadas) da província alagoana no período Imperial? 3. No contexto do Século XIX, como compreender políticas públicas atreladas à educação formal alagoana a partir de uma visão multicêntrica (considerando que as iniciativas podem partir tanto de atores estatais quanto de organizações privadas)?

Os conceitos implícitos nas perguntas acima elencadas (políticas públicas estruturantes, operacionais e multicêntricas) possuem base nos estudos de Leonardo Secchi, o qual apresenta no seu livro “Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos” a complexidade que envolve a concepção de “Políticas Públicas”. Nessa perspectiva, o referido autor vincula Políticas Públicas ao “conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2015, p. 1, **grifo nosso**), ou seja, para ele, “uma

política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2015, p. 2, **grifo nosso**).

Esse enfrentamento ou intenção de responder a uma problemática pública não seria compreendido apenas por atividades, pois, para Secchi (2015), a passividade também pode ser considerada como integrante de política pública. Fica evidente que ponderar sobre política pública não é algo simples e envolve os chamados “nós conceituais”, a saber: 1. Apenas atores estatais podem ser protagonistas na criação de políticas públicas? Ou atores não estatais também tem esse poder? 2. Situações de omissão e negligência podem ser consideradas políticas públicas? 3. O que se pode considerar como políticas públicas: diretrizes estruturantes ou operacionais? Ou ambas? (SECCHI, 2015, pp. 2-9).

Assim, concorda-se com Secchi para o qual “o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas”, portanto, parte-se da “abordagem multicêntrica” (SECCHI, 2015, p. 4). Para Secchi (2015, p. 6), “situações de omissão ou negligência governamental não devem ser consideradas políticas públicas, mas apenas falta de inserção do problema na agenda formal”. Por outro lado, o referido autor defende que a passividade ou inações fazem parte de políticas públicas.

Com relação ao terceiro “nó conceitual”, apresentado acima, Secchi (2015, p. 7) afirma que “o nível de operacionalização não é um bom critério para o reconhecimento de uma política pública”, pois tal visão seria restritiva e excludente; assim, compreende que “tanto as diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacional” podem ser consideradas políticas públicas. Diante do exposto, um questionamento se faz necessário na nossa pesquisa: As fontes localizadas do Século XIX trazem algum vestígio de diretrizes operacionais? Ou apenas estruturantes? – Assunto tratado em outra seção do texto.

No processo de abordagem do objeto de pesquisa, disciplinas integrantes do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFAL tiveram significativa relevância, dentre as quais:

- \_ “Educação Brasileira” (disciplina cursada à época do Mestrado);
- \_ “Historiografia da Educação: Teoria, Método e Fonte II” (disciplina cursada no Mestrado);
- \_ “Pesquisa em Educação” (disciplina cursada no Mestrado e obrigatória no primeiro semestre do Doutorado);

\_ “Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas” (disciplina cursada como discente especial do Doutorado);

\_ “Seminários Avançados de Pesquisa em Políticas Públicas: Gestão e Educação I -Análise de Conteúdo” (disciplina eletiva no PPGE/CEDU/UFAL);

\_ “Seminários de Pesquisa: desenvolvimento de projetos” (Atividade Complementar no segundo semestre do Doutorado em Educação).

A relevância de tais disciplinas diz respeito ao subsídio no estudo de temáticas vinculadas às três principais facetas que compõem a pesquisa ora apresentada: Estado, Políticas Públicas e Educação formal alagoana (considerando instituições públicas e privadas) no contexto do Século XIX. Estas são as categorias definidas *a priori*, porém, ao longo da pesquisa, a pesquisadora esteve atenta ao surgimento de outras possibilidades, a partir da análise das fontes. Dentre as necessidades, sentidas durante a pesquisa, esteve a investigação preliminar acerca do sentido de “Independência” na composição do Brasil oitocentista.

A nossa pesquisa partiu das seguintes hipóteses:

- No período monárquico há heterogeneidade quanto às visões sobre a função do Estado brasileiro;

- A paradoxal relação entre a descentralização política e as práticas de concentração/ fortalecimento do Poder Central tem como pano de fundo a concepção de um Estado mantenedor de privilégios e omissão de ações voltadas à educação.

- Apesar da maior presença de Políticas Públicas Estruturantes (a nível nacional), algumas inquietações sociais locais (partindo de diversos atores no Século XIX) podem ter influenciado na construção de Políticas Públicas, com interferências na educação alagoana.

- Os impactos da instabilidade administrativa na Província alagoana podem ser semelhantes nas Instituições secundárias públicas e privadas, considerando o seu público frequentador, no Século XIX. Todavia, com divergências ao se comparar com as Primeiras Letras;

- *Déficits* do investimento estatal, no que diz respeito ao material humano e instrumental direcionados à educação alagoana oitocentista.

A validade das hipóteses supracitadas foi verificada durante a análise e interpretação das fontes. Desse modo, **a pesquisa está fundamentada na seguinte tese:** O sentido de Estado Brasileiro, no período de 1821 a 1872, tem como fio condutor centralidade e força de mando, todavia, simultaneamente, é marcado por heterogeneidade e ações paradoxais. Tais feições

perpassam o esboço de delineadores (incipientes) de políticas públicas no contexto oitocentista, com reflexos na educação formal da Província alagoana, cuja estrutura de conteúdos e métodos é de longa duração. Nessa perspectiva, infere-se, a partir das fontes, que as demandas encontradas na educação alagoana foram mantidas ao longo do cinquentenário estudado, em virtude da reduzida autonomia local e intenso rodízio de presidentes provinciais, entre outros fatores atrelados ao poder centralizador do Estado.

No Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação da UFAL é possível encontrar um grupo de pesquisa que se debruça nas investigações acerca de Estado e Políticas Públicas: O GEPE (Grupo sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira).

De acordo com Andrade (2016, p.13), “O propósito do GEPE está em aglutinar pesquisadores/as e estudiosos/as das diversas áreas do conhecimento para estudar com um olhar analítico acurado à realidade brasileira no campo da educação e sua interrelação com o Estado e as políticas públicas de caráter social” [sic]. Além disso, ressalta que as lideranças desse grupo de pesquisa “acreditam que a transdisciplinaridade é mais do que necessário: é premente” (ANDRADE, 2016, p. 13). Logo, a pesquisa proposta contribuirá de forma recíproca, pois os trabalhos já realizados pelo GEPE fundamentam a pesquisa e esta irá enriquecê-los.

Nos registros presentes no Diretório de pesquisa do CNPq é possível observar que o GEPE possui três linhas temáticas: 1. Avaliação de políticas, programas e projetos educacionais, 2. Estado e Políticas sociais: educação formal e não-formal e 3. História da Educação e Gestão da Educação Pública Brasileira. Todavia, as produções científicas do grupo não estão vinculadas na mesma proporção às temáticas citadas. Tal afirmação é feita com base em análise feita das produções concluídas no período de 2010 (ano de fundação) a 2019.

Ao se fazer um cruzamento de dados presentes no Diretório de Pesquisas do CNPq e currículo Lattes dos egressos e atuais membros do GEPE, observam-se que no período de 2010 a abril de 2019 foram defendidos 40 trabalhos acadêmicos distribuídos da seguinte forma: 14 TCCs de Graduação em Pedagogia, 08 TCCs de Especialização, 16 Dissertações de Mestrado e 02 Teses de Doutorado.

Os TCCs supracitados que não estão disponíveis em repositórios ou Plataformas digitais, o que inviabilizou um balanço mais detalhado. Apenas foram localizadas 17 produções, a saber: 16 dissertações de Mestrado e 1 Tese de Doutorado (defendida em março de 2019, esta consistiu na primeira tese do grupo de pesquisa). A partir desse levantamento foi possível registrar o seguinte:

A maior parte das produções do GEPE analisadas encontram-se na linha-temática “Avaliação de políticas, programas e projetos educacionais” (52,9%). A segunda temática, em termos percentuais, é: “Estado e Políticas sociais: educação formal e não-formal”, com 35,3% dos trabalhos. E por fim, a temática com menor quantidade de trabalhos atrelados denomina-se “História da Educação e Gestão da Educação Pública Brasileira” (11,8%).

Portanto, a pesquisa aqui apresentada irá reforçar a linha-temática que tem o menor percentual de produções vinculadas ao Grupo de Pesquisa acima mencionado.

## 2 CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS EM BUSCA DA RADIOGRAFIA DAS FONTES

### 2.1 Diálogo entre Escola dos *Annales* e Análise de Conteúdo

A metodologia diz respeito aos caminhos trilhados ao longo da pesquisa. Caminho esse despontado a partir de problemáticas em busca de respostas sistematizadas, isto é, que necessitam de método epistemológico.

A pesquisa ora apresentada é predominantemente “qualitativa”, porém, essa denominação genérica não é suficiente para revelar todas as entrelinhas dos caminhos percorridos. Outro aspecto que merece destaque é o apontamento feito por Gamboa (2003, p. 394) em relação ao cuidado com os “falsos dualismos” (tanto técnico quanto epistemológico), ou seja, para além de se quantificar ou qualificar, é necessário compreender os pressupostos epistemológicos e filosóficos de determinada abordagem metodológica. Nessa perspectiva, em sequência há o detalhamento dos percursos e escolhas metodológicas feitos nas trajetórias da pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa **histórica**, fundamentada na abordagem teórica da **Escola dos *Annales***. Do ponto de vista das fontes utilizadas, é caracterizada como **bibliográfica e documental**. E, no que concerne ao tratamento e análise de dados, utiliza-se uma técnica originada na filologia: a **Análise de Conteúdo** (com base em Laurence Bardin).

Com relação ao primeiro aspecto, três obras são fundamentais para a compreensão dos entornos da pesquisa histórica e/ou historiográfica: “*Apologia da História ou O ofício de historiador*”, de Marc Bloch (2001) e “*O Sabor do Arquivo*”, de Arlette Farge (2009) e “*A Pesquisa Histórica: teoria e método*” de Julio Aróstegui (2006).

Bloch (2001) foi um historiador medievalista francês, que criticava uma historiografia positiva, pois ela se apoiava em fatos, nomes destacados e heróis. Nesse sentido, esse fundador da Escola dos *Annales*<sup>15</sup>, não aceitava a concepção dos historiadores positivistas, os quais entendiam que o trabalho do historiador se limitava à “coleta de fatos”.

Bloch (2001) se opunha a ideia de passado como um dado rígido, que ninguém altera ou modifica; para ele, os documentos são vestígios, os quais “falam” quando se sabe interrogá-los, isto é, a pergunta que condiciona a análise, elevando ou diminuindo a relevância de um determinado texto retirado do passado.

---

<sup>15</sup> Movimento historiográfico fundado, na França em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch.



Farge<sup>16</sup> (2009), por sua vez, chama atenção para o fato de que um arquivo é atrativo não pela sua forma ou vestígio, mas em virtude das possibilidades suscitadas no momento da busca. A referida autora, inclusive, compara o trabalho do historiador ao trabalho de um artesão, pois com frequência trabalha com as mãos, ao fazer cópias literais de textos de outrora, que ajudarão na descoberta de sentidos. Nessa perspectiva, sublinha:

O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação. Sem pensar muito nisso. E pensando o tempo todo. Como se a mão, ao fazê-lo, permitisse ao espírito ser simultaneamente cúmplice e estranho [...] (FARGE, 2009, p. 23).

No Historicismo<sup>17</sup>, a História é vista como suficiente para explicar tudo; porém, na visão de Bloch (2001), a História enquanto ciência do homem no tempo e que rumo à inteligibilidade, precisa dialogar com outras ciências (Sociologia, Arqueologia...). Também, destaca que “[...] toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção” (BLOCH, 2001, p. 79). Esta procura teria origem no “espírito”, ou seja, o desejo do historiador seria a mola propulsora da investigação. Este historiador, inclusive, percebe a busca como algo mais significativo do que o achado em si.

O historiador espanhol Júlio Aróstegui (2006, p. 6) apresenta a História e/ou Historiografia enquanto elemento plasmado na sociedade, cuja natureza é composta por duas entidades inseparáveis: “ser social” e “ser temporal”. E nesse contexto, o historiador precisa ir além da leitura superficial, buscando a superação da mera descrição: “Um historiador não lê, para ver o que há, senão buscando coisas orientadas por um projeto prévio de observação. Há uma análise externa e interna de um documento, da forma e do conteúdo. Uma análise contextual e outra substancial”. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 521).

Conforme mencionado anteriormente, essa é uma pesquisa **bibliográfico-documental**. Para Gil (2008), **bibliográfico** diz respeito ao estudo desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, porém, **documental** vale-se

<sup>16</sup> Arlette Farge: Historiadora francesa com larga experiência em Arquivos.

<sup>17</sup> De acordo com Barros (2012, p. 408), o paradigma Historicista possui dois ramos: “Historicismo mais Conservador” (vinculado ao chamado “Realismo historicista”, o qual conserva traços do Positivismo) e “Historicismo relativista” (crítica o conservadorismo, concebendo que tanto o objeto histórico quanto o próprio historiador são relativos, não se limitando, assim, a “constatar” informações presentes nas fontes).

Gamboa (2003, p. 394) qualifica o Historicismo como “alternativa” à abordagem empírico-analítica, isto é, seria uma resposta aos limites apresentados pelas abordagens empírico-analíticas, as quais excluem a subjetividade.

de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Portanto, na observação documental não se constrói os próprios documentos. Este tipo de pesquisa não é fácil, todavia, o prazer de achar vestígios históricos que contribuam na(s) resposta(s) à pergunta de pesquisa é semelhante ao de um minerador ao achar ouro em suas escavações.

Essa investigação não se limita a um único vestígio histórico. Abrange tanto “**fontes primárias**” quanto “**secundárias**”. Fontes primárias (documentais): relatórios de lideranças políticas da província, obras de alagoanos que viveram no Século XIX, documentos de instituições de ensino de Alagoas, regulamentos e leis locais/nacionais, jornais, fotos/ imagens, entre outros. Fontes secundárias (bibliográficas): Artigos publicados em periódicos de circulação nacional, livros de estudiosos na área, TCCs, dissertações, teses, que abarcam elementos para a compreensão do período selecionado nesta pesquisa. Enfim, diversos materiais como aportes para a compreensão do período selecionado.

Utiliza-se o termo “documentos” num sentido amplo, que vai além dos textos oficiais. De forma simultânea à busca das fontes, as análises foram feitas à luz da literatura produzida e publicada a respeito da temática proposta.

Após os semestres iniciais do Curso de Doutorado no PPGE/CEDU/UFAL, nos quais foram cumpridas diversas atividades<sup>18</sup>, tinha-se a intenção de buscar vestígios históricos, pertinentes à temática de pesquisa, no primeiro semestre de 2020. A ideia inicial era procurar fontes no Instituto Histórico, bem como, no Arquivo Público de Alagoas. Entretanto, essa pretensão foi frustrada, em virtude da pandemia do Corona Vírus Disease (COVID)<sup>19</sup>, o que resultou em várias restrições na sociedade, de modo que os sujeitos se viram em condição do “isolamento social”. Assim, durante o isolamento, optou-se por análises de fontes digitalizadas e disponibilizadas em repositórios *on-line*.

Nessa perspectiva, os primeiros documentos analisados foram relatórios de presidentes de província disponíveis no *site* do *Center for Research Libraries*, sediado em Chicago. As referidas análises ocorreram na seguinte sequência:

---

<sup>18</sup> Disciplinas obrigatórias e eletivas, proficiência em línguas estrangeiras, participação em eventos acadêmicos, comunicações orais, publicação de artigos (em periódicos, Anais de Congressos e capítulos de livros), reuniões do grupo de pesquisa e estágios em docência.

<sup>19</sup> Os primeiros casos de infecção, pelo vírus do covid-19, foram detectados no final do ano de 2019, na China, atingindo todas as nações do mundo no ano de 2020, cujas interferências sociais também foram visíveis no ano de 2021.

1. Os relatórios em pdf foram submetidos a um filtro do *Software* gratuito *WordClouds* para mapear as palavras mais citadas no documento. Após essa etapa preliminar, foi feito um trabalho manual de seleção dos tipos de palavras que seriam consideradas. Assim, da lista geral, excluíram-se: conjunções, numerais, verbos, advérbios, preposições e pronomes. E, por fim, foram deixados em evidência: substantivos e adjetivos, para melhor atender à finalidade dessa pesquisa.
2. Seleção dos 20 substantivos e/ou adjetivos mais citados;
3. Análise dos 10 termos mais mencionados, considerando os quadros construídos pela autora. A referida análise foi composta por um trabalho manual de seleção de fragmentos atrelados a cada palavra, bem como, registro de categorias e inferências (Essa metodologia será melhor explicada nas próximas páginas).

Nesse trilhar, é válido sublinhar um cuidado que se deve ter nas pesquisas históricas e/ou historiográficas: o **anacronismo**. Este, para Loraux (1992, p. 57), pode ser entendido como “o pesadelo do historiador, o pecado capital contra o método, do qual basta apenas o nome para constituir uma acusação infame, a acusação – em suma – de não ser um historiador, já que se maneja o tempo e os tempos de maneira errônea”.

Com vistas a evitar o anacronismo, levou-se em consideração a sugestão de Bloch (2001), para o qual o ideal é conduzir a análise com auxílio de uma dupla linguagem: a da época estudada, bem como, da disciplina histórica atual. Assim, a pesquisa foi realizada com a preocupação de evitar “lentes” preconceituosas ou anacrônicas” e, simultaneamente, com o cuidado de não tratar o vestígio encontrado como lei (a chamada tendência de “encantamento”), nem tomar a literatura publicada como dogma.

A pesquisa histórica demanda tempo para ser concretizada. Num movimento de “garimpagem”, o pesquisador busca fontes que tenham relação direta com seu objeto de estudo e, muitas vezes, precisa copiar os escritos literalmente, tirar fotos (quando permitido), ter cuidado com o manuseio de documentos maltratados pela ação do tempo.

Nessa perspectiva, para coleta de informações e dados foram necessários os seguintes **instrumentos**: *Software* editor de texto para registros ou mesmo cópias literais de alguns documentos; *Software* para levantamento de frequência de palavras, bem como, matriz ou quadros digitais (estruturados pela pesquisadora) para contribuir na análise dos documentos.

Aróstegui (2006, p. 515) aponta que o foco das pesquisas de natureza qualitativa é o verbal, ou seja, “não aspiram medir na construção dos dados. Sua aspiração é, portanto, a de classificar, tipologizar, reunir os dados em função de sua qualidade, de suas características [...]”. Entretanto, uma problemática se coloca em evidência: Pesquisas de natureza qualitativa podem utilizar técnicas ou instrumentos quantitativos?

O referido autor traz fundamentos acerca dessa possibilidade e baseia seus argumentos em uma hierarquia, na qual as “técnicas” estão subordinadas à “abordagem metodológica” da pesquisa. Logo, uma pesquisa de natureza qualitativa poderia utilizar técnicas de origem quantitativa; todavia, salienta que há divergência entre “técnicas quantitativas” e “quantitativismo”.

Acerca da possibilidade de uma pesquisa histórica dispor de técnicas de **Análise de Conteúdo** para a análise e interpretação de dados, Aróstegui (2006, p. 524) destaca: “[...] o recurso da linguagem como elemento de apreensão do histórico não é recente, mas tem na verdade certa tradição. A filologia e a história têm agido em colaboração há muito tempo”.

A Análise de Conteúdo ou Análises de Conteúdo, como denomina Bardin (2016, p. 15), podem ser entendidas como um conjunto de instrumentos metodológicos, que podem ser utilizados na análise de diversos discursos e utilizam desde o “cálculo de frequências até a extração de estruturas traduzíveis em modelos”. Segundo Bardin, trata-se de “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade subjetiva.” (BARDIN, 2016, p. 15).

Logo, as contagens propostas nas Análises de conteúdo não possuem um fim em si mesmas, pois a principal intenção é a busca do implícito, do não dito, para uma profícua interpretação dos dados analisados.

Diante do subsídio fornecido pela literatura supracitada, buscou-se estruturar matrizes ou quadros com vistas à contribuição na análise das fontes utilizadas nessa pesquisa. É válido ressaltar que os quadros 3 e 4 (abaixo mencionados) também foram publicados em artigo de nossa autoria<sup>20</sup>:

---

<sup>20</sup> SILVA, F. C. A.; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; FERREIRA, D. B. . Um Possível Diálogo Entre A Escola Dos Annales & A Análise De Conteúdo Em Pesquisas Históricas. **FILOSOFIA E EDUCAÇÃO**, v. 11, p. 324-341, 2019.

**QUADRO 3 - PRÉ-ANÁLISE DAS FONTES DE PESQUISA**

	<b>Tipo de documento</b> (manuscrito, impresso, imagem...)	<b>Onde foi localizado?</b> (IHGAL, Arquivo Público de Alagoas? Sites de Hemerotecas..)	<b>Escrito por quem?</b>	<b>O autor pertence ao Grupo de Poder, Oposição ou Movimento popular?</b>	<b>Quando foi escrito/publicado?</b>	<b>Para quem?</b>	<b>Com qual objetivo?</b>	<b>Código do Documento</b> (Criado pelos pesquisadores)
1								
2								

Fonte: Autora / SILVA et al, 2019.

O quadro 3 tem como finalidade a identificação de aspectos gerais das fontes, a saber: tipo de documento, acervo no qual foi localizado, autoria, grupo político que estava vinculado, finalidade, entre outros. A partir desse levantamento preliminar, em sequência, nossa pesquisa propôs a seguinte matriz de análise:

**QUADRO 4 - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL E DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS TEMÁTICAS**

	<b>Código do Documento</b>	<b>Categorias a priori</b>	<b>Palavras mais citadas (frequências)</b>	<b>Trechos relevantes ligados a cada palavra</b>	<b>Categorias intermediárias</b>	<b>Categorias a posteriori</b>	<b>Autores que tratam das categorias finais</b>	<b>Inferências da pesquisadora</b>
1								
2								

Fonte: Autora / SILVA et al, 2019.

É válido ressaltar que durante o estudo metodológico, os quadros acima foram estruturados para servir como aporte nos processos de inferência; todavia, não foram tomados como fórmula ou receita, pois durante as análises de fontes, adequações foram feitas a partir das especificidades dos vestígios históricos localizados.

Segundo Bardin (2006, p. 125), para se chegar à inferência são necessárias três etapas principais: 1. Pré-análise; 2. Exploração de material; 3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nesse percurso, com vistas a gerar inferência e interpretação, toma-se o alerta de Bloch (2001, p. 79): “Nunca [em nenhuma ciência,] a observação passiva gerou algo de fecundo”. Logo, nessa pesquisa atenta-se a uma observação sensível e analítica, cujos frutos sejam sementes fecundas.

Os dois quadros de análise (Quadro 3 e Quadro 4) são complementares. O primeiro traz como foco a compreensão dos contornos envolvendo a origem do documento utilizado, de forma a não se deixar “encantar” pelas fontes. Ou seja, é importante o cuidado para não se restringir ao explícito. O segundo está ligado à técnica de Análise de Conteúdo, denominado por Bardin de “Categorização”. Essa técnica “é a mais antiga” e “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 2016, p. 201). Entretanto, parte-se do princípio o qual a própria Bardin (2016, p. 20) destaca: “a análise de conteúdo não é, esperamo-lo, nem doutrinal nem normativa”. Logo, os quadros acima foram criados considerando as peculiaridades da pesquisa, levando-se em consideração de que ajustes poderiam ser feitos à medida que outras demandas fossem sentidas ao longo da localização e análise de fontes.

Com relação à construção de categorias, é válido observar os principais requisitos apontados por Maria Laura P. B. Franco (2008, p. 67) e Laurence Bardin (2016, p.149 e p. 150), a saber: 1. “*Exclusão mútua*” (cada elemento não pode ser utilizado em mais de uma categoria, para não haver ambiguidades no momento do cálculo), 2. “*Homogeneidade*” (um único princípio de classificação: cruzamento de um registro com uma dimensão de análise), 3. “*Pertinência*” (intenções da investigação, com a definição de material de análise e quadro teórico), 4. “*Objetividade e fidedignidade*” (a aplicação de uma mesma grade categorial nas diversas partes de um material que será utilizado, além de deixar explícito os índices que determinam a entrada de determinado elemento em uma categoria) e 5. “*Produtividade*” (resultados de análise férteis, refletidos em inferências, hipóteses novas e “dados exatos”).

É possível que alguns pesquisadores, das Ciências Sociais, sintam-se incomodados com o termo “dados exatos” utilizado por Bardin (2016), por talvez soar como algo positivista. Porém, tal expressão utilizada pela autora não desmerece as técnicas por ela sugeridas e não elimina a observância da subjetividade na relação entre “pesquisador” e “objeto de pesquisa”, pois as técnicas de Bardin dispõem de dupla linguagem: qualitativa e quantitativa. Além disso, no mundo acadêmico existem várias formas de se fazer ciência, tendo relação direta com a visão de mundo de seu pesquisador. Uma pesquisa histórica, por exemplo, pode ser realizada sob diversas abordagens: Positivista, Historicista-Conservador, Historicista-Relativista, Materialista-Histórico-Dialético, entre outras.

Ao se utilizar as técnicas de Análise de Conteúdo “não se trata de atravessar significantes, para atingir significados, à semelhança da cifração normal, mas atingir através de significantes, ou de significados (manipulados), outros significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc”. (BARDIN, 2016, p. 48).

Esse objetivo mais amplo (atingir as entrelinhas das fontes analisadas), na nossa pesquisa, tem como aporte as ideias defendidas pela Escola nos *Annales*, que, em síntese, podem ser assim definidas: 1. A relevância da interdisciplinaridade (As pesquisas históricas não devem ser solitárias, pois, é fundamental o diálogo com as demais ciências); 2. O rompimento com a chamada história factual e dos heróis, colocando-se em destaque a chamada história-problema; 3. Nova visão acerca do tempo nas pesquisas históricas, isto é, oposição à “obsessão pelas origens”, como diria Bloch (2001, p. 56), pois, segundo o referido historiador (idem, p. 58), não se pode “confundir uma filiação com uma explicação”.

Portanto, parte-se da possibilidade de diálogo entre a Escola dos *Annales* (enquanto abordagem metodológica) e a(s) Análise(s) de Conteúdo (técnicas para análise de dados). Nessa perspectiva, retoma-se a afirmativa apresentada em artigo de nossa autoria: “Apesar de se apontar a possível hierarquia entre abordagem metodológica e técnicas de análise, entretanto, nesse texto, opõe-se à hierarquia entre ciências, bem como, ao engessamento das formas de se fazer pesquisa” (SILVA et al, 2019, p. 325).

## **2.2 Análise de conjuntura e a estruturação da Tese**

A base epistêmica de História e de se fazer pesquisa histórica é heterogênea. A partir dos estudos de Aranha (2012), por exemplo, observa-se que na Antiguidade, História não tinha *status* de ciência, pois era vista como forma menor de retórica, destituída assim de rigor no relato dos fatos, além disto a História era vista sob uma perspectiva cíclica.

No movimento Iluminista, a perspectiva cíclica foi substituída por uma visão de história linear, baseada na noção de “progresso”, isto é, abandona-se o passado como modelo a ser seguido, pois, sob a compreensão positivista comteana partia-se do evolucionismo (ordenavam os fatos cronologicamente, concebendo a época posterior como melhor e mais evoluída do que do que a anterior). Por outro lado, a partir de Hegel, a história não é uma justaposição de fatos, resultando,

em sua visão, de um processo cujo motor interno é a contradição dialética - Tese, antítese e síntese. (ARANHA, 2012, pp. 10-11).

No final do século XIX ocorreu uma crescente crítica à perspectiva positivista de História. No início do Século XX, em 1929, foi fundada a Escola dos *Annales*, sobre a qual falou-se no tópico anterior e serve de base teórica para a nossa pesquisa. Essa corrente histórica buscava afastar-se de aspectos do Positivismo e do Historicismo. Todavia, segundo Barros (2010, p. 83 e p, 84), a relação dos *Annales* com outros paradigmas pode ser denominada de “oposições interativas”, porquanto, não consiste apenas de oposições, também há um movimento de “diálogo interativo, produtivo, e por vezes assimilativo”.

Assim, não há uma única forma de se conceber história e pesquisa histórica e/ou historiográfica. Inclusive, há correntes que buscaram afastamento dos paradigmas anteriores, mas sem romper por completo. Entretanto, essa diversidade de concepções não é um problema e não fragiliza a pesquisa histórica, conforme pode-se observar em Aranha (2012, p. 14):

[...] chamamos atenção para dois aspectos: a) a diversidade metodológica não deve ser entendida como fragilidade da história como ciência, mas, ao contrário, como esforço para definir os caminhos da investigação rigorosa; b) sempre é bom conhecer a orientação epistemológica em que se fundamenta o pesquisador, para melhor compreender a interpretação das fontes consultadas e para que possamos, nós mesmos, nos posicionar criticamente (ARANHA, 2012, p. 14)

Além da preocupação com a interpretação das fontes, algo que também merece atenção é o seguinte: Em qual momento se deve parar a busca por vestígios históricos? Existe quantidade mínima considerada válida para se chegar aos resultados da pesquisa? – Diante do exposto, nessa pesquisa tem-se como ponto de partida o que Guerra (2012) denomina de “representatividade social”. Logo, não se trata de elevado volume de amostra, mas diz respeito ao que seria mais representativo para responder a pergunta de pesquisa. Contudo, a definição de representatividade social precisa de critérios, pois não deve se restringir à subjetividade do pesquisador.

Nesse contexto de busca pela chamada “representatividade social”, diante da ampla quantidade de fontes primárias que se pode ter acesso, surge a indagação de como selecionar dados mais relevantes para a pesquisa. Tal aspecto remete ao que Betinho ou Herbert José de Souza (2005) chama de **análise de conjuntura**<sup>21</sup>. Trata-se de um método para contribuir na compreensão

---

<sup>21</sup> Tal expressão lembra os escritos de Marx na Obra “Luta de Classes na França”. A relação entre Betinho e o conhecimento acerca de Marx se deu em sua militância católica, segundo suas próprias palavras: “[...] Era o conflito entre cristãos e marxistas, que, de alguma forma, levou o grupo cristão a estudar marxismo. Eu não li primeiro Marx,



da realidade. Isto é, nas palavras do próprio autor, fazer análise de conjuntura significa: “identificar os ingredientes, os atores, os interesses em jogo” (SOUZA, 2005, p.7).

Com isso, são categorias ou elementos essenciais para/na análise de conjuntura: “acontecimentos, cenários, atores, relação de forças, articulação (relação) entre estrutura e conjuntura” (SOUZA, 2005, p. 9). Portanto, fazer análise de conjuntura também é um “ato político” (SOUZA, 2005, p. 8). Eis a nossa proposta: compreender o objeto de pesquisa, fazendo a análise de conjuntura do contexto no qual está inserido (Século XIX).

No percurso das pesquisas históricas, Costa (2010, p. 79) traz como problemáticas centrais: “O que pensamos ter acontecido realmente aconteceu? Qual o nosso ofício?”. Diante disso, o referido estudioso defende que o ofício do historiador é a busca da verdade. E nessa busca, que envolve a coleta de testemunhos, sistematização e análise de fontes, há outra situação: o chamado “argumento de autoridade”, isto é, o que é mais válido: o que se diz ou quem diz? Segundo Costa (2010, p. 80), “em nosso país não importa o que se diz, mas quem diz!”.

Tal questão nos remete ao filme “Narradores de Javé”, no qual os moradores do Vale de Javé se veem em meio à ameaça de destruição de seu vilarejo, em virtude do avanço das águas de uma barragem que seria construída. Diante de tal situação, concebem que a única forma de impedir a destruição do vilarejo seria escrever um texto “científico” com relatos acerca do surgimento e importância da localidade. Todavia, diversos questionamentos surgem: Como um grupo predominantemente analfabeto iria escrever esse texto científico? O registro da história das origens da região seria o suficiente para impedir a Usina Hidroelétrica de inundar e destruir aquele vilarejo? A voz e relatos de sujeitos não cientistas ou desprovidos de retórica são considerados válidos na sociedade?

Relevantes questionamentos para reflexão, pois, até que ponto se considera o que se diz e não quem diz?! Outro importante aspecto para se ponderar na pesquisa histórica é: Como as fontes são analisadas? A literatura publicada é tomada como a verdade sem necessidade de confrontá-las às fontes? – Nessa perspectiva, procurando evitar hierarquias entre literatura e fontes, ou mesmo fragmentar a discussão, buscou-se dialogá-las, desde os primeiros capítulos da Tese. Além disto, há de se observar durante as análises, a origem da fonte localizada: Quem escreveu? Para quem? Com qual propósito? – Pois, mais relevante do que a mera fotografia dos registros é a radiografia,

---

li sobre Marx através de um jesuíta”. (Disponível em: < <https://teoriaedebate.org.br/1991/10/11/betinho/> > Acesso em: 07 maio 2021.

ou melhor, compreender as entrelinhas (o que está implícito e silenciado). O desafio, então, consiste em não manter o ocultamento do que foi silenciado nas fontes.

Diante da problemática compartilhada acima, as próximas seções são as seguintes:

- **3 INVENÇÃO DO “BRASIL” NOS OITOCENTOS: o longo esperar.** Nesse capítulo há uma discussão que abarca o processo de busca de identidade política do Brasil oitocentista. Assim, problematizou-se a concepção de independência do Brasil: De qual forma as fontes históricas abordam essa temática? Seria uma independência dependente? – Questões tratadas a partir das oposições discursivas/políticas de dois jornais do contexto do Brasil Imperial: “Idade d’Ouro do Brazil” e “Reverbero Constitucional Fluminense”. No título desse capítulo, emprega-se o termo Brasil entre aspas, partindo da concepção de que a história é contínua, porém, não evolucionista. Há rupturas e até questões cíclicas. Logo, esse Brasil continua sendo inventado.
- **4 ESTADO BRASILEIRO: concepções e dinâmicas.** Na triangulação teórica entre os clássicos e as fontes localizadas, nesse capítulo, procurou-se compreender a(s) concepção(ões) de Estado brasileiro implícita(s) nos vestígios históricos do Século XIX, sobretudo, do período monárquico. Nessa discussão, que trabalha com cenários, sujeitos e efervescências sociais oitocentistas, foi possível inferir três faces do Estado brasileiro no cinquentenário pesquisado (1821-1872): 1. O Estado enquanto poupador de Anarquia; 2. Estado centralizador de poder; 3. Estado como provocador de Anarquia (atribuição feita por vozes que clamavam por Federalismo na década de 70 oitocentista). Tal discussão contribuiu na compreensão acerca do jogo de poder e instabilidade político-administrativa da Província alagoana.
- **5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ALAGOANA: esboço de elementos em formação.** Nessa seção, inicialmente, há uma abordagem acerca das concepções de políticas públicas. Em sequência, problematizou-se a possibilidade/impossibilidade de se falar em políticas públicas no Brasil oitocentista e, mais especificamente, com vínculo à educação formal da Província alagoana. Seria possível? Em caso positivo, qual(is) política(s) pública(s) as fontes apontam? – A partir dessas indagações, trilhou-se numa discussão de aspectos antagônicos (o doce e o amargo) das ferramentas instituídas para sanar problemáticas do contexto monárquico, pautas explícitas

e omitidas em diretrizes legais, falas de presidentes provinciais, bem como, suas reverberações na educação formal de Alagoas.

- **6 EDUCAÇÃO ALAGOANA OITOCENTISTA: “Educar tudo a todos”?** – A partir da célebre concepção de Comenius acerca de Didática (“Educar tudo a todos”), a educação alagoana oitocentista foi problematizada, considerando-se inquietações sociais da realidade alagoana e grupos de sujeitos invisibilizados à época (indígenas, negros e mulheres). Por fim, o texto encerrou sublinhando os propósitos incutidos nos discursos de agentes estatais no que concerne à Instrução Pública alagoana dos Oitocentos.

Portanto, a pesquisa ora apresentada coloca em evidência aspectos relativos a três faces interligadas numa complexa teia de relações: Estado, Políticas Públicas e Educação alagoana. A respeito desse último aspecto, pode-se rememorar Aranha (2012, p. 15), a qual afirma que, de modo geral, “[...] conhece-se melhor a história da pedagogia ou das doutrinas pedagógicas do que propriamente das práticas efetivas de educação”. Em nossa visão, a temática abordada também contribui na compreensão do jogo de poder que permeava as “práticas efetivas de educação” alagoana do Século XIX.

### 3 INVENÇÃO DO BRASIL NOS OITOCENTOS: o longo esperar

O Brasil do Século XIX estava imerso em um contexto de efervescências sociais no que toca às questões políticas, cujo regime foi de Monarquia à República. Assim, em nossa pesquisa, compreende-se a concepção de que a história é contínua, porém, não evolucionista. Há rupturas e até questões cíclicas. Logo, esse Brasil continua sendo inventado. E ao que corresponde esse longo esperar? Pode-se falar em independência efetiva? Ou seria uma independência dependente? O que as fontes e literatura tratam a esse respeito?

Diante do exposto, seria o caso de se considerar a visão de Bloch, para o qual as estruturas “se modificam de maneira mais lenta e preguiçosa”? (SCHWARCZ, 2001, p. 9) – Importante questionamento, sobretudo, ao se considerar que a nossa análise percorre um recorte de cinquenta e um anos, dentro do contexto do Brasil-Império.

#### 3.1 “Pátria amada, Brasil!”: (In)dependente<sup>22</sup>

*“Gigante pela própria natureza  
És belo, és forte, impávido colosso.  
E o teu futuro espelha essa grandeza.  
Terra adorada. Entre outras mil. És tu, Brasil. Ó Pátria amada!  
Dos filhos deste solo és mãe gentil.  
Pátria amada. Brasil!”*  
(Autor da letra: Joaquim Osório Duque Estrada)

Na esteira da letra do Hino Nacional (oficializada em 1922), inicia-se esse tópico. País enaltecido no seu hino republicano e qualificado como: “Gigante”, “belo”, “forte”, “impávido colosso”, “Terra adorada”, “amada”, “mãe gentil”. Adjetivos que destacam a grandeza da Pátria. Todavia, uma problematização é válida: Como se delineou a chamada independência do Brasil? Esta ocorreu de forma efetiva?

As abordagens acerca da chamada independência do Brasil são cercadas por diversos olhares historiográficos. Olhares esses que consideram desde a macroestrutura à microanálise. Nessa perspectiva, Jurandir Malerba (2005), no seu artigo “As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica” faz um panorama de diversas teorias e, no

---

<sup>22</sup> A discussão presente no tópico 3.1 gerou artigo, de nossa autoria, publicado em formato de capítulo de livro: SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque. Sentidos(s) de (In)dependência do Brasil: catolicidades políticas implícitas em fontes oitocentistas (p. 203 a p. 245). In: DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; PAZ, Sandra Regina [Orgs.]. **Tempo e movimento: políticas educacionais no contexto brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 517 p.

início do texto, aponta a complexidade desse tema ao afirmar: “Independência do Brasil: termo composto, partes ambíguas” (MALERBA, 2005, p. 101).

De acordo com o pesquisador supracitado, as concepções inspiradas no marxismo ou na visão braudeliana<sup>23</sup> dos *Annales* subordinam-se às permanências e lentas mudanças das estruturas. Assim, aqueles que possuem essa perspectiva, na visão de Malerba (2005), consideram que a Independência do Brasil foi resultado da passagem do Feudalismo para o Capitalismo, isto é, um derivado da crise do Antigo Regime da história europeia. Por outro lado, as teorias historiográficas que consideram a microanálise, segundo o referido estudioso, defendem a influência de circunstâncias específicas, a saber: a fuga da família real para o Brasil, a mudança do Brasil de Colônia ao *status* de Reino Unido à Portugal, divulgação de ideias liberais aos brasileiros por meio de jornais, entre outros. Além disso, considerando-se as influências da nova história cultural e política, outros temas são postos à mesa, para se pensar aquele contexto: “participação popular e inflexões de cor e raça; a difusão da cultura impressa, as formas espetaculares de poder [...]” (MALERBA, 2005, p. 121).

Malerba (2005, p. 106) se opõe ao primeiro paradigma (macroestrutural), afirmando que, seria “uma derrapagem teórica procurar explicar um fenômeno eminentemente político com explicações macroestruturais de longa duração” e, assim, faz uma metáfora em relação ao teatro: “o pano de fundo enquadra, estabelece os limites em que agem os personagens, mas absolutamente não lhes determina as falas e ações”. Por fim, paradoxalmente, o autor salienta que não é apropriado julgar qual o melhor enfoque, pois “uma abordagem não substitui a outra”. (MALERBA, 2005, p. 121).

Para além de se defender a visão macro ou micro acerca da temática em tela, em sequência, busca-se compreender os diversos pontos de vista, bem como, dialogar a literatura, imagens e demais fontes, que foram acessadas durante a pesquisa. 1. Quais os âmbitos de dependência e independência do Brasil? O que se rompeu? O que perpetuou? 2. Quais personagens participaram? 3. Quais argumentos foram a mola propulsora para o chamado grito de 7 de setembro de 1822? 4. A quem interessava? 5. Quais vestígios, a esse respeito, estão presentes nas fontes do Século XIX? 6. De qual forma relacionar essa discussão à(s) concepção(ões) de Estado brasileiro? – Questões abordadas a seguir, cujo trilhar possibilitou inferências, como também, gerou outras indagações.

---

<sup>23</sup> Segunda geração da Escola dos *Annales* - liderada por Fernand Braudel.

A respeito do primeiro questionamento, apresentado no parágrafo acima, para a compreensão acerca dos âmbitos de dependência e independência do Brasil, inicialmente, é válido rememorar as razões para a vinda da família real para o Brasil, consequências, além das inquietações que culminaram no divulgado “grito da Independência”.

É bem difundido o relato de que a família real portuguesa veio apressadamente para o Brasil, em novembro de 1807, com uma comitiva entre 10.000 a 15.000 pessoas (não existe consenso a respeito desse quantitativo<sup>24</sup>), dentre os quais: nobres, clero, realeza, militares, artistas e todo o corpo administrativo e burocrático de Portugal, em virtude dos ataques napoleônicos.

Na época, Napoleão Bonaparte estava buscando o domínio das nações europeias e impôs que não houvesse relações comerciais entre tais nações e a Inglaterra. Todavia, Portugal era dependente da Inglaterra e não cumpriu o bloqueio continental<sup>25</sup>. Isso despertou o descontentamento de Napoleão, o qual invadiu Portugal e, a partir daí, o país foi liderado por regentes. Entretanto, alguns dias antes de tal invasão, uma grande comitiva portuguesa fugiu para o Brasil.

Ao chegar ao Brasil (na época Colônia de Portugal), em janeiro de 1808, primeiramente a família real desembarcou em Salvador/BA. Em pouco mais de um mês, mudou para o Rio de Janeiro, chegando nessa província em março do mesmo ano. Em terras brasileiras, foi necessária a criação de uma estrutura que possibilitasse a instalação da sede monárquica portuguesa aqui. Nessa perspectiva, foram realizadas as seguintes ações: abertura dos portos, instalação da imprensa, criação de Academias militares, Jardim Botânico, Fábrica de pólvora, transferência da Biblioteca Real de Portugal para o Rio de Janeiro, Fundação de Faculdades de Medicina e Direito, criação do Banco do Brasil, Escola de Belas Artes, entre outros.

Portanto, essa nova estrutura, em terras brasileiras, resultou da seguinte mudança: naquele momento, o Brasil não era apenas Colônia, pois, passou a ser a sede da Corte portuguesa. Assim, no ano de 1815, o título do Brasil mudou de Colônia para Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

---

<sup>24</sup> Meirelles (2015, p. 11) fala em “mais de dez mil pessoas foram alojadas às pressas, com a chegada da Família Real”.

<sup>25</sup> “O Bloqueio Continental decretado por Bonaparte, em novembro de 1806, tinha como meta o enfraquecimento da economia inglesa, um obstáculo fundamental aos objetivos expansionistas da França. O bloqueio exigia – sob ameaça de invasão militar – que todos os países da Europa se fechassem ao comércio britânico a fim de que a economia inglesa entrasse em colapso” (MEIRELLES, 2015, p. 7)

No ano de chegada<sup>26</sup> da família Real, em 1808, foram criadas as primeiras Universidades do Brasil: “as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio” (MARTINS, 2002, p. 4).

Com relação ao Ensino Superior, algo é curioso: antes da vinda da família real, não havia essa preocupação dos portugueses com a criação de Universidades no Brasil, inclusive, Martins (2002, p. 4) ressalta:

Alguns países da América Hispânica dispunham de universidades no período colonial, sendo a primeira delas criada no México em 1553, graças à concepção imperial da Espanha diversa da de Portugal. Em contraposição, o pragmatismo português não permitiu que o Brasil dispusesse de universidades no período colonial, e a formação do núcleo de ensino superior só teve início com a vinda da família real portuguesa. (MARTINS, 2002, p. 4)<sup>27</sup>.

Quando a ameaça francesa diminuiu na Europa e, diante de pressões de grupos insatisfeitos com a permanência do Rei português no Brasil, D. João VI e a família real retornaram à Portugal, deixando o príncipe D. Pedro como regente na Colônia brasileira. Nesse momento de regresso, foi levado todo dinheiro do Banco do Brasil, o que resultou em grande prejuízo financeiro e falência do referido banco.

A elite econômica brasileira sentiu que seus privilégios estavam ameaçados e se preocupou com as consequências do regresso da família real à Portugal. Nesse sentido, apoiou a permanência do príncipe regente no Brasil (compreenda-se aqui que esse “apoio” não foi homogêneo e nem pacífico). E, nesse ensejo, grupos revolucionários portugueses estavam descontentes com essa fragmentação da Família Real e exigiam a volta do príncipe regente (D. Pedro) à Portugal, para facilitar o retorno do Brasil à condição de Colônia ou “regeneração”<sup>28</sup>. Inclusive, após o conhecido “dia do fico”, foram enviados despachos de Portugal ao Brasil, visando anular ações do príncipe regente e exigindo o seu regresso à Portugal.

---

<sup>26</sup> Ou seria melhor interpretar como ratificação de invasão iniciada trezentos anos antes às terras brasileiras?

<sup>27</sup> Apesar de Martins (2002) apontar uma Universidade do México com a “primeira” a ser criada no período colonial na América Hispânica, há registros de Universidades mais antigas, a exemplo da Universidade de Santo Domingo, criada no ano de 1538, na cidade de Santo Domingo, a qual é considerada o “assentamento colonial mais antigo do Novo Mundo”. Essa cidade está localizada na, hoje denominada, República Dominicana. A referida informação está disponível em: < <https://www.uasd.edu.do/index.php/informacion-general/historia>>. Acesso em: 04 maio 2021.

<sup>28</sup> Regeneração: termo utilizado por Franchini Neto (2015, p. 17).

Diante do exposto, é válido sublinhar que, nas narrativas históricas, quando se visualiza a famosa afirmativa “diga ao povo que fico”, tal “povo” correspondia à classe dominante (entenda-se aqui como grupo detentor de poder).

Pode-se considerar que o rompimento de Portugal foi basicamente do ponto de vista político-administrativo, pois, as influências nos aspectos culturais, religiosos, educacionais, bem como, a fragilidade econômica (dívida externa) permearam como marcas da atuação portuguesa no Brasil.

Alguém pode questionar: \_Dívida externa no início da caminhada do Brasil na condição de país independente? Sim. Para o Brasil ser reconhecido como nação independente perante Portugal, a Inglaterra intermediou o diálogo, propondo que o Brasil pagasse 2 milhões de libras esterlinas à Portugal. Porém, com os cofres brasileiros vazios, diante da falência do Banco do Brasil, pois todo dinheiro havia sido levado de volta à Portugal, o Brasil precisou pegar dinheiro emprestado para pagar o referido valor. Logo, a Inglaterra se propôs a realizar tal empréstimo. Assim, a dependência econômica, que Portugal tinha da Inglaterra, foi herdada pelo Brasil.

Diante do exposto, é válido destacar que esse pode ser considerado como um dos marcos de dependência: o quesito economia. Outra característica de dependência consiste na imitação da chamada “civildade” europeia, ou seja, considerava-se a cultura europeia como modelo a ser seguido pelas classes mais abastadas (algo que pode ser observado, inclusive, nos vestígios presentes em jornais da Província alagoana do Século XIX).

De forma sintética é possível citar alguns sujeitos históricos que tiveram influência no “grito” da “Independência” do Brasil: Arquiduquesa austríaca Maria Leopoldina (esposa de D. Pedro), José Bonifácio (ministro do reino e dos negócios estrangeiros) e a Elite brasileira. Os dois primeiros são citados em relatos historiográficos como responsáveis por enviar correspondências ao príncipe regente, cujo objetivo era alertá-lo acerca das pressões das cortes portuguesas. Tais correspondências chegaram às mãos do príncipe durante a viagem que ele fez a São Paulo.

É válido sublinhar que, nessa época, já havia sido proclamado o Manifesto de 1º de agosto de 1822, assinado pelo príncipe regente, com finalidade de Esclarecer “aos povos do Brazil das causas da Guerra travada contra o Governo de Portugal” [sic] (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020, p. 1). Ou seja, a “ideia” de Independência não surgiu subitamente no dia 7 de setembro de 1822. Contudo, no Manifesto de 1º de agosto há uma ideia de independência sem romper com os laços portugueses, conforme pode-se observar em trecho de fala do príncipe regente:



Resolvi-Me portanto, Tomei o partido que os Povos desejavam, e Mandeí convocar a Assembléa do Brazil, afim de cimentar a Independencia Politica desde Reino, sem romper comtudo os vinculos da Fraternidade Portugueza; harmonisando-se com decóro, e justiça todo o Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, e conservando-se debaixo do mesmo Chefe duas Familias, separadas por immensos mares, que só podem viver reunidas pelos vinculos da igualdade de direitos, e reciprocos interesses. [sic] (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020, p. 1).

O intento preliminar do príncipe regente era uma independência parcial, na qual ambas as Terras (Portugal e Brasil) continuassem sob o comando do mesmo chefe. Esse entendimento, inclusive, aparece em publicações de jornais oitocentistas. Por exemplo: na edição de 12 de maio de 1822, do *Jornal Reverbero Constitucional Fluminense*, a possível cisão entre Brasil e Portugal era qualificada como “imprudente” e “intempestiva”.

Diante da temática da Independência, pode-se questionar as razões para a permanência de unidade territorial do Brasil, após o “grito”. Por que as províncias não se fragmentaram em outros países independentes?

Em vestígio oitocentista, também, pode-se localizar questionamentos acerca das razões que contribuíram na chamada Independência em 1822. Nessa perspectiva, em publicação de 31 de janeiro de 1823, o *Jornal Idade d’Ouro do Brazil* traz a indagação: “Pois o Brasil não pôde ser independente em 1817, e já o podia ser em 1822? Aonde está a razão desta repentina diferença?” [sic] (*JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL*, 31 de JANEIRO de 1823, p. 1). Essa fonte apresenta o termo “ingredientes” ao se referir às razões para esse feito, dentre as quais: a presença de um príncipe a frente daquele movimento e a postura de Portugal (ao conceder anistia a deputados do Brasil que teriam sido “réos de alta traição” [sic]). (*JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL*, 31 de JANEIRO de 1823, p. 1).

Há uma matéria da *BBC News Brasil*, publicada em 10 de setembro de 2018, que apresenta questionamento semelhante: “Por que o Brasil continuou um só enquanto a América espanhola se dividiu em vários países?” – Após consultarem alguns historiadores, foram apresentadas as seguintes justificativas: 1. A maior parte da população da colônia portuguesa estava concentrada em cidades costeiras, enquanto o interior estava pouco habitado; 2. No Brasil, a administração era muito mais centralizada, ou seja, as províncias não agiam por conta própria; 3. Maior homogeneidade ideológica da elite do Brasil (antes da vinda da família Real portuguesa, o único local comum e permitido para a formação acadêmica dos brasileiros era Coimbra. Logo, provavelmente, aqueles que tinham formação universitária, no Brasil do início oitocentista, se

conheciam e/ou tinham conhecidos em comum); 4. A presença do rei, a partir de 1808 no Brasil, contribuiu como fonte de legitimidade para a manutenção de união da Colônia; 5. Temor acerca de desordem social e os possíveis prejuízos econômicos para as famílias abastadas e escravocratas (BBC NEWS BRASIL, 2008b).

Apesar da citação supracitada apresentar uma “maior homogeneidade ideológica” da elite brasileira oitocentista, Franchini Neto (2015, p. 9) contraria tal visão, afirmando que havia diferenças entre as visões das províncias do Norte e Sul do Reino do Brasil, inclusive, ressalta: “Não houve, principalmente, um colúio que englobou toda a elite do Reino em torno de projeto comum e facilmente negociado”.

Entretanto, o pesquisador acima mencionado concorda a respeito da identidade comum ao afirmar, cerca de 600 páginas posteriores, em sua Tese: “Muitos nascidos na colônia foram figuras importantes da monarquia portuguesa, frequentavam a mesma universidade, o que facilitava a **identidade comum**, ainda que, ao final, cada um vivia em regiões distintas, com interesses e relações diferentes”. (FRANCHINI NETO, 2015, p. 613, **grifo nosso**). Nessa perspectiva, o autor compreende de forma distinta: “identidade comum” e “homogeneidade política e ideológica”.

Logo, fica em evidência que a temática da “independência do Brasil” apresenta diversas visões na historiografia.

Durante o século XIX, pinturas intentaram retratar o “grito” da Independência. Os estudos acerca das iconografias, bem como, de relatos sobre o que teria ocorrido no dia 7 de setembro de 1822 trazem à tona controvérsias, tanto em relação a aspectos geográficos quanto comportamentais (em termos de falas e atitudes dos personagens).

De acordo com Pablo Endrigo Franco<sup>29</sup> (2008, p. 123), Pedro Américo tinha conhecimento de que o príncipe regente estava montado em uma “besta gateada” a partir dos relatos de Francisco Canto Melo e do barão de Pindamonhangaba, dos quais diz que tomou por base os relatos para realizar a sua pintura. Entretanto, na tela de Pedro Américo, D. Pedro foi retratado montado em um cavalo.

Acerca da disposição dos personagens, conforme aponta Pablo Endrigo Franco (2008, p. 123), em Américo remetem ao painel Batalha de Friedland (1807), de autoria do francês Jean-Louis

---

<sup>29</sup> FRANCO, Pablo Endrigo. **O Riacho do Ipiranga e a Independência nos traços dos geógrafos, nos pincéis dos artistas e nos registros dos historiadores (1822-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, 2008.

Ernest Meissonier, o qual retrata Napoleão Bonaparte. Logo, na pintura de Américo, D. Pedro representaria a figura napoleônica.

“O primeiro *Independência ou morte!*, para Américo, aconteceu distante do riacho do Ipiranga, testemunhado apenas por um punhado de pessoas” (FRANCO P., 2008, p. 123). Todavia, mesmo com tal conhecimento, Américo deixou a marca do riacho em sua pintura para tentar atender ao “geral desejo” (cujos nomes não foram mencionados) em relação a esse registro, resultando na associação metonímica (substituição do fato pelo lugar), onde teria ocorrido o famoso grito da independência e deixando essa marca na memória nacional. (FRANCO P., 2008, p. 126).

Logo, a famosa tela “Independência ou Morte” (1888), além de uma expressão artística, também correspondia a um posicionamento político, submetida aos interesses de seus patrocinadores.

Segundo Pablo E. Franco (2008), a famosa pintura de Américo teve políticos de São Paulo como seus patrocinadores. Além disso: “O quadro de Pedro Américo estava submetido, como todos os demais aspectos da obra, à Comissão, em específico, ao barão de Ramalho e ao Presidente da Província de São Paulo”. (FRANCO P, 2008, p. 127).

**Figura 2 - Obra “Independência ou Morte”, óleo sobre tela (1888) de Pedro Américo**



**Fonte:** AMÉRICO, Pedro. [1888].

Pedro Américo não foi o único a retratar, em uma tela, o 7 de setembro de 1822. Outros artistas ou “historiadores”<sup>30</sup> também fizeram registro semelhante acerca dessa data evidenciada na memória dos brasileiros (Inclusive, é válido ressaltar que a referida data não era tão visada pelos sujeitos que viviam naquele contexto<sup>31</sup>). Curiosamente, os primeiros artistas a realizar esse registro, em telas, eram estrangeiros, a saber: Francois-René Moreaux (francês que visitou o Brasil e pintou a “Proclamação da Independência”, 1844) e Harzal (autor da xilogravura “O Grito Do Ypiranga”, de 1870).

**Figura 3 - Obra “A Proclamação da Independência”, óleo sobre tela (1844) de Francois-René Moreaux**



**Fonte:** Enciclopédia Itaú Cultural (2020)

**Figura 4 - Xilogravura “O Grito Do Ypiranga” (1870) de Harzal**



**Fonte:** Schlichta (2006).

Conforme P. E. Franco (2008, p. 117), “Se, na imagem de Moreaux, Pedro I é o pai da nação sob o auspício divino, em Harzal, D. Pedro é o artífice de uma emancipação primordialmente pacífica, consensual e, sobretudo, ordeira”. De forma similar, em ambas pinturas, o “povo” estava ao redor do imperador.

<sup>30</sup> Termo utilizado por Pablo E. Franco (2008, p. 114), para o qual, em termos de definição, considera “os artistas discutidos adiante como historiadores, pois a pintura histórica interpreta e cria uma narrativa sobre o passado, selecionando o que merece destaque e silenciando aquilo que não lhe interessa”.

<sup>31</sup> “Nas páginas dos livros de história oitocentista, o 7 de setembro era um acontecimento relevante, contudo menor em comparação com o traslado da família real portuguesa para o Brasil e mesmo com a Revolução do Porto em 1820. Nas narrativas memoriais do império, o brado do Ipiranga era igualmente secundário, sendo mais importante o dia do fico e a Aclamação e a Coroação de dom Pedro I” (FRANCO P., 2008, p. 13).

Tais ilustrações transmitem a mensagem de pacificação e concordância entre vontade popular e monárquica. Todavia, há estudos que apontam os aspectos conflituosos que cercaram a chamada “independência”, bem como, do processo de manutenção de unidade do Brasil.

Dentre estes, podem-se citar os movimentos em Minas Gerais (1789), na Bahia (1798) e em Pernambuco (1817). Entretanto, “essas revoltas foram mais fomentadas por um sentimento de autonomia do que propriamente por um desejo de ruptura entre a colônia e a metrópole” (BBC NEWS BRASIL, 2018b)

A Tese “Independência e Morte: política e guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)”, de autoria de Helio Franchini Neto (2015), aponta diversos elementos relativos aos conflitos que permearam aquele contexto. Desde o título, a temática chama atenção, pois utiliza o conectivo “e”, ao invés do divulgado “ou” entre os termos “independência” e “morte”. Ou seja, o referido estudioso buscou romper com a comumente visão de Independência enquanto “divórcio pacífico”.

Nessa perspectiva, Franchini Neto (2015) trata a independência do Brasil na condição de “processo não linear”, opõe-se à ideia de “identidade nacional pré-existente”, apresenta aspectos de “instabilidade e incerteza” e contraria “a imagem de emancipação pacífica e feita exclusivamente pelas elites”. Diante desse panorama, coloca a “guerra da independência” (como denomina) em evidência. Que Guerra seria essa? Metafórica ou literal?

Franchini Neto (2015) apresenta elementos de conflitos literais, com inúmeros mortos (ou “baixas”) em diversas províncias brasileiras. Ou seja, além do âmbito político, apontou o aspecto militar (guerra) como “novo ingrediente essencial para a construção da unidade em torno de D. Pedro” (FRANCHINI NETO, 2015, p. 615). Logo, afirma que “a guerra de independência foi essencialmente diacrônica, correndo em diferentes formas nos diversos pontos do território do então Reino do Brasil” (FRANCHINI NETO, 2015, p. 10). O período se “passou entre 1822 e o primeiro semestre de 1823”, cujo abalo dos ânimos teve início, em todo o Reino brasileiro, nos fins de 1821. (FRANCHINI NETO, 2015, p. 16).

Acerca da imagem pacífica a qual foi criada em relação à Independência do Brasil, Franchini Neto (2015, p. 11) destaca que pode ser resultante do “relacionamento ambíguo entre D. Pedro e as elites locais”, pois oscilou “entre a promessa inicial de autonomia e a posterior concentração de poderes no Rio de Janeiro”.

No cerne dessa discussão, coloca-se um questionamento em tela: Como os jornais nacionais se posicionavam? - Acerca dessas ferramentas - de difusão de ideias - serão destacados dois jornais com posicionamentos antagônicos, no subtópico a seguir.

### 3.1.1 A chamada “*Catholicidade politica*” dos Jornais “Idade d’Ouro do Brazil” e “Reverbero Constitucional Fluminense”

Os Jornais “Idade d’Ouro do Brazil” (JIOB) e “Reverbero Constitucional Fluminense” (JRCF) eram publicados em localidades diferentes do Brasil Oitocentista. O primeiro circulava na província da Bahia e o segundo no Rio de Janeiro. Todavia, as diferenças não se restringem aos aspectos geográficos de circulação desses impressos, pois, também residiam na “*Catholicidade politica*”<sup>32</sup>, isto é, divergência na doutrina política a qual seguiam e defendiam com fervor.

Os dois impressos, selecionados para análise, trazem pontos de vista opostos em relação a uma mesma temática e contexto histórico. O que é visto como liberdade para um, é considerado como censura para outro. Por exemplo: Na edição de 1 de novembro de 1822, o Jornal Idade d’Ouro do Brazil faz crítica à falta de liberdade de Imprensa no Rio de Janeiro, pois, segundo a referida fonte, naquela localidade, todos os escritos estavam subalternos às ordens de José Bonifácio. E, nesse sentido, de acordo com o redator da referida edição do jornal, a doutrina da Independência do Brasil seria uma contradição diante da falta de liberdade de imprensa. (JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 1 de novembro de 1822, p. 1).

O posicionamento político dos referidos jornais pode ser definido, em síntese, da seguinte forma:

**QUADRO 5 - DOIS JORNAIS, DO INÍCIO DO SÉCULO XIX, COM POSIÇÕES POLÍTICAS DISTINTAS**

Jornal	Período de existência	Província	Posicionamento político
<b>Idade d’Ouro do Brazil</b>	1811 a 1823	Bahia	De acordo com Cristina Tardáguila (2015), esse jornal tinha “uma <u>certa ingenuidade</u> ”, pois “acreditava que a vinda da Família Real portuguesa traria um período de bonança para o Brasil. Em suas quatro páginas, publicadas duas vezes por semana, <u>defendia a monarquia e a escravidão</u> ”.

<sup>32</sup> Expressão utilizada no Jornal Idade D’ouro do Brazil de 1 de novembro de 1822, p. 3.

<b>Reverbero Constitucional Fluminense</b>	1821 a 1827	Rio de Janeiro	De acordo com Cristina Tardáguila (2015), esse jornal tinha por <u>objetivo pregar um governo liberal e permanente</u> . Assim, “ <u>costumava atacar a monarquia absoluta</u> com toda a sua força, classificando-a como uma administração monstruosa [...]”.
--	-------------	----------------	--

**Fonte:** Quadro construído pela autora a partir de texto de Cristina Tardáguila (2015).

Os jornais acima mencionados foram localizados no *site* da Hemeroteca Digital Brasileira < <http://memoria.bn.br/hdb>>. Nesse trilhar, com intuito de melhor compreender os contornos efervescentes do processo de emancipação política do Brasil, preferiu-se garimpar vestígios referentes ao período de 1821 a 1823 - época na qual Franchini Neto (2015, p. 614) qualifica como “caldeirão político”, em virtude das disputas locais, regionais e nacionais, nas reações às Cortes ou a D. Pedro.

É válido destacar que, a procura por trechos significativos, para a temática aqui tratada, foi feita a partir da seguinte palavra-chave: Independência. Talvez, questione-se: Por que optou-se por essa palavra-chave e não outra? – No tocante a tal aspecto, os estudos preliminares, ora tratados, atentaram para o quanto a temática de possível emancipação política inquietava diversos sujeitos à época. Logo, as inferências, a partir dos vestígios históricos, servem como uma espécie de engrenagem articulada aos outros temas correlatos, no caminhar por compreensão acerca da identidade política do Brasil oitocentista.

No impresso “Idade d’Ouro do Brazil” houve oscilação na frequência da palavra “Independência” no período compreendido entre 1821 a 1823, conforme observa-se abaixo:

**QUADRO 6 - TERMO INDEPENDÊNCIA NO “JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL” (1821 – 1823)**

Ano	Data	Edição	Sentido do Termo Independência	Frequência do Termo Independência	Total
1821	1 de março	00026	Tratada sob o contexto europeu e comparada ao “Fogo” ou “ <b>incêndio devorador</b> ”	1	3
	14 de setembro	00100	A “independência nacional” do Brasil foi associada ao ato deste <b>aderir a Constituição Portuguesa.</b>	1	

	6 de novembro	00115	Independência associada a <b>ilusórias vantagens</b> .	1	
<b>1822</b>	1 de novembro	00088	Independência como sinônimo de <b>rompimento da ordem social</b> .	3	<b>12</b>
	8 de novembro	00090	Independência apontada como <b>loucura de “facciosos”</b>	2	
	12 de novembro	00091	Semelhantemente à edição acima, Independência foi apontada como <b>loucura de uma facção</b> .	1	
	26 de novembro	00095	A palavra independência foi utilizada ao se referir à Nação Portuguesa, no contexto de destaque ao amor ao Rei e à dinastia Bragança, bem como, <b>“equilíbrio dos três poderes políticos”</b>	1	
	3 de dezembro	00097	Independência qualificada como <b>“Casa de Orates”</b> (casa de gente desequilibrada, louca).	1	
	6 de dezembro	00098	Independência como sinônimo de <b>“despotismo” e futuro incerto</b>	1	
	13 de dezembro	00100	Independência vista como <b>algo perigoso</b> .	1	
	17 de dezembro	00101	Independência do Brasil como sinônimo de <b>traição e perjúrio</b> .	1	
	31 de dezembro	00105	Independência do Brasil como sinônimo de <b>demagogia</b>	1	
<b>1823</b>	3 de janeiro	00001	Independência do Brasil como sinônimo de <b>anarquia</b> .	1	<b>4</b>
	10 de janeiro	00003	Termo “independência” mencionado em um contexto, de Portugal, como <b>aspecto natural de um povo</b> .	1	
	31 de janeiro	00009	Independência do Brasil interpretada como <b>“despotismo”</b> .	1	
	4 de fevereiro	00010	Independência do Brasil como sinônimo de <b>infelicidade</b>	1	
				<b>Total</b>	<b>19</b>

**Fonte:** Quadro construído pela autora do texto a partir dos exemplares disponibilizadas na Hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional do Brasil. Acesso em: 16 out. 2020.



A garimpagem pelo termo Independência foi feita com auxílio de *Software* presente no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Tal procedimento foi necessário considerando o volume de material presente no período selecionado para estudo. A palavra Independência foi escrita de diferentes formas: letras totalmente em minúsculo, bem como, inicial maiúscula, para verificar se haveria alguma divergência no mapeamento feito pelo *Software*. Em ambos os casos, o acento circunflexo não foi empregado, pois, nos documentos daquela época, comumente, escrevia-se essa palavra sem acento.

Após as duas formas de busca, constatou-se que não houve divergência de quantitativo apontado pela ferramenta *on-line*. Entretanto, compreende-se que se o referido levantamento fosse feito manualmente, havia a possibilidade de localizar uma frequência um pouco diversa, pois, por se tratar de fotos/digitalização de documentos muito antigos e desgastados pelo tempo, há palavras que ficam mais desbotadas. Logo, o quadro supracitado apresenta uma noção da frequência da palavra-chave elencada, considerando a leitura possível do *Software* utilizado. Nesse processo, é válido destacar que, durante as leituras das fontes, alterações foram feitas no quantitativo da palavra-chave à medida que foram identificadas palavras não contabilizadas, à princípio, pelo *Software*.

No que concerne à coluna denominada “sentido do termo independência”, esta resultou de um trabalho manual, iniciado com leitura das edições selecionadas do referido jornal. Cada edição tem em média 4 páginas. Nesse caso, simultaneamente, à leitura das 16 (dezesseis) edições, foi feito fichamento dos trechos mais relevantes. Durante a elaboração do fichamento, observou-se que o formato das fontes (em jpg.) não permitia a seleção e cópia automática de fragmentos textuais. Com isso, a pesquisadora precisou redobrar o cuidado na transcrição, para respeitar a escrita literal da época oitocentista. Assim, por vezes, era necessário alterar as “correções” automáticas feitas pelo editor de texto do computador.

Nesse trilhar, a partir dos dados analisados, ficou evidente que o Jornal “Idade d’Ouro do Brasil” deu maior visibilidade à temática da independência, justamente, no ano de 1822. Todavia, semelhantemente, é válido ressaltar que a simples menção ao termo “independência” não significa que todas as matérias estavam tratando da emancipação do Brasil. O termo foi utilizado abarcando tanto algo específico do contexto internacional quanto em relação ao rompimento do Brasil com Portugal.

Entretanto, apesar da não homogeneidade, como observa-se no quadro 6, houve a predominância de sentidos negativos do termo independência, a saber: fogo, incêndio devorador, ilusórias vantagens, rompimento da ordem social, loucura de uma facção, casa de gente desequilibrada, despotismo, futuro incerto, algo perigoso, traição, perjúrio, demagogia, anarquia e infelicidade. Destoando desses sentidos, a palavra independência também foi mencionada como sinônimo de adoção à Constituição portuguesa, “equilíbrio dos três poderes políticos”, bem como, aspecto natural de um povo (esse último ao se referir à Portugal).

A edição de 1 de março de 1821 apresentou o termo independência no contexto europeu, sendo comparada ao **fogo**, o qual ao ser posto em movimento, pode ser semelhante ao “**incêndio devorador**”. Tal analogia foi feita ao se contrapor à visão acerca da população de Nápoles, apresentada pelo Rei à Europa. Ou seja, de acordo com o autor do artigo, o povo de Nápoles é “generoso”, com “cidadãos pacíficos” e cujo grito era “Viva El Rei, viva a Constituição”. Ou seja, o estabelecimento da Constituição não teria reduzido o amor ao Rei, além disso, o referido povo “não empunha espada contra o poder das leis”. (JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 1 de março de 1821, p. 2 e p. 3).

Na edição de 4 de setembro de 1821 foi publicado, no JIOB, uma proclamação denominada “*As Côrtes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa aos Habitantes do Brasil*” [sic]. Nesse texto, a expressão “independência nacional” foi utilizada com vínculo à **adesão do Brasil à Constituição Portuguesa**. Ou seja, na visão apresentada pelas Cortes portuguesas, tal adesão seria uma espécie de liberdade para os brasileiros. A ideia de “**vantagens**” também é bem ressaltada nessa fonte, ao se tratar da monarquia constitucional. Assim, após mencionar a alegria dos portugueses com o retorno do Monarca Constitucional à Lisboa, foi feita uma observação aos brasileiros acerca dessa forma de governo:

Tal he, habitantes do Brazil, nessa politica situação; e á vista dela que mais podemos nós desejar? He mantida a nossa liberdade; protegida a nossa segurança, e respeitada a nossa propriedade: que maiores, ou que mais sólidas vantagens offerecerá por tanto qualquer outra forma de governo? Acaso poderemos nós iludir-nos ainda com essa idéa quimerica de huma liberdade pouco menos que illimitada? Acaso seria possível conseguilla, sem comoções, sem violências, e sem desgraça? E conseguida de que nos serviria ella? Seriamos nós por ventura mais felizes? (JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 14 de setembro de 1821, p. 3).

Infere-se, a partir do fragmento, que as Cortes portuguesas buscavam persuadir os brasileiros de que uma emancipação ou rompimento com Portugal não seria garantia de **felicidade**. Essa abordagem, semelhantemente, é destacada em outras edições do jornal, a saber: em 4 de

fevereiro de 1823, a Independência do Brasil foi mencionada como sinônimo de **infelicidade**; e, em 3 de dezembro de 1822 há afirmativa: “O *Brasil* por ora não póde ser feliz senão unido a Portugal; e regido pela nossa Constituição” [sic.] (JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 03 de dezembro de 1822, p. 1).

As cortes portuguesas sublinhavam que os brasileiros deveriam exercer a sua liberdade, evitando as revoluções violentas, as lutas de partidos e **anarquia**. Além disso, acrescentavam: “Habitantes do *Brazil*! Continuai a imitar a moderação [...] Brasileiros! Nossos destinos estão ligados: vossos irmãos não se reputarás livres, sem que vós o sejais também: viveis certos disso [...]” (JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 14 de setembro de 1821, p. 3). A temática “anarquia” está presente em diversas edições do jornal, com maior incidência no ano de 1822, abordada sob diversas expressões correlatas: **rompimento da ordem social**, “**Casa de Orates**”, **loucura de facciosos**, conforme apontou-se no quadro 6.

Tal incômodo acerca da possibilidade de desordem social é refletido em diversos trechos de publicações do JIOB, no período de 1821 a 1823. Na publicação de 6 de novembro de 1821, por exemplo, há afirmativa de que um partido de homens estaria causando discórdia na cidade: “*nutridos das migalhas do antigo despotismo*” e apalpando “*todas as teclas do grosseiro Machiavelismo para destruir em o nascedouro o systema Constitucional...*”. Em sequência, o autor do referido artigo afirma que tais homens estariam

[...] illudindo alguns brasileiros incautos com sonhadas vantajens da independência do Brazil e ultimamente inventando ridículas anedotas, e infames aleivosias contra o Governo, que muito lhes desagradava, por não lhes dar o que elles querião... [sic.] (JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 06 de novembro de 1821, p. 1).

A partir das fontes analisadas, do Quadro 6, observa-se, no ano de 1821, o desejo de não transformar a “Ordem actual das cousas”<sup>33</sup> e destaque para as chamadas ilusórias vantagens. Em 1822, o foco foi no rompimento da ordem social e ação dos chamados “facciosos”.

A edição de 1 de novembro de 1822, do JIOB, tece crítica à afirmativa: “A Natureza creou a America para ser independente” [sic.]. Tal afirmativa tinha relação a uma “peça política do Rio de Janeiro”, cujas cópias foram enviadas à Província da Bahia. (JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 1 de novembro de 1822, p. 1).

<sup>33</sup> JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 06 de novembro de 1821, p. 1

De acordo com o autor do artigo do jornal supracitado, a palavra natureza era utilizada como tempero, empregada em diversos tipos de panela. Nessa perspectiva, faz uma abordagem na qual diferencia a natureza do homem físico e do homem moral (nascida nas instituições humanas) e defende que na natureza física tudo está interligado:

[...] na Natureza nada he independente; tudo está unido, e ligado pela infrangível cadêa do Ente Eterno tanto na Ordem fysica como moral [...] e a independência he uma quimera. [sic.] (JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL, 1 de novembro de 1822, p. 1).

Tal diferenciação entre natureza física e natureza moral do homem teve como finalidade ratificar o discurso acerca das desordens sociais, além de criticar os opositores políticos, denominados de “facciosos” e “charlatões”.

Em meio a tais discursos, chama atenção as falas das Cortes portuguesas – direcionadas aos brasileiros, pois, os primeiros afirmam que não possuíam intenção de fazer o Brasil de escravo, além disso, a liberdade almejada possuiria “fraquezas”. (JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL, 8 de novembro de 1822, p. 2 e p. 4).

As Cortes portuguesas, em suas publicações, mesclavam o discurso de amor ao Brasil e não concordância com a emancipação, como pode ser visto, semelhantemente, no seguinte trecho: “Sr. Hypolito, nós amamos o *Brasil* tanto como V. m., mas não queremos ver o *Brasil* perdido com fumaças de Imperio Independente; nem com Quixotadas Republicanas de 1817 [...]” [sic] (JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL, 6 de dezembro de 1822, p. 2)

O termo **despotismo** é enfatizado em textos da fonte analisada. Inclusive, após ser chamado de déspota, o Príncipe Regente (D. Pedro) teve sua autoridade questionada:

E S. Magestade delegou ao Principe Real a autoridade de convocar Cortes Constituintes no *Brasil*? Não: Logo o Decreto de 3 de Junho he nullo, porque excede o poder e as attribuições de quem o promulgou. Não só he nullo este Decreto, mas vai de encontro á vontade dos povos do Brasil [...] E não he só nullo este Decreto, e contrario á vontade do *Brasil*, mas **promove a anarquia**, e separação daquelle Reino do de *Portugal*” [sic.] (JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL, 3 de dezembro de 1822, p. 2, **grifo nosso**)

O trecho acima coloca em xeque a autoridade do príncipe regente e anula o Decreto de 3 de Junho de 1822, o qual dizia respeito à convocação de uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa composta por Deputados das Províncias do Brasil, que seriam eleitos segundo as instruções expedidas.

A anulação do referido decreto foi reafirmada em publicação presente no *Jornal Idade d'Ouro do Brazil* (JIOB) de 1822. Nesta fonte, há a afirmativa de que as Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes de Portugal anularam o Decreto de 3 de junho de 1822, bem como, outros atos legislativos estabelecidos e sanados pelo Governo do Rio de Janeiro. Nesse momento, o príncipe regente foi apresentado como traidor e desobediente ao Rei e às Cortes portuguesas e, foi intimado a regressar à Portugal, no prazo de um mês. Entretanto, é válido ressaltar que alguns meses antes dessa intimação das Cortes Portuguesas, o príncipe regente do Brasil disse: “digo ao povo que fico”.

É relevante, também, observar que o fragmento textual supracitado defende que o príncipe regente estava contrariando a vontade dos povos do Brasil. No início do texto, sublinha-se oposição à vontade de “um povo”, pois essa não seria, de acordo com a referida fonte, critério para mudanças de Governo. Na página seguinte, há uma preocupação com a “vontade” dos povos do Brasil. Possivelmente, o autor quis diferenciar a vontade de um partido e a chamada coletividade de brasileiros.

Repleto de linguagem irônica e, por vezes, ácida, o JIOB deixou explícito o seu posicionamento político de fidelidade ao Rei D. João VI e às Cortes Portuguesas. No ensejo, também apresenta a independência do Brasil como **futuro incerto**:

As circunstancias físicas, e Moraes do *Brasil* exigem que ele seja unido a *Portugal* pelos laços constitucionais; e aspirar a outra cousa he expor-se ao destino do cão da Fábula, que perdeo hum verdadeiro pedaço de carne, que levava na boca por hum pedaço imaginário, que se lhe figurou no espelho de hum rio. (JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL, 6 de dezembro de 1822, p. 2)

Diante da metáfora acima, é interessante observar a menção ao espaço “rio”. Teria sido proposital? Tal questionamento foi feito, tendo em vista que a ebulição de independência do Brasil estava concentrada em Província com semelhante nome: Rio. Isso era de conhecimento das Cortes Portuguesas. Logo, provavelmente, além do objetivo de transmitir um recado acerca da visão de futuro incerto, a escolha de tal fábula não ocorreu irrefletidamente. Ao contrário, essa escolha foi muito bem pensada.

A credibilidade dos apoiadores da emancipação do Brasil, foi colocada em xeque, diversas vezes, nas publicações do JIOB, por exemplo, na edição de 06 de dezembro de 1822:

Quer o Correio, que o *Brasil* peça hum empréstimo de 20 milhões; mas quem emprestará essa quantia a hum povo convulso; cujo exito se ignora. Quer que o *Brasil* chame Tropas Estrangeiras; mas como quererão Tropas Estrangeiras fiar-se em gente, que depois hade dar a mesma paga, que tem dado ás Tropas de *Portugal*? Serão os Demagogos do *Brasil* mais benignos com os Estrangeiros do que tem sido com seus Pais e Irmãos? [sic.] (JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL, 6 de dezembro de 1822, p. 1)

Os brasileiros que desejavam a emancipação do Brasil foram chamados de **traidores** e não confiáveis. Além disso, os apoiadores das Cortes Portuguesas ressaltavam a liberdade e independência política como **algo perigoso**, por isso, segundo eles, a liberdade deveria ser vista como “vinho generoso”, pois se fosse usada de forma desproporcional, iria causar bebedeira. (JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL, 6 de dezembro de 1822, p. 1).

Na publicação de 31 de dezembro de 1822 há a continuidade de defesa acerca de uma falsa concepção de liberdade no que diz respeito à independência do Brasil. Nesse sentido, a independência é tratada como sinônimo de **demagogia**. Dentre os vestígios, que apresentam tal visão, está o primeiro texto dessa edição do jornal, que coloca as tropas constitucionais lusas como salvadoras do chamado “despotismo *Fluminense*<sup>34</sup>” e completa: “e dos furores democráticos desses demagogos, que querem liberdade para si, e escravidão para os outros.” [sic.] (JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL, 31 de dezembro de 1822, p. 1).

Ao adentrar o ano de 1823, as críticas no JIOB continuam. Fala-se em **anarquia** (3 de janeiro de 1823), **despotismo** (31 de janeiro de 1823) e **infelicidade** (4 de fevereiro de 1823). Com relação a esse último aspecto, os apoiadores das Cortes Portuguesas ressaltam: “Sem Constituição não há Liberdade, E sem união com *Portugal* não há felicidade. *Reino dividido, Reino perdido*”. [sic.] (JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL, 4 de fevereiro de 1823, p. 1).

Paradoxalmente à visão negativa de independência, atrelada às abordagens sobre o Brasil, as publicações do JIOB mencionam independência com sentido de “**equilíbrio dos três poderes políticos**” (26 de novembro de 1822) e “**aspecto natural de um povo**” (10 de janeiro de 1823). Em ambos os casos, as fontes consultadas estavam se referindo à população de Portugal. Logo, há um diferente tom e concepção, nas entrelinhas, ao se utilizar a palavra “independência”, conforme o local de referência: Brasil ou Portugal.

---

<sup>34</sup> No jornal Idade d'Ouro do Brasil, no período analisado (1821-1823) observaram-se que alguns palavras, tais como nomes de pessoas, lugares, naturalidade ou outras expressões que se desejam destacar, eram registradas em fonte itálica. Logo, na nossa pesquisa, a forma de escrita da época foi respeitada.

De modo geral, as edições analisadas do JIOB defendiam a liberdade e felicidade como vínculo à Constituição Portuguesa e ao seu sistema Monárquico-Constitucional. Logo, se o Brasil desejasse segurança e felicidade, na visão do grupo fiel às Cortes Portuguesas, deveria continuar unido ao Reino Português. A defesa à Constituição portuguesa é bem enfatizada no trecho: “Nós dissemos, Constituição, ou morte” (JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 10 de janeiro de 1823, p. 1).

No jornal “Idade d’Ouro do Brazil” colocava-se como epígrafe uma afirmativa de Sá e Miranda: “Fallai em tudo verdades a quem tudo as deveis”. Entretanto, o lema presente na capa do “Reverbero Constitucional Fluminense” era: “Escrito por dous brasileiros, amigos da Nação e da Pátria” [sic.]. Ou seja, enquanto o primeiro buscava evidenciar o seu apoio à D. João VI e Cortes portuguesas, através do que denominara de “verdades”, o segundo jornal trazia o tom de apoio ao príncipe regente do Brasil com o lema de amigos da Nação/ Pátria brasileira.

Cada edição do Jornal Reverbero Constitucional Fluminense (1821 – 1823) continha cerca de 12 páginas, vendido por 120 réis na Província do Rio de Janeiro, podendo, inclusive, ser enviado por Correio para outras Províncias. A seguir serão analisadas edições, do referido impresso, no que concerne ao termo “independência”. Nesse momento, pretende-se fazer um contraponto em relação ao jornal da Província baiana, anteriormente analisado.

**QUADRO 7 - TERMO INDEPENDÊNCIA NO JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE (1821 – 1823)**

Ano	Data	Edição	Frequência do termo “independência”	Total de menções por ano	Sentido(s) do termo “independência”
1821	15 de setembro de 1821	n.º 1 (1º Volume)	3 menções	4 menções	Independência como sinônimo de <b>“fogo da liberdade” e oposição às “trevas do despotismo”</b> .
1821	1º de dezembro de 1821	n.º 4 (1º Volume)	1 menção		Independência como sinônimo de <b>“reunir-se primeiro em si mesmo”</b>
1822	1º de janeiro de 1822	n.º 8 (1º Volume)	3 menções	77 menções	Independência como sinônimo de <b>Liberdade e alicerçada em uma Constituição</b>
1822	8 de janeiro de 1822	n.º 9 (1º Volume)	3 menções		Independência como sinônimo de <b>“Liberdade, Igualdade e Confraternidade”</b>
1822	5 de fevereiro de 1822	n.º 13 (1º Volume)	3 menções		Independência ou incorporação a outra Nação Constituída colocadas em pauta <b>como alternativas para combater a “anarquia” na Província do Oriente (atual região do Uruguai)</b>
1822	19 de fevereiro de 1822	n.º 15 (1º Volume)	5 menções		<b>Críticas aos discursos que associavam a palavra Independência à Rebelião.</b>
1822	26 de fevereiro de 1822	n.º 16 (1º Volume)	2 menções		Independência com sentido de <b>“honra Nacional” e “Liberdade”</b>
1822	05 de março de 1822	n.º 17 (1º Volume)	1 menção		Independência como sinônimo de <b>resposta da Colônia às necessidades não satisfeitas</b>
1822	12 de março de 1822	n.º 18 (1º Volume)	2 menções		Independência como sinônimo de <b>Estado Livre</b>
1822	19 de março	n.º 19	1 menção		



	<b>de 1822</b>	(1º Volume)			<b>Defesa em relação à “Liberdade brasileira”</b>
<b>1822</b>	<b>26 de março de 1822</b>	n.º 20 (1º Volume)	1 menção		A independência do Brasil sendo apresentada como, <b>também, benéfica aos estrangeiros que aqui residiam e tinham negócios</b>
<b>1822</b>	<b>9 de abril de 1822</b>	n.º 22 (1º Volume)	2 menções		Possibilidade de Independência do Brasil apresentada como <b>consequência das atitudes violentas de Portugal</b>
<b>1822</b>	<b>12 de maio de 1822</b>	n.º 1 (1º Volume)	3 menções		Independência do Brasil apresentada como <b>uma possibilidade</b>
<b>1822</b>	<b>28 de maio de 1822</b>	n.º 1 (2º Volume)	3 menções		Independência do Brasil como <b>consequência de provocações da Corte Portuguesa</b>
<b>1822</b>	<b>4 de junho de 1822</b>	n.º 2 (2º Volume)	2 menções		Independência como sinônimo de <b>“bem geral” e resposta aos opressores da Nação.</b>
<b>1822</b>	<b>10 de junho de 1822</b>	n.º 3 (2º Volume)	3 menções		Independência como <b>solução ao receio de regresso do Brasil ao sistema colonial.</b>
<b>1822</b>	<b>18 de junho de 1822</b>	n.º 4 (2º Volume)	2 menções		Independência como <b>característica do “homem no estado da Natureza”</b>
<b>1822</b>	<b>25 de junho de 1822</b>	n.º 5 (2º Volume)	5 menções		Independência com sentido de <b>exercício da “Soberania”</b>
<b>1822</b>	<b>2 de julho de 1822</b>	n.º 6 (2º Volume)	9 menções		Independência utilizada com o <b>sentido de liberdade.</b>
<b>1822</b>	<b>13 de agosto de 1822</b>	n.º 12 (2º Volume)	5 menções		Independência como <b>uma escolha.</b>

1822	27 de agosto de 1822	n.º 14 (2º Volume)	3 menções		Independência com o sentido de <b>superar o sistema colonial.</b>
1822	17 de setembro de 1822	n.º 17 (2º Volume)	5 menções		Independência com o sentido de <b>liberdade “applicável a todo o Mundo”</b> [sic]
1822	24 de setembro de 1822	n.º 18 (2º Volume)	5 menções		Independência com o sentido de <b>Liberdade Constitucional.</b>
1822	1 de outubro de 1822	n.º 19 (2º Volume)	3 menções		Independência no sentido de <b>rompimento com a Metrópole.</b>
1822	8 de outubro de 1822	n.º 20 (2º Volume)	6 menções		Independência como <b>um direito.</b>

**Fonte:** Quadro construído pela autora do texto a partir dos exemplares disponibilizadas na Hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional do Brasil. Acesso em: 20 out. 2020.

Para identificar a quantidade de menções à palavra independência, na construção do quadro acima, o recurso “Ctrl + F” do computador foi empregado. Logo, foi uma contagem quase “artesanal”, uma a uma. Para se ter maior precisão na localização da palavra-chave elencada, esta foi escrita sem acento (conforme a ortografia oitocentista).

Na análise de sentidos, presente no quadro 7, ficou evidente o predomínio da palavra “**Liberdade**”, o que se opõe ao observado no Jornal baiano “Idade d’Ouro do Brazil”. Entretanto, o “Reverbero Constitucional Fluminense” se aproxima do jornal baiano quando, em sua primeira edição (15 de setembro de 1821), evidencia posicionamento contrário às chamadas “**trevas do despotismo**”, apresentando - aos habitantes do Rio de Janeiro - “as Luzes Constitucionaes da Europa” [sic] como referencial, além de exaltação à Portugal por meio de poema. [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 15 de Setembro de 1821, p. 4 e p.12). Tal enaltecimento à Portugal não foi observado em edições de 1822 (ano do chamado “grito” da independência do Brasil).

O aspecto “**liberdade**”, no trato da temática Independência, é apresentado sob diferentes formas nas edições do Jornal Reverbero Constitucional Fluminense (JRCF), a saber:

A **Independência como sinônimo de Liberdade e alicerçada em uma Constituição**: “Que outra Independencia podemos nós desejar do que aquella, que nos affiança huma sábia e proporcionada Constituição?” [sic.] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 1 de Janeiro de 1822, p. 87).

Na edição do JRCF de 8 de janeiro de 1822, o lema da Revolução Francesa (“**Liberdade, Igualdade e Confraternidade**”) está associada às entrelinhas sobre a Independência. Essa discussão é acompanhada de destaques acerca do amor à Pátria, além de críticas à Portugal, com afirmativa de que se desejava ser livre tanto quanto os colonizadores do Brasil. Nessa edição, também, chama atenção a afirmativa de que Portugal desejava ao Brasil uma “**liberdade meramente virtual**” (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 8 de Janeiro de 1822, p. 102 e p. 104). Entretanto, nesse momento, ainda não se evidenciava a ideia de ruptura com Portugal, conforme observa-se na afirmativa:

Não temo falar deste modo, nem tão pouco que os inimigos da minha Pátria me acusem de – Republicano -; sou Portuguez, amo a união fraternal do Brasil com Portugal, e odeio a Democracia; o que eu não quero he a degradação, a vileza, a escravidão do meu Paiz [...] [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 8 de Janeiro de 1822, p. 106)

Logo, o trecho acima explicita inquietação acerca da repressão e exploração de Portugal sobre o Brasil, todavia, ainda não implicava em desejo de rompimento com a chamada “Pátria mãe”.

Na edição de 26 de fevereiro de 1822, do JRCF, a palavra “independência” foi mencionada duas vezes em um texto intitulado “Reflexões”. O texto destacou a fala de um congressista chamado de Sr Moura. Ele afirmou que se lhe contassem que Pernambuco queria independência e que todos os seus habitantes desejavam um governo separado, ele iria apoiar e seria o primeiro a aplaudir, pois em sua visão, a vontade geral deve prevalecer sobre a particular.

Após a menção à fala do Sr. Moura, o redator do jornal acrescentou que outras províncias também clamavam “contra as instituições illiberaes do Congresso, contra os Decretos de recolonização, degradamento, e escravidão que lhes fulminara [...]” [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 26 de fevereiro de 1822, p. 192). Nessa fonte, a **Independência é tratada com sentido de “honra Nacional” e “Liberdade”**. É interessante

observar que, nesse momento, alguns princípios proclamados pelas Cortes portuguesas também foram utilizados na fundamentação de argumento acerca da possibilidade de se pensar a independência do Brasil, como por exemplo, o direito público estabelecido por Vatel, rendendo a seguinte declaração e questionamento:

[...] quando se desorganiza inteiramente as antigas formas, qualquer Povo, ou Província pôde mudar de governo, ou emancipando-se, ou encorporando-se entre si ou com outras – E de modo, a não ser isto assim, se poderia estabelecer o outro princípio ‘de que as Nações não são propriedade de ninguém?’ [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 26 de fevereiro de 1822, p. 193)

A Província de Pernambuco também aparece como protagonista em outra discussão do JRFCF. Na edição de 12 de março de 1822, por exemplo, foi feita uma suposição de que se a maioria dos habitantes de Pernambuco decidissem pelo sistema da Independência e se constituíssem um **“Estado Livre”**, outras pessoas não os poderiam impedir.

Nessa linha acerca de “liberdade”, na edição do dia 19 de março de 1822, a palavra independência é mencionada uma vez. Nesse momento, apresentou-se discurso contrário às Cortes Portuguesas, porém não contrário ao Rei, com vistas à defesa da chamada **“Liberdade brasileira”** (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 19 de março de 1822, p. 225)

Outra edição do JRFCF na qual **Independência é utilizada com o sentido de liberdade** consiste na publicada em 2 de julho de 1822. Inicialmente há a afirmativa de que toda a América estava desejava de liberdade e emancipação; em sequência, há uma abordagem sobre as Províncias Espanholas na América. Acerca desse segundo ponto, aborda-se que a independência conquistada pelas províncias espanholas na América foi subsequente às guerras e conflitos ocorridos. Ou seja, a Independência não foi um movimento tranquilo, muito menos passivo ou apático. Isso remete à Tese de Franchini Neto (2015), anteriormente mencionada, sobre as guerras que permearam o processo de Independência do Brasil.

Simultaneamente à elevação dos discursos de liberdade do Brasil e da América como um todo, os textos do JRFCF também apresentavam certo receio do processo para esse feito. Por exemplo, em 17 de setembro de 1822 o referido jornal sublinhou a **Independência com o sentido de liberdade “applicável a todo o Mundo”<sup>35</sup>**, todavia, havia receio de uma guerra entre Brasil e Portugal, em virtude da possível matança.

---

<sup>35</sup> JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 17 de setembro de 1822, p. 209.

Por fim, há mais dois tipos de liberdade vinculadas à temática da Independência, destacados pelo JRFC: O sentido de **lei da Natureza** e a **liberdade constitucional**. A respeito no primeiro, observa-se a seguinte provocação: “Querem conservar o direito de – *Feudo!* - Mas as luzes, que não retrocedem, ensinão aos Americanos que a Natureza não dá direito a nenhum Povo sobre o outro Povo” [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 17 de setembro de 1822, p. 210). A “Natureza” também foi sublinhada em outra publicação do JRFC: 18 de junho de 1822. Nesse caso, a **Independência é apresentada como característica do “homem no estado da Natureza**.

No relato<sup>36</sup> sobre a busca por **Liberdade Constitucional** por parte dos habitantes do Brasil, menciona-se o Decreto de 3 de Junho de 1822 como instrumento para essa garantia, pois, mandava convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados das Províncias do Brasil, os quais seriam eleitos segundo as instruções expedidas.

Nas trajetórias por compreender o contexto político-brasileiro de 1821 a 1823, outros sentidos de independência também foram inferidos a partir das fontes. Dentre os sentidos, está o de **Independência como sinônimo de “reunir-se primeiro em si mesmo”** (1º de dezembro de 1821). Esse aspecto foi destacado no seguinte questionamento: “Como póde hum Reino tão extenso, e tão separado crescer em respeito, em força, e em glória, sem reunir-se primeiro em si mesmo, para reunir-se melhor com a Mãe Pátria?” (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 1º de dezembro de 1821, p. 69).

Mais uma vez, não se trata de romper por completo com Portugal. Algo que corrobora para esse entendimento é a defesa, na página subsequente da fonte (p. 70), a qual sugere que em virtude da grande extensão territorial, a Sede do Governo Português deveria ser no Brasil “ou que o Brasil tenha hum Governo central seu subordinado e sancionado por aquelle” (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 1º de dezembro de 1821, p. 70). Outra preocupação implícita nesse fragmento textual: as províncias brasileiras não se desmembrassem, nem houvesse “ciúmes” entre elas). “Reunir-se primeiro em si mesmo” traria como consequência força e glória para o Brasil.

A análise de fontes permitem a inferência de que no ano de 1821 e início de 1822, as menções à palavra independência estavam vinculadas à inquietação e absoluta dependência do Brasil, ou seja, manifestavam o desejo de redução de exploração do Brasil, mas sem romper os

---

<sup>36</sup> JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 24 de setembro de 1822, p. 224.

laços “fraternais” com a Metrópole e sem desunir as províncias brasileiras. Inclusive, aqueles que eram à favor da “dependência absoluta” foram qualificados como “homens *interessados*, que *não merecem confiança*, ou como homens *fracos*, que *não sabem ver*, ou como homens de *prejuízos*, que não querem ver: ou finalmente como *egoístas*, que não se lhes importão com os males futuros do seu Paiz [...]” (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 1º de dezembro de 1821, p. 70, *grifo nosso*).

Nas fontes oitocentistas, também, é possível observar a atenção aos acontecimentos internacionais. Em diversas vezes, essa menção ao exterior tinha como pano de fundo a busca por referenciais e inspiração comportamental. Assim, na edição de 5 de fevereiro de 1822 a Independência, bem como, a incorporação a outra Nação Constituída são colocadas em pauta como alternativas para **combater a “anarquia” na Província do Oriente (atual região do Uruguai)**.

A esse respeito há uma problemática - sublinhada na fonte – sobre o que seria necessário para uma Província se tornar Estado ou Nação, pois defende que “não basta querer se-lo, cumprir meios de sustentar a Independência” [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 5 de fevereiro de 1822, p. 153 - p.154). Portanto, infere-se a partir desse vestígio histórico que, naquele contexto, seria imprescindível para tal sustentação: ter população, recursos, elementos para governar com ordem e tranquilidade (evitando Guerras civis), recursos para se defender dos possíveis inimigos que desejassem invadir o território, obtendo, assim, “respeito” das demais Nações.

Nessa associação entre Independência e controle de “anarquia” estava implícita a concepção de um Estado forte e controlador de desordens sociais.

Na edição do JRCF de 19 de fevereiro de 1822 há **críticas aos discursos que associavam a palavra Independência à Rebelião**. Inclusive, foi destacada a fala do deputado Sr. Vilela o qual questiona se os povos do Brasil já não deram provas suficientes sobre o desejo de permanência de união à Portugal quando aderiam a Constituição portuguesa e completa que a independência só poderia ser considerada crime contra Portugal, após a retirada dos chamados déspotas e opressores do Brasil (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 19 de fevereiro de 1822, p. 174). Entretanto, nessa mesma edição do jornal, chama atenção a problematização se a liberdade do Brasil poderia ser assegurada com a Constituição portuguesa.

Ou seja, nesse contexto oitocentista em meio à inquietude de ver o Brasil como “objeto secundário no Systema de Política das Cortes de Portugal” [sic], simultaneamente, pairavam muitas

dúvidas em relação ao que se poderia considerar como independência do Brasil. (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 19 de fevereiro de 1822, p. 177).

As inquietudes supracitadas também estavam implícitas nos discursos que apresentavam a **Independência como sinônimo de resposta da Colônia às necessidades não satisfeitas** (JRCF, 05 de março de 1822), bem como, **consequência de provocações da Corte Portuguesa** (JRCF, 28 de maio de 1822), **resposta aos opressores da Nação** (JRCF, 4 de junho de 1822) e **atitudes violentas de Portugal** (JRCF, 9 de abril de 1822):

[...] não he derramando-se o sangue de Irmãos, que a Irmandade se une, e se ama; o que até hoje tem feitos os Militares enviados da Europa, para o Brasil (com bem pouca excepção) **promove mais a Independencia desse Reino**, que a natureza aconselha, e que Portugal tanto procura obstar, do que aperta os vínculos de interesse e amizade, que a Constituição aconselha, que a Política recomenda, e que o Soberano Congresso na sua Sabedoria parece ter principalmente em vistas... [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 9 de abril de 1822, p. 264-265, **grifo nosso**).

A temática independência do Brasil, também, foi apresentada no JRCF como **benéfica aos estrangeiros que aqui residiam e tinham negócios** (26 de março de 1822). Esta é uma forma de reforçar o quantitativo de defensores da Independência do Brasil. Inclusive a independência é **apresentada como uma possibilidade** (12 de maio de 1822).

A edição de 12 de maio de 1822, do JRCF, inicia tratando da união entre os dois Reinos (Brasil e Portugal), faz críticas àqueles que desprezavam essa união, também apresenta receio de regressão do Brasil à condição de Colônia e finaliza com questionamentos relativos às estratégias e possibilidades para a concretização da independência do Brasil, caso fosse desejo dos “brasilienses”. Dentre os aspectos, que poderiam estimular esse desejo de cisão com Portugal, segundo a referida fonte, seriam: o retorno do Brasil à condição de Colônia, o tratamento violento por parte das tropas enviadas da Europa ao Brasil, a contradição entre o título de Reino e a estrutura política no Brasil (divisão de juntas provinciais em conflito com a falta de autonomia das províncias).

O **receio de regresso do Brasil à condição de Colônia** foi marcante em algumas publicações do JRCF, dentre as quais: 10 de junho de 1822 e 27 de agosto de 1822. Essa faceta de receio de regresso ao sistema colonial, foi mesclada a provocações direcionadas àqueles que desprezavam a união entre Brasil e Portugal:

Mas se essas razões são as que induzem o Governo de Portugal a desprezar como tem feito os negócios do Brasil, que nos entendamos, **sejão sinceros, declarem o Brasil**

**independente de uma vez;** e não se fomentem ali partidos, que produzirão a guerra civil, degolando-se os povos uns aos outros: **declare-se, que Portugal não precisa do Brasil,** e previnão-se assim os males da guerra; a qual quando começar, não pode deixar de ter o mesmo êxito da qual houve na America Hespanhola [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 12 de maio de 1822, p. 2).

Uma mistura de sentimentos pode ser observada nas entrelinhas das publicações do JRCF. As provocações às Cortes Portuguesas são mescladas ao receio de derramamento de sangue e retorno à condição de Colônia. Entretanto, há momentos que a independência é associada à **“Honra Nacional”** (26 de fevereiro de 1822) e **exercício da “Soberania”** (25 de junho de 1822).

Em 13 de agosto de 1822, o JRCF **trata a Independência como uma escolha.** Nesse momento, cometa-se acerca dos povos da “Província Oriental” (atual região do Uruguai), que deveriam “escolher” entre as seguintes opções: “Ou a sua *Independencia*, ou o seu regresso ao antigo Regimen, ou á sua incorporação à *Portugal*” [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 13 de agosto de 1822, p. 140). Logo, pode-se inferir que o movimento de rompimento com as metrópoles ocorridos em outras partes da América, também, repercutiam no Brasil, servindo de referencial.

Após o propagado “grito da independência”, observam-se os seguintes sentidos para a temática independência nas entrelinhas do JRCF: **Independência no sentido de rompimento com a Metrópole** (1 de outubro de 1822) e **Independência como um direito** (8 de outubro de 1822).

Portanto, o percurso analítico em jornais oitocentistas evidenciou uma espécie de “guerra de pena” entre os impressos, com calorosos debates por escrito. O Jornal baiano Idade d’Ouro do Brazil apoiava as Cortes Portuguesas e considerava o rompimento do Brasil com Portugal como algo negativo. Em contrapartida, o Jornal Reverbero Constitucional Fluminense fazia críticas à Província da Bahia com uso de palavras tais como “veneno” e “ciúmes”, além de esboçar a concepção de Independência do Brasil sob ângulos diferentes daquele impresso: desde receio e “culpa” das atitudes de Portugal até um direito.

### 3.2 O sentido do longo esperar

Quando se trata da administração política do Brasil no século XIX, lembra-se preliminarmente das facetas: 1. Colônia, 2. Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (com fases de monarquia absoluta e monarquia constitucional), 3. Império (iniciado com o processo de



Independência Brasil e segmentado em Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado) e 4. República. A primeira vista aparenta ser um contexto de imensas mudanças políticas. Todavia, tais mudanças não consistem, necessariamente, em rupturas estruturais e nem superação completa do período anterior.

O “longo esperar” aqui denominado é uma provocação a se refletir acerca das permanências que interferiram tanto na construção da identidade do Estado brasileiro oitocentista quanto na forma de se pensar a educação da/para nação, sobretudo, no interstício 1821 a 1872 - cinquentenário que envolve o final do período da condição de Reino Unido e considerável parte do período Imperial do Brasil.

Especificamente em relação ao período em tela (1821 a 1872), nessa pesquisa, os anseios por mudanças, conflitos ideológicos e paradoxos oitocentistas estão mesclados à busca por identidade nacional, conforme observa-se na afirmativa a seguir: “Após a Independência começou-se a discutir a questão do ‘ser brasileiro’. Para as elites do Centro-Sul era necessário não só fortalecer o seu poder como também definir a face da nação. Buscava-se a nossa identidade em meio a tantas diferenças e misturas étnicas”. (MULTIRIO, 2020, p. 1).

Além do aspecto “identidade brasileira”, as lentas mudanças são vistas em diversos âmbitos: culturais, educacionais, posturas de Estado, entre outras. Acerca do aspecto cultural, chama atenção, por exemplo, tanto a letra quanto a melodia do hino nacional brasileiro.

A letra do hino nacional brasileiro republicano inicia com alusão ao propagado “grito” do Ipiranga (“Ouviram do Ipiranga às margens plácidas...”). Esse destaque ao contexto de ebulições por independência também está presente na primeira versão do hino nacional (de autoria de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, ainda no contexto Imperial) em cuja composição há um trecho similar ao seguinte trecho do Manifesto de 1 de agosto de 1822, que foi assinado pelo príncipe Regente D. Pedro: “Não se ouça pois entre vós outro grito que não seja - UNIÃO DO AMAZONAS AO PRATA - não retumbe outro écho, que não seja – INDEPENDENCIA” [sic.] (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020, p. 1).

Apesar do Positivismo estar em destaque, no Século XIX - paradigma que tinha como pano de fundo a concepção evolucionista e superação do passado - a melodia criada por Francisco Manuel da Silva foi utilizada tanto na primeira versão do hino nacional quanto no contexto republicano.

Segundo Pereira (1995, p. 33), “não seria arriscado dizer que o hino pode ter sido mantido pelas mesmas razões que levaram à manutenção da bandeira nacional”, cujo lema é “Ordem e Progresso”. Nessa perspectiva, a letra, do antigo hino, seria o elemento monárquico o qual deveria ser suprimido e renovado para trazer o ideal positivista de “evolução”. Nesse conflito entre novo e velho, uma nova letra foi atribuída à antiga música. Assim, o poema escolhido para representar os anseios republicanos, e que passou a ser considerado como nova letra do hino nacional brasileiro, é de autoria de Joaquim Osório Duque Estrada.

Logo, compreende-se, em nossa pesquisa, que semelhantemente aos diversos aspectos da história da humanidade, as mudanças na esfera política não são abruptas e/ou totalmente descontínuas. Ou seja, novo e velho estão em constante relação. Assim, os “gritos” que marcam uma nova fase histórica, também, mantêm traços dos sinais que os precederam, além de não ocorrerem de forma inesperada.

A discussão aqui apresentada nos remete aos tempos históricos, propostos por Fernand Braudel. O referido estudioso – integrante da 2ª geração da Escola dos *Annales* - classifica o tempo histórico em três tipos: “tempo dos acontecimentos ou tempo da curta duração, tempo das conjunturas ou tempo médio e tempo longo das estruturas, o tempo da longa duração histórica” (AGUIERRE ROJAS, 2013, p. 21). O primeiro (“curta duração”) se refere aos acontecimentos pontuais e às experiências dos indivíduos no ritmo cotidiano. O segundo (“média duração”) compreende as conjunturas econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, que podem, inclusive, compreender décadas; ou seja, tratam-se de fenômenos característicos da vida de gerações. E, por fim, a “longa duração” corresponde aos processos e estruturas, das realidades humanas, que percorrem curvas superiores a um século. (AGUIERRE ROJAS, 2013, p. 21).

Certa vez, Braudel quando estava viajando no estado brasileiro da Bahia contemplou vagalumes da noite escura e afirmou que as luzes dos vagalumes apareciam e desapareciam na escuridão da noite, “sem penetrar na noite com uma verdadeira luz. O mesmo acontece com os eventos, para além de seu brilho, a escuridão predomina” (BRAUDEL *apud* BURKE, 1997, p. 48). Ou seja, os acontecimentos isolados não são suficientes para trazer o entendimento acerca das estruturas profundas que permanecem ao longo de séculos na humanidade.

Nessa pesquisa não há a pretensão de fazer a análise de categorias sob a perspectiva de longa duração, em virtude, da breve disponibilidade de tempo para esse feito. Todavia, apesar dessa

impossibilidade, compreende-se que muitas características e fenômenos encontrados nas entrelinhas, das fontes analisadas, são componentes de longa duração.

Diante do exposto, nos capítulos subsequentes são trabalhadas as categorias de Estado brasileiro, Políticas Públicas e Educação alagoana no cinquentenário de 1821 a 1872, visando compreender concepções, bem como, permanências de características/ fenômenos resistentes ao longo do tempo, que interferiram e interferem diretamente na vida humana.

#### 4 ESTADO BRASILEIRO: concepções e dinâmicas

Tão intrigante quanto o tema “Independência do Brasil” é abordar o tema Estado. Inclusive, há estudiosos que fazem relação entre ambos. A esse respeito, em aula ministrada a estudantes da Universidade de São Paulo (USP), disponível no Canal USP (no YouTube<sup>37</sup>), o professor João Paulo Garrido Pimenta (2012) afirma categoricamente que “o Brasil surge como um Estado Nacional a partir da sua separação de Portugal”. Ele completa que “[...] nem todo Estado nacional, obviamente, é resultado de uma ruptura do seio de uma unidade política”, porém, defende que nos casos dos países surgidos a partir de tal ruptura, as narrativas oficiais, acerca desse processo, têm por finalidade apresentá-los como protagonistas, colocando o tema em um lugar central de seus registros históricos.

Franchini Neto (2015, p. 612) também faz relação entre Estado brasileiro e independência, pois, afirma que “há quase duzentos anos, esse processo de consolidação do Estado e de seu território iniciou”. Nesse caso, ele toma como marco o ano de 1822 e acrescenta que existem defensores de que a força em prol dessa consolidação se iniciou desde a vinda da família real para o Brasil (1808), quando existiria um Estado brasileiro embrionário.

Entretanto, algo que diferencia em sua interpretação é que, para Franchini Neto, a independência resultou do processo de desenvolvimento do Estado e não o contrário: “Não foi um ‘processo de independência’, mas um ‘processo que resultou, que teve como consequência, vislumbrada ou não, a Independência’.” (FRANCHINI NETO, 2015, p. 612).

Ao qualificar a formação do Estado Brasileiro como “um dos enigmas mais recorrentes da nossa história”, István Jancsó (2003) sublinha seu posicionamento logo na dobradura da capa do livro: “a formação do Estado nacional brasileiro resultou de um processo de grande complexidade, ao qual é equivocado reduzir à ruptura, em 1822 [...]”.

Logo, fica explícito que as interpretações sobre a formação do Estado brasileiro são múltiplas. O nosso olhar iniciou com foco nos elementos que contribuem na compreensão acerca do perfil do Estado brasileiro no período de 1821 a 1872, porém, para ir além da caracterização, ao

---

<sup>37</sup> PIMENTA, João Paulo Garrido. **A Independência e a formação do Estado e da Nação** (Aula 11, parte 1). YouTube. Canal USP. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=97E7i4BM85s>>. Acesso em: 28 abr. 2021. 00:20:33

final do texto também houve a necessidade de identificar o momento de reconhecimento da existência desse Estado.

Na pergunta-síntese (norteadora) da pesquisa, apresentada na introdução da Tese, foi utilizado o termo Estado-Nação. Essa escolha não foi desprovida de propósitos, pois os elementos que compõem o Estado-nação estão diluídos nas discussões, isto é, a união de todos os capítulos evidencia aspectos de Nação, Território e Estado do Brasil monárquico.

Segundo Bresser-Pereira (2017, p. 157 - p.160), historicamente, o Estado nasceu antes do Estado-nação. O primeiro tem seu nascimento vinculado aos antigos impérios, sendo denominado, assim, como Estado antigo: momento no qual não se poderia falar em sociedade civil separada do Estado, tendo em vista que o poder político estava centrado em uma oligarquia, representada pela figura do monarca. Entretanto, a versão moderna, do Estado, vincula-se ao início da revolução capitalista, por volta do Século XIV, com as cidades-estado no norte da Itália. Já o Estado-nação nasce mais tarde no contexto das monarquias absolutas, na França e na Inglaterra.

No tocante à concepção de Estado-nação, Bresser-Pereira (2017) faz a seguinte afirmativa:

[...] *o estado-nação ou país* é um tipo de sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território. É a forma de poder territorial que se impôs nas sociedades modernas a partir da revolução capitalista em substituição aos feudos e principalmente aos impérios antigos. [sic] (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 158)

Portanto, o autor supracitado apresenta o Estado como elemento integrante do Estado-nação. Segundo Bresser-Pereira (2017, p. 159), os Estados-nação voltam-se ao desenvolvimento econômico enquanto fonte de poder e legitimidade, disputando com outros Estados-nação. Com isso, a educação é vista como instrumento essencial para a inculcação da sua cultura e política produtivista.

No que diz respeito ao Estado moderno, Bresser-Pereira (2017, p. 162 – p.163) sublinha duas concepções. A primeira: “instituição organizacional e normativa dotada de poder coercitivo” ou “autoridade suprema”, cuja postura de lei se aplica a todos que vivem em seu território, isto é, “tem poder para regular a vida social, econômica e política de quem não é seu membro direto: os cidadãos”. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p.163). A segunda concepção de Estado, na visão do referido estudioso, é: “instrumento por excelência de ação coletiva da sociedade – é a instituição através da qual a sociedade moderna busca seus objetivos políticos” (BRESSER-PEREIRA, 2017, p.164).

Essas duas concepções, apresentadas do parágrafo acima, contribuem para a reflexão de que existe um conflito entre as ações estatais e o que se espera dele. E, nesse momento, um questionamento é válido: O que a sociedade oitocentista esperava do Estado brasileiro monárquico? – Aspecto abordado mais à frente na Tese.

Nos clássicos da literatura (Thomas Hobbes, Adam Smith, Maquiavel...), o Estado é denominado de variadas formas, conforme sinalizamos na introdução da Tese. Todavia, apesar do leque de concepções, acerca do ente denominado “Estado moderno”, na nossa pesquisa, alguns elementos são considerados como basilares acerca deste: não é sinônimo de povo/nação; não é neutro e dispõe de poder legitimado socialmente.

Nesse trilhar por noções de concepções de Estado brasileiro, as fontes analisadas contribuíram na seguinte abordagem: 1. O Estado enquanto poupador de Anarquia (1821 a 1823), 2. Estado centralizador de poder e o paradoxo de maior autonomia provincial (1831 a 1840) e 3. Problematização sobre a(s) (im)possibilidade(s) de mudanças em características do Estado brasileiro, diante do clamor por Federalismo (1870 e 1872). É válido destacar que as características evidenciadas não se restringem a esses três períodos temporais, inclusive, podem se misturar ao longo do cinquentenário estudado.

A segmentação acima mencionada para análise do Estado brasileiro monárquico foi considerada a partir dos vestígios encontrados. Essa diferenciação na forma de expressão do Estado não anula seu fio condutor, pois, nessa pesquisa, considera-se que o fio condutor do Estado brasileiro monárquico é composto por centralidade e força de mando.

Aqui, preferiu-se o termo “noções” de concepções, pois não se propõe uma compreensão fechada em si. Outras noções podem surgir sobre os vestígios históricos no dinâmico fazer científico.

Na itinerância<sup>38</sup> por noções de concepções de Estado, no contexto do Século XIX, uma problemática é salutar: Como conceber e qualificar o Estado brasileiro oitocentista a partir do que ele próprio permitiu ficar em evidência nos registros históricos? – A esse respeito, Franco (2008, p. 14-15) afirma que “Os Estados selecionam “os elementos do passado que desejam, silenciando

---

<sup>38</sup> Nessa pesquisa, o termo itinerância é utilizado, tendo como pano de fundo a compreensão de percurso não linear e nem unilateral, porém, tal característica não implica em ausência de critérios. Ao contrário, o fazer científico possui critérios basilares, cujo caminhar se defronta com paradas, retomadas, curvas, reformulações... isto é, um fazer e refazer constante no diálogo entre fontes e literatura.

quaisquer construções memoriais dissidentes”. E completa ao falar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Não obstante, o IHGB estava longe de ser um local neutro, evidenciado pelos tipos de sócios (efetivos, correspondentes, honorários, beneméritos ou presidente honorário) e pelos três principais cargos existentes (Presidente, Secretário, Orador) [...] O título de presidente honorário era destinado a Chefes de Estado (FRANCO, 2008, p. 35)

Nesse aspecto, Franco (2008) destaca que D. Pedro II era protetor do IHGB, o que assegurava não só recursos financeiros (cerca de 75% da renda do IHGB era oriunda da Coroa), mas também, legitimidade simbólica, tendo em vista que “o próprio monarca quem subscrevia os textos”. Assim, “Em pouco tempo o IHGB foi capaz de criar um discurso autossuficiente, em si mesmo autorizado”. [sic.] (FRANCO P., 2008, p. 37 – 38).

Mais uma vez questiona-se: Como compreender o perfil de Estado, daquela época, a partir do que era permitido por ele mesmo? – Eis o desafio na intenção de radiografia das fontes: estar atenta aos silenciamentos em meio aos discursos colocados em evidência.

Portanto, esse capítulo está estruturado em dois macro tópicos. O primeiro (3.1) intitulado “**Cenários, efervescências sociais e o trilhar sobre Estado brasileiro oitocentista**” traz três pontos principais:

1. Diálogo entre fragmentos de jornais oitocentistas (de 1821 a 1823) e a concepção de Maquiavel (1515)<sup>39</sup> acerca de Estado. Aqui, abarca-se a problemática entre a postura do Estado brasileiro e o que se esperava dele no contexto de rompimento do Brasil com Portugal. Assim, evidencia-se a função de Estado poupador de “Anarquia” (expressão encontrada com frequência nas fontes analisadas);
2. Análise(s) de conteúdo de Relatórios de presidentes da Província alagoana, inseridos no contexto Regencial (1831 a 1840). Nesse tópico, foi destacado o aspecto centralizador do Estado, bem como, o paradoxo da maior “autonomia” provincial;
3. Problematização de (im)possibilidades de mutação em características do Estado brasileiro, a partir da análise de duas obras de alagoanos que clamavam por Federalismo (1870 e 1872): “A PROVÍNCIA: estudo sobre a descentralização no Brazil” [sic]

---

<sup>39</sup> Duas versões foram consultadas:

MACHIAVELLI, Niccolò. **O Príncipe**. (Escrito em 1505, publicado em 1515). Edição Ridendo Castigat Mores. Versão E-Book. Fonte Digital. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/principe.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. [Tradução de Dominique Makins, a partir da edição inglesa de W. K. Marriot]. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2018.

(Tavares Bastos, 1870) e “O BRASIL SOCIAL E POLÍTICO, OU, O QUE FOMOS E O QUE SOMOS: com trechos analogos extrahidos do sermonario do famoso político, padre Antonio Vieira” [sic] (Mello Moraes, 1872). Com vistas ao melhor entendimento sobre o ponto de partida dos autores das referidas obras, o tópico principiou no diálogo com reflexões do historiador Hobsbawm (1995) acerca dos entraves encontrados no movimento de escrita da história de seu próprio tempo.

O segundo macro tópico (3.2), do capítulo, foi intitulado “**CODA: Sinfonias de Perfil/Concepção do Estado Brasileiro oitocentista (1821-1872)**”, cuja intenção consistiu em sintetizar elementos que delineiam o(s) sentido(s) do Estado Brasileiro a partir das fontes e período analisado.

#### **4.1 Cenários, efervescências sociais e o trilhar sobre Estado brasileiro oitocentista**

No cenário do Brasil oitocentista, o Liberalismo teve manifestação em diversos discursos. Apesar do radical da palavra remeter à liberdade, esta não dizia respeito a todos, pois tratava-se de busca por livre concorrência e lucro. Tratava-se de paradoxo de liberdade, pois o movimento liberal \_ em sua origem \_ não buscava romper com a escravidão e nem com silenciamento de diversos grupos no Brasil. A oposição à condição colonial no Brasil tinha como escopo o lucro das iniciativas privadas.

Conforme observa-se em Lima (2008, p. 19-21): antes 1822, os grupos liberais defendiam o fim da condição de colônia do país e a implantação de um governo representativo; depois de 1822, defendiam uma Monarquia Constitucional e focavam na ordem social através da manutenção da mão-de-obra escrava. E, no período entre 1870 e 1889, as buscas republicanas se intensificaram. Assim, uma nova etapa foi marcada pelos “liberais cientificistas”, que pregavam “o federalismo, o abolicionismo imediato, separação da Igreja e do Estado, apoio ao parlamentarismo, aceitação do liberalismo econômico”. (LIMA, 2008, p. 23).

Entretanto, é salutar a compreensão de que as características acima mencionadas não são homogêneas nos discursos dos liberais oitocentistas, conforme será visto na confrontação e análise de conteúdo de fontes em tópicos subsequentes.



#### 4.1.1 O caldeirão político e emancipação (1821 a 1823): O Estado enquanto poupador de Anarquia

O período de 1821 a 1823 pode ser qualificado como “Caldeirão Político”<sup>40</sup> em virtude das turbulentas disputas entre os grupos que eram fiéis às Cortes Portuguesas e àqueles que apoiavam o príncipe regente do Brasil. Nessa perspectiva, na seção textual ora apresentada, para a compreensão do sentido de Estado brasileiro, no efervescente contexto supracitado, serão analisados jornais do século XIX – considerados à época como instrumentos de guerra de pena.

O Jornal Idade d’Ouro do Brazil (JIOB), na edição de 6 de novembro de 1821, ao criticar os grupos que eram a favor da independência do Brasil, traz a afirmativa de que tais homens estariam causando discórdia na cidade, “nutridos das migalhas do antigo despotismo” e estariam apalpando “todas as teclas do grosseiro Machiavelismo para destruir em o nascedouro o systema Constitucional...” [sic.]. As referidas afirmativas, presentes nessa fonte, contribuem para alguns questionamentos, a saber: Nas publicações acessadas do JIOB, o que representavam as concepções políticas de Maquiavel? De qual forma os escritos de Maquiavel contribuem na compreensão do Estado brasileiro oitocentista? (Questionamentos feitos, tendo-se a ciência de que Maquiavel escreveu em outro contexto temporal, geográfico e social).

Na fonte oitocentista supracitada, a expressão “Machiavelismo” [sic.] foi entendida de forma negativa, isto é, como uma referência ao rompimento de ordem social. O uso do termo Maquiavelismo com tal sentido tem origem longínqua, pois, remonta à forma que Maquiavel (1469-1527) abordava assuntos políticos. Ou seja, o tema Estado era apresentado, por ele, a partir do que considerava como real e não ideal. Um trecho da Obra “O Príncipe” que reforça esse entendimento é:

Mas, sendo minha intenção escrever algo de útil para quem vai utilizá-lo, parece-me mais apropriado ir em busca da verdade extraída dos fatos, e não da imaginação. Pois muitos escreveram sobre repúblicas e principados que jamais existiram, porque o modo como se vive é tão distante de como se deve viver que aquele que negligencia o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprenderá antes o caminho de sua ruína do que da sua preservação. Porque um homem que quer em todas as suas palavras fazer profissão de bondade se perde em meio a tantos que não são bons. (MAQUIAVEL, 2018, p. 85)

---

<sup>40</sup> Expressão utilizada por Franchini Neto (2015, p. 614)

Para aqueles que buscam revolver as situações de conflito através de palavras de conciliação e paz, as ideias de Maquiavel parecem radicais. Para ele, a forma de fazer os súditos permanecerem fiéis ao príncipe seria proceder de maneira que sintam dupla necessidade: a do Estado e dele. E para alcançar esse fim, os meios seriam: não se manter fiel às promessas feitas, imitar uma raposa, “dissimular”, “disfarçar bem essa característica”, pois, na visão de Maquiavel, “aquele que procura enganar sempre encontra quem se deixe enganar”. (MAQUIAVEL, 2018, p. 96)

Para o referido florentino, existem 3 caminhos que podem ser trilhados para se conservar os países conquistados: “o primeiro é arruiná-los, o segundo é habitar no estado e o terceiro é permitir que continuem vivendo sob suas próprias leis, arrecadando um tributo e criando dentro dele uma oligarquia que se mantenha fiel a você” (MAQUIAVEL, 2018, p. 31).

Durante a colonização do Brasil, algumas estratégias adotadas por Portugal remetem aos caminhos supracitados. Primeiramente o Brasil teve suas terras invadidas, riquezas naturais exploradas, os verdadeiros donos da Terra tirados do seu lugar de vivência. Em seguida, fugidos da Europa, a família real e sua comitiva com milhares de pessoas chegam ao Brasil; momento no qual a segunda estratégia, similar a proposta em “O Príncipe”, foi efetivada: ir morar no território conquistado. Isso possibilitou fortalecer a centralização do poder.

Nesse contexto do “caldeirão político” (1821-1823), no Brasil, também há relação entre emancipação e dívidas externas, pois o reconhecimento da sua emancipação foi selado com pagamento, o que deu início à dívida externa do país, conforme comentou-se na seção três da Tese. Acerca das origens da referida dívida, Araújo (2017, p. 27) qualifica como “Pecaminosa” e “lógica perversa” na qual para o Brasil “não era dada escolha a não ser aceitar contrair dívida em moeda estrangeira”.

Maquiavel (2018, p. 69) aponta como alicerces de um Estado (novo, velho ou misto): “boas leis e boas armas”. Para o referido pensador florentino (2018, p. 81), o cultivo da guerra é um tipo de “arte” para o governante (o príncipe) manter o seu Estado. Isso nos remete a uma das primeiras ações após o rompimento do Brasil com Portugal: a formação da Marinha de Guerra.

O aspecto de uso da força física também aparece em jornais do Brasil do contexto oitocentista, por exemplo:

**QUADRO 8 - FRAGMENTO DO JORNAL BAIANO “IDADE D’OURO DO BRAZIL”, DE 14 DE SETEMBRO DE 1821**

“[...] Nenhum Estado póde subsistir sem força fysica, e sem força moral; mas aquella he quasi sempre perdida sem esta. Para conservar ambas devemos por tanto estreitar cada vez mais nossas relações políticas. Os sentimentos fraternaes que a natureza nos inspira; a consoladora idéa de que temos todos a mesma origem, e a lembrança até de que tem pezado sobre nós as mesmas desgraças, nos persuade de que devemos ter também todos a mesma fortuna” [sic.]

(JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 14 de setembro de 1821, p. 3).

**Fonte:** JORNAL IDADE D’OURO DO BRAZIL, 14 de setembro de 1821, p. 3

O fragmento supracitado foi extraído de um jornal cujo posicionamento político era de apoio aos ideais das Cortes Portuguesas. Nesse aspecto, os discursos tinham como finalidade defender que portugueses e brasileiros estariam no mesmo “barco”, com semelhantes “desgraças” e “fortunas”. Infere-se que esse tipo de abordagem tinha como objetivo persuadir e/ou sensibilizar os leitores para a submissão à Metrópole, facilitando, assim, a aceitação às medidas de força emanadas do Estado.

Nessa perspectiva, a publicação acima apresentada (de 14 de Setembro de 1821) traz a “força física” e a “força moral” como elementos basilares para a existência do Estado, porém, a segunda foi sublinhada com maior peso em detrimento da primeira. Compreende-se que esse destaque à força moral é reflexo da cultura cristã – marcante na sociedade brasileira oitocentista.

Ao se realizar um comparativo entre a Obra “O Príncipe” (de Maquiavel) e a fonte oitocentista explicitada no Quadro 8 é possível observar uma inversão na consideração das forças supracitadas, pois o florentino – autor de “O Príncipe” – ao tratar da luta por poder, coloca a moralidade numa posição secundária<sup>41</sup>. Segundo Winter (2006, p. 118),

A política, para Maquiavel, é marcada, então, **não** pelo ideal cristão de unidade entre os homens, mas por algo que é próprio do homem, a constante luta pelo poder [...] É por este motivo que os homens mentem, matam e se julgam acima dos princípios morais. (WINTER, 2006, p. 118, **grifo nosso**)

Na fonte do Quadro 8, a força física e a força moral são compreendidas como elementos responsáveis pela existência do Estado. Entretanto, é importante ressaltar que tal posicionamento

<sup>41</sup> Há estudiosos que possuem uma compreensão divergente a esse respeito, segundo os quais, Maquiavel teria uma moral própria ao tratar da política. Nesse sentido, a partir de outros autores, Winter (2006, p. 121) apresenta a seguinte visão: “Não se trata de amoralismo, mas de uma nova moral centrada nos critérios da avaliação do que é útil à comunidade. Assim, o critério para definir o que é moral é o bem da comunidade e, nesse sentido, às vezes, é legítimo o recurso ao mal: o emprego da força coercitiva do Estado, a guerra, a prática da espionagem, o emprego da violência”. (Questionável...)

não era consenso na sociedade brasileira oitocentista, pois um impresso com posicionamento político divergente traz outro elemento de sustentação do Estado, conforme pode-se visualizar a seguir:

**QUADRO 9 - FRAGMENTO DO JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE DE 15 DE SETEMBRO DE 1821**

“[...] huma boa Constituição he para o corpo político, o mesmo que he no corpo physico: he a saúde dos Estados. Por ella as Leis que são a alma de todo este corpo, e que lhe imprimem hum movimento orgânico, e regular serão sabiamente reguladas. Por ella nos serão garantidos os primeiros bens do Homem; e os seus direitos mais caros a Liberdade, a Igualdade, a Segurança. Eis o que nos affianção as Bases que juramos” [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 15 de Setembro de 1821, p. 4)

**Fonte:** JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 15 de Setembro de 1821, p. 4

No trecho mencionado, no **Quadro 9**, a chamada “boa Constituição” é mencionada como “a saúde dos Estados”. Tratava-se de um contexto de efervescência, que precedeu alguns marcos da história do Brasil: rompimento com a Metrópole (em 1822) e outorga da primeira Constituição do Brasil (1824). Note-se que foi empregado o termo “outorga”, pois não correspondeu ao resultado de uma construção com participação da sociedade; ao contrário: a primeira Carta Magna do Brasil teve como marca a imposição do Imperador ao povo.

Sob um discurso liberal, o Jornal Reverbero Constitucional Fluminense - JRCF (1822) reafirma acerca da posição basilar da Constituição no corpo social, inclusive, atribuindo que a falta de uma Constituição iria conduzir à Anarquia, conforme observa-se no quadro a seguir:

**QUADRO 10 - FRAGMENTO DO JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE DE 27 DE AGOSTO DE 1822**

“Povos de todos os Países *exclama* Mr. Bonim não vos esqueçais nunca que sem Constituição, (e nesta sem hua justa Declaração dos Direitos do Homem) não há Liberdade Social, mas só Independencia natural que conduz á Anarchia; Sem Leis o Governo não he mais que Dispotismo; os males do Corpo Social tem o seu remédio nas Leis Liberaes” (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 27 de agosto de 1822, p. 172).

**Fonte:** JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 27 de agosto de 1822, p. 172

As fontes analisadas, do período de 1821 a 1823, apontam a Anarquia como algo para o Estado combater, todavia, para evitá-la, as orientações divergem segundo às lentes políticas que se tinha. Para o grupo do JIOB, a Anarquia seria evitada através do não rompimento com Portugal.

Entretanto, o grupo por trás do JRCF aponta a “boa Constituição” liberal como a ferramenta para impedir Anarquia social.

Naquele contexto, o papel poupador de Anarquia não se restringia ao aspecto de paz e tranquilidade, mas também se identificava à manutenção do sistema escravocrata. Esse entendimento pode ser ratificado na leitura de Faria Filho (2009), que tece considerações acerca do contexto imperial:

Tratava assim, segundo opinião de boa parte das elites brasileiras, de criar condições para a constituição de um Estado forte e de uma sociedade civilizada nos trópicos, baseada no trabalho escravo e na inclusão controlada das classes subalternas no, ‘banquete da civilização’. Desse modo, a elite imperial, que se autoidentificava como herdeira das luzes, fazia conviver num mesmo projeto político-social a defesa enfática da necessidade de instruir o povo – daí a ideia precursora da gratuidade da instrução – e o trabalho escravo como base de toda a organização social. (FARIA FILHO, 2009, p.29)

O entendimento de “Estado forte”, atribuído na citação acima, remete-nos ao que Maquiavel compreendia como Estado. Na Obra “O Príncipe” o Estado é apresentado numa “Correlação de forças, fundada na dicotomia que se estabelece entre o desejo de domínio e opressão, por parte dos grandes ou poderosos, e do desejo de liberdade, por parte do povo, que, em síntese, compõe as relações sociais” (WINTER, 2006, p. 118).

E, nessa correlação de forças, no Brasil do período de 1821 à 1823, as ações estatais tinham como marca: diferenciação no tratamento dos grupos sociais, escravidão, centralismo na figura do monarca, coerção (apesar de alguns discursos da época destacarem a força moral), bem como, ações contra a chamada “anarquia” social.

Em linhas gerais, o chamado “grito da independência” de 1822 correspondeu ao rompimento com a Metrópole, porém, não era sinônimo de emancipação do povo brasileiro. Isto é, naquele contexto do Brasil Imperial o foco do Estado era reafirmar o seu poder, característica que remete às ideias políticas de Maquiavel (1469-1527).

#### 4.1.2 Período Regencial (1831 a 1840): Estado centralizador de poder e o paradoxo de maior autonomia provincial

O período Regencial, no Brasil, teve início em 1831, momento no qual D. Pedro I abdicou do trono e, por pressões dos contextos interno e externo, retornou à Portugal. Na ocasião, deixou o seu filho de apenas 5 anos de idade em seu lugar no trono, porém, em virtude da tenra idade não poderia governar. Assim, foi instituído o governo regencial no Brasil: Pedro de Alcântara ficou sob

tutela de José Bonifácio. Tal cenário dá indícios de que esse corresponde a outro período marcado por ebulições na história do Brasil. Conflitos de interesses a todo momento colocados em pauta. Elite brasileira descontente e governo central tentando manter o seu poder.

Apesar de se observar na literatura o papel de destaque dado à elite no jogo de poder oitocentista, em relação aos eventos que precederam à Abdicação de D. Pedro I, há pesquisa, como de Pandolfi (2007) por exemplo, que apresenta indícios de que as ações tiveram a participação de outros sujeitos, além da classe mais abastada. Ao analisar a viagem de D. Pedro I à Minas Gerais e o evento da Noite das Garrafadas, Pandolfi (2007, p. 153) consegue identificar uma “ampliação do espaço público da política na sociedade brasileira”, com a manifestação de anseios “incluindo não apenas as elites políticas, mas as classes médias e mesmo segmentos populares”. Nessa perspectiva, a referida pesquisadora completa:

[...] em 1831 setores heterogêneos da sociedade em termos políticos e sociais se unem e levam d. Pedro I abdicar [...] brasileiros com opiniões opostas, como os federalistas, unitários, reformadores ou conservadores unirem-se “como por milagre” em defesa da ofensa feita à nacionalidade no “7 de abril” (PANDOLFI, 2007, p. 154).

A partir desse efervescente contexto sócio-político, nesse tópico, busca-se compreender o sentido/perfil de Estado no período regencial, sobretudo, a partir das vivências alagoanas; para isso, as fontes privilegiadas para análise foram os relatórios de presidentes de província de Alagoas.

Na itinerância da pesquisa, houve busca por relatórios de presidentes de Província em datas simultâneas ao contexto da chamada “Independência do Brasil” (1822), entretanto, não existem. Apenas estão disponíveis relatórios posteriores à 1835. Algo que pode justificar tal ausência é o fato de que as Assembleias legislativas provinciais foram criadas a partir de 1834, com a promulgação do Ato Adicional (Lei n.º 16 de 12 de agosto de 1834 – adendo à Constituição de 1821).

Os relatórios presidenciais correspondiam, justamente, às falas dos presidentes de província aos deputados locais. Nos relatórios de presidentes de província de Alagoas é possível encontrar menção à lei, que respaldava e os “obrigava” a instruir à Assembleia legislativa local acerca do estado e providências dos negócios públicos da província, conforme observa-se no seguinte trecho de relatório de presidente provincial de Alagoas:

**QUADRO 11: TRECHO DE FALA DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA MACHADO D'OLIVEIRA, DE 1835**

“A Lei de 12 de Agosto do anno p. p., que decretou as mudanças, e addições á Constituição Política do Imperio assim m'o incumbe; e pelo seo artigo 8.º sou obrigado a instruir-vos do estado dos Negocios Públicos, e das providencias, que mais precisa a Provincia para seo melhoramento”.  
[sic.] (Machado D'Oliveira, 1835, p. 1)

**Fonte:** MACHADO D'OLIVEIRA, 1835, p. 1

A lei supramencionada corresponde ao Ato Adicional à Constituição do Império, que criou a Regência Una, em substituição à Regência Trina, e fez alterações na organização política do Império, dentre as quais, maior autonomia à Província para legislar sobre a instrução primária e secundária.

De acordo com Pablo Endrigo Franco (2008, p. 26), a promulgação do referido documento foi “Um ponto alto da influência do projeto político liberal” e “conseguiu tirar do Executivo algumas das prerrogativas, transferindo-as para as províncias”. Nessa perspectiva, uma das principais ações correspondeu à criação das Assembléias Provinciais, “bastante autônomas em relação ao Presidente de província, este ainda nomeado pelo governo central” (FRANCO P., 2008, p. 26)

O parágrafo segundo, do art. 10 do Ato Adicional (1834) traz a afirmativa de que era de responsabilidade das Assembleias legislativas provinciais legislar:

Sobre instrucção publica e estabelecimentos proprios a promovel-a, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral. [sic] (BRASIL, 1834).

Uma rápida leitura do texto legal supracitado pode remeter a termos como autonomia e flexibilidade de poder, porém, é intrigante falar em maior autonomia provincial por meio do Ato Adicional (1834), pois, o referido contexto foi marcado por intensa instabilidade administrativa provincial. Tal fator teve implicações sobre a instrução pública provincial. Em Alagoas, por exemplo, a passagem dos presidentes nomeados foi curta na província; inclusive, há casos de meses no exercício da presidência local. Isso não foi ao acaso, pois, serviu como estratégia no jogo de interesses políticos.

De acordo com Verçosa (2006, p. 97), durante os 71 anos de Província alagoana, a intensa rotatividade dos chefes de Governo, correspondeu à “triste cifra de 139 administrações e o infeliz recorde de 61 presidentes”.

Em nossa pesquisa de mestrado<sup>42</sup>, inferiu-se que a intensa instabilidade político-administrativa na Província alagoana resultou em duplo aspecto:

1. **Evitou ameaças ao poder central:** “com constantes mudanças, os presidentes de província não criariam vínculos fortes com as localidades administradas e, conseqüentemente, não teriam forças para se tornar independentes” (SILVA, 2013, p. 111);
2. **Contribuiu na manutenção de tradições, sobretudo, a tradição humanista no Ensino Secundário imperial:** “Tais líderes político-administrativos não teriam ‘tempo’ para realizar mudanças estruturais na instrução pública ou mesmo olhar de forma mais apurada para determinadas demandas locais; resultando, assim, em mera continuidade do que já estava posto e, em outros momentos, constantes ‘recomeços’ de projetos e políticas públicas” (SILVA, 2013, p. 111).

Dentre as fontes que ratificam o curto tempo dos presidentes de província no exercício do cargo em Alagoas está a seguinte:

**QUADRO 12: FALA DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA MACHADO D’OLIVEIRA ACERCA DA MANUTENÇÃO DO SISTEMA MONÁRQUICO-REPRESENTATIVO (1835)**

“Eis pois o estado politico da **Província**, segundo o que tenho podido alcançar no curto espaço, da minha administração: estado que nada deixa a reccar, e que antes suscita as mais lisonjeiras esperanças, de que este Povo sensato, perspicaz, fiel a seos deveres, e cioso das garantias sociaes que lhe tem outorgado o Systema, que abraçamos, repellirá sempre com nobre exforço as doutrinas anarquicas, e principios que forem subversivos da Ordem Publica, e das Formas Monarquico-Representativas sobre que se funda Governo Nacional, como ha bem pouco acaba de praticar; e de que será constante em manter inquebravel o laço social, que une esta as de mais Provincias do Brasil”

[sic]

(MACHADO D’OLIVEIRA, 1835, p. 2)

**Fonte:** MACHADO D’OLIVEIRA, J. J. **Falla de Presidente de Província de Alagoas**, 15 de março de 1835. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas> > Acesso em: 24 de agosto de 2019.

<sup>42</sup> SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque. **A tradição humanista no ensino secundário de Alagoas (1839-1889): heranças de antigas matrizes**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. – 2013. 150 p.



A fala explicitada acima é de Jozé Joaquim Machado D'Oliveira que exerceu o cargo de presidente de província em Alagoas, de 14 de dezembro de 1834 a 15 de maio de 1835, ou seja, cinco meses. Ao afirmar que o seu relato acerca da Província foi com base no que conseguiu observar no curto tempo de sua administração soa quase como um lamento e como estratégia para reforçar acerca da responsabilidade dos deputados integrantes da Assembleia Legislativa local.

Antes de destacar sobre o curto tempo que estava na administração da Província, Machado D'Oliveira fez destaque acerca do papel dos deputados integrantes da Assembleia legislativa local, os quais foram “escolhidos do Povo Alagoano nestas segundas eleições” e teriam como responsabilidade: “tornar prospera, e feliz esta importante Provincia, que sobresahe a muitas em riquezas naturaes”. [sic] (MACHADO D'OLIVEIRA, 1835, p. 2).

A menção ao curto espaço de tempo na administração provincial não se restringiu ao contexto regencial. Outro relatório de presidente de província de Alagoas, em período posterior (Segundo Reinado) traz semelhante observação: “No pouco tempo da minha administração ainda não pude rever o regulamento da instrucção publica, afim de fazer-lhe reformas, para o que estou autorizado”. [sic.] (GONZAGA, 1863, p. 20). Nesse caso, o presidente João Marcelino de Souza Gonzaga (1863) além de destacar o curto período de tempo na administração provincial, traz como consequência a impossibilidade de realizar algum tipo de reforma na instrução pública.

É importante lembrar que a nomeação para o cargo de presidente de província era feita por indicação do Imperador, conforme o art. 165 da Constituição de 1824: “Haverá em cada Provincia um Presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender, que assim convem ao bom serviço do Estado” [sic]. Portanto, considerando-se a marcante característica de concentração de poder à época, infere-se que não era conveniente ao Poder Central nomear alguém contrário aos seus ideais políticos.

É importante destacar que as nomeações de presidentes de província faziam parte de um jogo político, o qual não se restringia a membros de determinado partido político, então, não era somente um rodízio de pessoas físicas, mas partidos se alternavam na posição de administração local.

Em síntese, alguns elementos podem ser destacados na fala de Machado D'Oliveira (mencionada no Quadro 12): 1. O curto tempo na administração da província; 2. A concordância com o sistema Monárquico-representativo e a repulsão à falta de ordem apresentadas como sinônimo de sensatez e bom cumprimento de dever social.

No que diz respeito à responsabilidade pela instrução primária e secundária, a partir do Ato Adicional (1834), houve uma proposta descentralização, sendo a responsabilidade dividida com as províncias. Assim, ao Ministério dos Negócios caberia apenas a instrução primária e secundária no Município da Corte e o superior em todo o Império.

André Paulo Castanha (2007, p. 105), em sua Tese de Doutorado, sublinha que antes do Ato Adicional (1834), “Para criar uma escolinha no mais distante arraial do Império era necessária uma resolução da Assembleia Geral, com aval do Ministério dos Negócios do Império”, porém, considerando o Ato Adicional, o referido pesquisador apresenta a seguinte Tese:

Diante disso, sustento a Tese, de que o Ato Adicional facilitou a criação de escolas colocando o poder decisório mais perto do povo, possibilitando uma cobrança mais efetiva das instâncias do poder. Alguns podem contestar tese, alegando que a instrução que chegou até os confins do Império era de baixíssima qualidade. Neste caso sou obrigado a concordar. Deixo, porém o convite para ler a pesquisa e, assim concluir de havia, de fato diferença entre a instrução ofertada na Corte e nas demais Províncias analisadas. (CASTANHA, 2007, p. 106).

Na citação anterior, Castanha (2007, p. 106) apresenta a maior autonomia provincial a partir do Ato Adicional, porém, é curioso que, ao final da sua pesquisa, ele problematiza a chamada descentralização:

De fato, que em termos legais, o Ato Adicional propiciou a descentralização da educação, medida que, aliás, considero benéfica à difusão da instrução pública pelo interior do Brasil. Porém, o fato de ter havido a descentralização em termos legais, não significa que tenha existido de forma prática. A pesquisa permite afirmar que não houve de fato descentralização, pois, as províncias seguiram as orientações dos centros mais desenvolvidos, especialmente da Corte e da Província do Rio de Janeiro, reproduzindo nas respectivas legislações provinciais os mesmos princípios e dispositivos do centro irradiador. (CASTANHA, 2007, p. 510).

O comparativo entre o proposto pelo Ato adicional (1834), demais fontes e literatura, permitiu-lhe inferir, ao final da pesquisa acerca do hiato entre a permissão legal de descentralização e a prática. Tal situação traz a reflexão de que uma mesma fonte histórica pode suscitar diferentes interpretações, por isso, no caminhar da nossa pesquisa foi imprescindível cautela na análise de fontes, confrontando-as num movimento dialético com vistas a compreensão e possíveis inferências.

Na nossa pesquisa, compreende-se que um dos fatores que pode ter contribuído no distanciamento entre a proposta de maior autonomia/descentralização nas decisões sobre a instrução pública provincial foi a constante mudança de presidentes de Província.

No contexto oitocentista, a correlação de forças não se restringia ao nível macro do Brasil, mas também internamente no contexto provincial. Chama atenção, no relatório do presidente provincial Rodrigo de Souza da Silva Pontes de 12 de janeiro de 1837, uma situação conflituosa que culminou na seguinte ação por ele relatada:

**QUADRO 13: FALA DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA RODRIGO DE SOUZA DA SILVA PONTES (1837)**

“Aproveito, Senhores, esta oportunidade igualmente participar-vos, que também julguei acertado mudar o Juiz de Direito da Capital para a Comarca do Penedo, e o desta para a da Atalaia” [sic]  
(PONTES, 1837, p. 9)

**Fonte:** PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. **Fala de Presidente de Província de Alagoas**, 12 de janeiro de 1837. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas> > Acesso em: 24 de agosto de 2019.

O quadro 13 aponta a mudança de Juízes de Direito de uma localidade para outra na província alagoana. Tal ação foi realizada pelo presidente Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1837), após sentir sua autoridade ameaçada. Tratou-se de um conflito envolvendo Sociedade Civil, Administração provincial e Magistratura, na Villa de Atalaia. Inclusive, o incômodo do referido presidente de província foi marcado por 15 menções ao nome da Villa (“Atalaia”), no relatório. Além disso, colocou como adendo, os relatos por escrito de seus espias e sujeitos envolvidos na referida situação.

No dia 10 de Novembro de 1836 (ano anterior ao relatório analisado), o presidente de província Rodrigo de Souza da Silva Pontes teria recebido um informe de que desde o dia 7 daquele mês, na Vila de Atalaia, havia “um movimento do Povo” (PONTES, 1837, p. 7).

De acordo com o relatório de 12 de janeiro de 1837, o referido presidente de província chamou dois militares (2º Tenente de Artilharia José Antonio Barboza e o Ajudante de Guardas Nacionais Manoel dos Santos Vieira), de sua confiança, para espionar o que se passava na Villa de

Atalaia, além de pedir relatos por escrito (colocados como adendos no relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial).

Os espias relataram que no referido movimento, dizia-se que o presidente de província estaria se direcionando à Vila de Atalaia para constranger e pressionar o Jury a absolver alguns réus que seriam julgados. Segundo o presidente de província, muitos foram iludidos com a “falsidade da notícia” (PONTES, 1837, p. 7) dos “inimigos da ordem pública” (PONTES, 1837, p. 8), cuja finalidade era deixar as pessoas contra a Administração da Província.

Ao escrever às Autoridades policiais da Vila de Atalaia, todos negaram o ocorrido. Com isso, questionou: “Eram essas Authoridades coniventes no movimento sedicioso? Pretenderão essas Authoridades encobrir a sua falta de vigilância [...]?” [sic] (PONTES, 1837, p. 8). Como punição, removeu o Chefe de Polícia de Atalaia para a Capital. E também fez mudanças nas lotações de alguns Juízes de Direito.

Diante de tal situação, o presidente de Província sugeriu aos deputados provinciais que os Comandantes da Força policial não somente fossem nomeados pelo Governo Provincial, mas também pudessem ser demitidos, “quando assim convenha ao Serviço”. Todavia, a partir das entrelinhas do texto, pode-se inferir que essa “conveniência” estaria atrelada à Confiança que o Administrador da Província teria nesses servidores.

A fala do presidente de província Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1837) trouxe diversos elementos para se pensar o papel dos governantes, sua relação com as diversas esferas sociais (sociedade civil, militar, poder judiciário...), bem como, a suposta propagação de falsas notícias.

Como estratégia para evitar que seu poder ficasse ameaçado, o presidente de província mudou a lotação de alguns servidores públicos e sugeriu, na Assembleia legislativa, a possibilidade de autorizarem futuramente que tanto a nomeação quanto a demissão dos Comandantes de Política locais passassem pelo crivo do presidente de província.

Portanto, a estratégia de mudança de lotação de lideranças, para evitar ameaças ao poder, utilizada pelo governo central à nível nacional, semelhantemente, foi utilizada internamente na Província alagoana, pelo presidente de Província Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1837). É válido ressaltar que ele exerceu o cargo de presidente da província alagoana no período de 23 de agosto de 1836 a 18 de abril de 1838. Isto é, 1 ano e 8 meses de administração na referida província, o que corresponde a um espaço de tempo expressivo, no cenário de intensa mudança de administração provincial no Império.

#### 4.1.3 Vozes alagoanas que clamam por Federalismo (1870 a 1872): Sementes de mutação em características do Estado brasileiro?

Ao participar de uma Conferência promovida pelo Museu de Artes de São Paulo, em 1995, o historiador marxista britânico Eric Hobsbawm apresentou uma reflexão acerca das dificuldades que sentiu ao escrever acerca da história de seu próprio tempo. Quais entraves podem surgir quando a sua própria vida coincide com o período histórico sobre o qual se escreve? - Em síntese, o referido estudioso aponta três problemáticas relativas a essa temática: “o da época de nascimento do historiador ou, de forma mais geral, o problema das gerações; o problema de como a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história progride; e o problema de como escapar dos pressupostos que a maioria de nós compartilha”. (HOBSBAWM, 1995, p. 103).

Apesar de paradoxal, o autor diz que há a suposição de que uma experiência individual é também coletiva (HOBSBAWM, 1995, p. 104). Outro aspecto destacado, pelo autor, é que quando se escreve sobre o seu próprio tempo, “a vivência pessoal deste tempo molda inevitavelmente a forma como o vemos, e até mesmo o modo como determinamos a vivência a qual todos nós devemos apelar e nos submeter, independentemente de nossos pontos de vista”. (HOBSBAWM, 1995, p. 105). Isto é, se sujeitos com idades e formações próximas podem escrever sobre seu tempo de forma bem distinta, logo, na visão de Hobsbawm, a diferença entre gerações pode aprofundar muito mais essa diferença.

Essa discussão é válida, na parte inicial desse tópico, considerando-se que em sequência serão abordadas obras de dois alagoanos oitocentistas que escreveram acerca de questões de seu tempo, a saber: “A Província: estudo sobre a descentralização no Brazil” [sic] (Tavares Bastos, 1870) e “O Brasil social e político, ou, o que fomos e o que somos: com trechos analogos extrahidos do sermonario do famoso político, padre Antonio Vieira” [sic] (Mello Moraes, 1872).

Em termos de ano de publicação das Obras analisadas, há grande proximidade, com apenas dois anos de diferença. Outra semelhança diz respeito à Província de nascimento dos autores: Alagoas. Todavia, uma diferença pode ser apontada inicialmente: a diferença de gerações: um espaço de 23 anos entre as datas de seus nascimentos. Na época de publicação, Tavares Bastos e Mello Moraes possuíam respectivamente: 31 anos (1870) e 56 anos (1872).

Qual a visão de Tavares Bastos e Mello Moraes sobre o Brasil de seu tempo? Quais suas defesas políticas? A diferença de gerações pode ter interferido na forma que escreveram sobre

aquele contexto de efervescências políticas? De qual forma essa discussão pode contribuir na compreensão acerca do conceito de Estado brasileiro do século XIX?

A Obra “A PROVÍNCIA: Estudo sobre a descentralização no Brazil” [sic.], publicada em 1870, é de autoria do alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos. Ele nasceu, em 1839, na Cidade das Alagoas (atual Marechal Deodoro) e faleceu aos 36 anos, na França, em 1875. No ano de 1855, o seu pai (Sr. o bacharel José Tavares Bastos) foi nomeado presidente da Província de São Paulo. Entretanto, o seu contato com a política não se restringiu ao papel de filho de político, pois, também teve sua experiência, eleito como deputado geral por Alagoas em três legislaturas: 1861-1863, 1864-1866 e 1867-1870, cujo primeiro mandato ocorreu aos 22 anos de idade, considerado o mais jovem deputado do Parlamento.

Diante do exposto, é relevante questionar: \_Qual(is) a(s) visão(ões) desse jovem político alagoano, filho de político e graduado em Direito acerca do Brasil de sua época? Quais inferências podem ser feitas a partir da Obra “A Província”? E qual concepção de Estado brasileiro oitocentista está implícita nessa fonte?

Com auxílio de *Software* de identificação de frequência de palavras (WordArt.com) foi possível chegar a seguinte nuvem de palavras mais citadas na Obra “A Província...” (1870):

**Figura 5 – Nuvem de Palavras mais citadas na Obra “A Província...” de Tavares Bastos (1870)**



**Fonte:** A autora (Construção com auxílio dos *Softwares* WordClouds e WordArt.com)

No levantamento supracitado, o termo “governo” ficou em destaque, sendo mencionado 314 vezes na Obra. Desde a capa, o autor já anuncia que se trata de estudo acerca da descentralização do Brasil; todavia, é válido sublinhar que não se trata de estudo para relatar “descentralização”, mas para propor descentralização em contraponto ao centralismo de poder do Imperador.

As críticas de Tavares Bastos ao Centralismo não ocorreram só nesse contexto de publicação de “A Província...”, mas foi feita semelhantemente aos negócios da Marinha, no ano de 1861, quando ocupava um cargo de oficial; porém, resultaram em sua demissão/exoneração<sup>43</sup> do cargo no dia seguinte às críticas, pois o ministro da Marinha – o oficial Joaquim José Inácio - se sentiu afrontado.

Tavares Bastos (1870, p. VII – prefácio) defende que descentralizar significa: “emancipar as nações da tutela dos governos”. Nessa perspectiva, apresenta a “Federação” como alternativa para o exercício da democracia. E no jogo de contradições acerca de Centralismo e Federação, foi possível estruturar um quadro com as qualificações feitas por Tavares Bastos a respeito de ambos os sistemas políticos:

**QUADRO 14 - CENTRALIZAÇÃO VERSUS FEDERAÇÃO SOB A ÓTICA DE TAVARES BASTOS (1870)**

Centralização	Federação
<p>_ “[...] <b>tristes feitos</b>” (grifo nosso, p. 37)</p> <p>_ “[...] <b>quebranta</b> o espírito dos povos” (grifo nosso, p. 37);</p> <p>_ “[...] <b>extingue</b> o sentimento da responsabilidade nos individuos, e <b>esmaga</b> o poder sob a carga de uma responsabilidade universal” (grifo nosso, p. 37);</p> <p>_ “[...] <b>incompatível</b> com instituições livres” (grifo nosso, p. 37);</p> <p>_ “[...] tem por condição o <b>funcionalismo hierarchico e illimitado</b>, exercito permanente do despotismo.” [sic.] (grifo nosso, p. 37);</p> <p>_ “[...] <b>revolve</b> os estado” (grifo nosso, p. 37);</p>	<p>_ “[...] <b>magníficos resultados</b>” (grifo nosso, p. 37)</p> <p>_ “[...] <b>excita</b> o espírito dos povos” (grifo nosso, p. 37);</p> <p>_ “[...] contém o governo no seu <b>papel</b>, e dos habitantes de um paiz <b>faz cidadãos verdadeiros</b>” [sic.] (grifo nosso, p. 37);</p> <p>_ “[...] só póde florescer com a <b>liberdade</b>” [sic.] (grifo nosso, p. 37);</p> <p>_ Para esta bastariam: “<b>poucos agentes</b>, e em caso algum os requer para negocios dos particulares e das localidades.” [sic.] (grifo nosso, p. 37);</p> <p>_ “[...] <b>equilibra</b> as forças sociaes” [sic.] (grifo nosso, p. 37);</p>

<sup>43</sup> Essa informação acerca da exoneração de Tavares Bastos foi obtida no artigo: “Um *outsider* no império: o pensamento político de Tavares Bastos” de Ricardo Bruno da Silva Ferreira (2016, p. 67).

<p>– “[...] expressão moderna do <b>império pagão</b>” (grifo nosso, p. 37).</p>	<p>– “[...] <b>ideal do governo</b> na sociedade creada pela doutrina da consciência livre e da dignidade humana.” [sic.] (grifo nosso, p. 37).</p>
--	---

**Fonte:** Quadro construído pela pesquisadora a partir da Obra “A Província...” de Tavares Bastos, mais especificamente do capítulo 5.

No quadro acima é possível observar a Centralização e a Federação apresentadas em polos distintos: a primeira qualificada como maléfica à sociedade e a segunda como sinônimo de liberdade e avanço social. Com isso, para fundamentar a sua ideia de que a Federação seria o ideal de governo, Tavares Bastos aponta exemplos estrangeiros, tais como, Estados Unidos e outras colônias inglesas: “[...] o systema federativo é sem duvida a maior das forças sociaes. Mata a centralisação os povos da Europa; funda a federação o poderoso estado da America do Norte e fundará o da Australia, as grandes potencias do futuro.” [sic] (BASTOS, 1870, p. 37-38).

O alagoano Tavares Bastos (1870, p. 38) sintetiza a Federação da seguinte forma: “[...] o estado é entidade anterior á União” [sic.]. E completa ao citar o exemplo dos Estados Unidos da América: “[...] o governo interior se rege por instituições provinciaes, não por leis nacionais symetricas” [sic.] (p. 38). Além disso, defende que a descentralização não torna o governo dos Estados Unidos fraco.

Apesar de citar as experiências internacionais, Bastos (1870, p. 58) chama atenção de que não está oferecendo ao Brasil por modelo o que denomina de o “complexo sistema de organização democrática dos Estados Unidos”, considerando inclusive que este resultou de sucessivas reformas. Porém, ao final do capítulo cinco, deixa explícito que o seu objetivo ao tratar do sistema político daquele país seria levar os leitores a julgarem o posicionamento do grupo contrário à descentralização: “O quadro das instituições anglo-americanas habilitará o leitor para julgar a inexactidão com que, nas suas habituaes hyperboles, tentam os conservadores, para repellir a descentralisação, confundil-a com a federação democrática” [sic] (BASTOS, 1870, p. 59-60).

Ou seja, Bastos parte de um discurso Liberal (apesar de críticas sutis ao próprio Liberalismo ao longo da Obra analisada), colocando em evidência termos, como: **poder** (mencionado 187 vezes) e **liberdade** (mencionado 136 vezes). Para ele, o foco não seria o formato de governo (Monarquia ou República), mas a garantia de descentralização e liberdade, por meio de órgãos/instituições sociais autônomas: “Abstrahindo de instituições que efficazmente assegurem a liberdade, monarquia e republica são puras questões de forma” [sic] (BASTOS, 1870, p. 61). Logo,



Bastos defende que uma Monarquia com atuação descentralizadora corresponderia, no mundo moderno, a um instrumento de “progresso” e seguiria, assim, as “tendências do século” (BASTOS, 1870, p. 62).

Conforme destacado no início do tópico 3.1, há uma contradição interna nos ideais liberais: a liberdade pregada não dizia respeito à oposição à escravidão, mas busca por autonomia de livre comércio e poder de decisões políticas/econômicas. Entretanto, estudos realizados apontam que Tavares Bastos não era totalmente vinculado ao Liberalismo. Inclusive, Ferreira (2016) qualifica Tavares Bastos da seguinte forma:

O próprio liberalismo que ele professava não seguia os cânones do Partido Liberal. Concebemos, desse modo, Tavares Bastos como um outsider, visto que tanto na vida parlamentar como na atividade publicística, buscou o desenquadramento e a diferenciação do jogo de poder dominante. (FERREIRA, 2016, p. 68).

Logo, na perspectiva de Ferreira (2016, p. 63), Tavares Bastos foi um “semeador de ideias” em seu tempo, sendo preceptor de diversas temáticas que seriam pauta da geração de 1870, a saber: “a abolição da escravatura, a imigração, a descentralização político-administrativa, o federalismo, a reforma agrária, a instrução pública e a criação de leis trabalhistas”.

O biógrafo Carlos Pontes semelhantemente enfatiza a ação defensora do jovem alagoano à abolição da escravatura, considerando a publicação feita ainda na adolescência (cerca de 17 anos de idade) sobre a referida temática social:

Tavares Bastos, pode-se dizer, sem exagero, foi não só o mais precoce abolicionista do Brasil, como também dos mais persistentes. Basta acompanhar-se-lhe o pensamento e a ação, desde os ensaios academicos de S. Paulo aos trabalhos dos ultimos dias. [sic] (PONTES, 1939, p. 241)

Aos seus 31 anos de idade, o jovem alagoano Tavares Bastos concebia que no Brasil de sua época, após a chamada Independência, as províncias brasileiras haviam mudado de “amo”, mas “o systema de governo não mudou”. Com a independencia perpetuou-se nesta parte da America a centralisação” [sic.] (grifo nosso, p. 63). Inclusive, classifica o segundo Reinado como período de sonolência (BASTOS, 1870, p. VII – prefácio).

Chama atenção o fato de Bastos apresentar o Estado brasileiro e os sujeitos sociais em posições opostas, num movimento de luta: “Ora, a grande questão que no Brazil se agita, resume-se na eterna luta da liberdade contra a força, do individuo contra o Estado” [sic] (BASTOS, 1870,

p. VI – prefácio). Para o autor alagoano (idem, p. 5), o sistema de governo que antepõe o governo ao indivíduo está numa “inversão de posições morais” e, em sua visão, esta inversão seria consequência da Centralização.

Ao tratar de Monarquias centralizadas, o soberano é qualificado como “delegado do povo” (BASTOS, 1870, p. 8). E completa ao afirmar que sociedade sem instituições locais não possuem liberdade e são, assim, propriedade de seu governo (idem, p. 8).

No primeiro tópico do terceiro capítulo da Tese, as fontes apontavam uma preocupação dos apoiadores do Imperador em combater a chamada Anarquia social, que proveria de seus opositores. Todavia, a fonte analisada de 1870 (Livro “A Província...”) apresenta o próprio Estado brasileiro oitocentista como motivador de anarquia, afirmando que o Centralismo precipita “tempestades revolucionárias” e “começa corrompendo e acaba anarchisando” [sic] (BASTOS, 1870, p. 10 e p. 12). Em sua visão, se fosse atrelado, no Reino, que todos os males sociais foram causados pelo governo, logo, haveria descontentamento geral (BASTOS, 1870, p. 11), resultando em ameaça à paz pública.

Nesse aspecto de “luta” entre indivíduos e Estado, chama atenção o apontamento feito por Bastos acerca do contra-argumento do grupo conservador: “[...] dizem alguns: falta ao povo capacidade para o governo livre. É máo o povo, não pode ser bom o governo: máxima com que os conservadores atiram para o mundo das utopias as idéas democráticas” (p. 31). Tal objeção tem como pano de fundo a responsabilização da população, ou seja, uma forma de dizer que a sociedade tem o governo que merece.

Contrário à visão de responsabilizar a sociedade pela centralização, Bastos (1870, p. 32) contra-argumenta afirmando “[...] povo e governo que o preside devem de ter, sob o ponto de vista moral, o mesmo valor” e o exercício da Liberdade seria a chave motriz para tirar os indivíduos da paralisia.

Algumas considerações de Bastos remetem a relatórios de presidentes de província de Alagoas no que concernem aos paradoxos do jogo de poder, isto é, cobranças do poder Central *versus* falta de autonomia das Províncias:

**QUADRO 15 - O JOGO DE PODER (CENTRAL X PROVINCIAL) NA PERSPECTIVA DO  
ALAGOANO TAVARES BASTOS**

“Exigem que as nossas Províncias Progridam, e lhes tolhem as mãos; que deixem de repousar na iniciativa do governo central, e não lhes concedem a iniciativa precisa” [sic.] (BASTOS, 1870, p. 32)

“[...] Será justo que nenhum kilometro de caminho de ferro se possa construir na mais remota parte do império, sem que o autorize, sem que o embarace, o demore ou o condemne o governo da capital?” [sic.] (BASTOS, 1870, p. 22)

**Fonte:** Livro “A Província...” de Tavares Bastos, 1870.

As críticas acima apresentadas no que concerne à falta de autonomia das Províncias, também, foram acompanhadas de ácidas observações acerca do Ato Adicional promulgado em 1834, do qual cortaram-se ideias liberais.

Ao fazer menção à Carta de Direitos que foi acrescentada à Constituição dos EUA em 1791, Tavares Bastos (1870, p. 39) cita o seguinte aspecto: “[...] a liberdade de religião, sendo proibido estabelecer religião de Estado” [sic.]. É interessante esse destaque do autor, pois, a primeira Constituição do (1824) apontava qual era a religião oficial do Estado: “Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio”. [sic.] O referido aspecto constitucional se estendeu por todo o Império. Assim, no segundo Reinado – contexto de escrita da Obra “A Província...” de Tavares Bastos – a Carta Magna do Brasil continuava estabelecendo uma religião oficial do Estado brasileiro.

Em síntese, infere-se que, a partir da obra analisada, para Tavares Bastos (1870) o Estado Brasileiro de sua época era: Centralizador/Absolutista, estimulador de Anarquia social, Tutor<sup>44</sup> do município e da província e com religião oficial definida (Católica).

A segunda fonte analisada, nesta seção, tem por título “O BRASIL SOCIAL E POLÍTICO, OU, O QUE FOMOS E O QUE SOMOS: com trechos analogos extrahidos do sermonario do famoso político, padre Antonio Vieira” [sic], escrita por Alexandre José de Mello Moraes (1872). Na contracapa desse livro, logo após o seu nome, o autor registrou o seu local de origem: “Natural das Alagoas”. Nessa época, ele estava morando no Rio de Janeiro e ocupava o cargo de Deputado da Assembleia Geral Legislativa.

<sup>44</sup> Tavares Bastos (1870) utilizou a expressão Tutor na página 29 do livro “A Província...”.

Mesmo atuando em outros estados, Mello Moraes fazia questão de deixar registrado, em suas produções, a sua naturalidade, conforme sublinha Simoneide C. A de Jesus (2016, p. 18): “Em todas as suas obras, após o seu nome, destacava sempre Natural da Cidade das Alagoas”<sup>45</sup>.

Alexandre José de Mello Moraes nasceu em Alagoas no ano de 1816, formou-se em Medicina na Bahia, atuou na área médica, na política, realizou publicações nas áreas das ciências naturais, homeopáticas, literatura, política e históricas, falecendo aos 66 anos no Rio de Janeiro (em 1882).

No âmbito de temáticas históricas, há discussões sobre a sua atuação dicotômica: historiador e/ou documentista. Inclusive, Jesus (2016, p. 15) ressaltava que “Mello Moraes transita nessa dicotomia – historiador e/ou documentarista” e completa que ele era “hábil colecionador de documentos” (JESUS, 2016, p. 19). Além disso, atribui-se à Mello Moraes a contribuição na estruturação do Gabinete de Leitura alagoano (atual Biblioteca pública do estado), pois, mesmo distante geograficamente, disponibilizou elevada quantidade de Obras para compor o acervo.

Num breve comparativo entre os alagoanos Tavares Bastos e Mello Moraes, no campo político, ao primeiro não se atribui vínculo a nenhum partido específico apesar de suas defesas de ordem liberal; inclusive, foi chamado de “*outsider* no Império” por Ferreira (2016, p. 68). Entretanto, o segundo (Mello Moraes) é apresentado por Jesus (2016, p. 16) como pertencente ao “partido moderador”.

Algo que chama atenção num breve comparativo entre essas duas fontes colocadas em pauta (“A Província...” e “O Brasil Social e Político...”) é a perspectiva dos autores nos papéis de sociedade e Estado. Apesar das acirradas críticas de ambos à atuação do Estado, foi notada a seguinte diferença:

\_ Na Obra “A Província...”, Tavares Bastos enfatiza que a Centralização não era culpa do povo; ao contrário, defende que este só teria o sentimento de responsabilidade e patriotismo com liberdade. E, a partir da referida fonte, infere-se que para Tavares Bastos essa liberdade deveria partir do Estado para o povo. No entanto, em “O Brasil Social e Político”, o autor 23 anos mais velho do que Tavares Bastos, traz uma concepção um pouco diversa, pois tece uma crítica às escolhas feitas pelo povo brasileiro em relação à eleição dos integrantes do poder legislativo da época:

---

<sup>45</sup> Cidade das Alagoas corresponde à atual cidade de Marechal Deodoro-AL.

Se o povo brasileiro no tempo prefixo se reunisse, com o pensamento da boa escolha de homens, para o representar nas camaras, reagindo contra a influencia malefica do governo, não estaríamos sobrecarregados de impostos, e nem teríamos tido uma guerra no estrangeiro, como a que terminou no 1º de Março de 1870 com o Paraguay, e com a que nos estão ameaçando os ingratos, insolentes e paparrotões argenlinos [sic] (MELLO MORAES, 1872, p. 13)

Além de responsabilizar o povo pelas mazelas causadas pelos representantes escolhidos, Mello Moraes apresenta a Centralização como consequência da apatia de um dos poderes do Estado e sobreposição do Executivo: “[...] pela indiferença do poder legislativo, o poder executivo tem absorvido os outros poderes, constituindo-se o \_único\_ poder da nação” [sic] (MELLO MORAES, 1872, p. 13).

Outro diferencial de geração entre os alagoanos Tavares Bastos (1870) e Mello Moraes (1872) está na relação entre Estado e Religião. O primeiro escritor fez a crítica à definição de uma religião oficial do Estado brasileiro na época imperial. E o segundo, inspirado em escritos do Padre Antônio Vieira, apresenta os critérios para ser ministros de Estado com fundamentação bíblica:

Os ministros de Estado devem ser homens de criterio reconhecido; e, conforme nos ensina a politica divina (Exod.18-31), convem que sejam os ministros tementes a Deos, verdadeiros e desinteressados, porque no temor do Sêr ineffável e na observancia de suas leis está a norma de conducta [...] [sic] (MELLO MORAES, 1872, p. 28)

Entretanto, é válido destacar que a inspiração bíblica/religiosa por parte de Mello Moraes ao mostrar as características que considerava significativas para o bom exercício dos ofícios dos ministros de Estado não anulavam o aspecto da imparcialidade; inclusive, afirma: “Deve o ministro ser imparcial para administrar a justiça” (p. 29), pois considera que as “parcialidades das facções” (p. 30) como instrumentos para anarquizar o país.

Durante o levantamento dos substantivos mais citados na Obra “O Brasil Social e Político...” (Mello Moraes, 1872) foi possível encontrar palavras semelhantes à nuvem, anteriormente apresentada, da fonte “A Província...” (Tavares Bastos, 1870):



O deputado alagoano supracitado fala com saudosismo em relação ao tempo da Regência, pois, em sua visão, naquele período os deputados possuiriam mais poder e independência:

Nessés tempos, que lá vão e que não hão de voltar mais, especialmente no tempo da regencia, no qual o paiz se governava pelo proprio paiz *não se pedião favores*, não havia o *parlamentarismo*: a camara trabalhava á parte e o ministerio do seu lado. O ministro respeitava o deputado pela sua independência e poder [sic] (MELLO MORAES, 1872, p. 12).

Mesmo no exercício de cargo político, na época de escrita de “O Brasil Social e Político...”, Mello Moraes não restringiu críticas ao seu próprio *lôcus* de trabalho (Câmara dos Deputados): “[...] o tempo é gasto muitas vezes com questões banaes e de nenhum interesse para a sociedade”. [sic] (MELLO MORAES, 1872, p. 9).

Outro fator interessante no exercício do cargo de deputado é que o referido intelectual afirmou: “Como nunca fui empregado do governo, não estou sujeito ao *hei por bem*, e por isso posso escrever verdades e desmascarar impostores, que mercão pomada cheirosa, sendo em substância o que inculcão de sebo rançoso!” [sic.] (MELLO MORAES, 1872, p. 8). Ou seja, esse tipo de colocação demonstra que Mello Moraes compreendia que a ocupação de uma cadeira política não o fazia diretamente executor de desejos do governo. É válido ressaltar que não chegou ao cargo de deputado por meio de nomeação, mas por eleição; inclusive, agradece aos votos de sua Província, na página 9 da Obra.

Mello Moraes ratificou o seu posicionamento de não cumprir às cegas o poder de mando do Executivo ao realizar críticas ao legislativo: “Se as camaras fizessem o que devem, e não o que o poder executivo lhes manda fazer, o systema representativo seria uma realidade no Brasil, e não uma comedia de aldêa, como a que temos representado e continuaremos a representar”. [sic] (MELLO MORAES, 1872, p.9).

Em linhas gerais, a perspectiva de Estado para Mello Moraes (1872, p. 32) corresponde a uma “náo tripolada” [sic.], na qual o rumo depende diretamente do **preparo** dos integrantes dos poderes que o integram, bem como, **autonomia e equilibrio** desses poderes.

Especificamente acerca do perfil do Estado brasileiro de sua época, Mello Moraes (1872) apresenta-o com desequilíbrio na força dos seus poderes integrantes. Com frequência destacou a apatia do poder legislativo em detrimento do Executivo. Isto é, mais uma vez o Centralismo sendo destacado em fonte oitocentista. Entretanto, o que contribuía no freio de algumas ações do

monopólio Executivo? – Para Mello Moraes uma ferramenta era a **imprensa de grande circulação**, em virtude dos “receios da opinião pública” (MELLO MORAES, 1872, p. 32).

Mello Moraes (1872, p. 21) reconhece a política como espaço privilegiado e possibilitador de aspirações, no entanto, também qualifica a política como ciência de “reger um Estado” e tal regência deveria perpassar a felicidade dos povos e bem público, pois, ao contrário, em sua visão, “A política sem equidade não é política, é o machiavelismo posto em ação” (MELLO MORAES, 1872, p. 23).

Portanto, o questionamento feito no início dessa seção textual (“Vozes alagoanas que clamam por Federalismo (1870 a 1872): Sementes de mutação em características do Estado brasileiro?”) pode ser respondido da seguinte forma: O clamor por ideias federalistas não corresponderam a mudanças na essência do Estado brasileiro do contexto Imperial. As suas características concentradoras do poder de mando foram marcantes, apesar do extenso território geográfico do Brasil.

#### **4.2 CODA: Sinfonias<sup>46</sup> de perfil/concepção do Estado Brasileiro oitocentista (1821-1872)**

Chega-se ao momento de tecer considerações acerca das sinfonias tocadas ao longo da análise e confrontação de fontes oitocentistas. Sinfonias essas, que apontam para a complexa tarefa iniciada a partir do questionamento: Quais concepções de Estado-nação brasileiro podem ser inferidas a partir de fontes do período de 1821 a 1872 e, de forma associativa, como se refletiam em políticas públicas para a educação formal da Província Alagoana?

Nesse capítulo, em específico, partiu-se da hipótese de existência de um Estado brasileiro no período de 1821 a 1872, por isso, o foco foi compreender nas entrelinhas das fontes o sentido e perfil desse Estado brasileiro oitocentista. O primeiro desafio consistiu em analisar as fontes com cautela, tendo em vista que as fontes oitocentistas perpassavam o crivo do Estado em relação ao que poderia ser arquivado para a posteridade e/ou o que deveria ser silenciado. Logo, a primeira característica desse Estado é: a não neutralidade e a posição de protagonista nos registros históricos. Protagonismo respaldado por ele mesmo.

---

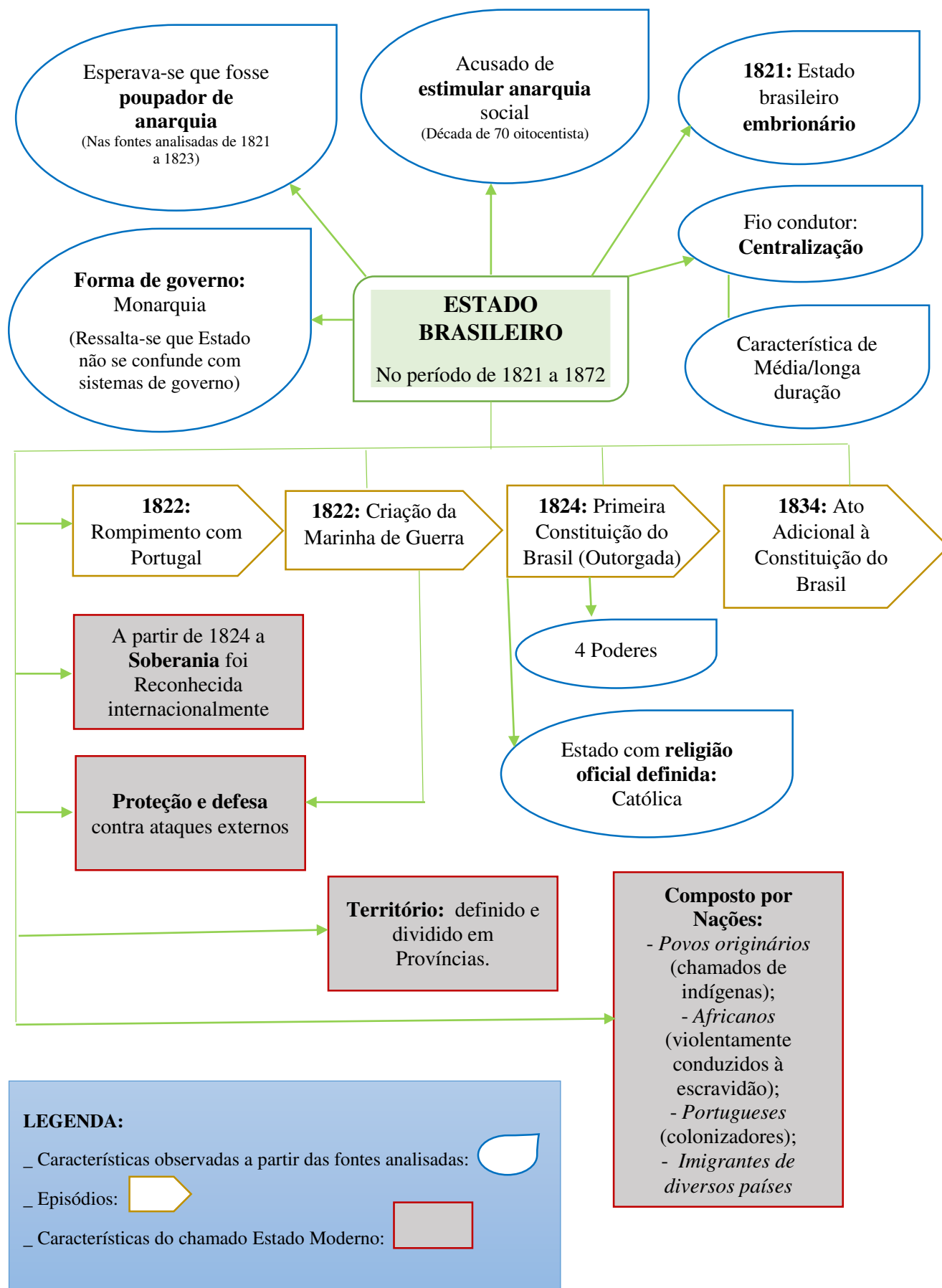
<sup>46</sup> Sinfonia diz respeito à composição musical para orquestra. Orquestra compreende um conjunto de instrumentos musicais, que remetem à dinamismo, vida... Portanto, considerando-se o dinâmico processo de se chegar às inferências, preferiu-se o uso do termo “sinfonias”.



No início da pesquisa, partiu-se da hipótese de heterogeneidade em aspectos que compunham a forma do Estado brasileiro monárquico, pensando-se à princípio em “tipos” de Estado. Porém, a análise e confrontação de fontes contribuíram para outra compreensão: Não falar em tipos de Estado, pois, apesar do período de 1821 a 1872 abarcar momentos histórico-políticos distintos (Final do período colonial, Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado), o perfil de sustentação estatal permaneceu marcadamente semelhante ao longo daquele quinquentenário.

Para contribuir na compreensão dos elementos que delinearão o Estado brasileiro oitocentista no período de 1821 a 1872, elaborou-se o seguinte esquema:

Figura 7 – Esquema síntese sobre o Estado Brasileiro de 1821 a 1872:



Fonte: A autora (Construção a partir da análise de fontes da pesquisa)

O esquema-síntese (Figura 7) apresentado anteriormente foi elaborado a partir das reflexões acerca das fontes analisadas e literatura estudada. Considerou-se relevante expor três facetas na composição: 1. Algumas características inferidas a partir dos discursos de fontes oitocentistas, 2. Episódios que fizeram parte dos contornos para o reconhecimento da soberania do Estado brasileiro e 3. Características que integram o chamado Estado Moderno.

Em meio aos conflitos entre grupos com posicionamentos políticos divergentes, no período Imperial, os fios condutores do Estado brasileiro foram centralidade e força de mando. Centralidade essa refletida, inclusive, no discrepante peso entre os 4 poderes: Executivo, Moderador, Legislativo e Judiciário. O Executivo/ Moderador tinha maior força em diversas decisões.

Outras características podem ser listadas acerca do Estado brasileiro oitocentista monárquico, a partir dos vestígios históricos analisados: tinha religião oficial definida (Constituição de 1824), visto como poupador de Anarquia (no contexto das ebulições por Independência), Centralista, sendo qualificado como provocador de desordens sociais (em meio ao clamor por Federalismo na década de 70 oitocentista); detentor de “força física” e “força moral”, punidor dos sujeitos que criticam ou ameaçam o seu poder, além de diferenciador no tratamento dos grupos sociais.

Algo que chama atenção é a divergência de pontos de vista, que refletem as lentes políticas de seus autores. Nesse caso, na discussão entre Centralismo e Federalismo, o alagoano Tavares Bastos (1870) afirma que o grupo defensor da Centralização considerava a postura do governo como reflexo do merecimento do povo. E para o grupo à favor da Federação, a responsabilização recaía sobre o governo, que deveria proporcionar ao povo o exercício da liberdade.

No recorte pesquisado, inferiu-se que não ocorreram grandes mudanças no perfil do Estado brasileiro, todavia, as manifestações de diversos setores sociais (intelectuais, partidos políticos e até do povo), em determinados momentos influenciaram nas posturas dos governantes, mesmo que as ações estatais principiassem com uma fenda entre o ideal e as vivências concretas. As mudanças sociais ocorreram de forma lenta, numa constante correlação de forças (dominadores buscando reafirmar seu poder e dominados tentando se livrar da opressão).

Dentre os inúmeros teóricos que tratam acerca de Estado, para a discussão proposta nessa seção do texto, optou-se por atentar-se às contribuições de Dalmo Dallari (1931-2022), jurista e professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Este renomado professor brasileiro faleceu em 8 de abril de 2022, cujo legado resultou na qualificação de defensor

dos direitos humanos. Dentre seus escritos, o livro “Elementos de Teoria Geral do Estado” contribuirá nas reflexões subsequentes.

A complexidade da temática fica explícita logo no prefácio da primeira edição do livro (1971), reproduzida na edição de 1998, pois Dallari qualifica o Estado como problema, um problema de todos: “[...] o problema do Estado passou a ser um problema de todos, uma vez que ninguém pode praticar qualquer ato de alguma repercussão social, ainda que muito restrita, sem levar em conta as diretrizes do Estado”. (DALLARI, 1998, p. 2). Portanto, tal afirmativa traz implícito o reconhecimento da grande influência do Estado na vida humana.

Na nossa pesquisa há a compreensão de que a influência do Estado na vida humana por vezes está mergulhada na dicotomia entre o que se espera dele e as suas ações efetivas. Apontar essa dicotomia não significa classificá-lo como um ente ruim em sua essência, pois, concorda-se com Dallari (1988, p. 2): “[...] é preciso ter em conta que o Estado, criação humana e instrumento de seres humanos, não é bom ou mau em si mesmo, mas será aquilo que forem as pessoas que o controlarem”.

Ao se tratar de “Estado” inevitavelmente é necessário falar em poder ou *locus* de exercício de poder. Acerca desse elemento, chama atenção a seguinte definição:

[...] **o poder é um fenômeno social**, jamais podendo ser explicado pela simples consideração de fatores individuais. Outra importante característica é a bilateralidade, indicando que poder é sempre a correlação de duas ou mais vontades, havendo uma que predomina. É importante que se tenha em conta que o poder, **para existir**, necessita da existência de vontades submetidas (DALLARI, 1998, p. 16, **grifo nosso**).

Nesse movimento de submissão de vontades em detrimento de uma, o poder se estabelece e fica evidente, porém, é válido ressaltar que o estabelecimento desse poder perpassa a legitimação, ou seja, “poder legítimo é o poder consentido” (DALLARI, 1998, p. 19). Entretanto, considerando o contexto de análise da pesquisa (1821-1872) é válido ressaltar que o consentimento do poder estatal, no Brasil Imperial, não foi sinônimo de passividade ou total concordância dos sujeitos sociais. Consentir e concordar são aspectos distintos, pois, a concessão, por exemplo, pode ser fruto de coerção.

Segundo Dallari (1998, p. 24), as Colônias eram consideradas “uma espécie de reserva patrimonial”, sujeitas à soberania dos Estados os quais estavam subordinados. Assim, para o referido autor (idem) a conquista de desmembramento das Colônias por meio do movimento de

independência (pacífico ou violento) resultou na criação de novos Estados, cuja formação é por ele denominada de “formação derivada”.

Ao se fazer uma correlação entre a “formação derivada de Estado” (defendida por Dallari, 1998) com o nosso objeto de pesquisa, pode-se afirmar que, sob essa perspectiva, o Brasil Colonial compunha (de forma imposta) o Estado português, todavia, a partir da oficialização do rompimento com Portugal, bem como, reconhecimento de sua soberania, deixou de ser uma mera extensão e passou a ser concebido como um novo Estado: o Estado brasileiro.

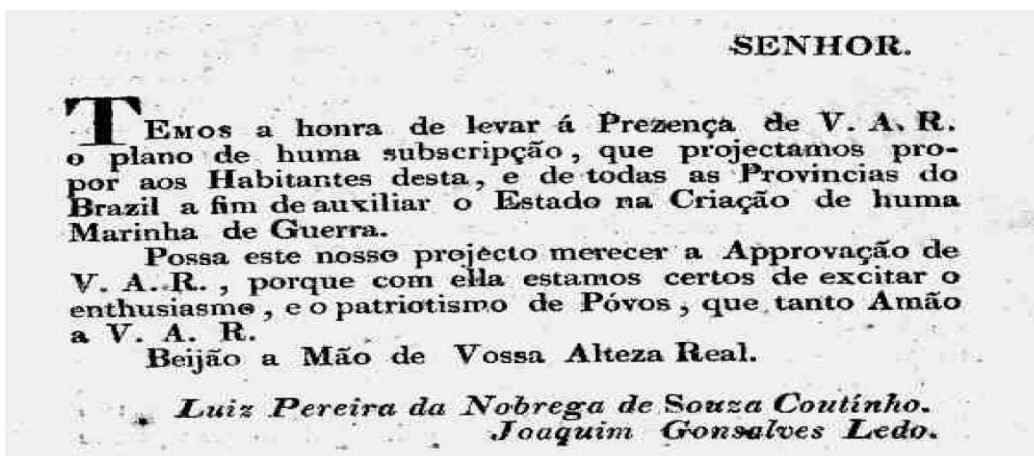
De acordo com Cruz (2018, p. 6), em 1824 os “Estados Unidos reconheceu a soberania do novo império centrado na figura de D. Pedro I”, porém, “conflitos fizeram parte das negociações do evento supracitado”. Além dos conflitos, o pesquisador também sublinha certa insegurança/cautela por parte do governo de Washington, pois,

Apesar de reconhecer a independência do Brasil, pouco foi o interesse do governo de Washington em forjar alianças políticas que comprometessem sua relação com outros países, inclusive países da “velha” Europa; todavia, interessava-se em forjar acordos comerciais que amparassem a demanda de estadunidenses que procuravam aventurar-se economicamente em terras brasileiras. (CRUZ, 2018, p. 16)

Lira e Araújo (2017, p. 51) denominam a soberania como “Um dos problemas mais importantes e difíceis do pensamento político ocidental”. Para Dallari (1998, p. 30), o conceito de soberania é uma das bases da ideia de Estado Moderno, além deste, o referido jurista (idem, p. 29) sintetiza que, apesar de algumas divergências, em geral, os autores apresentam três elementos integrantes do Estado Moderno: território, povo e soberania.

No contexto de busca pelo reconhecimento da soberania do Estado brasileiro recém-independente, uma das primeiras inquietações surgidas foi em relação à proteção contra possíveis ataques externos. A esse respeito, em publicação de 1 de outubro de 1822, no Jornal Reverbero Constitucional Fluminense há texto que aponta preocupação com a defesa/segurança da “Pátria” brasileira e a proposta de criação de uma Marinha de Guerra:

**Figura 8 – Trecho de publicação acerca da proposta de criação da Marinha de Guerra do Brasil**



**Fonte:** Jornal Reverbero Constitucional Fluminense, 1 de Outubro de 1822.

O enunciado acima foi direcionado ao Imperador do Brasil, Dom Pedro I, e traz o informe de que se trata de plano para “auxiliar o Estado na Criação de huma Marinha de Guerra”. Tal “auxílio” foi proposto por Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho e Joaquim Gonsalves Ledo. No contexto da referida publicação, o primeiro era responsável pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e o segundo exercia o cargo de Procurador Geral da Província do Rio de Janeiro. E o plano proposto perpassava a ideia de arrecadação voluntária mensal para o estabelecimento da Marinha de Guerra, cuja arrecadação ocorreria em cada cidade ou vila do território nacional.

No ensejo de características de um Estado Moderno está também a concepção de Nação. Segundo Dallari (1998, p. 37), dentre as concepções do termo nação há autores que a compreendem da seguinte forma:

O termo nação se aplica a uma comunidade de base histórico-cultural, pertencendo a ela, em regra, os que nascem num certo ambiente cultural feito de tradições e costumes, geralmente expresso numa língua comum, tendo um conceito idêntico de vida e dinamizado pelas mesmas aspirações de futuro e os mesmos ideais coletivos. (DALLARI, 1998, p. 37).

Todavia, considerando o Brasil oitocentista, na nossa pesquisa, preferiu-se o uso do termo plural “nações” ao se referir ao povo integrante do Estado brasileiro oitocentista, a saber: Povos originários (chamados de indígenas); Africanos (violentamente conduzidos à escravidão); Portugueses (colonizadores) e Imigrantes de diversos países.

Diante das considerações delineadas, até o presente momento, chega-se a seguinte definição de Estado: complexa instância humana, privilegiada, não neutra, reconhecida como traçador/fiscalizador de normativos para o convívio social e cujo poder é legitimado sócio-político-jurídico. O reconhecimento da soberania estatal caminha por dois âmbitos: interno (seu povo) e externo (outros Estados).

Portanto, o perfil do Estado brasileiro oitocentista (1821 a 1872) perpassa aspectos paradoxais em dois viés. Primeiro, em termos da visão dos sujeitos da época em relação a sua função (ora visto como instância para combater desordens sociais ora como o próprio motivador de desordens). O segundo âmbito paradoxal diz respeito aos benefícios ao seu povo. No período estudado ficou evidente que as ações estatais restringiam-se ao benefício de restrito grupo.

Tal situação nos remete à seguinte afirmativa de Dallari (1998, p. 13): “Quando uma sociedade está organizada de tal modo que só promove o bem de uma parte de seus integrantes, é sinal de que ela está mal organizada e afastada dos objetivos que justificam a sua existência”. Isto é, para o referido autor, a finalidade social deve ser o bem comum.

Por fim, conceituar e caracterizar o Estado brasileiro oitocentista é considerar a manutenção de aspectos de média ou longa duração<sup>47</sup>, ou seja, características anteriores ao reconhecimento de formação do referido Estado.

---

<sup>47</sup> Conceito de média e longa duração: ligados à segunda geração da Escola dos *Annales*.

## **5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ALAGOANA: esboço de elementos em formação**

Nas itinerâncias das pegadas oitocentistas, observou-se que o contexto Imperial foi marcado por Centralismo e discrepância nos pesos atribuídos aos 4 (quatro) Poderes integrantes do Estado brasileiro oitocentista. Tal característica pode ser interpretada como herança do período Colonial. A esse respeito, é válido destacar a seguinte nota do professor Verçosa (2006, p. 35):

O esquema vertical de poder na época colonial era estruturado, na ordem descendente, do Rei, passando pelo Governador-Geral, depois Vice-Rei, descendo para os Capitães das Capitâneas, indo até as autoridades municipais. Porém, como os vínculos dessa hierarquia não eram muito bem explicitados, todos, inclusive as autoridades municipais, se dirigiam diretamente ao Rei e aos que lhe estavam próximos na escala hierárquica, atropelando os graus intermediários de comando e reforçando prestígios e privilégios. (VERÇOSA, 2006, p. 35)

Verçosa (2006) aponta, na citação acima, que as hierarquias no período Colonial não estavam explicitadas e os graus intermediários de poder eram atropelados/ignorados, reforçando-se, assim, o poder de mando do Rei. Conforme observado nas fontes analisadas, nas seções anteriores da Tese, esse reforço do privilégio do poder real foi mantido no contexto do Império, porém, naquela época a referida centralização estava bem explicitada não apenas em ações, mas também nos normativos que guiavam a nação.

Os normativos ou leis de determinado Estado, na perspectiva de Secchi (2021) podem ser concebidos como uma das formas de fazer Política Pública. Numa analogia entre as políticas públicas e a área médica, afirma que “O problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento” (SECCHI, 2021, p. 5).

Nessa perspectiva, Secchi (2021) faz uma metáfora, na qual o problema público corresponde a uma doença, que precisa ser diagnosticada e, cujo tratamento corresponde à chamada Política Pública. Porém, da mesma forma que os tratamentos médicos podem ser diversos, assim são as políticas públicas, pois variados instrumentos podem ser utilizados, a depender da necessidade detectada inicialmente. Em síntese, na perspectiva de Secchi (2021, p. 5), “a finalidade de uma política pública é o enfrentamento, diminuição e até mesmo resolução do problema público”.

Em nosso texto, concorda-se com a visão de que a função das políticas públicas perpassa a ação de tratar determinado problema social colocado em agenda, porém, também é salutar a



inclusão de outras funções implícitas em sua execução: preventiva e omissiva. Portanto, em nosso entendimento, as políticas públicas podem ter tripla função: omissiva, profilática (preventiva) e combativa (tratamento) de males sociais.

Segundo Secchi (2015, p. 2), “uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública”.

No trilhar de análises dos vestígios ou pegadas oitocentistas, um questionamento é fundamental: É possível falar em Políticas públicas para a Educação no Brasil, e especificamente para Alagoas, no período de 1821 a 1872? – Eis um dos desafios para os tópicos subsequentes.

### **5.1 Entre concepções (em movimento) de Políticas Públicas Educacionais**

Políticas públicas: expressão como condimento, utilizada para temperar diversas falas da era Contemporânea, o que reflete o seu complexo processo de materialidade. Segundo Diógenes (2016, p. 16), “há conflitos e tensões envolvendo o palco da formulação das políticas públicas”. Corroborando para tal entendimento, Melo (2020, p. 8) ao pesquisar sobre a produção epistemológica das políticas educacionais, chegou à conclusão de que “(1) as políticas de educação se inserem num contexto histórico determinado por relações de poder assimétricas [...] (3) as bases epistêmicas das políticas educacionais são complexas e transdisciplinares”.

Diógenes (2016, p. 16) afirma que “não erra” ao afirmar que o surgimento da educação enquanto política pública é “estatuto de objeto epistemológico Contemporâneo”. A referida pesquisadora situa o nascimento das políticas educacionais no Brasil com o Estado Novo de Getúlio Vargas<sup>48</sup>, na década de 1930. Rose Neubauer (2015, p. 782) sublinha um período temporal semelhante ao se referir à incidência de políticas públicas educacionais de intervenção centralizada<sup>49</sup> no Brasil: final dos anos 1930 aos anos de 1980.

---

<sup>48</sup> O presidente Vargas era denominado, por seus simpatizantes, como “pai dos pobres”, responsável “por uma série de modernizações nas estruturas social, econômica e educacional do Brasil”, porém, paradoxalmente à popularidade, “seu governo tinha um caráter centralizador e autoritário”. (MEDEIROS, 2020, p. 835).

<sup>49</sup> “[...] importância atribuída à educação como variável estratégica, devido à necessidade de reconstrução social do pós-guerra: ao combate ao caos e à miséria pós-recessão dos anos 1930, à retomada do desenvolvimento econômico [...]” (NEUBAUER, 2015, p. 782)

“Nas políticas educacionais de intervenção centralizada, o Estado determina a agenda, prioriza os diferentes níveis de ensino, define seus beneficiários e os responsáveis pela oferta dos mesmos, assim como a forma de participação dos diferentes agentes no financiamento e na gestão da educação” (NEUBAUER, 2015, p. 782)

Outra estudiosa que compreende a presença de políticas públicas educacionais no Brasil como algo recente na história do país é Santos (2011), segundo a qual,

Foi somente em fins do século XIX e início do século XX, no contexto da Primeira República – quando o Estado brasileiro Oligárquico deslocava-se para uma “arrumação” Moderna/liberal, assumindo um modelo intervencionista –, que a educação começou a ser reclamada como necessária ao “desenvolvimento do país”. (SANTOS, 2011, p. 2)

Conforme observado nas menções acima, na complexa teia de estudos acerca das políticas públicas educacionais há uma tendência de se atribuir a presença dessas ao contexto do Estado democrático de Direito. No período de 1821 a 1872, o Estado brasileiro ainda era marcadamente oligárquico e centralista, por isso, em nossa pesquisa utiliza-se a expressão: esboços de elementos em formação.

Com vistas a contribuir no entendimento dos esboços que precederam as políticas educacionais do Brasil, em sequência, a discussão abarcará os seguintes âmbitos: problemáticas sociais oitocentistas e possíveis soluções estabelecidas à época, bem como, entrelinhas das falas de presidentes de província de Alagoas. De semelhante modo, será fundamental identificar quem são os atores do processo, isto é, de onde partiu o clamor relativo aos reveses sociais e qual instrumento foi instituído como possível tratamento, sobretudo, no que traz implicações para a Educação formal da Província alagoana.

Portanto, no contexto Imperial do Brasil não é possível falar em políticas educacionais dentro do entendimento epistemológico difundido na literatura contemporânea, todavia, na análise de fontes oitocentistas é possível observar rastros que levaram a essa composição.

## **5.2 Das problemáticas sociais ao doce amargor do remédio**

Para delinear os esboços de elementos que precederam a formação de políticas educacionais no Brasil, relevante se faz situar problemáticas sociais que permearam o período foco de nossa análise: 1821 a 1872. Entretanto, falar em “problema” prescinde de uma compreensão: Determinada situação é considerada problema para quem? No caso de “problema público”, Secchi (2021, p. 5) compreende-o como “conceito intersubjetivo, ou seja, ele só existe se incomoda uma quantidade ou qualidade de atores”.

Em meio ao clamor liberal, a primeira Constituição do Brasil (1824) foi considerada como saúde do Estado e as leis como “alma”, conforme citado no quadro 9 da Tese. Contudo, é importante retomar esse fragmento de fonte oitocentista nessa etapa do texto:

[...] huma boa Constituição he para o corpo politico, o mesmo que he no corpo physico: he a saúde dos Estados. Por ella as Leis que são a alma de todo este corpo, e que lhe imprimem hum movimento orgânico, e regular serão sabiamente reguladas. Por ella nos serão garantidos os primeiros bens do Homem; e os seus direitos mais caros a Liberdade, a Igualdade, a Segurança. Eis o que nos affianção as Bases que juramos [sic] (JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 15 de Setembro de 1821, p. 4)

Conforme mencionado no capítulo 4, para o Jornal Reverbero Constitucional Fluminense a “boa Constituição” liberal era a chave para combater a Anarquia Social, além disso, considerava as “leis liberais” como remédio para o Corpo Social. O tema “anarquia” era destacado na fala das lideranças políticas do contexto oitocentista, inclusive, nos relatórios de presidentes da Província Alagoana, com frequência havia um tópico denominado: “tranquilidade pública”.

Diante do exposto, para a melhor compreensão acerca do aspecto paradoxal das entrelinhas de leis estruturantes que reverberaram na vida social e na proposta de educação formal para a época, em sequência, serão analisados aspectos da Lei de 15 de Outubro de 1827, da primeira Constituição do Brasil de 1824 e do Ato Adicional de 1834. Isto é, nessa análise tratar-se-á acerca do paradoxal doce amargor dos “remédios” instituídos naquele contexto.

### 5.2.1 Propósitos, visibilidades e omissões em diretrizes legais no quesito Educação do Brasil oitocentista

Em 15 de outubro de 1827, D. Pedro I sancionou a lei que mandou criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Sublinhou-se a preocupação com os lugares mais populosos, assim, em lugares poucos populosos, os Presidentes de Província poderiam excluir escolas e/ou remover professores.

Entretanto, para além do propósito central, um olhar mais acurado sobre a lei de 15 de Outubro de 1827 nos permite elencar outros aspectos explícitos e implícitos no referido documento, a saber:

- Pautas visíveis: 1. Matriz curricular distinta para meninos e meninas, refletindo o papel que se esperava e/ou se permitia que cada sexo<sup>50</sup> assumisse na sociedade; 2. Elementos de um “ensaio” de plano de carreira docente (formação<sup>51</sup> de professores, possibilidade de gratificação aos docentes que se destacaram no exercício da profissão e aposentadoria);
- Pautas omitidas e/ou intencionalidades nebulosas: 1. As meninas eram consideradas com capacidade intelectual inferior; 2. Negros e indígenas não foram mencionados no documento.

Apesar da determinação de que os ordenados e gratificações deveriam ser iguais entre Mestras e Mestres (art. 13), todavia, os conteúdos a serem ministrados para ambos os sexos deveriam ser distintos. Conforme o artigo 12 da lei de 15 de outubro de 1827: “As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica”.

Portanto, a permissão de acesso tanto de meninos quanto de meninas não era garantia de igual formação. Como a própria lei apontou: deveria existir um limite no conteúdo a ser ministrado às meninas. Logo, infere-se que tal restrição carrega a ótica dos propositores/promulgadores da lei acerca do que as meninas seriam ou não capazes de aprender, bem como, o que consideravam necessário ensinar para que elas desempenhassem o papel esperado pela sociedade da época.

Conforme observa-se em Castanha (2020, p. 44), a primeira lei geral da instrução pública (1827) foi fruto de “constante cobrança dos deputados sobre a necessidade de um projeto geral de instrução pública”, entretanto, é curioso o fato de que a versão aprovada é diferente do projeto anteriormente proposto.

Em 16 de junho de 1826, a comissão de instrução, integrada pelos deputados Januário da Cunha Barbosa (Rio de Janeiro), José Cardoso Pereira de Mello (Bahia) e Antônio Ferreira França (Bahia), apresentou um projeto que Castanha (2020, p. 44) qualificou como “bastante ousado para a época”, que nem chegou a ser debatido. Dentre as propostas inovadoras que apareciam no projeto de 1826, que não foi aprovado, estavam: ensino mais laico, proposta de meninos e meninas estudarem juntos.

---

<sup>50</sup> No século XIX, não se utilizava o termo gênero conforme as discussões contemporâneas. Geralmente, as fontes históricas utilizavam a palavra “sexo” ao se referir ao masculino e feminino.

<sup>51</sup> Saviani (2009, p. 144) classifica como primeiro ensaio intermitente de formação de professores.

A despeito do projeto Januário da Cunha Barbosa de 1826 não ter sido discutido, Castanha (2020, p. 45) traz a seguinte reflexão:

A proposta não chegou a ser debatida, todavia, a presença de um projeto de tal magnitude nos anais do parlamento brasileiro é significativa, pois, evidencia que o Estado começava a discutir e se ocupar de forma mais direta das questões educacionais. (CASTANHA, 2020, p. 45)

A afirmativa acima colabora na compreensão de que algumas pautas, mesmo quando não aprovadas inicialmente, podem servir de base para discussões futuras. Ou seja, para que se gerem novas ações estatais, o primeiro passo é colocar em evidência determinada temática. A temática pode ser fruto de problemática constatada por agentes estatais, bem como, podem surgir de reivindicações feitas por grupos sociais que pressionam o Estado.

A metodologia de ensino determinada como obrigatória, na lei de 15 de outubro de 1827, era o método Mútuo ou Lancaster; inclusive, os professores que não tivessem essa instrução deveriam obtê-la em curto prazo “à custa dos seus ordenados” (art.5) em escolas da capital. Nesse método de ensino, o professor ensinava um grupo de estudantes considerados mais amadurecidos, os quais deveriam repassar os ensinamentos a pequenos grupos de outros estudantes, uma espécie de ensino e aprendizagem em células.

Segundo Castanha (2020, p. 48), a adoção do método Mútuo à instrução da época, no Brasil, não tinha relação exclusiva à economia, mas estava atrelada ao sucesso na Europa, que era considerada como referência de civilidade. Essa corresponde a uma característica exaltada nas fontes históricas do Brasil monárquico: a busca de imitação de vida estrangeira como referência ou sinônimo de “civilidade”<sup>52</sup>.

A não menção a negros ou indígenas não corresponde a mero esquecimento... Em 1837, por exemplo, o presidente provincial Paulino José Soares de Sousa do Rio de Janeiro sancionou uma lei que proibia de frequentar escolas públicas: “1. Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas; 2. Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos”. [sic.]. Mesmo sendo uma lei local da Província do Rio de Janeiro, pode-se inferir que serviu de referencial para as demais localidades do Brasil, considerando que aquela Província correspondia à sede da Corte.

---

<sup>52</sup> Em Tese intitulada “Civilizar pelas letras”: o projeto educacional do alagoano Thomaz do Bonfim no Império Brasileiro (1853-1885), a pesquisadora Edgleide de Oliveira Clemente da Silva (2020, p. 30) afirma que civilizar fazia parte do “empreendimento da modernização da sociedade brasileira oitocentista”. Segundo a pesquisadora (2020, p. 72), no século XIX, o termo civilizar tinha relação à ideia de progresso e desenvolvimento dos povos.

A referida vedação tinha respaldo na primeira Constituição Política do Brasil (de 25 de março de 1824), cujo inciso II do artigo 179 da determina que “Nenhuma Lei será estabelecida sem utilidade pública”. Logo, pode-se inferir que para aquele contexto, o conceito de “público” era mais restrito, inclusive, se confundindo com interesses da classe dominante.

O que a primeira Carta Magna (1824) do Brasil colocava acerca do acesso à Instrução Primária? Daria algum fundamento às proibições determinadas na lei n.º 1, instituída na Província do Rio de Janeiro de 1837? A esse respeito, observa-se que a Constituição de 1824 determina que “A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” [sic.], porém, o conceito de cidadania brasileira restringia-se àqueles nascidos no Brasil na condição de livres (incluindo os denominados “ingênuos”<sup>53</sup> e libertos). No caso de estrangeiros que fossem naturalizados, também, seriam considerados brasileiros.

Portanto, apesar de não fazer menção direta a cor da pele, pode-se inferir que na Constituição de 1824 haveria uma “brecha” para os negros/pretos nascidos livres no Brasil ou que foram libertos terem direito à Instrução primária. Porém essa é uma opção repleta de fragilidade, conforme sublinha Cabral (1974, p. 70), pois, até 1871 “o cidadão preto liberto corria o risco de perder sua cidadania, ao ser revogada sua liberdade”.

A vedação estabelecida na lei n.º 1 de 1837 na província do Rio de Janeiro, a qual proibiu-se o acesso de pessoas com moléstias, escravizados e pretos africanos (inclusive aqueles livres e libertos) tinha respaldo na primeira Constituição do Brasil (1824), pois os estrangeiros não naturalizados não eram considerados cidadãos brasileiros.

A lei de 23 de outubro de 1832 tratava especificamente acerca da naturalização de estrangeiros, dentre os itens para solicitar carta de naturalização no Brasil o governo exigia que fosse maior de 25 anos, declaração de residência e religião junto à Câmara municipal, possuir “bens de raiz no Brasil”, “exercer profissão útil”, entre outras exigências. Logo, diante dos critérios estabelecidos, pode-se inferir que o negro africano, trazido à força ao Brasil não teria direito de acesso nem a educação mais elementar, chamada de “instrução primária”. Nos vestígios oitocentistas consultados há registros de dois tipos de tratamento aos negros/pretos da época: em algumas fontes eram tratados como propriedade e em outras como pessoas. Destarte, sem ter a intenção cair em anacronismo, mas, a observância de tais vedações contribuem na inferência de que correspondiam a um racismo legalizado pelo próprio Estado.

---

<sup>53</sup> Ingênuo significava filho de pai liberto

Os contextos de elaboração da primeira constituição do Brasil e da proposta de reformulação foram permeadas por conflitos entre conversadores e liberais, em meio às estratégias do Imperador o qual buscava manter o centralismo de seu poder. Diante da proposta apresentada pelos constituintes em 1823, o Imperador D. Pedro I sentiu seu poder ameaçado e decidiu dissolver a Assembleia Constituinte.

Segundo Castanha (2020, p. 39), “o imperador não perdeu tempo, pois no dia seguinte, baixou outro Decreto criando o Conselho de Estado encarregando-o de elaborar um projeto de constituição”. Em 29 dias, o novo projeto foi apresentado, “submetido às Câmaras de representantes do povo, para ciência, sendo aprovado sem modificações e promulgado em 25 de março de 1824” (CASTANHA, 2020, p. 39).

Análogo movimento conflituoso ocorreu na proposta de reformulação da Constituição, pois, conforme aponta Castanha (2020, p. 40), “a maioria dos deputados eleitos para a legislatura de 1830 estava vinculada aos ideais federalistas e até mesmo republicanos, portanto, divergentes do regime monárquico e contrários ao poder moderador”. Diante do exposto, o projeto elaborado por esses parlamentares ao chegar ao Senado “composto, majoritariamente, por conservadores e legalistas, o projeto foi amplamente discutido e debatido, sendo rejeitada e suprimida, a maioria das mudanças propostas pela Câmara”. Portanto, o documento aprovado foi conhecido como Ato Adicional (1834).

A partir das alterações e adições à Carta Magna do Império, através do Ato Adicional (1834), foram criadas Assembleias Legislativas Provinciais que ficaram no lugar do Conselho de Estado (ou Conselho Geral) o qual foi suprimido.

De acordo com o parágrafo segundo do artigo 10 do Ato Adicional (1834), competia às Assembleias Legislativas provinciais legislar sobre a instrução pública local e promovê-la, excetuando faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos e Academias criados por lei geral. Aparentemente, foi oportunidade para maior autonomia provincial no que concerne à oferta e resolução de questões da educação formal, todavia, para melhor compreensão de como se materializou a referida proposta especificamente na Província Alagoana, a seguir serão tratados de elementos implícitos em relatórios que foram apresentados à Assembleia Legislativa Municipal no período de 1835 à 1872.

### **5.3 Falas de presidentes provinciais: pontos, semirretas e curvas do embrionário desenho de Políticas Públicas para a Instrução da província alagoana**

Segundo o artigo 8º do Ato Adicional de 1834, cabia ao presidente de Província dirigir sua fala à Assembleia Provincial, “*instruindo-a do estado dos negocios publicos, e das providencias, que mais precisar a Provincia para seu melhoramento*” [sic.].

Analisar falas de presidentes provinciais é uma forma de compreender as pautas e demandas colocadas em evidência à época por agentes do Estado brasileiro monárquico. Dentre os agentes estatais, em nossa pesquisa, considera-se a representatividade dos presidentes provinciais. Observa-se em Castanha (2020, p. 40) que o presidente de província “atuava como uma espécie de vice-rei”, sendo “nomeado exclusivamente pelo Imperador, e geralmente oriundo de outra localidade”.

Portanto, em sequência será apresentado um quadro com listagem de presidentes de província de Alagoas referentes ao período de 1835 a 1872. O quadro foi construído a partir da consulta a relatórios/”falas” apresentadas à Assembleia Legislativa local. Curiosamente, os referidos documentos da história brasileira/alagoana estão digitalizados e disponíveis em Arquivo *on-line* de uma Biblioteca estrangeira: *Center for Research Libraries*. De acordo com o *site* do Sistema de Bibliotecas da Fundação Getúlio Vargas (2022), o *Center for Research Libraries* corresponde a um “consórcio internacional de universidades, faculdades e bibliotecas independentes de pesquisa”, que “disponibiliza uma variedade de materiais de fontes primárias raras e incomuns de todas as regiões do mundo”.



**QUADRO 16:** LISTA DE PRESIDENTES OU VICE-PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE ALAGOAS NO PERÍODO DE 1835 A 1872

<b>DATA DO RELATÓRIO/ “FALLA”</b>	<b>NOME</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
De 1821 à 1834	-----	Sem registros de relatórios de presidentes de província em Alagoas nesse intervalo de tempo. Os relatórios de presidentes de província eram direcionados à Assembleia Legislativa, que foi criada após o Ato Adicional de 1834.
15 de março de 1835	<b>Jozé Joaquim Machado D’Oliveira</b>	
10 de Janeiro de 1836	<b>Antonio Joaquim de Moira</b>	
12 de janeiro de 1837	<b>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</b>	
06 de janeiro de 1838	<b>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</b>	
09 de maio de 1839	<b>Agostinho da Silva Neves</b>	
03 de dezembro de 1839	<b>Agostinho da Silva Neves</b>	
03 de maio de 1840	<b>Dr João Lins Vieira Cansansão Sinimbú</b>	
18 de Outubro de 1840	<b>Manoel Felizardo de Souza e Mello</b>	
04 de fevereiro de 1842	<b>Manoel Felizardo de Souza e Mello</b>	
21 de fevereiro de 1842	<b>Manoel Felizardo de Souza e Mello</b>	
02 de fevereiro de 1843	<b>Caetano Silvestre da Silva</b>	
09 de maio de 1844	<b>Anselmo Francisco Peretti</b>	
08 de outubro de 1845	Brigadeiro <b>Henrique Marques D’Oliveira Lisboa</b>	
15 de março de 1846	<b>Antonio Manoel de Campos Mello</b>	
15 de março de 1847	<b>Antonio Manoel de Campos Mello</b>	
01 de Junho de 1848	<b>Dr. João Capistrano Bandeira de Mello</b>	
18 de março de 1849	Coronel <b>Antonio Nunes de Aguiar</b>	
14 de julho de 1849	Coronel <b>Antonio Nunes de Aguiar</b>	Escreveu ao seu sucessor: Dr José Bento da Cunha D’Figueiredo
05 de maio de 1850	<b>Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo</b>	
05 de junho de 1850	<b>Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo</b>	Ocasão na qual deixa a Administração da Província aos cuidados do vice-presidente Dr. Manoel Sobral Pinto
11 de novembro de 1850	<b>Dr. Manoel Sobral Pinto</b>	Vice-presidente na província devolveu a Administração da Província ao presidente Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo
25 de abril de 1851	<b>Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo</b>	
20 de junho de 1851	<b>Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo</b>	
26 de abril de 1852	<b>José Bento da Cunha e Figueiredo</b>	Denominado de “o Conselheiro”

20 de abril de 1853	<b>Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo</b>	Relatório no qual entregou a Província ao vice-presidente Dr. Manoel Sobral Pinto
03 de maio de 1853	<b>Dr. Manoel Sobral Pinto</b>	Vice-presidente na província
24 de Outubro de 1853	<b>Dr. Manoel Sobral Pinto</b>	Relatório no qual entregou a Província ao presidente Dr. José Antônio Saraiva
20 de fevereiro de 1854 + 08 de março de 1854	<b>Dr. José Antônio Saraiva</b>	
23 de outubro de 1854	<b>Dr. Roberto Calheiros de Mello</b>	1º vice-presidente da província entregou a administração da Província ao Dr Antônio Coelho de Sá Albuquerque
01 de março de 1855	<b>Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque</b>	
07 de novembro de 1855	<b>Dr. Roberto Calheiros de Mello</b>	1º vice-presidente da província entregou a administração da Província ao Dr Antônio Coelho de Sá Albuquerque
31 de janeiro de 1856	<b>Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque</b>	
01 de março de 1857	<b>Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque</b>	
01 de março de 1858	<b>Angelo Thomaz do Amaral</b>	
19 de fevereiro de 1859	<b>Angelo Thomaz do Amaral</b>	Entregou a administração da província ao vice-presidente Dr. Roberto Calheiros de Mello
03 de maio de 1859	<b>Dr. Agostinho Luiz da Gama</b>	
03 de junho de 1860	Comendador <b>Pedro Leão Velloso</b>	
20 de abril de 1861 + 15 de maio de 1861	<b>Dr. Roberto Calheiros de Mello</b>  Comendador <b>Pedro Leão Velloso</b>	Dr. Roberto Calheiros de Mello: 1º vice-presidente da província entregou a administração da Província ao Dr Antônio Alves de Souza Carvalho, na data de 20 de abril de 1861  Comendador Pedro Leão Velloso: entregou a província ao vice-presidente Dr. Roberto Calheiros de Mello na data de 15 de maio de 1861
06 de junho de 1861	<b>Antônio Alves de Souza Carvalho</b>	
13 de junho de 1862	<b>Antônio Alves de Souza Carvalho</b>	
15 de Junho de 1863	<b>Antônio Alves de Souza Carvalho</b>	Entregou a administração da província ao presidente Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga
24 de outubro de 1863	<b>João Marcelino de Souza Gonzaga</b>	
03 de maio de 1864	<b>Dr. Roberto Calheiros de Mello</b>	Vice-presidente da província
05 de maio de 1865	Desembargador <b>João Baptista Gonçalves Campos</b>	

19 de abril de 1866	<b>Dr. Espedião Eloy de Barros Pimentel</b>	Entregou a administração da Província ao vice-presidente Dr. Galdino Augusto da Natividade Silva
04 de maio de 1866	<b>Dr. Galdino Augusto da Natividade Silva</b>	Vice-presidente da Província
30 de julho de 1866	<b>Dr. Galdino Augusto da Natividade Silva</b>	1º vice-presidente da Província entregou a administração da mesma província a José Martins Pereira de Alencastre
22 de julho de 1867	<b>Dr. Galdino Augusto da Natividade Silva</b>	1º vice-presidente da Província entregou a administração da mesma província ao 2º vice-presidente Dr. Benjamim F. da Rocha Vieira
06 de agosto de 1867	<b>Dr. Thomaz do Bonfim Espíndola</b>	Presidente da Câmara municipal da capital entregou a administração da Província das Alagoas ao 1º vice-presidente Dr. João Francisco Duarte
07 de setembro de 1867	<b>Dr. João Francisco Duarte</b>	1º vice-presidente entregou a administração da Província ao presidente Dr. Antônio Moreira de Barros
01 de outubro de 1867	<b>Dr. Antônio Moreira de Barros</b>	
22 de maio de 1868	<b>Dr. Antônio Moreira de Barros</b>	Entregou a administração da província ao Dr. Graciliano Aristides do Prado Pimentel
31 de outubro de 1868	<b>Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior</b>	
16 de março de 1869	<b>Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior</b>	
16 de março de 1870	<b>Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior</b>	
03 de maio de 1871	<b>Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior</b>	
02 de julho de 1871	<b>Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior</b>	Passou a administração da província ao 1º vice-presidente comendador Silverio Fernandes de Araújo Jorge
07 de fevereiro de 1872	<b>Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha</b>	
22 de dezembro de 1872	<b>Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha</b>	Passou a administração da Província ao <b>Dr. Luiz Romulo Peres de Moreno</b>

**Fonte:** A pesquisadora (Com base em relatórios de presidentes de Província de Alagoas no período de 1835 a 1872)

Para a construção do quadro supracitado foi necessário acessar 59 relatórios de presidentes de província de Alagoas; documentos esses que contribuíram na identificação de 31 diferentes nomes de administradores (entre presidentes e vice-presidentes) da província num período de 37 anos (1835 a 1872). O primeiro elemento que chama atenção é a exclusiva presença de nomes masculinos, bem como, o predomínio de “Doutores”. O segundo aspecto evidenciado em rápida observância do quadro é a intensa troca de lideranças durante o período.

Na nossa pesquisa, conforme defendido no capítulo anterior, compreende-se que a intensa mudança de nomes sob a responsabilidade de administrar a Província alagoana corresponde a estratégia do Imperador para evitar ameaças ao seu poder de mando. A centralização de poder do Imperador e o **paradoxo de maior autonomia provincial** caminhavam paralelamente. Fala-se em paradoxo, em nossa pesquisa, pois a autonomia era preconizada “em tese” no Ato Adicional, porém, havia dificuldade de se materializar na Província, seja em virtude da frequente mudança de presidentes provinciais seja por falta de recursos.

Conforme mencionado em capítulo anterior, dentre os presidentes de província que ressaltaram sobre o breve espaço de tempo na administração local, estão: Jozé Joaquim Machado D’Oliveira (em 1835) e Marcelino de Souza Gonzaga (1863). Este segundo (Gonzaga), inclusive, sublinhou a conseqüente impossibilidade de se atentar à Instrução pública alagoana e realizar reformas que estaria autorizado. Autorizado, mas impossibilitado em virtude da brevidade de tempo na administração.

Jozé Joaquim Machado D’Oliveira (1835) citou o curto espaço de tempo na administração da Província alagoana, bem como, os “*tênues recursos*”. Nesse caso, Machado D’Oliveira (1835, p. 3) estava se referindo aos baixos salários dos professores sobretudo das Escolas Elementares, pois em sua visão, eram “*mesquinhos ordenados*”, resultando, assim, na reduzida procura do emprego de magistério no referido contexto. Na página seguinte do mesmo relatório, ele sugere a diferenciação de valores dos ordenados (salários) a depender a localidade da Província. Para o referido presidente provincial, os ordenados dos professores da Capital, Villas de Maceió e Penedo deveriam ser maiores em relação àqueles das demais localidades da Província, devendo existir três classes de ordenados (pagamentos). Logo, uma espécie de **hierarquia geográfica** para a definição de salários docentes.

O seu sucessor Antonio Joaquim de Moira (1836) também fez menção à falta de recursos da Província, porém, incluiu esse tópico na sua análise acerca da esperança do povo alagoano. O referido presidente provincial afirmou que desejava realizar um discurso “*sem fantasias*”, por isso, iria apresentar o que havia de “*enfermo*” na Província alagoana, qualificando-a como: intimidada, exausta de esperança e sem recursos. Por fim, deixa o seguinte recado sobre sua atuação: “*limitando-me ao que me hé permitido, farei apenas o que poder [...]*” [sic].

O “remédio” proposto no Ato Adicional (1834) foi delegar às províncias a responsabilidade pela Instrução Pública, porém, sentiu-se o amargor dos fatores que comprometeram a concretização da maior autonomia, tais como: mudança constante de presidentes de província e falta de recursos, conforme grifado anteriormente.

Em fontes oitocentistas é possível localizar com frequência o termo “útil”, pois, havia uma preocupação do que atenderia às demandas daquele contexto social. Nessa perspectiva, chamou atenção o fragmento abaixo no qual fala-se em “utilidade pública”:

A **utilidade publica**, os interesses de muitos proprietários d'engenhos daquelle rico territorio, e o crescimento, que vai tendo aquella importante Villa devem inspirar-vos, Senhores, o patriotico desejo, de remover similhante obstaculo. [sic.] (*grifo nosso*, MACHADO D'OLIVEIRA, 1835, p. 5)

O inciso II do artigo 179 da primeira Constituição do Brasil (1824) determina que “Nenhuma Lei será estabelecida sem utilidade pública”. Entretanto, na análise da fonte histórica anteriormente citada, ficou evidente que o conceito de **utilidade pública** estava imbricado a atender aos interesses das classes mais abastadas. Ou seja, em sua fala na Assembleia legislativa local, o presidente provincial Machado D'Oliveira (1835) coloca a utilidade pública e os interesses de proprietários de engenho, da Villa de São Miguel, num mesmo patamar de inspiração para as ações dos deputados provinciais.

Compreender o embrionário desenho de Políticas Públicas para a Instrução da província alagoana no contexto oitocentista perpassa o entendimento acerca das ebulições sociais à época. Portanto, na trajetória sobre as implicações das ações estatais sobre a educação formal é imprescindível compreender preliminarmente o que se considerava como prioridade ou problemática para determinada sociedade, bem como, os tipos de responsabilidades atribuídas ao Estado.

No relatório de 13 de junho de 1862, o presidente provincial Antônio Alves de Souza Carvalho apresenta o seguinte questionamento: “*Até onde, e a que classes, deverão estender-se nessas ocasiões os soccorros publicos? Alguns parecem entender que o governo deve encarregar-se do curativo de todo o povo*” [sic] (CARVALHO, 1862, p. 13).

Em seguida, ele traz a afirmativa de que não seria obrigação do governo cuidar de todos aqueles que pudessem tratar-se a sua custa. Carvalho (1862) fez tal afirmativa após mencionar o quanto o governo Imperial gastou para socorrer a população durante uma epidemia de cólera que acometeu a província alagoana no ano de 1856. Segundo Antônio Alves de Souza Carvalho (1862, p. 13), o gasto do Governo Imperial correspondeu a “*mais de dous terços do que gastou nas Alagoas durante o mesmo exercicio com todos os ramos do serviço publico*” [sic.], época na qual, em suas palavras, seu antecessor de forma “*incansável*” teria proporcionado “*ao povo todos os meios de soccorros contra uma epidemia*” [sic.]. E após aquela crise, os recursos da Fazenda Nacional estavam menores.

Entretanto, como as governanças oitocentistas compreendiam o tema “Instrução Pública”? Qual o sentido de público? - A esse respeito é curioso o seguinte vestígio no qual a Instrução Primária é apontada como “**dívida do Estado**”:

**QUADRO 17: TRECHO DE FALA DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA ANTÔNIO ALVES DE SOUZA CARVALHO**

“A instrução primaria é considerada uma **divida do Estado**, e, segundo o art. 179 § 32 da constituição, é gratuita a todos os cidadãos. A secundaria é entre nós procurada principalmente pelos que se destinão á formatura nas faculdades de direito [...] Convém que a instrucção procurada pelos paes de familia para seus filhos e proporcionada pelo Estado, seja dirigida e apropriada aos diferentes generos de vida a que os meninos se poderem dedicar com vantagem, devendo escolher-se uma carreira ordinaria e **modesta para os que não manifestarem alta intelligencia, e attender-se ás lições da experiencia**, e á fortuna dos paes”. [sic.]  
(*grifo nosso*, CARVALHO, 1862, p.20-p.21)

Fonte: CARVALHO, 1862, p. 20-p.21

No contexto de fala de Carvalho, em 1862, era de responsabilidade da Assembleia Legislativa provincial promover e legislar sobre a Instrução Pública, seguindo a determinação do Ato Adicional de 1834. E no caso específico da Primária deveria ser gratuita aos “cidadãos” de acordo com a primeira Constituição do Brasil (1824). Porém, é curioso que na visão do referido presidente provincial uma educação mais “modesta” ou pragmática deveria ser destinada àqueles considerados com inteligência inferior.

Acerca dessa temática, algumas décadas antes, o presidente provincial Silva Pontes (1837, p. 11) ao tratar de Obras Públicas, afirmou que “*á sorte destinou para o trabalho manual*” [sic.] uma determinada classe “*ociosa*”. Logo, as falas citadas contribuem para o entendimento de que a **dualidade no ensino oitocentista** tinha como pano de fundo a ação de se atribuir à natureza as questões sociais, ou seja, **naturalizar** a visão de que alguns nasceram para mandar/gerenciar e outros para obedecer.

Ao menos em termos legais, havia a garantia na Constituição de 1824 a gratuidade do ensino de Primeiras Letras; todavia, o mesmo não ocorria com o Ensino Secundário. Por isso, falar em Instrução “Pública”, no contexto Imperial, **não era sinônimo de gratuidade**. No Liceu alagoano, por exemplo, a clientela deveria dispor de recursos para pagar taxas de matrícula e provimento de enxoval.

No relatório de 25 de abril de 1851, o presidente provincial Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo (1851, p. 12) informou que, à época, cogitou-se a ideia de suprimir a taxa de matrícula do Liceu alagoano, considerando o reduzido número de inscritos, porém, ele expôs que em sua opinião a taxa deveria ser mantida ou aumentada, pois, em sua ótica, “*o estudante*

*que não puder pagar 6,400 reis por anno em favor de sua educação secundária, deve procurar outra carreira, que melhor se accomode ás suas circunstancias peculiares”* [sic].

O Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, autor da afirmativa supracitada, foi um dos presidentes de província que se destacou em termos de tempo transcorrido no poder em Alagoas, dentro do recorte histórico apresentado no Quadro 16. O nome do referido presidente aparece em relatórios de 1850 à 1853, isto é, um período de três anos sob a responsabilidade da província é considerável, comparando-se a média de permanência dos demais presidentes provinciais.

No primeiro relatório de José Bento da Cunha e Figueiredo sob a presidência da Província alagoana, em 5 de maio de 1850, ele apresenta a educação tão necessária ao homem quanto o ar que se respira. No ano de 1851, faz semelhante abordagem acerca do sentido da educação formal para a sociedade:

Não cessarei porém de repetir; que se esta Assembléa não considerar a instrucção publica como a funcção mais nobre, mais importante e mais util do seu ministerio, triste e mui triste será sem duvida o futuro que nos aguarda. Se o coração do cidadão não é logo bem formado na juventude, elle fica perdido para a Sociedade, torna-se-lhe um flagelo; e sereis vós, Senhores, altamente responsaveis perante Deos e os homens (CUNHA E FIGUEIREDO, 1851, p. 9).

A citação acima reflete a concepção de **educação enquanto redentora ou remédio** para curar os males sociais. Entretanto, no ano anterior a essa fala, Cunha e Figueiredo (1850, p. 17) faz uma crítica à Instrução primária, afirmando que o pagamento não é atrativo para atrair *“homens inteiramente dedicados”* ao magistério.

Sobre os **ordenados (salários) dos professores**, Cunha e Figueiredo (1850, p. 17) diz que não compartilha da ideia de atrelar o pagamento do professor à quantidade de estudantes em aula, pois tal proposta iria contrariar os *“princípios de justiça universal”*. Tal posicionamento é relevante e aponta sementes que podem integrar futuramente uma proposta de carreira docente.

Há um relatório de 11 de novembro de 1850, no qual o Dr. Manoel Sobral Pinto relata que substituiu o Dr. Cunha e Figueiredo durante o período de 5 meses que precisou se afastar da administração de Alagoas. A primeira preocupação de Sobral Pinto (1850) foi relatar a preocupação em dar continuidade em manter o estado de paz que o seu antecessor deixou na Província. Nesse documento, Sobral Pinto não abordou a Instrução Pública, pois seu foco foi tratar da chamada *“tranquilidade pública”*, tema este com frequência com destaque nos relatórios de presidentes de província.

Cerca de 15 anos após a saída de Cunha e Figueiredo da administração da Província, um nome muito semelhante aparece como nomeado para presidir a Província: Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. A redação do nome nos leva a inferir que trata-se do seu filho, o qual semelhantemente ficou na liderança de Alagoas por período considerável: cerca de três anos.

Destarte, o maior tempo atribuído aos Cunha Figueiredo (pai e filho) na administração da Província alagoana, desperta-nos a curiosidade de compreender o sentido, bem como, pautas primordiais para esses homens de confiança do Imperador no quesito Instrução Pública alagoana.

Figueiredo Junior (1870) expôs aos deputados provinciais o seu incômodo acerca dos regulamentos da Instrução Pública das Alagoas, pois em sua visão estariam ultrapassados:

**QUADRO 18: TRECHO DE FALA DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA JOSÉ BENTO DA CUNHA FIGUEIREDO JUNIOR**

“Basta lançar ligeiras vistas sobre a nossa legislação provincial para ver quanto carece ella de accurada reforma, que a experiencia e até o senso commum nos indicam. Sobre instrucção publica, por exemplo temos disposições **regulamentares de mais de vinte annos**. É um **anachronismo deploravel**, quando esse ramo do serviço publico tem progredido em provincias menos importantes. E ao passo que se mostra esse afferro a **organizações vetustas**, as leis que entendem com os interesses pessoas offerecem um modelo de variação pasmosa”. [sic.]  
(*grifo nosso*, FIGUERIREDO JUNIOR, 1870, p. 3)

**Fonte:** FIGUEIREDO JUNIOR, 1870

Para marcar o registro de que considerava os regulamentos antiquados para aquele contexto histórico, Figueiredo Junior (1870) emprega expressões tais como: anacronismo deplorável e organizações vetustas (obsoletas). O referido presidente de província expôs sua **visão de necessidade de reorganização do ensino**, compreendendo as leis como importantes ferramentas nessa tarefa. Por isso, destaca sobre a necessidade daqueles que elaboram leis terem “*prudência*” e estudarem para prevenir “*por um lado o desperdicio do tempo com discussões estereis, e por outro lutas e divergencias que não é difficil evitar quando a boa-fé e o bom-senso presidem o exame e adopção dos alvitres*”. [sic.] (FIGUEIREDO JUNIOR, 1870, p. 4).

No ano anterior, em 1869, Figueiredo Junior (1869, p. 113) já sinalizava sobre a necessidade de reforma nos regulamentos que regiam o Ensino Primário e o Secundário, porém, também alerta sobre o cuidado de não se fazer de forma radical/abrupta e sem preparar previamente os envolvidos, para não correr o risco de causar confusão e prejuízos.

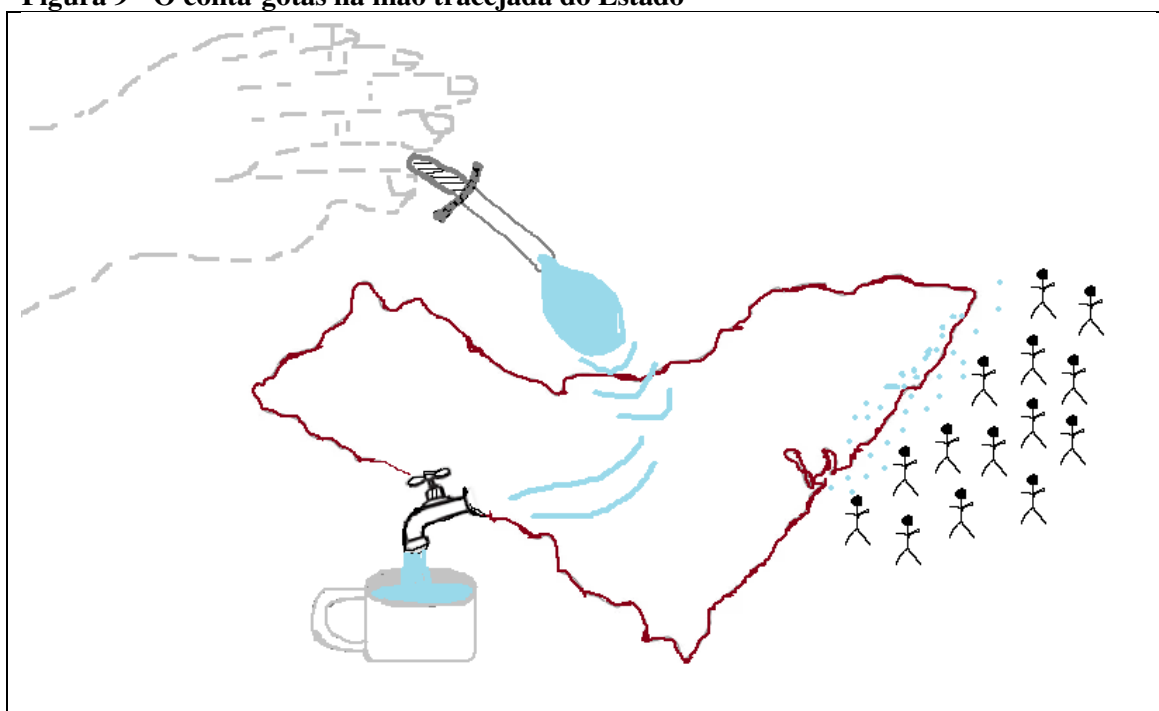
Em meio a esse contexto de conflitos de pensamentos entre o que seria mais útil para atender às demandas sociais, **a educação formal oitocentista fora vista como remédio** para



dar vigor ao corpo social, porém, tal perspectiva está inserida num contexto de paradoxos, exclusões e disputas de poder. Nem todo ser humano era considerado como “cidadão” ou membro do corpo social. Assim, o remédio “educação formal” não atingia a todos e/ou era ofertado de forma diferenciada. Inclusive, há momentos, conforme mencionado anteriormente, que a concepção de utilidade pública se confundia ao atendimento de interesses particulares ou de classes.

Para ilustrar a discussão aqui lançada, a seguir foi elaborado um desenho:

**Figura 9 - O conta-gotas na mão tracejada do Estado**



**Fonte:** Desenho criado pela autora (2022)

No desenho acima, o Estado foi apresentado como uma mão em contornos tracejados, pingando, sobre o mapa da Província Alagoana, um líquido cujo percurso faz uma curva e desagua grande parte em uma caneca, que pode ser denominada de “caneca da elite”. Em uma das bordas do mapa, pode-se visualizar alguns respingos chegando àqueles que foram deixados à margem social. No desenho a multidão de sujeitos fora do mapa não tem expressões faciais nítidas, para representar a tentativa estatal de invisibilizá-los, bem como, omissões. Em nossa pesquisa, compreende-se omissão como escolha e não como mero esquecimento.

Portanto, no próximo capítulo, serão abordadas questões referentes aos grupos invisibilizados nas ações relativas à Instrução Pública alagoana do contexto Imperial.

## 6 EDUCAÇÃO ALAGOANA OITOCENTISTA: “Ensinar tudo a todos”?

De forma provocativa, o título dessa seção do texto destaca questionamento baseado no clássico livro “Didática Magna” de Comenius. Para Comenius, a didática corresponde à arte de ensinar tudo a todos. Logo, fazendo um paralelo ao nosso objeto de pesquisa, inicia-se a referida seção textual com as seguintes indagações: A Educação formal<sup>54</sup>, sobretudo a chamada “Instrução Pública” ofertada na Província alagoana do contexto Imperial, tinha por finalidade educar tudo a todos? Esse seria o intento do Estado brasileiro daquela época?

É válido sublinhar que a visão que se tem acerca da função da Educação tem correlação ao contexto histórico e político no qual se está inserido. Nessa perspectiva, segundo Melo e Aguiar (2015), por trás dos discursos oficiais, no Império, havia o silenciamento dos seguintes aspectos acerca da educação: 1. Era utilizada como forma de manutenção da ordem; 2. Não tinha autonomia para intervir no todo social; 3. Não havia uma preocupação direta em proporcionar conhecimento científico às classes menos abastadas, mas, assegurar a ordem e manutenção do *status quo*.

### 6.1 Inquietações sociais da realidade alagoana

Terras alagoanas (consideradas como sul da Capitania de Pernambuco até 1817): originalmente, terras de Caetés e Potiguaras, antes das invasões de povos europeus para exploração e ocupação do território... Terras de Cariris, Xucurus e Carapotós, povos nativos que, quando não exterminados, foram empurrados “para tão longe, interior a dentro, que os afastou das áreas de posterior ocupação” (VERÇOSA, 2006, p. 38).

Alagoas: terra repleta de rios. Inclusive, o deslocamento por rios na província aparece como ponto de preocupação no relatório do presidente provincial José Joaquim Machado D’Oliveira, em 1835, o qual alerta aos Deputados da Assembleia Provincial de que as condições para deslocamento em terra e por rios era pauta “mais solicitada” pelas Câmaras municipais alagoanas, que apontavam a necessidade de construir e conservar estradas, bem como, melhorar as condições de navegação, desobstrução de rios e construção de pontes na Província.

---

<sup>54</sup> Educação é um conceito amplo ofertada em diversos âmbitos sociais. Entretanto, falar em Educação formal diz respeito a um segmento desse âmbito macro, isto é, corresponde àquela ofertada e metodologicamente organizada em Instituições escolares e Acadêmicas.

Considerando a relevância dos rios na sociedade da Província alagoana, Verçosa (2006, p. 43) denomina-os como “rios do açúcar”, pois, no sistema de governo colonial, o projeto econômico da região foi estabelecido em torno de engenhos. A esse respeito, destaca:

Encharcando todos os povos da sociedade, a dinâmica do engenho irá criar, na vida social, política e econômica das Alagoas, desde seu nascedouro, o que Diégues Junior chama de ‘ruralismo urbano’, caracterizado pela influência rural na vida da cidade, no seu movimento, no seu progresso, com tudo dependendo do engenho e do poder que dele emana [...] (VERÇOSA, 2006, p. 43)

O peso de influência das famílias senhoriais (donos dos engenhos) era tamanho em Alagoas, de tal forma que as cidades eram “apenas um prolongamento dos engenhos”. Para as eleições dos Conselhos Municipais ocorrerem, por exemplo, lavava-se em consideração a época na qual os senhores poderiam estar presentes, ou seja, nos festejos de fim de ano, quando costumavam se mudar para a vila (VERÇOSA, 2006, p. 52).

Craveiro Costa<sup>55</sup> (1983, p. 66) interpreta a organização da Comarca de Alagoas, nos primeiros anos de 1800, como uma espécie de “arbitrio feudal”, assim,

A província, principalmente ao norte, tornou-se um conglomerado de oligarchias, cada qual com seu poder central, o seu chefe, ante o qual se dobravam todas as vontades, se amolgavam todas as resistências. Dominavam a província como factores econômicos, como forças políticas, como expoentes sociaes. Economicamente eram os productores da riqueza; politicamente eram os grandes eleitores; socialmente eram a aristocracia faustosa que a monarchia brasonava em baronatos e viscondados. Meia dúzia de família enriquecidas na lavoura, com prestígio vindo do período colonial, ficou, durante toda a monarchia, dominando a província. [sic] (COSTA, 1983, p. 66-67).

Na citação acima, observa-se que Craveiro Costa destaca três frentes de domínio por parte das oligarquias alagoanas: econômica, política e social. Em Alagoas, a riqueza era firmada primordialmente na lavoura de cana, cujas oligarquias concentravam-se principalmente nas seguintes localidades, conforme aponta Costa (1983, p. 67): “Porto Calvo, Porto de Pedras, Maragogy, Pioca, Santa Luzia, Coruripe, Camaragibe, São Miguel e Alagoas” [sic.].

Por volta de 1823 (contexto da chamada pós-independência do Brasil), o clima sócio-político em Alagoas era de agitação com a Sedição Portocalvense. Esse foi um “movimento

---

<sup>55</sup> Craveiro Costa foi um intelectual alagoano, cuja referência ao ano de seu nascimento é incerta: 1871 ou 1874. A partir de sua própria experiência de vida no que concerne a mudar de classe por meio dos estudos, considerava a educação como instrumento de mobilidade social. Os ofícios exercidos por Craveiro Costa foram diversas: caixeiro, jornalista, redator do jornal “Gutenberg”, guarda-livro, inspetor de instrução pública, entre outros. Sua atuação ocorreu em diversas partes do país, inclusive, com grande influência na região Norte do Brasil. Para maior detalhamento da biografia e ideias de Craveiro Costa, consultar a Obra: “João Craveiro Costa: Instrução Publica e Instituições Culturais e Alagoas e Outros Ensaio”, publicado pela EdUFAL em 2011.

armado que cria um Governo paralelo, chamado pelos sediciosos de Governo Temporário”, que ameaçava invadir a capital da Província. (VERÇOSA, 2006, p. 64),

Em meio ao poderio dos grupos oligárquicos alagoanos, herança do sistema colonial, surge em 1824 uma nova figura: “o primeiro Governador<sup>56</sup> nomeado pelo Imperador” (VERÇOSA, 2006, p. 64).

Na nossa pesquisa, infere-se que os presidentes de Província – lideranças indicadas pelo Imperador – eram estrategicamente empossados para o fortalecimento do Poder Central e evitar ameaças das Oligarquias locais. No entanto, as estratégias do Imperador em manter a Centralização de seu poderio não anulava a forte influência das oligarquias locais. Consistia, assim, em um jogo de poder.

Dentre as estratégias dos senhores da região, denominados por Verçosa (2006) de “homens bons”, estava a questão eleitoral como instrumento para aspirar altas pretensões. Segundo Verçosa (2006, p. 65), naquele momento “importava vencer pelo voto, nem que para isso se tivesse de lançar mão de fraude ou violência”. Essa afirmativa nos remete ao seguinte trecho de relatório de presidente de província de Alagoas:

**QUADRO 19: TRECHO DE FALA DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA MACHADO D’OLIVEIRA SOBRE ELEIÇÕES (1835)**

“Vós sabeis, Senhores, quaes forão os eleitos para Deputadas em 13 de Outubro do anno passado, e a maneira violenta, illegal, e extremamente abusiva porque se procederam essas eleições; e tereis bem meditado, si os eleitos, com poucas, e honrosas excepções, poderiam possuir a impreterível capacidade de promoverem o bem ser da Província. De todas as partes elevou-se um clamor espontaneo contra semelhantes eleições; sete Municipalidades pronunciarão-se energica, e decididamente contra ellas, fazendo sentir aprecio de serem annulladas”  
[sic.] (Machado D’Oliveira, 1835, p. 2)

**Fonte:** MACHADO D’OLIVEIRA, 1835, p.

A fraude identificada nas eleições para deputados da Assembleia Legislativa de Alagoas em 13 de Outubro de 1834, resultou em anulação. Segundo o presidente provincial Machado D’Oliveira (1835, p. 2), outro grupo de deputados foi eleito pelo “povo alagoano” após um “clamor espontâneo” elevado “por todas as partes”. Naquele contexto, um restrito grupo detentor de posses é que poderia votar, logo, não se tratava de povo no sentido amplo.

Com frequência, nas falas de presidentes da Província Alagoana as temáticas “tranquilidade pública” e “anarquia” eram colocadas em pauta. Dentre os presidentes de

<sup>56</sup> O professor Élcio Verçosa utilizou o termo “Governador”, mas na nossa pesquisa há a preferência do uso do termo “presidentes de Província” na referência às lideranças indicadas pelo Imperador para a administração Provincial no contexto Oitocentista.

província de Alagoas, que abordaram tal preocupação, pode-se mencionar: Antônio Alves de Souza Carvalho (nos relatórios de 1861 e 1863).

Em 6 de junho de 1861, fazia um mês e meio que Antônio Alves de Souza Carvalho estava sob a responsabilidade de administrar a Província Alagoana e, na referida data, ele expôs aos deputados locais a sua alegria pelo estado geral do país e qualifica como “perfeita tranquillidade que reina no Brazil ha doze annos” [sic.] (SOUZA CARVALHO, 1861, p. 2). Na visão do referido presidente de província, a República em expansão no continente Americano era sinônimo de Anarquia; como isso, qualifica o reinado de D. Pedro II no Brasil como “calmo”, “pacífico” e “feliz”.

No seu relatório de despedida do cargo, ao passar o comando da província ao novo presidente, em 15 de junho de 1863, Antônio Alves de Souza Carvalho semelhantemente inicia o discurso destacando a questão da chamada “tranquilidade pública”:

A tranquillidade publica tem-se aqui mantido inalteravel a desenove annos. Durante a minha administração nunca tive de lamentar o menor disturbio, nem a mais leve perturbação da calma dos espiritos. Cada vez mais se revela a solidez de nossa organização politica [...] a justiça, a moderação e a tolerancia constituem a obrigação e a necessidade daquelles que apoiam a administração. [sic.] (SOUZA CARVALHO, 1863, p. 1)

Portanto, as fortes acessadas durante a pesquisa contribuem para a inferência de que no contexto monárquico, falar em tranquilidade pública ou anarquia dizia respeito diretamente ao apoio ou contrariedade ao sistema de governo em vigor.

Nessa discussão sobre as inquietações da realidade alagoana oitocentista, também, é premente compreender a visão que se tinha de diversos grupos sociais, as funções a eles atribuídas, bem como, as ações/reações estatais na relação com os sujeitos do referido contexto. Assim, a seguir, a discussão compreender as entrelinhas de discursos acerca dos indígenas, negros e mulheres, sobretudo, os limites a eles impostos na participação social e acesso à Educação formal provincial.

## **6.2 Falas oitocentistas: Onde estão os indígenas, negros e mulheres?**

No livro “Formação Histórica de Alagoas”, o autor Cícero Péricles de Carvalho chama atenção para alguns pontos do primeiro Censo com dados da população livre e escrava da Província Alagoana, elaborado em 1849:

[...] b) a população parda (mestiça) representava 50% do total que, somada aos “pretos” (22%) e índios (3%), perfaziam um total de 75% dos alagoanos; c) enquanto 70% dos “pretos” eram escravos, entre os pardos apenas 8% viviam nessa condição; d) a ignorância grassava: do total de mulheres (106 mil), apenas 4% sabiam ler, naturalmente as que estavam integradas no mundo das brancas e, portanto, livres. (CARVALHO, 2021, p. 212)

Em termos numéricos, pessoas negras<sup>57</sup> (pardas e pretas), indígenas e especificamente do gênero feminino correspondiam a considerável percentual da população alagoana no contexto Imperial, todavia, apesar do quantitativo, há diversas omissões e tentativas estatais de invisibilizar esses grupos. Assim, no trilhar acerca dessa temática, em sequência será feita uma discussão com base em dois tipos de vestígios históricos: documentos oficiais e jornais oitocentistas.

O interessante de trazer a análise de jornais na pesquisa é a possibilidade de analisar vozes de outros sujeitos (não necessariamente agentes estatais) do referido contexto. Os jornais oitocentistas correspondiam a relevante ferramenta de informação, entretenimento, propaganda/anúncios, manifestação de posicionamentos políticos e até crítica ao governo (a depender do posicionamento dos seus idealizadores). Apesar dessa possibilidade, havia jornais que eram utilizados como ferramentas de extensão da voz do governo.

O Jornal “O Correio Maceioense”, por exemplo, traz o seguinte enunciado no seu cabeçalho:

**Figura 10 - Cabeçalho do Jornal “O Correio Maceioense” em 24 de março de 1850**



Fonte: JORNAL O CORREIO MACEIOENSE, 1850.

<sup>57</sup> “População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (LEI n.º 12.288, de 20 de julho de 2010)

Conforme o recorte supracitado, dentre as funções do jornal “O Correio Maceioense”<sup>58</sup> estava a de servir como “correspondência oficial do governo da província” [sic.]. Embora sublinhe tal aspecto, houve tentativa do referido impresso de transparecer neutralidade política para garantir a amplitude de público leitor, pois logo abaixo do referido cabeçalho, há um breve texto denominado “prospecto”, no qual se afirma que procuram manter a “promessa” que teriam feito ao público em relação à “garantia” de “uma Gazeta indiferente a todos os partidos em que se dividir a Nação ou a Província” [sic.] (O CORREIO MACEIOENSE, 24 de março de 1850, p. 1).

Acerca da menção aos povos originários (indígenas) e aos negros no Jornal “O Correio Maceioense”, alguns apontamentos chamaram nossa atenção na pesquisa, tais como a edição de 2 de maio de 1850, na qual há uma coluna denominada “A Inglaterra e o Trafego de Escravos no Brasil”, composta por inúmeras perguntas e respostas. Dentre os questionamentos há: “São os habitantes do Brasil de puro sangue portuguesa ou tem elles mistura de sangue de índio?” [sic.] (O CORREIO MACEIOENSE, 2 de maio de 1850, p. 3). Em resposta a interrogação há a seguinte afirmativa:

Uma grande parte procede da raça indígena, e ainda mais da raça africana. Conheço membros da Câmara dos deputados que tem mais que uma leve tintura desse sangue. O homem mais eloquente e um dos melhores letrados do Brasil é um verdadeiro mulato, e sua mulher é quase preta, e ambos vi eu admitidos na melhor sociedade. [sic.] (O CORREIO MACEIOENSE, 2 de maio de 1850, p. 3).

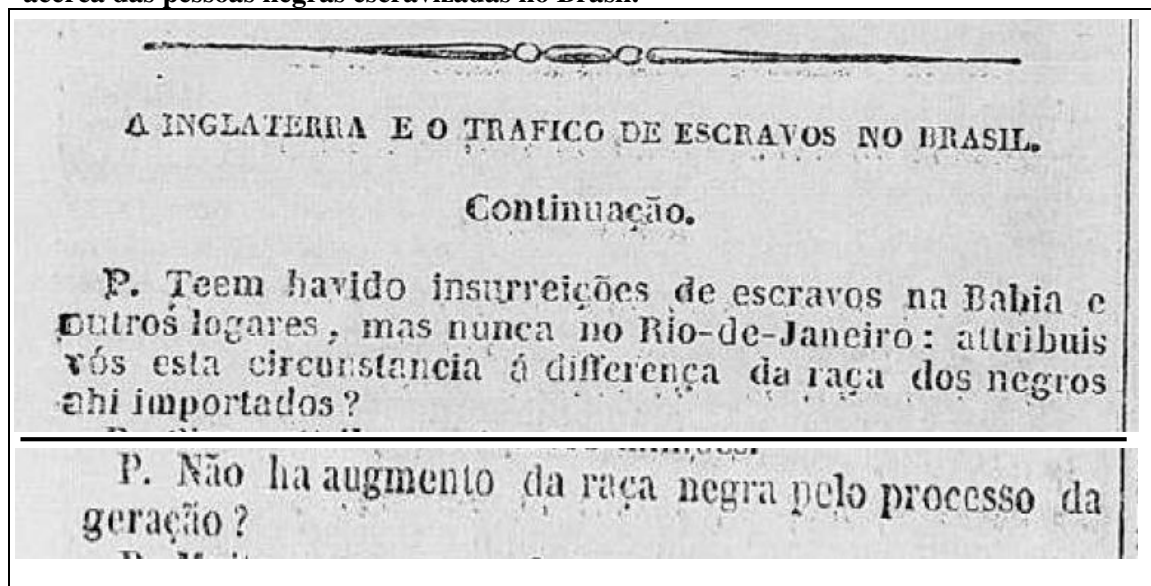
Na fonte supracitada, nota-se a ênfase na cor da pele de um casal negro que foi “admitido” na alta sociedade. A referida menção demonstra o quanto tal aspecto era raro naquele contexto. Isto é, o quantitativo de habitantes descendentes dos povos originários (indígenas) e negros era numericamente grande no Brasil, porém o quantitativo numérico não garantia espaço de prestígio social.

Em continuidade à coluna de perguntas e respostas, a edição de 5 de maio de 1850 do jornal “O Correio Maceioense” faz referências às pessoas negras escravizadas, cuja abordagem coloca-as como mercadorias. Nessa publicação, dois questionamentos chamam atenção:

---

<sup>58</sup> Jornal disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

**Figura 11 - Recortes de perguntas no Jornal “O Correio Maceioense” de 5 de maio de 1850 acerca das pessoas negras escravizadas no Brasil.**



Fonte: JORNAL O CORREIO MACEIOENSE, 5 de maio de 1850, p. 2

No tocante às insurreições em algumas Províncias como a Bahia e ausência desses episódios no Rio de Janeiro, a publicação supracitada do jornal “O Correio Maceioense” atribui a elementos sócio-culturais, a saber: “Na Bahia fallão todos a mesma língua e esse meio de occulta comunicação dá-lhes grande facilidade para conspirar e obrar de acordo”, ao contrário do Rio de Janeiro, onde haveria maior diferença nos laços familiares. (JORNAL O CORREIO MACEIOENSE, 5 de maio de 1850, p. 2).

Em resposta a segunda indagação, coloca-se sobre o reduzido aumento da etnia negra no denominado “processo de geração” em virtude da quantidade de mortes nos dois ou três primeiros anos após a chegada ao Brasil; ressaltou-se que as mulheres eram mais frágeis no processo de tráfico e quantidade de mulheres era menor, além disso, naquele contexto, de acordo com a publicação do referido impresso “o processo generativo era desprezado, e só se cuida de tirar dos negros todo o trabalho possível” (JORNAL O CORREIO MACEIOENSE, 5 de maio de 1850, p. 2).

Na seção destinada a anúncios nos jornais oitocentistas, eram frequentes publicações relativas à fuga de escravizados, bem como, a atribuição de recompensas a quem os localizasse. Na edição de 13 de junho de 1850 do Jornal “O Correio Maceioense” há anúncio acerca da fuga de um rapaz chamado Cosme, que morava em Penedo. No anúncio há a descrição física, nome do dono e detalhes de onde teria fugido e valor da recompensa.

O Jornal “União Liberal”, semelhantemente publicado na província alagoana, traz em seu cabeçalho o informe de que corresponde a “Jornal político, commercial e noticioso” [sic.].



Ao contrário do jornal anterior, este deixa explícito que possui posicionamento político. Na edição de 26 de outubro de 1870, publicada em Maceió, há a denúncia de que um "poderoso de Porto Calvo" matou um "escravo" dele com açoites. A acusação foi acompanhada de uma crítica: "os jornais da oposição, a respeito da repetição desse facto por muitos e até fóra da província, não lhe deu publicidade, porque faltava-lhes a certeza de que é mister para dar-se publicidade a um facto dessa ordem" [sic.] (JORNAL UNIÃO LIBERAL, 26 de outubro de 1870, p. 1).

No entanto, apesar da crítica feita aos impressos que não noticiavam crimes bárbaros de senhores que mataram seus escravos, na mesma edição do jornal "União Liberal" há a publicação de anúncios de recompensa àqueles que localizassem escravizados<sup>59</sup> fugidos.

O presidente provincial, das Alagoas, Antônio Alves de Souza Carvalho (1862, p. 25) emitiu a seguinte opinião acerca da escravidão: "Sou um dos que pensão que a grande propriedade e a escravidão concorrem entre nós para dificultar á classe pobre os meios de trabalho" [sic.]. Nesse momento, a preocupação estava nos aspectos econômicos, pois a partir da ótica do diretor da Colônia de Leopoldina, sublinhou-se a ideia de vender pequenos territórios adjacentes à referida localidade, de forma que classe pobre pudesse cultivar e, assim, contribuir no desenvolvimento da região.

Nesse mesmo relatório, o presidente provincial Souza Carvalho (1862) faz outras menções à escravidão. Demonstrou preocupação em tratar os escravizados com "mais humanidade", todavia, tinha como pano de fundo a seguinte intenção por ele defendida: "para suprir a falta de braços que se observa nos nossos grandes estabelecimentos agrícolas..." (SOUZA CARVALHO, 1862, p. 28-p.29). Logo, tratar com mais humanidade não estava atrelada à preocupação com o ser humano escravizado, mas com o prejuízo financeiro, caso este não estivesse bem ou vivo para o trabalho.

Os negros escravizados eram invisibilizados como pessoas e visíveis como mercadorias. Outro exemplo que reafirma tal postura é a observação que o presidente provincial Carvalho fez à Assembleia Legislativa local: "Não tenho nota dos escravos que teem nascido e morrido nos últimos annos. Tenho porém dos que teem sido legalmente exportados" [sic.] (SOUZA CARVALHO, 1862, p. 28).

O presidente provincial Souza Carvalho (1862) também teceu considerações sobre os indígenas da Província alagoana. A partir dos dados presentes no relatório de 13 de junho de 1862 foi possível estruturar o quadro a seguir:

---

<sup>59</sup> Apesar da fonte dispor do termo escravo, na Tese optou-se por utilizar escravizado para reafirmar que não se tratava de estado natural, mas condição social violentamente imposta.

**QUADRO 20:** MAPA DAS ALDEIAS E TRIBOS NA PROVÍNCIA DE ALAGOAS EM 1862<sup>60</sup>

Nomes das Aldeias	Município	Comarca	“Número de Almas” <sup>61</sup>	Tribos
Jacuípe	Porto Calvo	Porto Calvo	367	Cariris e “Chicurus”
Cocal	Passo de Camaragibe	Porto Calvo	276	Cariris e “Chicurus”
Urucu	Imperatriz <sup>62</sup>	Imperatriz	467	Cariris e “Chicurus”
Limoeiro	Assembléa <sup>63</sup>	Imperatriz	263	Cariris e “Chicurus”
Santo Amaro	Pilar	Atalaia	735	Cariris e “Chicurus”
Atalaia	Atalaia	Atalaia	778	Cariris e “Chicurus”
Palmeira dos Índios	Palmeira dos Índios	Anadia	396	Cariris e “Chicurus”
Collegio ou Porto Real	Penedo	Penedo	193	Crapotós, Cariris e Acunans
Soma:			3.475	

**Fonte:** Dados presentes no anexo do Relatório apresentado à Assembleia Legislativa das Alagoas pelo presidente provincial Antônio Alves de Souza Carvalho, em 13 de junho de 1862.

O levantamento<sup>64</sup> acima foi possível a partir de dados presentes em anexos ao relatório do presidente provincial Antônio Alves de Souza Carvalho, em 13 de junho de 1862, cujos registros foram realizados pelo bacharel Manoel Lourenço da Silveira, comissionado do exame e estudo sobre os indígenas da Província.

O bacharel Silveira (1862) deixa explícito o propósito do levantamento acerca do estado dos indígenas da Província tinha como objetivo atender pedido do Governo Imperial. Além do levantamento de dados, Manoel Lourenço da Silveira também faz adjetivações aos indígenas da província alagoana: “dóceis, essencialmente obedientes aos seus superiores, religiosos, e na maior parte joviaes e dados aos bebidas alcoolicas” [sic] (SILVEIRA, 1862, p. 67).

No que concerne à educação formal, Silveira (1862, p. 67) atribui que estes estariam mais aptos ao exercício de atividades fabris, pois seriam “gênios” nas artes mecânicas, logo, defende que a educação direcionada aos indígenas deveria perpassar esse viés. E fez uma crítica ao governo do país, sublinhando que nada ou quase nada estava sendo feito para a oferta das **primeiras letras e artes fabris aos indígenas**.

Especificamente sobre a Província alagoana, o bacharel Silveira destaca que as cadeiras de primeira letras foram “fundadas nos centros das villas e povoações, e por tanto, afastadas do

<sup>60</sup> O registro foi feito respeitando a ortografia das fontes oitocentistas consultadas.

<sup>61</sup> Expressão utilizada na fonte oitocentista consultada

<sup>62</sup> De acordo com Cícero Pércles de Carvalho (2021, p. 161), a vila de Imperatriz correspondia a **União dos Palmares**.

<sup>63</sup> De acordo com Cícero Pércles de Carvalho (2021, p. 161), a vila de Assembleia correspondia a **Viçosa**.

<sup>64</sup> O referido levantamento, na nossa pesquisa, teve relevância para o seguinte comparativo: quantidade de indígenas habitantes na Província alagoana *versus* quantidade de indígenas com acesso à Educação formal (No próximo capítulo há menção a esse respeito).

foco de população das respectivas aldeias” [sic.] e acrescenta que **faltava auxílio financeiro do governo** para que os indígenas pudessem vestir e enviar seus filhos às escolas públicas (SILVEIRA, 1862, p. 68).

Enquanto no relatório de Silveira há o destaque para a preocupação com o elevado número de indígenas analfabetos, nas falas de presidentes de província, do contexto imperial, outra pauta é destacada acerca dos povos originários: a questão de propriedade de terra.

Em 03 de junho de 1860, o Comendador Pedro Leão Velloso expôs à Assembleia Legislativa das Alagoas sobre algo que estaria “incomodando” ao governo provincial: a reclamação diária dos indígenas por questões de terra. No ensejo, Velloso (1860, p. 22) qualifica-os como “inculcados índios” e acrescenta que “governo imperial, para de uma vez obviar taes duvidas, ordenou-me que mandasse demarcar os terrenos das aldêas; o que já encarreguei ao agrimensor Carlos Boltensern, começando pela do Urucú” (VELLOSO, 1860, p. 22). Ou seja, **incomodar o governo resultou em ações estatais**.

É válido salientar que essa temática da reivindicação de terras por parte dos povos originários (indígenas) foi pauta na fala de outras presidentes provinciais em décadas anteriores a tal ordem de demarcação de aldeias na Província alagoana. No relatório de 12 de janeiro de 1837, por exemplo, o presidente provincial Rodrigo de Souza da Silva Pontes sinaliza sobre a necessidade de existir disposições legais que dessem um direcionamento em relação às terras que, em suas palavras, os indígenas “alegavam” ter direito de propriedade. (SILVA PONTES, 1837, p. 18).

Outro grupo, por vezes invisibilizado no contexto oitocentista, é o feminino. Os documentos oficiais do Império (leis, relatórios de presidentes do província...) são fontes históricas redigidas e propostas por homens, até quando se referiam ao destino das meninas e mulheres da época. No entanto, foi possível localizar a expressão de uma voz feminina no jornal “O Beija Flor”, co-denominado como “joco-sério e noticioso”, o qual era publicado em Maceió/Província das Alagoas.

Essa voz é da Sra. Minervina Lima cujo nome aparece diversas vezes no Jornal “O Beija Flor” no ano de 1869, em traduções de textos literários franceses, autoria de charadas e correspondência. Durante a pesquisa, não foi possível descobrir as origens ou biografia da referida personagem, porém, a partir do espaço lhe era ofertado no jornal e a partir do pronome a ela referenciado (“Exma. Sra.”<sup>65</sup>) é possível inferir que trata-se de uma filha da elite.

---

<sup>65</sup> Na edição de 3 de junho de 1869 (p. 3) do jornal “O Beija Flor : Jornal Joco-Serio e Noticioso” (AL) há pedido de “mil desculpas” à Exma. Sra Minervina Lima pelos erros “typográficos” cometidos pelo jornal na publicação de charada de autoria dela. [sic.]

Ao se referir à educação feminina do Século XIX, não se pode homogeneizar, pois as oportunidades de vivências eram diversas a depender das origens sociais e até étnicas da mulher oitocentista: escravizada, negra, indígena, pobre, rica, solteira ou casada.

No que concerne as características da educação para meninas e mulheres da elite, Gondra e Schueler (2008) afirmam o seguinte:

Pesquisas que investigaram os processos educativos na sociedade oitocentista brasileira observaram que nos espaços domésticos e familiares, a educação e a instrução costumavam ser transmitidas pelas mães, criadas e outras mulheres das famílias, ou, ainda, pela ação de professores particulares e preceptoras, contratadas especialmente pelas camadas mais abastadas para a educação de meninos e meninas. Para as meninas e mulheres das elites, o modelo de formação predominante consistia na aprendizagem de saberes dirigidos à administração da vida familiar, bem como a aquisição de normas de conduta e hábitos de civilidade e sociabilidade, cujos paradigmas eram apropriados da cultura urbana e burguesa européia, o que resultava na valorização da aprendizagem de línguas estrangeiras, sobretudo a francesa, além da música, do canto e da dança de salão. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 201)

A partir da citação acima, observa-se que além dos aprendizados ligados aos aspectos comportamentais, para as filhas da elite, um dos ensinamentos valorizados era o estudo de línguas estrangeiras, sobretudo, a francesa. A esse respeito, é válido mencionar a localização do Jornal “O Beija Flor” (AL) de 13 de junho de 1869. Na referida edição há correspondência da Sra. Minervina Lima, alertando ao redator do jornal de que ela foi tradutora de alguns textos publicados e não autora. Se ela era tradutora de textos franceses, logo, deduz-se que tratava-se de uma poliglota, aos moldes da matriz curricular ofertada à época, cujo foco para o ensino secundário – tanto público quanto particular - era a base humanista histórico-literária<sup>66</sup>. Em nossa pesquisa desenvolvida no mestrado, foi possível observar que nas primeiras décadas do século XIX havia o protagonismo de línguas clássicas, sobretudo o latim, nos estudos secundaristas e a partir da segunda metade do século XIX, o espaço de destaque foi ocupado pelo estudo das línguas modernas.

Na edição de 8 de julho de 1869 do Jornal maceioense “O Beija Flor”, Minervina Lima traz um texto intitulado "Gazetta das MULHERES", no qual tece críticas ao grau de Educação ofertado às mulheres no país e, na ocasião, pontuou comparativo entre a educação das mulheres na França e no Brasil.

Chama atenção a opinião do redator do jornal acerca do texto da Sra Minervina Lima: “verdade nelle enunciadas que são transcendentés” ou “incontestáveis” e acrescenta que a

---

<sup>66</sup> Para maiores informações, consultar nossa dissertação de mestrado: SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque. **A tradição humanista no ensino secundário de Alagoas (1839-1889): heranças de antigas matrizes.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. – 2013.

educação ofertada à meninas e mulheres (chamado de “Bello sexo”), no nosso país, era de “pouco mais de três séculos”. (JORNAL O BEIJA FLOR, 8 de julho de 1869, p. 1). Ou seja, para o redator do jornal a educação ofertada à época estava antiquada.

Minervina Lima inicia o texto<sup>67</sup> expressando a felicidade com a notícia de criação de um jornal francês sob a redação de mulheres. Em sequência fez críticas à realidade brasileira, inclusive, defende que “[...] na França a educação da mulher é completa e portanto muito diferente da nossa”. (JORNAL O BEIJA FLOR, 8 de julho de 1869, p. 3). Ela critica o sentido ornamental que se dava a “moças educadas” no Brasil: tocar piano, dançar, por exemplo. Para Minervina, o ponto de partida deveria ser o aprendizado da língua materna.

Para Minervina (1869), o chamado “progresso” era real na França e no Brasil estaria no campo do ideal; com isso, também tece críticas ao centralismo da educação formal à figura masculina:

**QUADRO 21: TRECHO DE PUBLICAÇÃO DE MINERVINA LIMA NO JORNAL O BEIJA FLOR DE 8 DE JULHO DE 1869**

“[os homens do nosso paiz entendem q’ só elles devem receber a luz do sol das sciencias, fazendo-nos sombra e deixando-nos tactear nas trevas, sem q’ possamos obter um raio dessa luz divina, que nos ilumine a tortuosa vereda, por onde chegaríamos ao ponto ou cume que também aspiramos?!” [sic.] (JORNAL O BEIJA FLOR, 8 de julho de 1869, p. 3)

**Fonte:** (JORNAL O BEIJA FLOR, 8 de julho de 1869, p. 3)

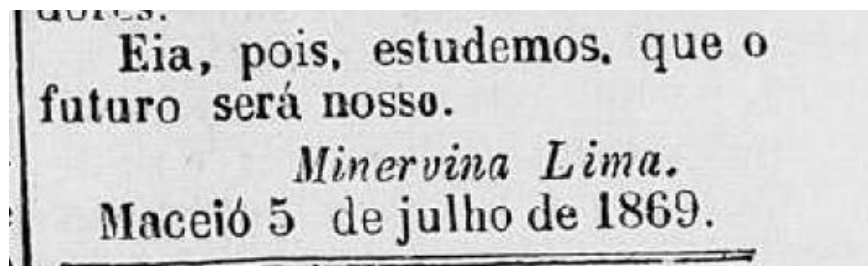
É interessante observar uma voz feminina oitocentista. Voz que fez questão de deixar registrada a sua inquietação com a educação formal ofertada às moças do Brasil. Todavia, é válido ressaltar que, provavelmente, tratava-se de uma senhora com prestígio social, pois não teve seu texto censurado; ao contrário, foi elogiado pelo redator do jornal.

Infelizmente, durante a pesquisa não foi possível localizar outras “vozes” de mulheres integrantes de diversos grupos sociais e étnicos. Porém, isso é compreensível, tendo em vista que pequeno grupo era detentor de ferramentas de comunicação escrita.

O texto de Minervina (1869) aponta a França como referência de “civilidade” e “progresso” no século XIX; referência de comportamento e desenvolvimento. Tal visão estava refletido em diversos aspectos da educação formal oitocentistas: na percepção do ensino secundário como preparatório para o ensino superior, modelos de comportamento, modelos de estrutura de prédios, mobílias escolares, cadeiras ofertadas, entre outros.

<sup>67</sup> Apresentadas na edição de 8 de julho de 1869 no Jornal “O Beija Flor”.

**Figura 12 - Recorte de Fala da Sra Minervina Lima em Jornal Publicado na Província das Alagoas (1869)**



Fonte: JORNAL O BEIJA FLOR, 8 de julho de 1869, p. 3

Portanto, encerra-se esse tópico com o clamor da Sra Minervina Lima, em impresso publicado na Província alagoana em 1869. Um chamamento às mulheres a estudarem, pois o futuro será nosso. A seguir, serão tratados aspectos diretamente vinculados à Instrução pública alagoana do contexto Imperial, sobretudo, no que diz respeito aos propósitos implícitos nos discursos de agentes estatais.

### **6.3 A Instrução Pública alagoana e os propósitos incutidos nos discursos de agentes estatais e intelectuais alagoanos**

Na chamada “invenção”<sup>68</sup> do Brasil oitocentista, **a educação formal era considerada como ferramenta de progresso para a nação**. Reconhecimento esse, inclusive, em registros de agentes estatais, como por exemplo:

Passarei agora, Senhores, a tratar dos objectos, **que se apresentam mais em relevo**, e que podem concorrer mais poderosamente para o **bem, e felicidade da Província**; e entre estes deve ter precedencia a Instrucção Publica, como mais firme apoio moral, que escóra as Instituições Livres, e como o meio de que mais urge a Província, e que por isso deve merecer a vossa apurada solícitude, e desvelos. [sic.] (MACHADO D’OLIVEIRA, 1835, p.2, **grifo nosso**).

No contexto que o presidente provincial Machado D’Oliveira (1835) fez a afirmativa acima, apresentando a Instrução pública como objeto de maior relevo na promoção de bem e felicidade à Província alagoana, a Assembleia local já possuía autorização para legislar sobre a Instrução pública da região, considerando a determinação do Ato Adicional (1834). No entanto, Craveiro Costa (2011, p. 37) chama atenção sobre o “**regime de filhotismo político**” que

<sup>68</sup> Termo utilizado por Gondra e Schueler (2008) no livro “Educação, poder e sociedade no Império brasileiro”. São Paulo: Cortez, 2008.

imperava, pois a contratação de professores para o ensino primário não se estabelecia exame de habilitação, exigia-se apenas que o candidato soubesse ler, escrever, as quatro operações aritméticas e versado na doutrina cristã (COSTA, 2011, p. 37).

Segundo Verçosa (2006, p. 71), diante das denúncias surgidas à época, foi aprovada uma “lei que mandava submeter a exames até os professores em exercício”, todavia, para garantir interesses, a lei logo se tornou inócua, “sendo revogada para que tudo retorne ao normal”.

Atentando-se às entrelinhas dos discursos em fontes da época, falar em Educação formal no contexto oitocentista é atribuir a diversos propósitos, a saber: felicidade da nação, progresso, civilidade<sup>69</sup>, ferramenta de garantia de prestígio social, atendimento aos interesses da chamada modernidade, imitação dos métodos estrangeiros (Ex: Mútu/Lancaster), entre outros. Entretanto, é válido ressaltar outra função da Educação formal oitocentista: **a contribuição na chamada formação identitária do Brasil e do Estado brasileiro.**

Conforme Gondra e Schueler (2008, p. 12), “a invenção do Brasil e a invenção da escola constituem faces de uma mesma moeda, ou seja, integram o conjunto de ações articuladas no processo de formação do Estado imperial. E completam: “Educar e instruir a população do Império foram projetos e ações consideradas fundamentais para o Estado em formação” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 36).

A partir desse contexto de efervescências sociais e utilização da educação formal na formação identitária do Estado-nação, elencam-se os seguintes questionamentos: 1. Como estava a estrutura de oferta da Instrução pública alagoana? 2. O que os vestígios oitocentistas apontam sobre o público frequentador da Instrução Pública das Alagoas? 3. Há algum registro de participação dos povos originários (indígenas), os negros e meninas/mulheres nas aulas ofertadas?

Sobre o Ensino primário (também denominado de Elementar ou primeiras letras) à época, conforme visto anteriormente, a Primeira constituição (1824) colocava-a como gratuita aos cidadãos e a lei de 15 de outubro de 1827 mandou criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, porém, segundo o intelectual alagoana, Craveiro Costa, “[...] nada se fez. Pelo menos em Alagoas” (COSTA, 2011, p. 33).

Com o Ato Adicional (1834), momento que a Instrução pública saiu da tutela do Governo Geral e passou ao Governo provincial, Craveiro Costa qualifica como “erro”, pois em sua visão, nas províncias imperavam “competições partidárias, sem continuidade

---

<sup>69</sup> Ser civilizado no Século XIX tinha relação com ser letrado, língua polida, ter formação nas artes e ciência.

administrativa, desaparelhadas de recursos financeiros”, assim, “o ensino primário entrou pelo caminho do abandono” (COSTA, 2011, p. 34).

No que concerne ao público frequentador do Ensino Primário na Província alagoana, chama atenção a **discrepância entre o número de matriculados diante da população total**, bem como, do quantitativo em idade escolar. De acordo com Costa (2011, p. 38), “Em 1848, a população da Província era de 207.249 indivíduos, dos quais estavam alfabetizados somente 22.566, sendo de 59.775 o número de escravos. Nesse ano a matrícula escolar fora de 2.073 alunos em 44 escolas”. [sic.].

Craveiro Costa apresentou os seguintes dados acerca da Instrução Primária de Alagoas referentes ao período de 1835-1889:

**Tabela 1: DADOS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS ALAGOAS (1835-1889)**

Ano	N.º de escolas	N.º de alunos	População Escolar
1835	29	1.160	20.000
1836	38	1.696	22.000
1867	104	5.234	50.000
1872	116	5.558	78.470
1889	184	6.458	120.000

**Fonte:** COSTA, João Craveiro (2011, p. 45)

No ano de 1872 que corresponde ao último ano do recorte temporal da nossa pesquisa, observa-se o registro de 6.458 estudantes matriculados na Instrução primária alagoana, o que corresponde à 5,4% da população em idade escolar.

Em relação as matrículas por gênero, nas escolas primárias alagoanas do contexto Imperial, há os seguintes registros no relatório de Craveiro Costa:

**Tabela 2: MATRÍCULA POR SEXO E TOTAL NA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS (1850-1856)<sup>70</sup>**

1850	1.892 alunos	598 alunas	Total 2.490
1851	2.145 alunos	653 alunas	Total 2.798
1852	2.097 alunos	600 alunas	Total 2.697
1853	2.420 alunos	776 alunas	Total 3.196
1854	2.575 alunos	1.143 alunas	Total 3.718*

<sup>70</sup> \* Cálculo refeito em relação ao total publicado no livro de Costa (2011, p. 40)

\*\* Cálculo refeito em relação ao total publicado no livro de Costa (2011, p. 40)

\*\*\* Cálculo refeito em relação ao total publicado no livro de Costa (2011, p. 40)



1855	2.128 alunos	1.167 alunas	Total 3.295**
1856	2.378 alunos	703 alunas	Total 3.081***

**Fonte:** COSTA, João Craveiro (2011, p. 40)

Os dados acima apresentados mostram que no período de 1850 a 1856, o quantitativo de meninas matriculadas na Instrução Primária das Alagoas foi inferior à 50% do total de meninos. Não significa dizer que na sociedade havia mais meninos do que meninas, mas é reflexo da visão que se tinha do que seria apropriado para o gênero feminino. Além disso, é válido lembrar que a lei da Instrução Pública de 1827 estabelecia que haveria escolas de meninas nos lugares mais populosos, nos quais os presidentes julgassem necessários. No ano de 1849, por exemplo, segundo Carvalho (2021, p. 212), do total de 106 mil mulheres da Província, apenas, 4% sabia ler e escrever.

No que se refere às origens étnicas dos estudantes há registros de negros (denominados de pardos e pretos), bem como, de indígenas em mapas de frequência da Instrução Primária de Alagoas. A esse respeito, foi relevante acesso à dissertação<sup>71</sup> da pesquisadora Mônica Luise Santos, a qual localizou no Arquivo Público do Estado de Alagoas, mapas relativas a frequência de estudantes na Instrução primária das Alagoas no período de 1844 a 1849. Os mapas<sup>72</sup>, que a referida pesquisadora acessou, apontaram a presença de 188 estudantes negros (entre os denominados de pardos e pretos de ambos os sexos), 296 brancos (de ambos os sexos) e 2 indígenas (masculinos).

Especificamente sobre as alunas negras, a pesquisadora Mônica Luise Santos (2011, p. 87) localizou registros dos nomes e desempenho delas em mapas da década de 1840 relativas à Instrução elementar nas Alagoas:

Observa-se nas aulas elementares da década de 1840 a matrícula de meninas negras em três *mapas escolares*. Nas aulas da vila de Santa Luzia do Norte, hoje município, ministradas pela professora Anna Felismina de Mello, encontramos 20 alunas negras, três qualificadas de *pretas* e 17 *pardas*, num total de 66 matriculadas [...] Uma das alunas classificadas de cor *parda* era Balbina Maria da Conceição, de nove anos, filha de Delfina Maria. A mestra Anna Felismina avaliava seu bom desempenho na escrita cursiva, na gramática e no bordado. Anna Joaquina da Conceição, outra aluna, classificada de *preta*, era bem avaliada pela mestra na aplicação aos estudos: lia livro, dominava a escrita cursiva, somava e bordava. [sic.] (SANTOS, 2011, p. 87)

Embora haja um predomínio na historiografia de se associar o Ensino secundário a uma elite branca, a pesquisadora Santos (2011, p. 104) localizou fontes mapas escolares com a

<sup>71</sup> Santos, Monica Luise. **A escolarização de negros: particularidades históricas de Alagoas (1840-1890)**. UFAL: Maceió: 2011. 148 f (Dissertação de Mestrado)

<sup>72</sup> Ver quadro completo no Anexo D.

frequência de rapazes negros na Província das Alagoas na década de 1840: “especificamente nas aulas de gramática latina da cidade de Penedo e vila de Atalaia, num total de 9 alunos, sendo classificados como 7 pardos e 2 pretos”. Esse é um dado importante que ajuda a desmistificar e evitar generalizações no que concerne à Educação oitocentista.

Logo, na província alagoana oitocentista a frequência nas aulas primárias e avulsas do ensino secundário não eram exclusivas de estudantes da etnia branca; todavia, a presença de estudante negros e indígenas ainda era muito reduzida em comparação ao total de pessoas integrantes dos referidos grupos étnicos em Alagoas.

Durante a nossa pesquisa de Mestrado acerca da tradição humanista no Ensino Secundário de Alagoas no período de 1839 a 1889, cuja defesa ocorreu em 2013<sup>73</sup>, nas fontes localizadas não havia o registro de nenhum nome feminino nos mapas de frequências na Instrução Pública secundarista. Apenas foi possível localizar registros da presença feminina nos colégios particulares da província.

Sobre a proposta formativa (disciplinas, conteúdos e métodos) do Ensino Secundário ofertado nas Alagoas do contexto Imperial, em nossa pesquisa de Mestrado, compreendeu-se que o predomínio da formação Humanista histórico-literária estava sustentado nos seguintes aspectos:

1. A imitação de modelos estrangeiros, sobretudo, dos países europeus considerados como “modelos de civilidade”; 2. A inter-relação entre o trio: humanismo, religião cristã e ensino secundário; 3. Inclinação às exigências dos exames preparatórios que davam acesso ao nível superior; 4. Distinção entre classes através do domínio de saberes considerados como próprios para a formação de lideranças; 5. O intenso revezamento de presidentes de província, entre outros elementos. (SILVA, 2013, p. 10).

A formação propedêutica era essencial para aqueles que desejavam participar de exames que davam acesso ao Ensino Superior. Entretanto, Verçosa (2006, p. 87) destaca que na década de 1870 “o descrédito do ensino público nessa época atingia até o Liceu”, com isso, “os jovens cujas famílias tinham recursos continuavam saindo para fazer fora seus estudos preparatórios”, dentre os destinos estavam Recife e Salvador. Verçosa ainda vai além e sublinha: “com frequência ouvia-se falar, por exemplo, das privações e falências sofridas por senhores de engenho que insistiam em manter seus filhos estudando em Recife, Salvador ou mesmo no Rio de Janeiro” (VERÇOSA, 2006, p. 79). Ou seja, a busca pelo *status* que aquela formação poderia

---

<sup>73</sup> SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque. **A tradição humanista no ensino secundário de Alagoas (1839-1889): heranças de antigas matrizes** / Fabrícia Carla de Albuquerque Silva. – 2013. 150 f. (Dissertação de Mestrado).

fornecer e possibilidade de assumir cargos políticos, estimulavam as famílias a não poupar esforços na formação dos futuros bacharéis.

“O ideal pregado na segunda metade do século XIX era o domínio simultâneo de línguas clássicas e modernas” (SILVA, 2013, p. 92), porém, não se considerava como ideal para todos os jovens oitocentistas. No referido contexto, um paradoxo fica explícito: uma educação propedêutica para as futuras lideranças e uma educação pragmática visando à formação de mão de obra para atender às demandas utilitaristas e fabris da época, a qual seria direcionada aos chamados “desvalidos”. Isto é, trata-se do chamado **dualismo na educação formal**.

Outro dado relevante ao se tratar do Ensino Secundário das Alagoas do contexto Imperial é a **distância temporal entre algumas idealizações e concretizações**, no ensejo de intensa mudança administrativa da província. Um exemplo a esse respeito é a Escola Normal, a qual foi “[...] idealizada em 1837, criada em 1864, só veio a funcionar em 1869”. (VILELA, 1982, p. 27).

Enfim, essa seção do texto foi iniciada refletindo sobre o emprego que Comenius fez do termo Arte, atribuindo à compreensão de educar tudo a todos, ou seja, algo universal. Entretanto, na realidade da Província Alagoana oitocentista, o dualismo era materializado em duas formas de “Arte”: a **Arte humanista** (educação propedêutica, literária) para formar a classe dirigente e **Arte dos ofícios** (direcionada às classes menos favorecidas, aos chamados desvalidos), cujo intuito era formar a mão de obra para os espaços mercantis.

Apesar das inferências acerca dos paradoxos, omissões e limites que permearam as ações estatais no que diz respeito a educação formal dos Oitocentos, é salutar trazer a proposta feita por Gondra e Schueler (2008, p. 11): estabelecer um distanciamento da representação da historiografia clássica que aponta o Século XIX como “signo do vazio, do atraso e das trevas”.

Logo, compreender um contexto histórico diverso do nosso, requer esforço e atenção aos contornos socioculturais, que dão forma às ações e reações dos sujeitos da época. E nesse movimento ficam evidentes quais aspectos são de média e longa duração na sociedade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] Ah! mais que um solo de cana  
 Essa terra tem gana de fumo e algodão  
 Djavan, Jararaca, Hermeto, Paurílio  
 Maestro fon-fon  
 Ah! É Zumbi dos Palmares  
 União de cores  
 Não há quem não morra de amores pelo meu lugar  
  
 Eu sou da terra onde há lagoas [...]”

(Eliezer Setton, canção: “Não há quem não morra de amores”).

À guisa de considerações finais (ou melhor seria falar em inconclusões?), um objeto vem à mente: um lindo e fofinho tapete de lã confeccionado por minha mãe para mim. Esse tapete tem duplo valor: afetivo e simbólico. Afetivo, pois as marcas do amor estão tecidas em cada centímetro de seus componentes. Simbólico em relação ao desenho representado ao seu centro: uma águia.

**Figura 13 – Tapeta da Águia**



**Fonte:** Arquivo pessoal da autora/pesquisadora.

A escolha dessa figura não foi de balde, pois, representa força. Força necessária para se refazer a cada dia, diante dos desafios impostos pela vida. A águia possui uma visão privilegiada e alcança elevadas altitudes, sendo considerada como símbolo de grandeza e resiliência. Algo que chama atenção, em relação à águia, é o aspecto de não ser vista voando em bandos. Muitas de suas (super)ações são realizadas sozinha.

Ao contrário da águia, o ser humano tem em sua natureza a necessidade de interação com os seus pares, porém, há momentos que a solidão também é necessária, imperativa para se (re)organizar ideias e até amadurecimento. E, no processo de escrita da Tese, a solidão por vezes foi companheira.

Esse tapete tem feito parte da minha vida desde a época de estudos no processo seletivo do Doutorado em Educação da UFAL. Meu querido tapete da águia: presente em tantos momentos de oração e reflexões... Nesses últimos anos, as qualidades de águia foram necessárias não só pelo desafio chamado Doutorado, mas também em virtude de outras vivências da pesquisadora... Na complexidade da vida não há como separar intelectualidade dos

demais âmbitos humanos. O ser humano é simultaneamente: sentimento e razão; alma e corpo. Logo, não há como negar que a escrita de uma Tese marca a vida do(a) pesquisador(a) e traz impressões de vivências para além do *lócus* acadêmico.

Nesse trilhar, ocorreram momentos do balançar de estruturas, o que remete à teoria piagetiana acerca dos processos de equilíbrio nos desafios dos processos de aprendizagem. Isto é, problematizações que levam a um desequilíbrio momentâneo e motivam a busca por estratégias de reequilíbrio, bem como, alternativas para avançar. Dentre tais momentos, podem-se mencionar: os ajustes em pergunta de pesquisa, título e reformulações diversas no esqueleto do texto, inclusive, durante o processo de escrita dos capítulos. Em síntese: um (re)fazer constante.

Bloch (2001, p. 60) destaca o seguinte provérbio árabe: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”. Tal citação contribui na argumentação de que “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo do seu momento” (BLOCH, 2001, p. 60). Por isso, nessa produção acadêmica, buscou-se responder a pergunta norteadora, observando simultaneamente diversos aspectos: fontes, literatura, compreensão do cenário social de gênese dos vestígios históricos analisados, quem escreveu, para quem e com qual propósito. Além disso, deixando-se em evidência, no diálogo textual, quem é e de qual contexto o olhar da pesquisadora estava partindo.

Questionamentos e confrontação de ideias são marcas presentes, ao longo desse texto. Cada capítulo foi estruturado a partir de uma ou mais problemáticas vinculadas à temática macro. A reunião dessas perguntas prévias contribuíram no surgimento da pergunta síntese da pesquisa. O trilhar por respostas abarcou o propósito de trazer o não dito, ou melhor, a chamada radiografia das fontes.

Segundo Marc Bloch (2001, p. 79), os documentos (fontes) falam quando se sabe interrogá-los. E nosso texto teve essa marca predominante: questionamentos ao longo de sua construção. Modestamente, inferências puderam ser consideradas como respostas às perguntas elencadas inicialmente, todavia, não são respostas acabadas. Podem-se considerar que estão em movimento, tendo em vista, que numa perspectiva da história-problema (com base na Escola dos *Annales*), para além de soluções, compreendem-se que as fontes analisadas também provocaram novas inquietações.

Em síntese, as inferências preliminares a partir das fontes analisadas permitem a compreensão de que na década de 20 do Século XIX, o Brasil estava numa busca de identidade político-social, sobretudo, no período de ebulição de discursos contra e à favor da chamada Independência. Inclusive, esse termo foi utilizado com sentidos divergentes nos jornais

oitocentistas, em um jogo de qualificações negativas e positivas. A partir da chamada guerra de pena dos jornais, problematizou-se o sentido de independência, apontando aspectos de dependência, bem como, de emancipação do Brasil oitocentista.

No que concerne à investigação acerca da concepção de Estado brasileiro, duas inquietações surgiram no início do processo de pesquisa, a saber: É possível falar em Estado brasileiro no Século XIX? E, caso seja possível, como caracterizá-lo e concebê-lo?

As análises das fontes garimpadas, bem como, o estudo da literatura contribuíram para a inferência de três faces do Estado brasileiro no cinquentenário pesquisado (1821-1872): 1. O Estado enquanto poupador de Anarquia; 2. Estado centralizador de poder; 3. Estado como provocador de Anarquia na perspectiva daqueles que clamavam por Federalismo.

As inferências, suscitadas durante a pesquisa, ratificam a nossa Tese: O sentido de Estado Brasileiro, no período de 1821 a 1872, tem como fio condutor centralidade e força de mando, todavia, simultaneamente, é marcado por heterogeneidade e ações paradoxais. Tais feições perpassam o esboço de delineadores (incipientes) de políticas públicas no contexto oitocentista, com reflexos na educação formal da Província alagoana, cuja estrutura de conteúdos e métodos é de longa duração. Nessa perspectiva, infere-se, a partir das fontes, que as demandas encontradas na educação alagoana foram mantidas ao longo do cinquentenário estudado, em virtude da reduzida autonomia local e intenso rodízio de presidentes provinciais, entre outros fatores atrelados ao poder centralizador do Estado.

Para se chegar à conclusão de existência de Estado centralizador durante o período do Brasil Imperial, esse caminhar não se limitou ao recorte de fala de um governante ou “apelidos” atribuídos pelos opositores políticos da época. O movimento realizado durante a pesquisa, o qual resultou na adjetivação “centralizador”, englobou: análise de documentos oficiais (Leis nacionais e locais, relatórios de agentes estatais), jornais de distintos posicionamentos políticos, obras de sujeitos que viveram à época e imagens. Nessa perspectiva, para conceber o Estado brasileiro monárquico, foi necessário comparativo de diferentes vestígios históricos e a compreensão de como os discursos se materializaram no tecido social.

É de fundamental importância a compreensão acerca do papel e organização do Estado, para que este não seja visto como figura lendária ou fantasma, bem como, diferenciar entre o que se considera como ideal/utópico e os reais atos estatais. Tal clareza contribui na busca/reivindicações por profícuas ações sociais.

Outros elementos para reflexão são questionamentos que nós sujeitos sociais/políticos precisamos fazer a nós mesmos, dentre os quais: Como irei agir no momento em que estiver na posição de agente ou integrante de órgão do Estado? Destacarei o meu poderio de mando ou

focarei nas ações do bem coletivo? (Perguntas feitas no tempo futuro, mas os verbos também podem ser lidos no presente: ajo, destaco, foco...)

Trabalhar em prol do bem coletivo é desviar da queda de braço entre o Estado e a sociedade. No processo de decisões públicas, deve-se ter a preocupação dos interesses coletivos sobressaírem aos particulares. E nesse trilhar, os critérios basilares implicam diretamente nos resultados obtidos. A esse respeito, Secchi (2021, p. 2) faz a observação de que quanto menor o nível de sofisticação e profissionalismo numa decisão pública, maior a incidência de preconceito, autointeresse, repetição, imitação de soluções de outros lugares de forma acrítica, podendo comprometer a implementação de ações.

No que concerne à categoria de análise “Políticas Públicas”, em nossa pesquisa, chegou-se à conclusão de que no período de 1821 a 1872 não é possível falar em políticas públicas, mas em esboços que contribuíram para estruturas futuras. Para o entendimento de tais esboços, alguns movimentos foram imprescindíveis: compreender as problemáticas evidenciadas na sociedade à época, de quais sujeitos partiram as inquietações, soluções propostas, por quem e para quem.

Nessa perspectiva, a pesquisa organizou argumentos sob a analogia de que uma política pública é uma espécie remédio para problemas sociais. Logo, entender os rascunhos que precederam o desenho de políticas públicas no Brasil, também, perpassam a compreensão das problemáticas colocadas em pauta e soluções estabelecidas à época.

A partir da radiografia das fontes analisadas, pode-se afirmar que dentre as inquietações suscitadas no tecido social oitocentista estavam: as diferentes visões acerca do sentido de Independência do Brasil; disputa entre Liberais e Conservadores; a discrepância entre o poder de mando dos quatro poderes políticos (com predomínio do Imperador/moderador); a escravidão; a reivindicação de terras por parte dos povos originários (indígenas); discursos vinculados a busca por civilidade e progresso da nação tendo como perspectiva a imitação da cultura estrangeira europeia; diferenciação/dualismo na oferta de educação formal aos diferentes grupos sociais, entre outros.

Dentre as ações estatais consideradas como “saúde” para a nação oitocentista, nas fontes consultadas, estava a primeira Constituição brasileira outorgada em 1824. Na observância da primeira carta magna e outros normativos da/para a nação brasileira oitocentista, foi possível trilhar por uma discussão acerca dos paradoxos, apontando o “doce amargor do remédio” proposto à época para os reveses sociais.

Em nossa pesquisa, o que foi denominado como “doce amargor do remédio” do embrionário desenho de políticas públicas englobou as seguintes características no período de

1821 a 1872: 1. Paradoxo de maior autonomia provincial; 2. Constantes mudanças de presidentes de província; 3. Dificuldade financeira da Província; 4. Hierarquia geográfica tanto para o estabelecimento de Instituições escolares quanto para a definição de salários dos professores; 5. A concepção de utilidade pública, nos Oitocentos, confundia-se com interesses particulares; 6. Dualismo na oferta e desenvolvimento da instrução pública e 7. A própria educação formal vista como remédio para dar vigor ao corpo social.

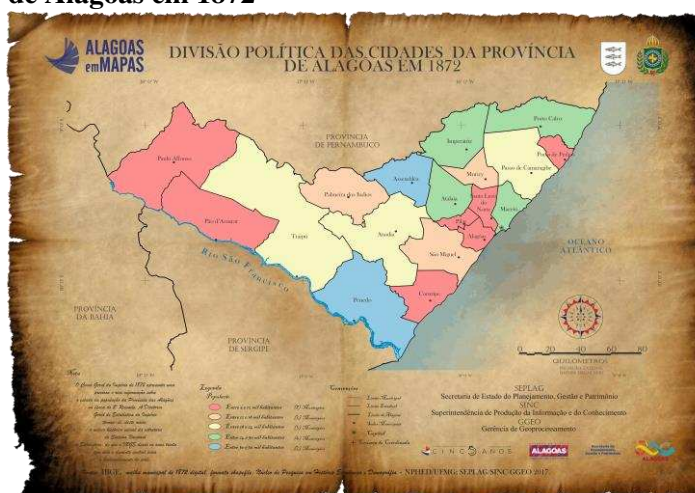
Nos percursos epistemológicos trilhados, considerou-se que a omissão não é mero esquecimento, mas uma escolha de ação estatal. Dentre as omissões observadas e/ou tentativas de invisibilização de sujeitos oitocentistas, na pesquisa, foram destacados três grupos: povos originários (indígenas), negros escravizados e mulheres. Grupos que numericamente correspondiam a elevado percentual no total de habitantes da Província alagoana, mas que correspondiam a minoria nos estabelecimentos de Instrução Pública alagoana.

O formato do mapa geográfico de Alagoas remete a uma borboleta com asas abertas. Que essa “borboleta” tenha altos voos para longe das injustiças sociais e coronelismo... Que voe para o bem comum do nosso povo... Que voe em direção à melhores condições educacionais, sociais, políticas e econômicas... Voa Alagoas, como asas de águia! E, para tal fim, imprescindível é a expressão tupi: *Potiron* (mãos juntas, multirão).

Por fim, concluir o Curso de Doutorado em Educação no estado de Alagoas consiste em duplo sentimento: honra e grande responsabilidade. Alagoas: terra dos meus pais, terras dos meus antepassados (Silvas, Albuquerque e indígenas da tribo Xucurus), terra hospitaleira, conhecida por suas belas praias e paisagens, porém, também marcada pelo elevado índice de analfabetismo no país. Grande responsabilidade a nossa! Muito mais do que contribuir para o meio científico, os estudos e títulos adquiridos devem se refletir, semelhantemente, em contributos para o nosso povo.

Isto é, que o amor seja fundante em todo o processo de construção de conhecimentos e trilhar acadêmico/social/político. Lembre-se da canção “Supremo dom” de Anderson Freire

**Figura 14 - Divisão Política das cidades da Província de Alagoas em 1872**



Fonte: SEPLAG/AL (2022)



(2021): “Bem maior que o dom de profecia, mais que ser doutor, mais que operar milagre é conhecer o amor, tudo se resume em nada, se não tiver amor...”.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Oitocentistas

- AMÉRICO, Pedro. **Independência ou Morte, óleo sobre tela [1888]**. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural-mre/20793-independencia-ou-morte-grito-do-ipuranga-estudo>> Acesso em: 09 set. 2020.
- BASTOS, A. C. Tavares. **A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil [sic]**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870. 418 p. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220526>> Acesso em: 20 jul. 2020
- BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824)** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)> Acesso em: 20 fev. 2022
- BRASIL. **15 de outubro de 1827**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio)> Acesso em 31 jul. 2022.
- BRASIL. **Lei n.º 16 de 12 de Agosto de 1834 (Ato Adicional)**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm) > Acesso em: 22 fev. 2022
- BRASIL. **Lei de 23 de outubro de 1832 - Sobre naturalização dos estrangeiros**. Disponível em: < [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37324-23-outubro-1832-563838-publicacaooriginal-87885-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37324-23-outubro-1832-563838-publicacaooriginal-87885-pl.html)> Acesso em: 17 set. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro**. Disponível em: < [file:///C:/Users/ACER/Downloads/29135-Texto%20do%20artigo-112708-1-10-20120528%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ACER/Downloads/29135-Texto%20do%20artigo-112708-1-10-20120528%20(2).pdf)> Acesso em: 16 set. 2022.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proclamação de 1º de Agosto de 1822**. Disponível em: < [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/procla\\_sn/antioresa1824/proclamacao-41282-1-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/procla_sn/antioresa1824/proclamacao-41282-1-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html)>. Acesso em: 10 maio 2020.
- CARVALHO, Antônio Alves de Souza. **Falla de Presidente de Província de Alagoas**, de 13 de junho de 1862. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 27 ago. 2019
- CUNHA E FIGUEIREDO, José Bento da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas**, em 5 de maio de 1850. Maceió: Typ. de J. S. da S. Maia. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 27 ago. 2019
- CUNHA E FIGUEIREDO, José Bento da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas**, em 25 de abril de 1851. Maceió: Typ. de J. S. da S. Maia. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 27 ago. 2019

FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas**, em 16 de março de 1869. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 27 ago. 2019

FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas**, em 16 de março de 1870. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 28 ago. 2019

GOZANGA, João Marcelino de Souza. **Falla de Presidente de Província de Alagoas**, 24 de Outubro de 1863. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 24 de agosto de 2019

JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro. **15 de setembro de 1821**. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

MACHADO D'OLIVEIRA, Jozé Joaquim. **Falla de Presidente de Província de Alagoas**, 15 de março de 1835. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 24 de agosto de 2019.

MOIRA, Antonio Joaquim de. **Falla e Relatório de Presidente de Província de Alagoas de 10 de Janeiro de 1836**. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 24 de agosto de 2019.

MORAES, A. J de Mello. **O Brasil social e político, ou, o que fomos e o que somos**: com trechos analogos extrahidos do sermonario do famoso político, padre Antonio Vieira [sic], Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1872. 102 p. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185592>> Acesso em: 02 fev 2022.

JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL. Bahia. **1 de Março de 1821**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **14 de Setembro de 1821**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **6 de Novembro de 1821**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **1 de Novembro de 1822**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **8 de Novembro de 1822**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **12 de Novembro de 1822**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **26 de Novembro de 1822**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL.. Bahia. **3 de Dezembro de 1822**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **6 de Dezembro de 1822**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **13 de Dezembro de 1822**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **17 de Dezembro de 1822**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **31 de Dezembro de 1822**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **3 de Janeiro de 1823**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **10 de Janeiro de 1823**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **31 de Janeiro de 1823**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Bahia. **4 de Fevereiro de 1823**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749940/3257>>. Acesso em: 16 out. 2020.

JORNAL O BEIJA FLOR. Maceió 3 de junho de 1869. Disponível em: < <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=359300&pesq=&pagfis=17>> Acesso em: 06 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Maceió 13 de junho de 1869. Disponível em: < <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=359300&pesq=&pagfis=17>> Acesso em: 06 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Maceió 8 de julho de 1869. Disponível em: < <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=359300&pesq=&pagfis=17>> Acesso em: 06 out. 2022.

JORNAL O CORREIO MACEIOENSE. **Domingo, 24 de março de 1850**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&hf=memoria.bn.br&pagfis=1>> Acesso em 30 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Quinta-feira, 2 de maio de 1850**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&hf=memoria.bn.br&pagfis=25>> Acesso em 30 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Domingo, 5 de maio de 1850**. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&hf=memoria.bn.br&pagfis=29>> Acesso em 30 set. 2022.

JORNAL O CORREIO MACEIOENSE. **Quinta-feira, 13 de junho de 1850**. Disponível em:  
<  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&hf=memoria.bn.br&pagfis=61>> Acesso em 30 set. 2022.

JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro. **15 de setembro de 1821**. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **1º de dezembro de 1821**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **1º de janeiro de 1822**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **8 de janeiro de 1822**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **5 de fevereiro de 1822**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **19 de fevereiro de 1822**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **26 de fevereiro de 1822**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **05 de março de 1822**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **12 de março de 1822**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **19 de março de 1822**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **26 de março de 1822**. Disponível em:  
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro. **9 de abril de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **Domingo, 12 de maio de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **28 de maio de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **4 de junho de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **10 de junho de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **18 de junho de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **25 de junho de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **2 de julho de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **13 de agosto de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **27 de agosto de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **17 de setembro de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **24 de setembro de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro. **1 de outubro de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. **8 de outubro de 1822**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/reverbero-constitucional-fluminense/>> Acesso em: 3 de fev. 2021.

JORNAL UNIÃO LIBERAL, Quarta-feira 26 de outubro de 1870. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809454&pesq=&pagfis=3>> Acesso em: 02 de out. 2022.

LIMA, Minervina. A Gazetta das Mulheres. In: JORNAL O BEIJA FLOR. Maceió 8 de julho de 1869. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=359300&pesq=&pagfis=17>> Acesso em: 06 out. 2022.

MACHADO D'OLIVEIRA, Jozé Joaquim. **Falla de Presidente de Província de Alagoas**, 15 de março de 1835. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 24 de agosto de 2019

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. **Falla de Presidente de Província de Alagoas**, 12 de janeiro de 1837. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 24 de agosto de 2019

SILVA PONTES, Rodrigo de Souza da. **Falla de Presidente de Província de Alagoas**, 12 de janeiro de 1837. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 24 de agosto de 2019

SILVEIRA, Manoel Lourenço da. Anexo de Estudo sobre índios. In: SOUZA CARVALHO, Antônio Alves de. **Fala de Presidente de Província de Alagoas em 13 de junho de 1862**. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 29 ago. 2019.

SOBRAL PINTO, Manoel. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas**, em 11 de novembro de 1850. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 24 de agosto de 2019

SOUZA CARVALHO, Antônio Alves de. **Fala de Presidente de Província de Alagoas em 6 de junho de 1861**. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 29 ago. 2019.

SOUZA CARVALHO, Antônio Alves de. **Fala de Presidente de Província de Alagoas em 13 de junho de 1862**. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 29 ago. 2019.

SOUZA CARVALHO, Antônio Alves de. **Fala de Presidente de Província de Alagoas em 15 de junho de 1863**. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 29 ago. 2019.

VELLOSO, Pedro Leão. **Fala de Presidente de Província de Alagoas em 3 de junho de 1860**. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas> > Acesso em: 29 ago. 2019.

**Outras Referências (livros, periódicos, Trabalhos de Conclusão de Curso...):**

AGUIERRE ROJAS, Carlos Antonio. **Fernand Braudel e as Ciências Humanas** [livro eletrônico]/ Tradução: Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2013.

ANDRADE, Francisco Ari de. Prefácio. *In*: DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; GOMES, Maria das Graças Correia; SILVA, Wellyngton Chaves Monteiro da (Org.). **Políticas Públicas de Educação: olhares transversais**. Curitiba: CRV, 2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2012.

ARAÚJO, Marcelo Luiz Delizio. **A pecaminosa construção da Dívida Externa Brasileira**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói-RJ, 28, 29 e 30 de agosto de 2017. Disponível em: < <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/7%20A%20pecaminosa%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20D%C3%ADvida%20Externa%20Brasileira.pdf> > Acesso em: 15 jun. 2022.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: Teoria e Método**. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales e a Crítica ao Historicismo e ao Positivismo. **Revista Territórios e Fronteiras**. v.3, n.1 – Jan/Jun 2010.

BARROS, José D'Assunção. Historicismo: notas sobre um paradigma. **Antíteses**, v. 5, n.º 9, p. 391-419, jan/jul 2012.

BBC NEWS BRASIL. **Pesquisadores encontram fóssil de Luzia no Museu Nacional: o que continua desaparecido?** Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45391771> > Acesso em: 03 set. 2018

\_\_\_\_\_. **Por que o Brasil continuou um só enquanto a América espanhola se dividiu em vários países?** Matéria da BBC News Brasil em Londres, 2018b. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45229400> > Acesso em: 15 set. 2020.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. 1248 p.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.



BORGES, Leandro. **Música “Deus e Eu”**. Letra disponível em: <<https://www.letras.mus.br/leandro-borges/deus-e-eu-2/>> Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 16 de 12 de Agosto de 1834 (Ato Adicional)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm)> Acesso em: 22 fev. 2022

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824)** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)> Acesso em: 20 fev. 2022

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Estado-nação e Formas de Intermediação Política. **Lua Nova**, São Paulo, 100: 155-185, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00155.pdf>> Acesso em: 01 de maio 2021.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. 154pp.

CABRAL, Paulo Eduardo. O Negro e a Constituição de 1824. **Revista de Informação Legislativa**, Janeiro à Março de 1974. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180818/000350195.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 16 set. 2022.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 6 ed. \_ Maceió, AL: EDUFAL, 2021. 358 p.

CARVALHO E SILVA, Ovídio Saraiva de. **Hino Nacional Brasileiro – parte 1**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=359084>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CASTANHA, A. P. **O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?** \_ São Carlos: UFSCar, 2007. 555f (Tese de Doutorado). Disponível: <<https://repositorio.ufscar.br/>> Acesso em: 20 fev. 2022.

CASTANHA, André Paulo. A Instrução Primária no Brasil entre a Independência e o Ato Adicional de 1834. **Teoria e Prática da Educação**, v. 23, n.1, p. 36-58, Janeiro/Abril 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/46801>> Acesso em: 10 set. 2022

COMENIUS, Iohannis Amos [1592-1670]. **Didática Magna**. Versão para e-Book. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas: resumo didático**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1983.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas e outros ensaios.** Coordenação editorial, apresentação, notas e bibliografia de Élcio de Gusmão Verçosa e Maria das Graças de Loiola Madeira. Maceió: EDUFAL, 2011. 224 p.

COSTA, Maria José Alves. **A Inspeção Escolar em Alagoas Pós LDB N° 9394/96: Um Instrumento de Controle do Estado Ou Uma Instância de Avaliação?.** Dissertação de Mestrado. Maceió: UFAL, 2009.

COSTA, Ricardo da. O Ofício do Historiador. **Revista International Studies on Law and Education**, 5 jan-jun. 2010 CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto.

CRUZ, Abner Neemias da. Entre o Brasil e os Estados Unidos: Divergências e Convergências Durante o Primeiro Reinado (1822 -1828). **Faces de Clio**, Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História UFJF. ISSN: 2359-4489. Jan/ jun, 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 2ª edição atualizada. São Paulo: Editora Saraiva, 1998. Disponível em: <<https://estudeidireito.files.wordpress.com/2016/03/dalmo-de-abreu-dallari-elementos-da-teoria-geral-do-estado.pdf>>. Acesso em: 15 de fev. 2022.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. Políticas Públicas de Educação: aflições. In: DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; GOMES, Maria das Graças Correia e SILVA, Wellyngton Chaves Monteiro (Org.). **Políticas Públicas de Educação: olhares transversais.** Curitiba: CRV, 2016. 380 p.

EMILIANO, Flávia Maria Monteiro de. **Gestão democrática na rede estadual de ensino de Alagoas: percepções e perspectivas de uma política pública.** Dissertação de Mestrado. Maceió: UFAL, 2008.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Obra “A Proclamação da Independência”, óleo sobre tela [1844] de Francois-René Moreaux.** Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra5894/a-proclamacao-da-independencia>>. Acesso em: 10 de Set. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ESTRADA, Joaquim Osório Duque. **Hino Nacional.** Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/hino.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/hino.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FALEIROS apud SILVA, Maria Jeane Bomfim da. **A Gestão das Políticas Públicas Educacionais para a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Maceió no Período de 2005 a 2010.** Dissertação de Mestrado. Maceió: UFAL, 2012.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo.** Tradução de Fátima Murand. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA FILHO, L. M. de. Os Projetos de Brasis e a Questão da Instrução no Nascimento do Império. In: VAGO et al (orgs.). **Intelectuais e Escola Pública no Brasil: Séculos XIX e XX.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FERREIRA, Ricardo Bruno da Silva. Um *outsider* no Império: o pensamento político de Tavares Bastos. **Revista Estudos Políticos** Vol. 7, n.º 1. Disponível em: <[https://periodicos.uff.br/revista\\_estudos\\_politicos/article/download/39812/22900/133936](https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/download/39812/22900/133936)> Acesso em: 29 jul. 2020

FILME NARRADORES DE JAVÉ. 102 min. Direção Eliane Caffé, Brasil, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>> Acesso em: 10 out 2019.

FRANCHINI NETO, Hélio. **Independência e morte:** política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823). 2015. 651 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20238>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo.** Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

FRANCO, Pablo Endrigo. **O Riacho do Ipiranga e a Independência nos traços dos geógrafos, nos pincéis dos artistas e nos registros dos historiadores (1822-1889).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, 2008.

FREIRE, Anderson. **Música Supremo Dom.** Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/anderson-freire/supremo-dom/>> Acesso em: 23 out. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Sistema de Bibliotecas.** Disponível em: <<https://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/bases/center-research-libraries-crl>>. Acesso em: 17 set. 2022.

GAMBOA, Sílvio Ancisar Sánchez. Pesquisa Qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. **Contrapontos**, v. 3, n.º 3, p. 393-405. Itajaí, set./ dez., 2003.

GETTY IMAGES. **Imagem do Incêndio do Museu Nacional – RJ, em 02 de Setembro de 2018.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45391771>> Acesso em: 03 set. 2018

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Fundap, 2015.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

GONZAGA, João Marcelino de Souza. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa das Alagoas, pelo presidente da provincia, João Marcelino de Souza Gonzaga, na abertura da 2.a sessão ordinaria da 14.a legislatura a 24 de outubro de 1863.** Maceió, Typ. Progressista, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/29/>>. Acesso em: 30 de jan. 2012.

HARZAL. O Grito do Ypiranga. Xilogravura, 1870. In: SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação no século XIX.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas,

Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2006. 296f. Disponível em: <  
<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2006/Consueloalcioniborbaduarteschlichta.pdf>>.  
 Acesso em: 10 set. 2020.

HOBBS, Thomas de Malmesbury. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997

HOBSBAWM, Éric J. O Presente como História: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos**, n.º 43. Novembro de 1995.

\_\_\_\_\_. **A Era das Revoluções (1798-1848)**. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003, p. 295.

JESUS, S. C. A. de. **Mello Moraes e o Modelo de Escrita Historiográfica no Brasil-Império**. UFAL. Maceió, 2016. (Dissertação de Mestrado em História).

LIMA, Michelle Fernandes. **Os Educadores Liberais e a Edificação da Educação Nacional no Século XX**. Revista Histedbr On-Line, Campinas, n.º.31, p.18-30, Set.2008. Disponível em: < [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art02\\_31.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art02_31.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2013.

LIRA, Erygeanny; ARAÚJO, Cícero. A Formação do Estado Brasileiro e a Questão da Soberania em Período de Crise (1822-1824). **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 8 | N. 2, pp. 50-66, Dezembro 2017. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MACHIAVELLI, Niccolò. **O Príncipe**. (Escrito em 1505, publicado em 1515). Edição Ridendo Castigat Mores. Versão E-Book. Fonte Digital. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2021.

MALERBA, Jurandir. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.99-126, 2005. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-90742005000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-90742005000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em 26 mar. 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. [Tradução de Dominique Makins, a partir da edição inglesa de W. K. Marriot]. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2018.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, Vol 17 (Suplemento 3), 2002. P. 4-6. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

MARX, Karl apud NOGUEIRA, Marco Aurélio. Estado. In: GIOVANNI, Geraldo DI; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Fundap, 2015, p. 326.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 835-853. ISSN: 1981-1179.

MEIRELLES, J.G. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)** [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, 91 p. ISBN: 978-85-68576-96-0.  
<https://doi.org/10.7476/9788568576960>

MELO, Donizete Medeiros de. **As políticas públicas de educação enquanto campo multidisciplinar** (Dissertação de Mestrado em Educação). UFAL: Maceió, 2020.

MELO, Kátia Maria Silva de; CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de O. O Discurso sobre a Instrução Pública de Alagoas: história, memória e processos de ressignificação. In: CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de O e SANTOS, Inalda Maria dos - (Orgs.) – **História e Política da Educação: Teoria e Práticas**. Maceió: EDUFAL, 2015. 211p

MENDES apud SILVA, Maria Jeane Bomfim da. **A Gestão das Políticas Públicas Educacionais para a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Maceió no Período de 2005 a 2010**. Dissertação de Mestrado. Maceió: UFAL, 2012, p. 81

MULTIRIO. **A vontade de ser brasileiro – Romantismo**. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/vontade.html>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

NEUBAUER, Rose. Políticas de Educação. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Fundap, 2015.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. **A Abdicação de D. Pedro I: Espaço Público da Política e Opinião Pública no Final do Primeiro Reinado**. Universidade Estadual Paulista: Assis, 2007. 170 f. (Tese de Doutorado). Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103162>> Acesso em: 22 fev. 2022.

PEREIRA, Avelino Romero Simões. Hino Nacional Brasileiro: que história é essa?. **Rev. Inst. Est. Bras.**, SP, 38: 21-42, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71352>> Acesso em: 30 mar. 2020.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **A Independência e a formação do Estado e da Nação (Aula 11, parte 1)**. YouTube. Canal USP. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=97E7i4BM85s>>. Acesso em: 28 abr. 2021. 00:20:33

PONTES, Carlos. **Tavares Bastos (Aureliano Candido): 1839 – 1875**. Companhia Editorial Nacional: São Paulo, 1939.

PORTALMAKINGOF. **Incêndio destrói Museu Nacional no Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://portalmakingof.com.br/incendio-destroi-museu-nacional-no-rio-de-janeiro>> Acesso em: 03 set. 2018.

PRADO, Edna Cristina do; SANTOS, Inalda Maria dos. 15 Anos do PPGE/UFAL: a produção científica da linha de pesquisa História e Política da Educação. In: PRADO, Edna Cristina do; CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de O; SANTOS, Inalda Maria dos. (Org.) **Pesquisas em Educação em Alagoas: múltiplos enfoques**. Maceió: EDUFAL, 2017. 180 p.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez (org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. – 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2013. (Coleção Questões da nossa época; v. 46).

SANTOS, Katia Silva. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil: Tecendo Fios**. Disponível em <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0271.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2022.

SANTOS, Monica Luise Santos. **A escolarização de negros: particularidades históricas de Alagoas (1840-1890)**. Maceió-AL: UFAL, 2011. 148 f. (Dissertação de Mestrado)

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 07 set. 2022.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação no século XIX**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2006. 296f. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2006/Consueloalcioniborbaduarteschlichta.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SCHWARCZ, LILIA MORITZ. Apresentação à edição brasileira por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, M. L. B. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções** São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SEPLAG/AL (2022). **Divisão Política das cidades da Província de Alagoas em 1872**. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/en/dataset/mapas-historicos-do-estado-de-alagoas/resource/323b9a53-16d8-45e5-b34a-ad5db74b1df5>> Acesso em: 22 out. 2022

SETTON, Eliezer. **Música “Não há quem não morra de amores”**. Letra disponível em: <<https://www.letras.mus.br/eliezer-setton/1924235/>> Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVA, Antonieta Mirian De Oliveira Carneiro. **O Discurso da Democratização do Acesso à Leitura nas Políticas Públicas do Estado Brasileiro: Condições de Produção e Efeitos de Sentido da Mercantilização.** Dissertação de Mestrado. Maceió: UFAL, 2014.

SILVA, Edgleide de Oliveira Clemente da. **“Civilizar pelas letras”:** o projeto educacional do alagoano Thomaz do Bonfim no Império Brasileiro (1853-1885). Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque. **A tradição humanista no ensino secundário de Alagoas (1839-1889):** heranças de antigas matrizes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. – 2013.  
150

SILVA, F. C. A.; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. Questões Entre Estado, Políticas Públicas Estruturantes e Educação Alagoana dos Oitocentos: convulsões sociais. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (EDUCON), 2018, São Cristóvão/SE. **Anais EDUCONSE 2018**, 2018. v. 12.

SILVA, F. C. A.; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; FERREIRA, D. B.. Um Possível Diálogo Entre A Escola Dos Annales & A Análise De Conteúdo Em Pesquisas Históricas. **Filosofia e Educação**, v. 11, p. 324-341, 2019.

SILVA, Maria Fernanda da. **Política de Qualificação para o Setor Sucroalcooleiro: Uma Crítica aos Limites do Estado Moderno.** Dissertação de Mestrado. Maceió: UFAL, 2012.

SILVA, Maria Jeane Bomfim da. **A Gestão das Políticas Públicas Educacionais para a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Maceió no Período de 2005 a 2010.** Dissertação de Mestrado. Maceió: UFAL, 2012.

SMITH, Adam apud ARAÚJO, Gisele Silva. Liberalismo/Neoliberalismo. In: GIOVANNI, Geraldo DI; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Fundap, 2015, p. 520.

SOUZA, Herbert José de. (Betinho). **Como se faz análise de conjuntura.** 27ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2005.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília: Liber Livros, 2008.

TARDÁGUILA, C. **Jornais do início do século XIX traziam retratos da sociedade e polemizavam sobre monarquia.** Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/jornais-do-inicio-do-seculo-xix-traziam-retratos-da-sociedade-polemizavam-sobre-monarquia-15526877> >. Acesso em: 15 jun. 2020.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: história, histórias.** 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2006. 171 p.

VILELA, Humberto. **A Escola Normal de Maceió (1869-1937).** Edufal: Maceió, 1982.

WINTER, Lairton Moacir. A concepção de Estado e de poder Político em Maquiavel. **Tempo da Ciência** (13) 25. UNIOESTE – Paraná. 1º Semestre de 2006. p. 117-128. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1532>> Acesso em: 18 fev. 2022.



**APÊNDICE A - EXEMPLO DE FONTE ANALISADA SOB OS QUADROS CONSTRUÍDOS PELA PESQUISADORA (Parte 1)**

PRÉ-ANÁLISE DAS FONTES DE PESQUISA								
	<b>Tipo de documento</b> (manuscrito, impresso, imagem...)	<b>Onde foi localizado?</b> (IHGAL, Arquivo Público de Alagoas? Sites de Hemerotecas...)	<b>Escrito por quem?</b>	<b>O autor pertencia ao Grupo de Poder, Oposição ou Movimento popular?</b>	<b>Quando foi escrito/publicado?</b>	<b>Para quem?</b>	<b>Com qual objetivo?</b>	<b>Código do Documento</b> (Criado pelos pesquisadores)
1	Impresso –  Falla e Relatório de Presidente de Província de Alagoas  (10 páginas)	Center for Research Libraries  (Download em 24/08/2019).	Presidente provincial Antonio Joaquim de Moira <b>(Joaquim de Moira)</b>	Grupo de Poder	10 de Janeiro de 1836	À Assembleia Legislativa da Província das Alagoas	Abrir a segunda sessão ordinária da Assembleia Legislativa da Província. Nesse fala, houve o foco na segurança pública e administração da Justiça provincial.	<b>#002</b>

**Fonte:** Autora/ pesquisadora.

## APÊNDICE A - EXEMPLO DE FONTE ANALISADA SOB OS QUADROS CONSTRUÍDOS PELA PESQUISADORA (Parte 2)

EXPLORAÇÃO DO MATERIAL E DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS TEMÁTICAS								
	Código do Documento	Categorias <i>a priori</i>	Palavras mais citadas (frequências)	Trechos relevantes ligados a cada palavra	Categorias intermediárias	Categorias <i>a posteriori</i>	Autores que tratam das categorias finais	Inferências da pesquisadora
1	#002  - Exclui conjunções, numerais, verbos, advérbios, preposições e pronomes.  _ Deixei a prevalência de substantivos e adjetivos.  _ 20 palavras de maior destaque, porém, as 10 primeiras foram analisadas (essa seleção das palavras mais citadas no documento foi feita com	_ Estado brasileiro;  _ Políticas Públicas;  _ Educação Alagoana.	Provincia <b>(12 menções)</b>	<i>“Illustres, e bem Dignos Senrs. Representantes da Provincia” (p. 3)</i>	Cumprimento e adjetivação aos deputados da Assembleia Legislativa de Alagoas em 1836.	Representantes da Província		CAP. 3 – 3.2  <b>(No jogo de poder provincial, observam-se as relações instituídas entre Presidente de Província e Deputados locais).</b>  <b>Os Integrantes da Assembleia Legislativa, da Província, podem ser considerados como integrantes do Estado? Ou seja, ao mesmo tempo que representam a Província, também, representam o Estado? Representatividade dupla?</b>  <b>Por que o Presidente Joaquim de Moira escolheu os adjetivos “Ilustres” e “Dignos” para cumprimentar os deputados-ouvintes do seu discurso? Seria uma forma de agradá-los para estarem mais favoráveis as sugestões que iria realizar durante a sessão? Ou seria um reflexo de sua postura de cordialidade e humildade, considerando que, posteriormente, afirma que os conhecimentos dos deputados iriam “encher as muitas lacunas, que, por mingua de minhas faculdades, aparecem na prezente exposição” (p. 3)</b>

	auxílio do Software Wordclouds)							
			Paz (6 menções)	<p><i>“Este grande número de Juizes de Paz nesta Província foi estabelecido pela má inteligência [...]”</i> (p. 7)</p> <p><i>“Julgo portanto de absoluta necessidade alargar os Districtos, e restringir o número de Juizes de Paz [...]”</i> (p. 8)</p>	Sugestão de redução dos Juizes de Paz da Província Alagoana	Cargos de Magistratura		<p>CAP. 5 – 5.1 (Inquietações sociais da realidade alagoana).</p> <p><b>De acordo com o Presidente de Província Joaquim de Moira (1836), a Província alagoana estaria passando por uma “anarchia Juridica” [sic.] (p.7), pois os Juizes de Paz não estariam apresentando bons resultados nesta Província. Segundo o referido presidente, havia conflitos de jurisdição, uns desfazendo as ações dos outros: “huns fazem na perseguição dos criminosos, disfazem os outros por revindicta, patronato, ou acintosamente” [sic.] Além disso, ressalta que existiam quase 90 Juizes de Paz na Província, que demandava escrivões e “dobrados meirinhos”, o que correspondia a mais de trezentos homens nesse Ramo.</b></p> <p><b>(De qual forma essa discussão pode ser interessante para compreender a relação entre Estado, Políticas Públicas e Educação Formal do Século XIX?)</b></p>
			Governo (5 menções)	<p><i>“Com ella vou de novo reclamar ao Governo de</i></p>	Revindicação ao Governo de			CAP. 5 – 5.1 (Inquietações sociais da realidade alagoana).

				<p><i>Pernambuco a posse daquele terreno, que pertence a nossa Província; e confio que já mais se negará á este acto de justiça”</i> (p. 5)</p>	<p>Pernambuco em relação ao terreno que pertenceria à Província de Alagoas.</p>	<p>Identidade geográfica de Alagoas.</p>		<p>Não ficou explícito, na fonte, a qual terreno o Presidente de Província Joaquim de Moira estava se referindo. Trata-se de um contexto no qual Alagoas estava emancipada de Pernambuco.</p> <p>Algo que chama atenção é o Presidente de Província estava solicitando pela segunda vez ao Governo de Pernambuco, porém, demonstrou certa confiança de que seria atendido, tendo em vista que já havia consultado as autoridades de justiça locais.</p> <p>Como seria essa concessão de terras? Os governos provinciais tinham essa autonomia sem passar pelo governo central?</p> <p>&gt;&gt; Com relação a essa temática, é válido ressaltar que, no Século XIX, não só o Brasil – enquanto nação – estava em processo de busca de identidade, mas a Província alagoana também estava nesse processo. Identidade essa que perpassava, inclusive, ao seu espaço geografia, como pode se compreender a partir dessa fonte.</p>
			<p>Lei (5 menções)</p>	<p><i>“Cheio do maior prazer, e jubilo venho, em observancia do Artigo 8.º da Lei Adicional de 12 de Agosto de 1834, abrir a Vossa segunda Sessão Legislativa,</i></p>	<p>Menção à Lei que respaldava o direito de fala do presidente de província, na Assembleia</p>	<p>Respaldo legal para fala do Presidente na Assembleia</p>	<p>CÂMARA DOS DEPUTADOS. LEI Nº 16, DE 12</p>	<p>CAP. 2 – Tópico 2.1</p> <p>O Presidente de Província iniciou sua fala à Assembleia Legislativa local, mencionando o documento que respaldava a sua autoridade de instruir sobre as necessidades e negócios públicos da Província.</p>

				<i>e informar-Vos do estado dos negocios da Administração da Provincia, e de suas necessidades” (p. 3)</i>	Legislativa Local, para instruir sobre o estado da Provincia e Negócios Públicos.	Legislativa local.	DE AGOSTO DE 1834.	<p><b>A lei a qual ele se referiu (12 de Agosto de 1834) corresponde a um Ato Adicional à Constituição do Império, que criou a Regência Una, em substituição à Regência Trina, e fez alterações na organização política do Império, dentre as quais, maior autonomia à Provincia para legislar sobre a instrução primária e secundária.</b></p> <p>A referido lei encontra-se disponível em:</p> <p>CÂMARA DOS DEPUTADOS. LEI Nº 16, DE 12 DE AGOSTO DE 1834. Disponível em: &lt;<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html</a>&gt;. Acesso em: 1 de maio de 2020.</p>
			<b>Homens (4 menções)</b>	<i>“A paz, Snrs., este dom dos Céos, o mais apreciável bem dos <b>homens</b>, que só pode fazer a felicidade, e conceder prazeres com duração, parece que fôje de nós por mais que a invoquemos; eu não sei porque, más adiante eu darei a</i>	A paz como bem mais precioso dos homens.	Paz e segurança provincial		<p>CAP. 5 – 5.1 (Inquietações sociais da realidade alagoana).</p> <p><b>Ao iniciar o tópico acerca da Segurança pública, o presidente provincial Joaquim de Moira (1836), traz a paz como o bem mais precioso dos homens e coloca a sua inquietação de que tal bem estaria fugindo deles por mais que o invocassem.</b></p> <p>O referido presidente provincial menciona o término da Guerra de Jacuípe, porém, problematiza a ação</p>

				<i>razão do meo dicto”.</i> (p. 4)				<p>daqueles que buscavam sustentar a guerra. Nesse contexto, no qual pretendia apresentar razões para a falta de paz na Província, em sua visão, menciona um quilombo de negros fugidos que vagava pelas matas, formado à princípio por mais de quarenta pessoas.</p> <p>A respeito desse grupo, Moira (1836) afirma: <i>“diariamente diminuem pelas sortidas continuadas, que lhes fazem os soldados das partidas, que os perseguem lá dos destacamentos que conservamos naqueles contornos de acordo, e inteligência com o Governo de Pernambuco, que faz o mesmo. Eu espero, Snrs., que mui breve acabemos com essa peste, se por fatalidade hum enxame de Proletarios bandidos, que nestes últimos dias tem invadido a nossa província”</i> (p. 5)”. Nesse ponto, foi apontado que as Províncias de Alagoas e Pernambuco estavam com atitudes semelhantes em combate aos revoltosos. Todavia, no contexto, fica uma dúvida: Ele chama de “peste” especificamente os quilombolas? Ou se refere à revolta como “peste”? Quais medidas estavam atreladas ao ato de “acabar com”? – Questões para se refletir.</p>
			Linha (4 menções)	<i>“Governo tem entre mãos o</i>	Tropas Policiais da e a participação de	Segurança da província		CAP. 5 – 5.1 (Inquietações sociais da realidade alagoana).

				<i>Regulamento para q' Vós o authorisasteis; [...] criando nesta Província quatro corpos de Guardas Policiaes, hum para cada Commarca, compostos qualquer d'elles de Tropa de 1.ª e 2.ª Linha, sem com tudo exceder ao numero de 150 homem pagos, que é o actual; empregando nestas Guardas os Officiaes das extintas Milicias, que forem da confiança do Governo [...] mandai-a Examinar, Senrs., por hua Commissão Vossa, que achando-a proveitoza, a reduza á Projecto de Lei” (p. 6)</i>	ex-integrantes de Milicias.			<b>Sugestões do presidente de província para reestruturação das Tropas policiais da Província, inclusive, com a incorporação de ex-milicianos de confiança do Governo.</b>
			<b>Numero (4 menções)</b>	Os trechos mais relevantes, que incluem essa palavra, já foram citados.	----	----	----	----
			<b>esperanças (3 menções)</b>	<i>“[...] á fim de lhe acodirdes com tempo com applicações vivificantes,</i>	Presidente de província qualifica a sociedade provincial como:	Limitações sociais sob a ótica do presidente de Província.		CAP. 5 – 5.1 (Inquietações sociais da realidade alagoana). <b>O presidente de província afirmou que desejava realizar um discurso sem fantasias, por isso, iria apresentar o que</b>

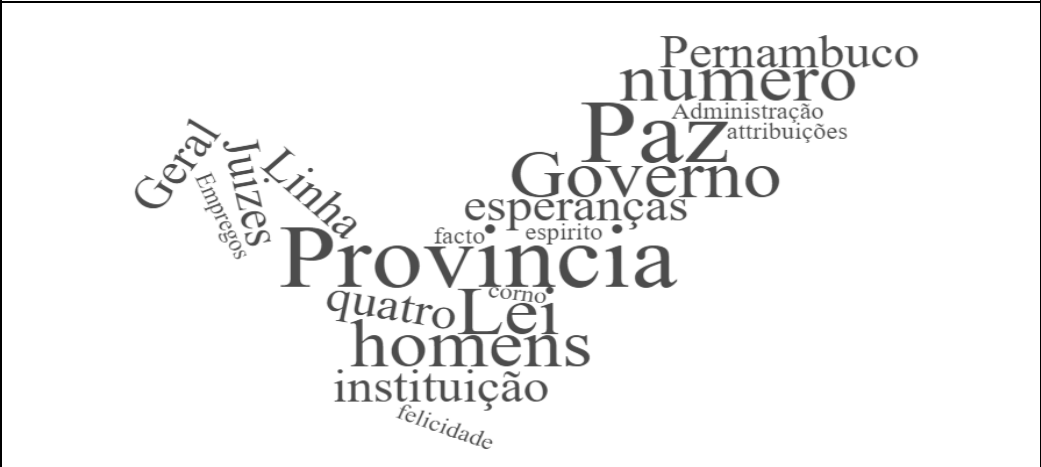
				<i>animadoras da Sociedade espavorida, e quazi exausta de <b>esperanças</b>, como sem recursos, no meio de tantos; mas, limitando-me ao que me hé permittido, farei ápenas o que poder [...]”</i> (p. 3)	intimidada, com pouca esperança e sem recursos.	(Pouca esperança e poucos recursos)		<b>havia de “enfermo” na Província. Nesse perspectiva, qualificou a Província alagoana como: intimidada, com pouca esperança e sem recursos.</b>
			<b>Geral (3 menções)</b>	<i>“O primeiro hé, que, em cumprimento do Acto Adicional da Reforma da Constituiçã, feita a apuração dos votos de todos os Collegios do Imperio, que forão apurados em a Assembleia Geral, sahio com maioria para Regente em Nome do Imperador o Senhor O. Pedro Segundo, o Exm. e Rmd, Snr. Diogo Antonio Feljó...”</i> (p. 3)	Votos apurados, na Assembleia Geral, para o representante da Regência Una.	Regência Una.		<b>CAP. 2 – Cenário político</b>  <b>A Assembleia Geral, citada algumas vezes no documento, corresponde ao Parlamento do Brasil-Império, formado pela Câmara dos Deputados e Senado.</b>
			<b>instituição (3 menções)</b>	<i>“o mal vem de sua natureza organica; pelo menos nesta Província, e em outras do Norte, onde a sua <b>instituição</b> não tem</i>	Limitações no quesito segurança pública sob a ótica do	Segurança da província		<b>CAP. 5 – 5.1 (Inquietações sociais da realidade alagoana).</b>  <b>O Presidente de Província fez críticas à Segurança Pública das Alagoas, vinculando a fragilidade como algo</b>



			<i>dado o mesmo resultado que na Corte; provando-nos mais o proverbio que nem tudo he para todos, nem para toda parte” (p.6)</i>	presidente de Província.			atrelado à “natureza orgânica”, nesse sentido, além de mencionar que os resultados obtidos não são os mesmos visualizados na Corte, acrescenta o seguinte provérbio em seus argumentos: “nem tudo he para todos, nem para toda parte” (p.6)
11 <sup>a</sup>		Juizes <b>(3 menções)</b>					
12 <sup>a</sup>		Pernambuco <b>(3 menções)</b>					
13 <sup>a</sup>		quatro <b>(3 menções)</b>					
14 <sup>a</sup>		administração <b>(2 menções)</b>					
15 <sup>a</sup>		Atribuições <b>(2 menções)</b>					
16 <sup>a</sup>		cornos <b>(2 menções)</b>					
17 <sup>a</sup>		empregos <b>(2 menções)</b>					
18 <sup>a</sup>		espírito <b>(2 menções)</b>					
19 <sup>a</sup>		facto <b>(2 menções)</b>					
20 <sup>a</sup>		felicidade <b>(2 menções)</b>					

Fonte: Autora/ pesquisadora.

**APÊNDICE B - MOSAICO DE PALAVRAS MAIS CITADAS EM 3 RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DE ALAGOAS (1835, 1836 E 1837)**

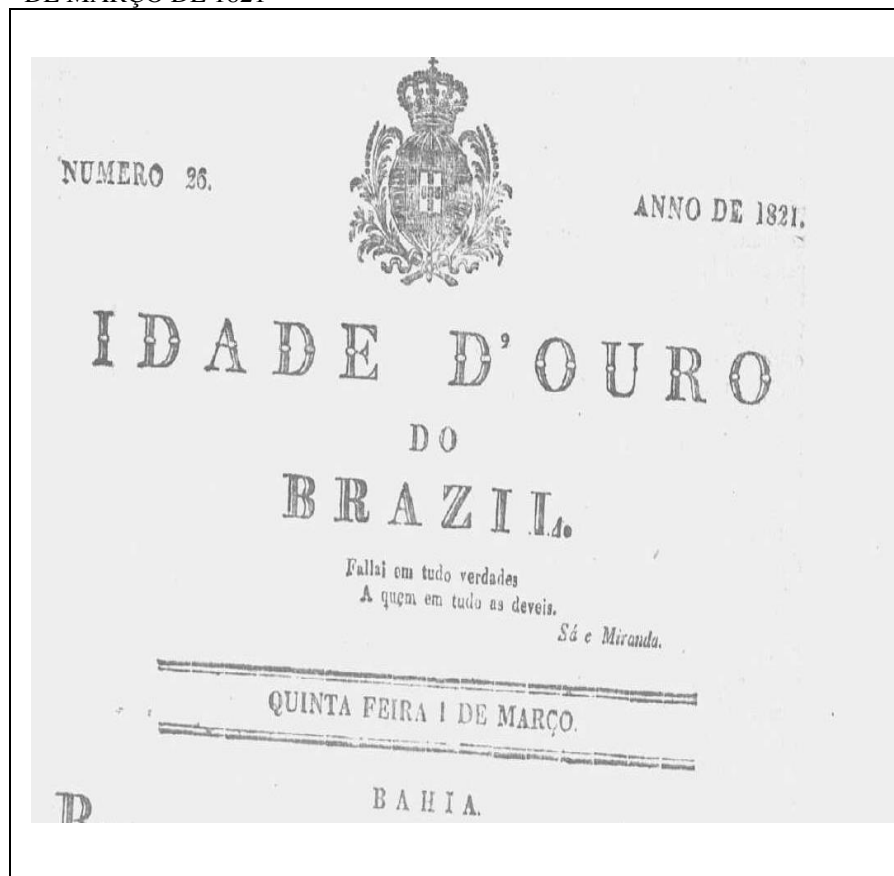
Nuvem de substantivos e/ou adjetivos	Ano
 <p>A word cloud for the year 1835. The most prominent words are 'Senhores', 'Provincia', and 'Capital'. Other visible words include 'Aulas', 'Lei', 'hoje', 'Cadeiras', 'duvida', 'meios', 'capacidade', 'guerra', 'Villa', and 'Municipaes'.</p>	1835
 <p>A word cloud for the year 1836. The most prominent words are 'Paz', 'Governo', and 'Provincia'. Other visible words include 'Pernambuco', 'numero', 'Administração', 'atribuições', 'esperanças', 'facto', 'espirito', 'corno', 'Lei', 'homens', 'instituição', 'felicidade', 'Geral', 'Empregos', 'Juizes', and 'Linha'.</p>	1836

	1837
--	------

**Fonte:** Quadro construído pela pesquisadora, a partir de ferramentas do Software WordClouds, 2020.

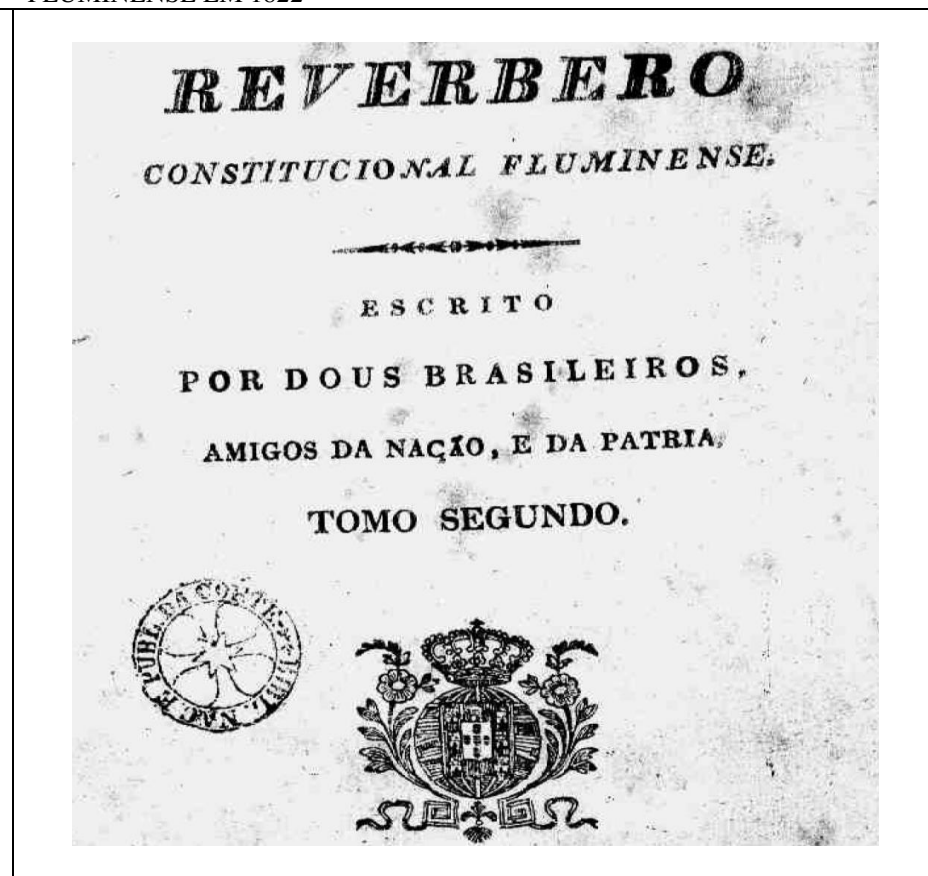
## ANEXOS

ANEXO A - FRAGMENTO DO JORNAL IDADE D'OURO DO BRAZIL DE 1 DE MARÇO DE 1821



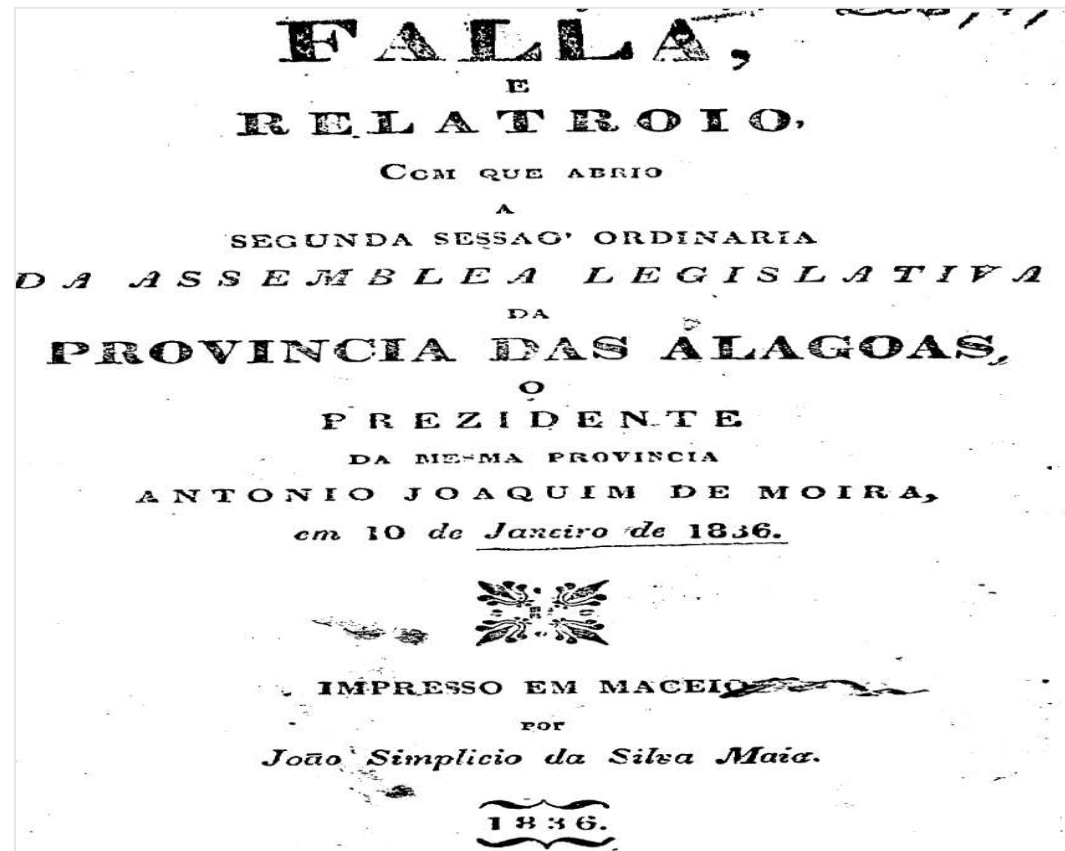
Fonte: Biblioteca Digital Nacional do Brasil

ANEXO B - CAPA DO JORNAL REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE EM 1822



Fonte: Biblioteca Digital Nacional do Brasil

## ANEXO C - CAPA DE RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE ALAGOAS - JOAQUIM DE MOIRA (10 DE JANEIRO DE 1836)



Fonte: Center for Research Libraries

### ANEXO D - Número de alunos(as) das aulas de Instrução Primária da década de 1840

Número de alunos(as) das aulas de Instrução Primária da década de 1840								
Localidade	Professor (a)	Ano	Sexo	Alunos				
				Negros		Brancos	Índio	Total
				Pardos	Preto			
Povoação de Camaragibe	Ignácio João do Rego Wanderley	184-	Masc.	32	0	13	1	46
Povoação de Camaragibe	Ignácio João do Rego Wanderley	184-, 1846, 1847	Masc.	17	0	7	0	24
Vila de Santa Luzia do Norte	Anna Felismina de Mello	184-	Fem.	17	3	46		66
Vila de Porto de Pedras	Maria Brunna Brasileira	1844	Fem.	5	0	11		16
Vila de São José do Poxim	Tereza Angelica de Lima	1844	Fem.	7	0	19	0	26
Povoação de Barra Grande	Manoel Jose de Medeiros Mello	1847	Masc.	4	0	12		16
Vila de s. Miguel dos Campos	Elpidio Patricio de Araujo	1846, 1847	Masc.	40	2	50	0	92
Povoação de S. Antonio da Barra Grande	Manoel Joaquim dos Santos Maravilha	184- 1847	Masc.	8	0	14	0	22
Povoação da Laje do canhoto	Joaquim Ildefonso Gomes da Cruz e Souza	1847	Masc.	4	0	19	0	23
Povoação de Ipioca	José Simplicio de Albuquerque	184-	Masc.	5		9		14
Vila de Porto de Pedras	Não identificado	1844, 1845, 1846, 1847	Masc.	9		17	0	26
Povoação de S. Miguel dos Milagres	Antonio José de Souza	1847	Masc.	19		58		77
Atalaia	Não identificado	1847	Masc.	14	2	21	1	38
				188		296	2	486

Fonte: Arquivo Público do Estado de Alagoas - Instrução Pública 1844 – 1849, Cx: M09 E 05.(SANTOS, Monica Luise, 2011)

Fonte: SANTOS, Monica Luise, 2011.